

REN Revista Econômica do Nordeste

Suplemento Especial 2020

Agricultura Familiar no Nordeste

Olhares a partir do Censo Agropecuário 2017

REN Revista
Econômica
do Nordeste

REN Revista Econômica do Nordeste

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Presidente:

Romildo Carneiro Rolim

Diretores:

Hailton José Fortes | Anderson Aorivan da Cunha Possa | Haroldo Maia Júnior | Cornélio Farias Pimentel | Bruno Ricardo Pena de Sousa | Thiago Alves Nogueira

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE

Revista Econômica do Nordeste – REN

Editor-Chefe:

Luiz Alberto Esteves

Editores Científicos:

Dr. Alcido Elenor Wander, Embrapa Arroz e Feijão
Prof. Alexandre Florindo Alves, Universidade Estadual de Maringá
Dra Ana Flávia Machado, Universidade Federal de Minas Gerais
Dr Cícero Péricles de Oliveira Carvalho, Universidade Federal de Alagoas
Profa. Francesca Bettio, Università di Siena
Dr Gil Célio de Castro Cardoso, Universidade de Brasília
Prof. Joacir Aquino, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Editor Executivo:

Luciano Feijão Ximenes

Jornalista Responsável:

Evangelina Leonilda Aragão Matos

Comitê Editorial:

Dr. Airton Saboya Valente Junior, Banco do Nordeste do Brasil S/A, Brasil
Dr. Fernando Luiz Emerenciano Viana, Banco do Nordeste do Brasil S/A, Brasil
Dr. Francisco Diniz Bezerra, Banco do Nordeste do Brasil S/A, Brasil
Dr. Leonardo Dias Lima, Banco do Nordeste do Brasil S/A, Brasil
Dr. Luciano Feijão Ximenes, Banco do Nordeste do Brasil S/A, Brasil
Dr. Luiz Fernando Gonçalves Viana, Banco do Nordeste do Brasil, Brasil
Dr. Tibério Rômulo Romão Bernardo, Banco do Nordeste do Brasil S/A, Brasil

Secretária Executiva:

Márcia Melo de Matos

Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho

Projeto Gráfico:

Gustavo Bezerra Carvalho

Foto de capa:

Comunidade rural Sítio Cachoeira, São Miguel-RN
Autor: Prof. Joacir Aquino, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Portal:

Bruno Gabai

Conselho Editorial

Prof. Alexandre Alves Porsse
Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Profa. Ana Paula Macedo de Avellar
Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Brasil
Prof. Augusto Mussi Alvim
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Brasil
Prof. Carlos Roberto Azzoni
Universidade de São Paulo - FEA/USP, Brasil
Profa. Carmem Aparecida do Valle Costa Feijó
Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil
Profa. Cassia Kely Favoretto Costa
Universidade Estadual de Maringá - UEM, Brasil
Dr. Guilherme Mendes Resende
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Brasil
Prof. Leonardo Bornacki de Mattos
Universidade Federal de Viçosa - UFV, Brasil
Prof. Livio Andrade Wanderley
Universidade Federal da Bahia - UFBA, Brasil
Prof. Jaylson Jair da Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Brasil
Prof. Joaquim Bento de Sousa Ferreira Filho
Universidade de São Paulo - Esalq/USP, Brasil
Prof. José Angelo Costa do Amor Divino
Universidade Católica de Brasília - UCB, Brasil
Prof. Luciano Dias Losekann
Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil
Prof. Ricardo Antonio de Castro Pereira
Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil
Prof. Ricardo Dathein
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Brasil
Profa. Tatiane Almeida de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Brasil
Prof. Tomaz Ponce Dentinho
Universidade dos Açores/GDRS-APDR, Portugal

Responsabilidade e reprodução:

Os artigos publicados na Revista Econômica do Nordeste – REN são de inteira responsabilidade de seus autores. Os conceitos neles emitidos não representam, necessariamente, pontos de vista do Banco do Nordeste do Brasil S.A. Permite-se a reprodução parcial ou total dos artigos da REN, desde que seja mencionada a fonte.

Endereço para correspondência

ETENE, Av. Silas Munguba, 5.700, bloco A2 térreo, Passaré,
CEP: 60.743-902, Fortaleza, Ceará, Brasil. Fone: (85) 3251.5544,
3299.5544, 3299.3034. ren@bnb.gov.br

Indexação

Dare Database – Unesco (Paris, França), Public Affairs Information Service – PAIS (New York, EUA), Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades – Clase (Coyoacan, México), Portal de Periódicos CAPES.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei No 10.994
de 14 de dezembro de 2004

Revista Econômica do Nordeste, v. 51, suplemento especial, agosto, 2020 – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2020.

v. 51: il.; 28 cm.

Trimestral

Primeiro título a partir de julho de 1969, sendo que, de julho de 1969 a janeiro de 1973, o título do periódico era Revista Econômica.

Sumários em português e inglês.

ISSN 0100-4956 (impressa)

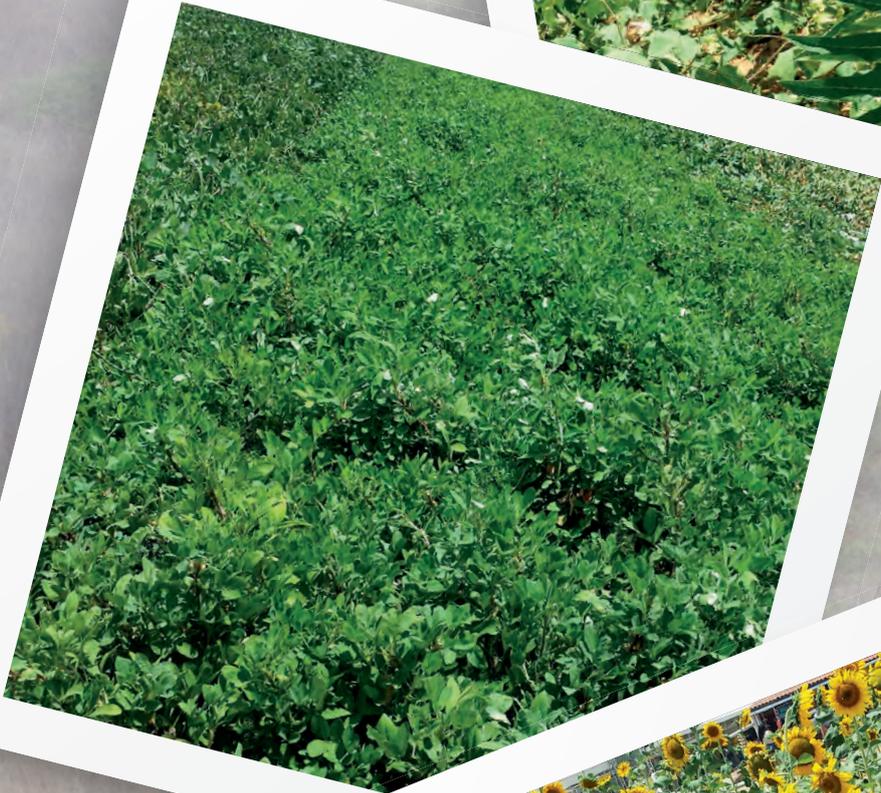
ISSN 2357-9226 (eletrônica)

1. Economia – Desenvolvimento Regional – Brasil. I. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, CE.

CDD 330

SUMÁRIO

O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA UM NOVO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORDESTE – UMA HOMENAGEM A CELSO FURTADO	
The role of Family Agriculture for a new regional development in the Northeast - a homage to Celso Furtado.....	9
AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE DO BRASIL: UM RETRATO ATUALIZADO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017	
Family farming in Northeast of Brazil: an updated portrait from the data of the 2017 agricultural census ..	31
AGRICULTURA FAMILIAR NO MARANHÃO: UMA BREVE ANÁLISE DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017	
Family Farming in Maranhão: a brief analysis of the 2017 census of agriculture.....	55
AGRICULTURA FAMILIAR NO PIAUÍ: UMA LEITURA DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017	
Family Farming in Piauí: a reading of the agricultural census 2017	71
AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ: EVIDÊNCIAS A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017	
Family Agriculture in Ceará: evidence from the 2017 agricultural census.....	91
AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO NORTE SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO 2017: PERFIL E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	
Family farming in Rio Grande do Norte according to the 2017 agricultural census: profile and challenges for rural development	113
AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: PERFIL COM BASE NO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017	
Family farming in Paraíba: profile based on the agricultural census of 2017	131
AGRICULTURA FAMILIAR EM PERNAMBUCO: O QUE DIZ O CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017	
Family Farming in Pernambuco: highlights from the 2017 Agricultural Census	153
AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ALAGOAS: UM OLHAR A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017	
Rural development and alagoan family agriculture: a view from the information of the 2017 Agricultural Census	171
AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SERGIPE: UMA LEITURA A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017	
Family agriculture in the state de Sergipe: a reading form the data of the 2017 agricultural census.....	193
AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017	
Family Farming in Bahia: a data analysis of Agricultural Census 2017	209



EDITORIAL

Agricultura familiar no Nordeste: olhares a partir do Censo Agropecuário 2017

A agricultura familiar é uma forma de produção e trabalho bastante presente no campo brasileiro, embora tenha sido historicamente marginalizada. Mesmo assim, desde o final do século XX aconteceram muitos avanços em termos do reconhecimento institucional da importância econômica e social dessa categoria de produtores, tendo como marco a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996.

É pertinente assinalar que a agricultura familiar se distribui em todas as regiões do Brasil. Mas é no Nordeste que ocorre a sua maior concentração, uma vez que praticamente metade dos 3,9 milhões de estabelecimentos familiares do País estão localizados nesse território. Isto tem proporcionado a implementação de políticas públicas em favor desse tipo de produtor, bem como estimulado, no decorrer dos últimos 25 anos, pesquisas multidisciplinares sobre suas condições produtivas e de reprodução social.

Do ponto de vista da ação governamental, o reconhecimento da agricultura familiar nordestina pode ser explicitado nos números da carteira de financiamento do BNB que realizou 7,7 milhões de operações de crédito do Pronaf de 2003 a 2019, representando um montante acumulado de R\$ 29,2 bilhões. No tocante à pesquisa acadêmica, contudo, nota-se carência de estudos mais abrangentes e atualizados que demonstrem a real situação socioeconômica da categoria.

Neste contexto, considerando a publicação pelo IBGE dos resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017 em outubro de 2019, a equipe do Comitê Editorial da REN entendeu ser relevante a organização deste Suplemento Especial, na perspectiva de disponibilizar, aos leitores, elementos que ampliem o conhecimento sobre o tema e sirvam de subsídio ao planejamento regional.

Sendo assim, a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017, este Suplemento analisou a situação socioeconômica da agricultura familiar e o seu papel no desenvolvimento regional do Nordeste de forma agregada e em cada unidade federativa da Região de maneira individualizada.

Para viabilizar o projeto, foram convidados pesquisadores com larga experiência na temática em cada estado da Região. O resultado foi uma série de artigos com informações extremamente interessantes sobre a importância, os problemas e os desafios da agricultura familiar nordestina no final da segunda década do século XXI.

A disposição dos manuscritos segue a ordem geográfica regional, sendo antecedido por dois textos com enfoque mais amplo. O primeiro, elaborado por dois dos maiores especialistas brasileiros em desenvolvimento territorial, Tânia Bacelar e Arilson Favareto, faz um balanço da trajetória da economia nordestina até a crise recente da COVID-19, enfocando o papel da agricultura familiar em uma nova estratégia de desenvolvimento para a Região. Já o segundo, de nossa autoria, faz uma análise da agricultura familiar no Nordeste como um todo, a fim de possibilitar uma visão geral da temática.

Cabe ressaltar que os trabalhos de revisão e edição técnica contaram com a participação de consultor externo especializado na área, seguindo todo o ritual técnico-científico que tem caracterizado a REN ao longo dos seus mais de 50 anos de história.

Não é demais lembrar, como de praxe, que os conteúdos de todos os artigos apresentados são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a posição do BNB.

Finalmente, registramos a enorme satisfação de coordenar este Suplemento Especial da REN e reforçamos nossos agradecimentos a todos os autores que participaram deste Projeto. No mais, a exemplo da equipe editorial da REN, alimentamos a expectativa de que o material contribua para fomentar a discussão acadêmica e, principalmente, sirva de subsídio para a ação dos diferentes setores da sociedade interessados na promoção do desenvolvimento regional.

Boa leitura!

Family farming in the Northeast: looks from the 2017 Agricultural Census

The family farming is a form of production and work that is very present in the Brazilian countryside, although it has historically been marginalized. Even so, since the end of the twentieth century, there have been many advances in terms of institutional recognition of economic and social importance of this category of producers, having as a landmark the creation of the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf), in 1996.

It is pertinent to point out that family farming is distributed in all regions of Brazil. But it is in the Northeast that its greatest concentration occurs since almost half of the 3.9 million family establishments in the country are located in this territory. This has enabled the implementation of public policies in favor of this kind of producer, as well as stimulated, over the past 25 years, multidisciplinary research on their production conditions and social reproduction.

From the point of view of government action, the recognition of northeastern family farming can be explained in numbers of BNB (Banco do Nordeste do Brasil – Brazilian Northeast Bank) financing portfolio that carried out 7.7 million Pronaf credit operations from 2003 to 2019, representing an accumulated amount of R\$ 29.2 billions. Regarding academic research, however, there is a lack of more comprehensive and updated studies that demonstrate the real socioeconomic situation of the category.

In this context, considering the publication by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) of the final results of 2017 Census of Agriculture in October 2019, the Economic Journal of Northeast (REN)'s Editorial Committee team considered relevant the organization of this Special Supplement, in the expectation of making available to readers issues that expand knowledge on the subject and serve as a subsidy to regional planning.

Thus, based on data from the 2017 Census of Agriculture, this Supplement aimed to analyze the socioeconomic situation of family farming and its role in the regional rural development of the Northeast in an aggregate manner and of each state in the Region individually.

To make the project feasible, researchers with extensive experience in the subject in each state of the Region were invited. The result was a series of articles with extremely interesting information about the importance, problems and challenges of family farming in the Northeast at the end of the second decade of the 21st century.

The disposition of the articles follows the regional geographic order, being preceded by two works with a broader focus. The first, prepared by two of the greatest Brazilian specialists in territorial development, Tânia Bacelar and Arilson Favareto, takes stock of the trajectory of the Northeastern economy until the recent crisis of COVID-19, focusing on the role of family farming in a new development strategy for the region. The second, by our authorship, makes an analysis of family farming in the Northeast as a whole, in order to provide an overview of the theme.

It is worth mentioning that the technical review and editing work counted on the participation of an external consultant specialized in the area, following all the technical-scientific ritual that has characterized REN throughout its more than 50 years of history.

It is not too much to remember, as usual, that the contents of all works presented are the sole responsibility of the authors and do not necessarily reflect the position of BNB.

Finally, we note the enormous satisfaction of coordinating this Special Supplement from REN and we extend our thanks to all the authors who participated in this Project. Furthermore, like the editorial team of REN, we hope that the material will contribute to foster academic discussion and, above all, serve as a guide for the action of the different sectors of society interested in promoting regional development.

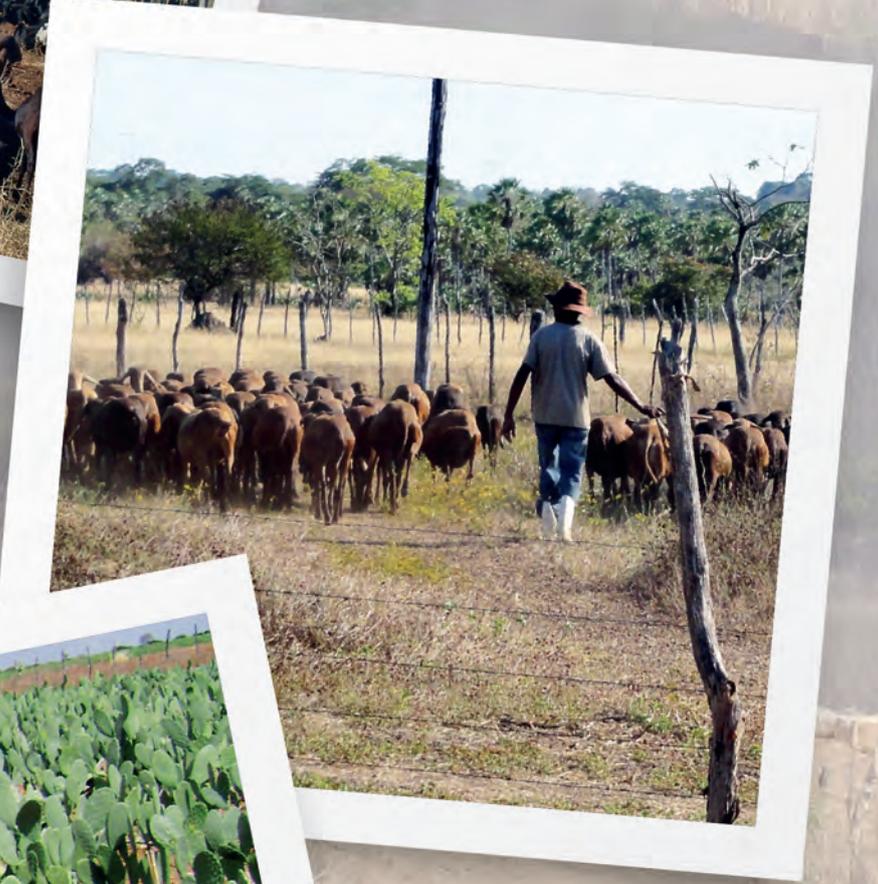
Good reading!

Joaquim Rufino de Aquino (UERN/DE/CAWSL)

Maria Odete Alves (BNB/ETENE)

Maria de Fátima Vidal (BNB/ETENE)

(Editores Técnicos)



O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA UM NOVO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO NORDESTE – UMA HOMENAGEM A CELSO FURTADO

The role of Family Agriculture for a new regional development in the Northeast - a homage to Celso Furtado

Tania Bacelar

Doutora em Economia Pública e Organização do Território pela Universidade de Paris I (Pantheon Sorbonne), professora Emérita da Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPE), sócia da Ceplan Consultoria, especialista em desenvolvimento regional, ex-secretária nacional de Políticas Regionais do Ministério da Integração Nacional. taniabacelar@gmail.com

Arilson Favareto

Doutor em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). arilson@uol.com.br

Resumo: Com foco na agricultura familiar do Nordeste brasileiro, o artigo situa este tipo de estrutura produtiva no contexto atual do País, onde a pandemia por Covid-19 aparece combinada com grave crise econômica. Para tentar identificar desafios futuros, a análise começa por um mergulho na trajetória recente do desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, destacando mudanças relevantes, dentre as quais os resultados de políticas públicas, com destaque para as territoriais, em particular aquelas direcionadas à agricultura familiar. Discute os avanços e limites destas políticas e destaca o momento atual de crise econômica e fiscal e os retrocessos observados. Identifica mudanças relevantes no ambiente mundial nas décadas iniciais do século XXI para afirmar que novas propostas precisam ser formuladas, pondo fim às políticas territorialmente cegas e priorizando a aposta na inovação. Sem desconhecer a relevância das desigualdades regionais como problema que permanece, defende a valorização de uma potencialidade estratégica do Nordeste: a magnífica diversidade ambiental, socioeconômica e cultural da Região, um dos lastros para a reinvenção de políticas de nova geração para o apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Agricultura familiar; desenvolvimento territorial; Nordeste; questão regional.

Abstract: Focusing on family farming in Brazilian Northeast, the article analyses this type of productive structure in the current context of the country, where the Covid-19 pandemic is combined with a serious economic crisis. In order to identify future challenges, the analysis begins with a dip in the recent trajectory of the socio-economic development of the Northeast region highlighting relevant changes, among which the results of public policies with an emphasis on territorial policies, particularly those oriented towards family farming. It discusses the advances and limits of policies, its setbacks, and the difficulties concerning the current moment of economic and fiscal crisis. It identifies relevant changes in the world context in the early decades of the 21st century in order to state that new proposals need to be considered, putting an end to territorially blind policies and prioritizing innovation. Without ignoring the relevance of regional inequalities as a remaining problem, is argued for an appreciation of a strategic potential present in the Northeast Region: its magnificent environmental, socioeconomic and cultural diversity, one of the foundations for a new generation of policies for family farming and territorial development.

Keywords: Family farming; Territorial development; Northeast; Regional issue.

1 INTRODUÇÃO: O CONTEXTO ATUAL E A AGRICULTURA FAMILIAR

O ano de 2020, quando este texto está sendo escrito, se comemora o centenário de nascimento de Celso Furtado, que buscou entender o Brasil e, em particular o Nordeste, para transformá-lo, e na sua proposta de mudança para a região, a ampliação da produção de alimentos era central. Por isso, a homenagem. E este ano de 2020 possivelmente entrará para a História como uma daquelas datas que marcam períodos de crise aguda, como 1929 e a Grande Depressão, e muito pior que o de 2008-2009 com a Crise Financeira desencadeada com o estouro da bolha imobiliária. Ainda que desta vez não se trate de uma crise endógena resultante da dinâmica cíclica das economias capitalistas. A pandemia da Covid-19 fechou fronteiras e forçou a adoção de medidas restritivas que impediram, nos primeiros meses do ano, a circulação de pessoas e mercadorias, provocando um choque de oferta e de demanda ao mesmo tempo. Como resultado, as projeções otimistas falam em uma retração da economia mundial na casa dos 3%, cifra que na Europa pode chegar a 10%, e na China, atual motor do crescimento econômico mundial, estima-se que do anterior patamar de 7% vai cair para algo próximo a 1% (FMI, 2020). No Brasil e na América Latina, a estimativa é de uma retração na casa dos 5% (BANCO MUNDIAL, 2020).

Como sempre, a parte mais pesada da conta tende a recair sobre os mais pobres: na América Latina 50% da população rural vive na pobreza, e quase 40% dos moradores destas áreas vivem em situação de insegurança alimentar. No Brasil estes números são mais baixos. Mas também aqui, depois de anos de significativa melhoria, os indicadores vinham piorando (BANCO MUNDIAL, 2019; IBGE, 2019a). As projeções da Cepal indicam um aumento da pobreza de pelo menos 5% neste ano nos países da região. E a FAO (2020) estima que o impacto da pandemia sobre a fome pode anular os esforços de décadas e fazer os indicadores retrocederem ao nível em que estavam vinte anos atrás.

Mais do que uma questão momentânea ou conjuntural de feições dramáticas, o que a pandemia da Covid-19 faz é por luz sobre as mazelas e ambiguidades não resolvidas de nossas socie-

dades há décadas. E no caso brasileiro, especificamente, a brutal crise sanitária e humanitária deste fatídico ano de 2020 se soma a uma crise econômica que vinha se arrastando ao longo do último decênio. Temos uma rede de proteção social valiosa, mas insuficiente; uma sociedade brutalmente desigual, onde a riqueza coexiste com a vulnerabilidade de enormes contingentes de pessoas; uma economia complexa, mas frágil, com formas de regulação e incentivos que privilegiam o comportamento oportunista e que passa por retrocessos, tornando-se cada vez mais dependente da exportação de bens primários, algo insuficiente perante o que são os desafios postos à Humanidade no século XXI, em especial, no que diz respeito à promoção da inclusão social e da conservação ambiental.

Em meio ao avanço da pandemia, o Nordeste consolida uma inovação institucional: o Consórcio Nordeste, que retoma a articulação regional, valorizando os elementos identitários existentes na escala macrorregional (depois de décadas de “guerra fiscal” fratricida) e apostando na coordenação estratégica e no compartilhamento de iniciativas. Para enfrentar a crise sanitária, foi criado um Comitê Científico que mobiliza inteligência regional e conhecimento científico à escala mundial para iluminar as decisões dos governadores. Os que estavam acostumados a destacar um “Nordeste coitadinho” se surpreendem com a capacidade regional de ousar e de se reinventar em meio à perplexidade geral provocada pela pandemia.

Toda crise é feita de muitos riscos e umas poucas oportunidades. Não é apenas uma frase feita. Mundo afora instrumentos de retomada econômica já estão sendo desenhados. Surgem expressões como “novo plano Marshall”, “Green New Deal”, “Big Push Ambiental” e similares. Em direção oposta, surgem também discursos de que, após um afrouxamento nos gastos públicos para fazer frente à pandemia será preciso recrudescer ainda mais o ajuste fiscal, implementar ousado e inoportuno – dada a desvalorização dos ativos na crise – programa de privatização para reequilibrar contas, e em paralelo avançar em uma agenda de reformas liberalizantes.

Entre estes dois extremos, é certo que no Brasil, com a necessidade de retomar o crescimento, a modelagem do gasto público entrará

em debate e grandes somas de dinheiro já estão sendo postas em circulação. A prioridade, claro, é proteger vidas e meios de vida. Mas as iniciativas em processo de implementação são modestas quando comparadas a de outros países, e há o risco de repetir velhos erros. Em situações assim, com frequência, os investimentos são capturados pelos de sempre. E o resultado pode ser apenas uma volta ao estado anterior das coisas, o que seria pouco, e seria ruim.

Já a oportunidade consiste em ir além de uma tentativa de simplesmente retomar a “normalidade”. É certamente difícil pensar em longo prazo em meio à emergência. Mas foi justamente em momentos muito delicados que, nos últimos cem anos, o Brasil produziu grandes mudanças. Isso aconteceu nos anos 1930, quando a crise dos mercados internacionais obrigou parte das elites brasileiras a tentar deixar para trás o passado agrário e investir na criação das instituições que nos tornariam um país urbano e industrializado, mesmo que de forma incompleta. Se repetiu logo após 1964, quando a resposta autoritária à efervescência social dos anos anteriores transformou o Brasil, de importador de alimentos, em uma das maiores potências mundiais na produção agropecuária, o que se fez no breve intervalo de uma geração. E quando, no contexto da redemocratização, a Constituição de 1988 resgatou a dívida social deixada com a modernização conservadora e consagrou um pacto social que permitiu a estabilização econômica e a expansão de direitos, aspectos que orientariam a ação do Estado nas duas décadas seguintes, até recentemente.

Daí a pergunta: e o que será do Brasil e do Nordeste nos próximos anos? Não há receitas, pois a resposta não será obra de fórmulas prontas e sim de um novo contrato social. Por agora, já seria bem útil admitir alguns pressupostos e fazer as perguntas certas (FAVARETO, 2020a):

- **Primeiro pressuposto:** é preciso reconhecer que o pacto que vigorou desde a Constituição de 1988 parece ter se esgotado no meio do último decênio, quando entramos na crise inseparavelmente econômica e política em que estamos metidos desde então. E que para inaugurar um novo ciclo, teremos que recriar o Estado, as bases econômicas do País e a coalizão de forças sociais que sustenta a agenda públi-

ca. Nenhuma das transições anteriores se fez sem uma recomposição destes três elementos. E eles são claramente interdependentes;

- **Segundo pressuposto:** o mundo do século XXI se parecerá cada vez menos com o século passado, no qual foram gestados os grandes modelos produtivos que experimentamos até aqui. É o caso da aposta na via agrícola, de severos impactos ambientais, poupadora de trabalho, e que nos põe em posição vulnerável pela excessiva dependência da exportação de *commodities*. Do industrialismo tradicional impulsionado pelo Estado, que se bem foi importante para modernizar o País, não representa, nos seus moldes atuais, horizonte promissor, tanto pelos custos como pela poupança de trabalho decorrente da intensividade tecnológica. E mesmo a tentativa de buscar algum equilíbrio sobre pilares dos dois modelos anteriores, como a dependência do agronegócio associada à tentativa de reanimar a indústria nacional, agora com a questão social no centro da agenda do Estado revelou-se uma solução instável, que se desfez com a crise fiscal. Dos escombros destes três modelos e das mudanças em curso precisa nascer algo novo;

- **Terceiro pressuposto:** é preciso, portanto, atualizar nossa base produtiva e recriar a agenda do desenvolvimento. Em pleno mundo pós-industrial, é razoável imaginar que o aprofundamento de nossa trajetória de crescente dependência da exportação de bens primários pode garantir uma expectativa promissora de inserção na ordem internacional? Até quando apostaremos em um modelo econômico que concentra renda, por um lado, e tenta diminuir os impactos disto com políticas sociais, de outro? Dá para crescer distribuindo oportunidades, em vez de pensar meramente na mitigação posterior da exclusão? O resgate da dívida social pode deixar de ser visto como gasto e tornar-se mola propulsora de novas formas de inclusão, pela via da expansão do bem-estar? Uma nova economia, menos concentrada, baseada no conhecimento e em inovadoras formas de uso dos recursos naturais é, não só possível, como necessária em um contexto de mudanças climáticas globais e de explosão da desigualdade.

O certo é que só teremos uma saída duradoura da crise se os desafios forem postos nestes termos: reinventar o País, pensando que tipo de sociedade queremos ser, e que forma de inserção internacional poderemos ter daqui a duas ou três décadas. Trata-se de retomar a ousadia de outros tempos, imaginando o futuro, rompendo a ditadura do curto prazo e as visões conservadoras que bloqueiam a ousadia de sintonizar com novos tempos. É aqui que as articulações entre agricultura familiar e desenvolvimento regional podem vir a ocupar um lugar de destaque. E isso será muito importante para o desenvolvimento futuro no Nordeste, o que só reforça a importância da iniciativa da Revista Econômica do Nordeste (REN), de lançar um número especial para tratar das especificidades do vasto segmento de agricultores familiares na Região a partir dos novos dados do Censo Agropecuário 2017, do IBGE.

O argumento central das próximas páginas pode ser traduzido em uma dupla afirmação:

- a) O Nordeste passou por pelo menos duas ondas de transformação nas décadas recentes que alteraram as bases para se pensar as possibilidades do desenvolvimento regional, mas no futuro que se descortina não basta repetir o passado ou simplesmente apostar no aprofundamento dos vetores responsáveis por aquelas mudanças, pois o contexto é totalmente outro, sob vários aspectos – nele, uma promissora saída é dialogar mais substantivamente com a diversidade interna da Região, aproveitando as condições criadas com as transformações já vividas, por meio de novas conexões entre setores e territórios;
- b) A agricultura familiar pode ser uma base importante para este novo ciclo, desde que, também neste caso, se aproveite os avanços obtidos nos momentos anteriores, e não apenas se repita o que foi feito no período em que houve maior disponibilidade de recursos e um amplo leque de programas – neste caso, é necessário coordenar melhor as ações sociais e de apoio produtivo com os demais vetores de desenvolvimento do Nordeste. Em ambos os casos, no desenvolvimento regional e no desenvolvimento da agricultura

familiar, se o que vinha sendo feito antes deu inegáveis resultados, também mostrou seus limites. Não se deve esperar resultados diferentes repetindo as mesmas fórmulas. Trata-se de reinventar o planejamento territorial.

Para apresentar estas ideias, o texto está organizado em duas partes, seções dois e três a seguir, cada uma delas correspondendo às duas afirmações acima. Como corolário, na conclusão ao final são indicados caminhos possíveis para materializar este novo olhar e as correspondentes novas práticas para o desenvolvimento regional e, nele, um novo lugar destinado à agricultura familiar.

2 DOS NORDESTES DO SÉCULO XX AO NORDESTE DO SÉCULO XXI?

2.1 Os efeitos positivos da primeira década do Século e a segunda onda de transformação das estruturas regionais

Os anos iniciais do século XXI foram vividos em um contexto em que a economia mundial ia razoavelmente bem e no qual a China, que acelerara seu crescimento, tornara-se importante compradora das *commodities* brasileiras. Isso, associado com a relativa estabilidade inflacionária, ajudou a melhorar o desempenho da economia nacional. Mas nem tudo pode ser atribuído ao contexto favorável. Foi fundamental para o desempenho do País, na primeira década, a nova orientação geral da agenda do Estado, que permitiu, àquele momento, toda uma expansão e inovação de políticas públicas (BACELAR, 2014). Dentre elas, destacaram-se as políticas sociais que estimularam o crescimento da renda das famílias junto com a significativa elevação do valor do salário mínimo. Esta elevação da renda e a retomada do crescimento da economia, associados a uma política de crédito vigorosa e de um importante bloco de investimentos, inclusive em saúde e educação, se fez acompanhar do aumento dos empregos, estimulando o consumo interno.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com um ambicioso portfólio de investimentos em infraestrutura, também parecia promissor para a interiorização de vetores de

crescimento econômico, por meio de obras bastante intensivas em trabalho e importantes para a competitividade de setores estratégicos da produção nacional. E a expansão das estruturas universitárias criou um novo ativo nas cidades médias de áreas rurais e interioranas.

Ao final da primeira década, todos os indicadores mostravam uma situação muito melhor do que aquela prevalecente no fim do século XX. Após duas décadas de quase estagnação, o País cresceu em média 3,5% ao ano, a pobreza havia sido reduzida em um terço, a desigualdade também recuava, e vivia-se uma situação de virtual pleno emprego (FAVARETO et al., 2014). Restavam, também, problemas relevantes, dentre os quais a relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB) ainda elevada, a diminuição da participação industrial na economia, a forte dependência do gasto público em várias regiões e setores (BCG, 2013) e o avanço da financeirização que estimula a geração cada vez mais concentrada de riqueza abstrata (ativos não materiais).

Para o Nordeste, em especial, a melhoria foi expressiva. O valor do rendimento médio das famílias cresceu 5,6% a.a., quando a média nacional foi de 4,5%, e no Sudeste essa taxa foi de 3,9%. Em momentos anteriores, o Sudeste é quem liderou o crescimento da renda no País. Contribuiu decisivamente para isso a forte expansão dos programas sociais, em especial, o Bolsa Família. O Nordeste, por concentrar mais de metade da população muito pobre do País, captava 55% dos recursos desse Programa. Nessa região, concentra-se a pobreza rural, e ela tem como endereço principal os pequenos municípios, em especial os do grande espaço semi-árido. A extensão da previdência ao meio rural em ambiente de crescimento real do salário mínimo e de outros programas assistenciais como o benefício de prestação continuada – BPC, impactou fortemente a renda nordestina, em particular, no ambiente rural. Nos milhares de pequenos municípios, como as bases produtivas locais são muito modestas, o novo e sistemático fluxo de renda não só dava cobertura social aos beneficiados diretos, como também dinamizava as lojas, as farmácias, as padarias, as feiras semanais (BACELAR, 2014). A vida no Nordeste rural mudou significativamente. Tanto que os longos e recentes anos de seca não resultaram

na crise social grave e aguda que prevalecia antes (AQUINO; NASCIMENTO, 2020).

O dinamismo do consumo, impulsionado pela melhoria da renda das famílias, estimulou, em um segundo momento, o investimento. Indústrias de alimentos e bebidas, de bens duráveis, por exemplo, buscaram se instalar ou se ampliar para produzir na Região, em especial em suas cidades médias. As grandes redes de supermercados e os shopping centers também se multiplicaram nesses locais, a fim de disputar os novos consumidores. E no campo do investimento público, dois tipos contribuíram também para alterar o panorama regional. O já mencionado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) envelopou um conjunto de projetos concentrados na ampliação da infraestrutura econômica e social do País – portos, rodovias e ferrovias melhoraram as condições de transporte de pessoas e de cargas; e o Programa Minha Casa Minha Vida, além de enfrentar um problema histórico como o déficit de moradias, contribuiu decisivamente com a expansão de empregos no setor da construção civil (BACELAR, 2014).

A expansão do crédito também beneficiou o Nordeste que, ao lado da região Norte, teve o maior crescimento proporcional das contratações na primeira década do Século (GUIMARÃES NETO, 2010). Isto contribuiu decisivamente para a expansão da presença industrial em setores avançados como a indústria automotiva e petroquímica (Pernambuco), de energia (hidrelétrica, no Maranhão, eólica na Bahia, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte), siderurgia e celulose (Maranhão e Ceará), entre outros; e para a expansão dos investimentos em modernas lavouras de grãos no oeste da Bahia e no sul do Piauí e do Maranhão.

Noutra frente, por fim, e com efeitos mais limitados à faixa litorânea, os investimentos de empresas como a Petrobras beneficiaram diretamente a Região por meio tanto da sua política de compras quanto pela expansão de refinarias, com efeitos multiplicadores sobre a indústria naval, de insumos e de transformação: nova refinaria foi instalada em Pernambuco e estaleiros foram criados em Pernambuco, Alagoas, Bahia e Maranhão.

Como resultado agregado, além do crescimento da renda, a economia do Nordeste cresceu acima da média do Sudeste e do Brasil e o ritmo de expansão dos empregos também foi superior.

Completa o panorama de mudanças dois fatores estruturais muito importantes: a expansão da rede de cidades de porte médio, e das redes de saúde e, sobretudo, de educação superior, ciência e tecnologia.

No caso das cidades médias, elas são fundamentais porque funcionam como centros de oferta de equipamentos e serviços públicos e privados, agora mais perto das áreas interioranas, que sempre haviam sido preteridas comparativamente ao litoral. Também representam potenciais mercados de produtos e serviços para a agricultura familiar, e mercado de trabalho para a população que não pode ser incorporada na atividade agrícola ou dos pequenos municípios. Isso alivia a pressão sobre os grandes centros e cria uma estrutura mais descentralizada de distribuição demográfica, gerando oportunidades para os jovens do meio rural, onde a pluriatividade aumentou (AQUINO; NASCIMENTO, 2020).

No caso das redes de educação, ciência e tecnologia, sua relevância consiste tanto na ampliação de oportunidades de acesso ao ensino superior como, para além disso, em instalação de capacidades nestes novos centros, algo fundamental para o futuro destes territórios. E não se trata somente dos novos campus universitários, mas também das centenas de institutos de tecnologia, presentes igualmente em cidades de menor porte. Uma verdadeira rede, que antes era privilégio concentrado nas capitais e grandes cidades.

Este conjunto de transformações tem um significado maior: não é apenas o aprofundamento de uma desconcentração produtiva que havia se iniciado décadas antes; trata-se de uma segunda onda de mudanças qualitativas crucial na trajetória do Nordeste.

A primeira havia sido motivada pelo esforço empreendido desde a icônica experiência da Sudene, que levou à criação dos polos dinâmicos mais conhecidos, como o da indústria petroquímica em Camaçari, o de agroindústria e fruticultura irrigada em Petrolina e Juazeiro, entre outros.

O que aconteceu no início do século XXI traz duas novidades. Houve clara interiorização dos investimentos públicos e privados, e a diversificação dos setores produtivos beneficiados. E, especialmente relevante, houve uma transformação inédita no sertão semiárido, que agora conta com universidades, com pelo menos vinte cidades médias, e que teve sua população mais pobre definitivamente incorporada aos circuitos econômicos, ainda que pela via das transferências condicionadas de renda e outras políticas sociais, rompendo as condições de dominação a um só tempo econômicas e políticas daquilo que outrora Caio Prado Jr. havia chamado de setor inorgânico da economia, como bem lembrou André Singer (2012). Isso sem falar do crescente protagonismo das mulheres na vida produtiva e nas organizações da sociedade civil no meio rural nordestino, favorecido pelas mudanças nas estruturas tradicionais de dominação.

Dito de outra forma, se antes já fazia sentido falar em Nordeste (BACELAR, 1995), hoje a heterogeneidade intrarregional é ainda mais marcante. E ela se expressa não somente sob a forma da desigualdade entre litoral e sertão, entre polos dinâmicos e interior, mas como uma impressionante diversidade territorial, justamente porque comporta uma variedade de formas de relação entre o rural e o urbano, entre economia e natureza, entre sociedade, Estado e setor privado. Isto coloca a questão regional em outro patamar, muito distinto daquele em que se formularam as abordagens clássicas e os padrões conhecidos de organização das políticas públicas para o planejamento no Nordeste.

2.2 Os desafios para o planejamento regional

As várias tentativas de promover programas de desenvolvimento territorial ficaram a meio caminho de operar substantivamente com esta diversidade. Foram criados fóruns territoriais e planos de desenvolvimento que tiveram papel importante em mobilizar atores locais e apontar demandas aos governos – é o caso do Programa Territórios da Cidadania, no plano federal, ou de programas estaduais muito inovadores como na Bahia e no Piauí (FAVARETO; LOTTA, 2017).

Estes programas de desenvolvimento territorial trouxeram novidades importantes como a abertura para esta diversidade territorial, ten-

tando moldar intervenções apoiadas justamente na identidade local. Também contribuíram para maior transparência dos investimentos públicos, com a gestão vinculada aos espaços participativos. E permitiram que a ideia de “territórios” fosse incorporada massivamente no repertório e no léxico dos planejadores de políticas públicas. Hoje tornou-se comum falar em territorialização de políticas, algo raro até a década anterior.

Os limites enfrentados também são conhecidos (VALENCIA et al., 2020; BERDEGUÉ; FAVARETO, 2020; FERNANDEZ; FERNANDEZ; SOLOAGA, 2019). Embora tenha havido inovação no sentido de organizar planos e investimentos em uma escala supramunicipal, não se rompeu com o viés setorial das políticas; algo relevante pois, como se verá adiante, uma parte importante da abordagem territorial diz respeito justamente ao caráter intersetorial do desenvolvimento territorial. Outro limite foi o caráter pouco estratégico dos planos e investimentos, que no mais das vezes permaneceu sendo feito de maneira fragmentada e orientado a demandas pulverizadas e de curto prazo postas pelos atores locais.

O caso do programa Territórios da Cidadania é exemplar: de maneira inédita foram mobilizados quase duas dezenas de ministérios, mas com forte ênfase nas áreas de agricultura e políticas sociais. E é impossível transformar as estruturas sociais e econômicas de regiões periféricas sem novas infraestruturas, sem ciência, tecnologia e inovação, sem turismo, sem as ações do Ministério da Indústria e Comércio, entre outras. Reproduziu-se uma dicotomia no planejamento entre áreas dinâmicas e áreas de concentração da pobreza que a própria realidade vinha tratando de superar. Em resumo, houve pouca coordenação entre as políticas e as transformações concretas pelas quais os territórios vinham passando. Talvez porque se conhecia pouco destas novas dinâmicas territoriais nordestinas. E também devido a resistências vindas das estruturas setoriais dos diversos entes governamentais.

A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional poderia ter suprido essa lacuna. Ela foi elaborada sob um desenho bastante inovador, com forte inspiração da experiência

européia, na qual a coesão territorial é um objetivo estratégico assumido e com alto grau de prioridade. Uma interessante tipificação de territórios, investimentos e instrumentos foi desenhada e a opção por uma abordagem multiescalar foi muito ousada e inovadora. Se implementada, esta política seria muito complementar às políticas territoriais, porque visava melhorar as condições de competitividade dos territórios em uma perspectiva de longo prazo e com aportes capazes de alterar estruturas que se traduzem em bloqueios para a alavancagem de novas atividades e de novas formas de inserção econômica e social das áreas e dos grupos periféricos. Nada disso, entretanto, foi adiante, pois os instrumentos de seu financiamento foram bloqueados e não houve força política para mudar a forma de implementar a política regional brasileira (GALVANESE, 2018).

Deste conjunto de transformações em curso, e do aprendizado que as políticas públicas geraram, se esperava que a segunda década do século poderia trazer uma nova onda de inovações nos programas existentes, ou originando outros. Isso, contudo, foi interrompido com a tremenda crise que se instalou no plano nacional, atingindo em cheio a orientação central da agenda pública e inaugurando um novo momento, marcado por inversões de prioridades e por descontinuidades.

2.3 A crise e suas implicações

A crise financeira de 2007/2008, instalada à esteira do estouro da chamada bolha imobiliária, foi bem enfrentada pelo País, em um primeiro momento. Mas a partir de 2012, quase todos os indicadores começaram a se deteriorar, culminando em uma crise inseparavelmente política e econômica no meio do último decênio, que pôs fim ao ciclo experimentado no decorrer da primeira década. Ou, mais ainda, segundo alguns autores como Bresser Pereira (2015), o que se teve foi mesmo o fim do pacto que vigorou desde a Constituição de 1988, que tinha como um de seus pilares o compromisso em torno da expansão de direitos políticos associados à democratização, e de direitos sociais, relativos à expansão do bem-estar da população brasileira, buscando enfrentar a dívida social herdada do período da modernização conservadora e do

pacto autoritário modernizante que prevalecera no período dos governos militares.

O fato é que chegamos ao final da segunda década em situação totalmente distinta da anterior: em vez da expansão de programas, políticas e investimentos, a prioridade à austeridade fiscal, inclusive com congelamento dos gastos públicos; em lugar do virtual pleno emprego, um desemprego alto e a precarização crescente do mercado de trabalho com ocupações sem proteção social e baixa remuneração – os números atuais apontam um desemprego de 12% e a informalidade na casa dos 40% (BARBO-SA; PRATES, 2020); a pobreza volta a crescer a passos largos – somente entre 2015 e 2019 mais de 7 milhões de pessoas voltaram à condição de pobreza; a desigualdade também aumenta de forma intensa (IBGE, 2019a); e apesar dos cortes em despesas e investimentos, a dívida pública aumenta, erodindo ainda mais a capacidade fiscal do Estado. Na segunda metade do último decênio, a economia nordestina primeiro recua, e depois volta a crescer, mas em patamar muito baixo, incapaz de recompor a situação anterior à crise (BNB, 2019).

O cenário futuro, tampouco é favorável, mesmo sem levar em conta os efeitos ainda desconhecidos da brutal retração econômica que se anuncia, causada pela pandemia do coronavírus. No contexto internacional, destacam-se três aspectos, que podem se agravar no horizonte imediato, justamente por conta dos efeitos associados aos eventos de 2020:

- **Primeiro**, as mudanças nos padrões técnicos que vêm revolucionando estruturas produtivas mundo afora, na transição da antiga ordem industrial para a emergente economia do conhecimento onde predominam as atividades terciárias, ao mesmo tempo em que a passagem para a era digital se impõe. Na agricultura, a química vem perdendo espaço como ciência promotora da elevação da produtividade e a biologia avança no patrocínio de uma outra matriz produtiva – a dos orgânicos – esta dialogando muito bem com as unidades de pequena escala e grande diversidade como é a agricultura de base familiar. Mas o Brasil, mergulhado em suas crises, não vinha acompanhando com vitalidade tais transformações;

- **Segundo**, ressalta-se aqui que já havia uma desaceleração da produção global, associada à redução do crescimento da China. Em grande medida isto se explica pelo novo posicionamento do crescimento chinês, que na década anterior se dava na casa dos dois dígitos e em 2019 ficou próximo dos 7%, quase a metade dos anos mais exuberantes. E não se trata de algo conjuntural, e sim, de uma nova orientação estratégica do governo do país asiático: crescer menos, mas mudando sua matriz produtiva com bens de maior valor agregado, e também enfrentando a desigualdade criada no ciclo anterior. Isto representa menor demanda pela importação de gêneros como minérios e soja, com claro reflexo para o posicionamento do Brasil na ordem internacional, destacadamente com a necessidade de depender menos das exportações destas commodities, que dificilmente alcançarão o mesmo volume e a mesma valorização do período anterior. Não por acaso, os preços internacionais das commodities estão abaixo do patamar de 2011, tendo como efeito certa vulnerabilidade comercial. Quase todos os países da América Latina que dependem dos produtos primários para o equilíbrio da sua balança comercial vinham enfrentando dificuldades e no Brasil não é diferente. Como esta tendência é histórica – a primeira década do século representou uma exceção, e não a regra na valorização das commodities no mercado internacional –, agravada pela nova estratégia de crescimento do governo chinês, já mencionada, há uma grande interrogação sobre como o Brasil se comportará em termos de suas perspectivas de competitividade e de financiamento do desenvolvimento. Já a agricultura familiar brasileira é essencialmente voltada para o mercado interno e a demanda por alimentos tende a crescer, sobretudo se a cultura da alimentação saudável predominar nas novas gerações;

- **Terceiro**, a instabilidade econômica internacional, que já era afetada pelo menor ritmo de crescimento, agora deve dificultar ainda mais uma retomada maciça de investimentos externos no Brasil. Se forem confirmadas as expectativas de que possam ser adotados vigorosos programas de retomada do crescimento nos países mais ricos, isso pode exercer uma força centrípeta sobre os investimentos, con-

centrando ali as melhores oportunidades para o capital. Isso, somado aos problemas internos, agrava os problemas de desvalorização cambial, o que no futuro pode gerar pressão inflacionária e dificuldades para importações relevantes à modernização tecnológica de setores produtivos de ponta.

Um desafio, portanto, é como atrair capitais orientados à promoção do crescimento econômico nacional. Havia uma aposta na agenda de reformas liberais do atual governo, em especial, aquela que trata do sistema público de previdência, e uma possível onda de privatizações. A pandemia da Covid-19 traz uma sombra de dúvida sobre esta agenda, agora tendo como pauta as reformas tributária e administrativa, diante da pressão por elevação do gasto público para fazer frente à crise. E ainda que ocorram ambos os processos, seus impactos não tendem a ser imediatos segundo a quase totalidade dos analistas.

Este quadro internacional, como foi dito, condiciona e agrava problemas internos vividos na trajetória recente da economia brasileira. Entre eles podem se destacar os seguintes.

A combinação de fatores mencionados para o cenário internacional indica um ambiente externo marcado por mudanças e pela desaceleração do crescimento internacional, estagnação dos investimentos e queda nos preços internacionais das commodities. Tudo isso se traduz em desestímulos à retomada do crescimento do PIB, sobretudo nos marcos de uma economia, como a brasileira, cada vez mais dependente da exportação daqueles bens primários. Mais que isso, o resultado sobre o equilíbrio da balança comercial e das contas externas pode resultar em pressão sobre o câmbio e sobre a inflação. A alta na cotação do dólar dos últimos meses bem o demonstra.

O fraco crescimento dos últimos anos, associado à revisão para baixo das expectativas de crescimento para 2020, mesmo antes da pandemia da Covid-19, são sinais da dificuldade em reverter os elementos que levaram à crise do meio desta década. Diante das restrições fiscais em manter elevado o gasto público, expandir o emprego e o investimento e valorizar salários – como se viu até a crise –, somado ao contexto de estabilidade ou declínio nos preços das commodities – que deve se manter como indicado

acima –, ainda não há outro motor forte para o crescimento econômico.

Por outro lado, há dúvidas e controvérsias quanto ao teor da agenda que vinha sendo praticada, que significava justamente menor investimento e menor valorização do poder de compra, com repercussão para a demanda agregada. O argumento de que um cenário de maior equilíbrio fiscal resultaria em retomada do investimento já vinha se mostrando duvidoso diante da baixa demanda e do cenário externo desfavorável.

Finalmente, a ausência de uma política industrial e a retração na oferta de crédito já vinham influenciando a insuficiente retomada do crescimento, sem falar do necessário engate em novos padrões produtivos, de consumo e organizacionais. Coerente com este contexto, a taxa de desocupação se manteve alta, mesmo após a flexibilização na legislação trabalhista. E parte expressiva das famílias encontra-se em alto grau de endividamento, restringindo seu potencial de consumo e afetando o mercado interno, cujo crescimento foi importante para o desempenho econômico do País na década passada.

E como fica o Nordeste neste preocupante contexto do fim da segunda década do século? Apesar de todo o quadro desfavorável, a trajetória recente do Nordeste vinha revelando, até a eclosão da pandemia da Covid-19, um desempenho que, ao menos em alguns aspectos, destoava do que se passou no conjunto do País. Mas é preciso cuidado nessa leitura, pois estavam se esvaindo alguns dos vetores responsáveis pelo desempenho positivo recente da Região, como se observa a seguir.

A realização de investimentos públicos e privados neste início de século ensejou mudanças qualitativas na estrutura produtiva regional, como já foi destacado. Não só houve complexificação da economia regional, como alguns estados ampliaram sua participação regional. Apesar disso, segue existindo forte concentração nos três estados líderes: Bahia, Pernambuco e Ceará. Como um dos resultados, o Nordeste aumentou sua participação no comércio internacional, como comprador de insumos industriais e fornecedor de produtos primários; e, em alguns casos, manufaturados (BACELAR, 2014).

Apesar disso, ainda há uma persistência de fragilidades na estrutura produtiva, com proble-

mas associados à debilidade da infraestrutura e baixos níveis de inovações e qualificação profissional. Com a crise econômica, parte das obras que constavam na carteira do PAC passaram a ter problema nos fluxos de investimentos. Algumas destas obras são cruciais para a competitividade regional e para a melhor conectividade inter-regional e intrarregional. Para ficar em apenas dois exemplos é o caso de obras rodoviárias e ferroviárias importantes para a conexão entre áreas interioranas e regiões portuárias, como a Transcerrado e a Transnordestina. Outra infraestrutura estratégica para o século XXI, a de telecomunicações, ainda é frágil e precisa ser priorizada em um ambiente onde fluxos de dados e de voz são crescentemente estratégicos e a exclusão digital surge como nova ameaça a se juntar às herdadas de séculos anteriores.

As capitais e cidades litorâneas continuam sediando a maior oferta de infraestrutura, bens e serviços, apesar dos avanços nas cidades médias no interior, que podem vir a ser pontos de convergência e de irradiação de efeitos positivos, a depender das formas como se criem encadeamentos territoriais, tanto na estrutura econômica como na oferta de equipamentos e serviços públicos e privados.

Isto merece especial atenção, destacadamente em um período de mudanças profundas na dinâmica dos Cerrados e do Semiárido. No caso dos Cerrados, com a expansão da moderna agropecuária, sobretudo na produção de grãos; no caso do Semiárido, com a elevação do padrão de vida e de consumo das famílias rurais, além da expansão dos investimentos em energia e infraestrutura de transportes e de serviços estratégicos como os de saúde e educação.

É bem verdade contudo que, em especial no caso do Semiárido, os efeitos da crise econômica e da mudança no padrão do gasto público tendem a se fazer sentir de maneira especialmente severa. E que no caso dos Cerrados, trata-se de um modelo produtivo com baixa capacidade de inclusão social, por conta do padrão tecnológico altamente poupador de trabalho aplicado na produção da soja.

Por fim, se a década passada foi marcada por uma redução das desigualdades, isto também ocorreu no Nordeste, mas o ritmo na Região foi mais lento do que no restante do País, revelando o caráter resiliente das estruturas locais e um potencial

limitado de inclusão produtiva em novas atividades dinâmicas. A expansão destes setores também tem resultado em novos problemas ambientais como desertificação ou pressão sobre os recursos hídricos (BUAINAIN et al., 2018).

Em síntese, de todo o quadro esboçado nas seções anteriores, importa sublinhar dois aspectos, que serão retomados posteriormente na conclusão, quando serão abordados os desafios futuros para o planejamento territorial.

Primeiro, os sinais de melhoria no desempenho econômico regional são inegáveis, para o conjunto da Região. Os três motores que favoreceram este desempenho positivo foram: investimentos produtivos e em infraestrutura, com papel destacado para o financiamento público de tais iniciativas; a qualidade e o volume do gasto público na proteção social e no favorecimento de maior participação econômica das famílias mais pobres; e a expansão da agropecuária, destacadamente, nos Cerrados do sul dos estados do Maranhão e do Piauí, ao lado de crescente valorização econômica, social e cultural da produção familiar.

Segundo, e aí está o risco para o futuro, os três motores de transformações mencionados encontram-se com o potencial enfraquecido nesta segunda metade da presente década, o que faz crer que dificilmente o desempenho dos próximos anos repetirá aquele visto na década passada. Para 2019, a estimativa de crescimento do PIB já era de apenas 0,2%, com previsão mais favorável na agropecuária (1,4%); o PIB industrial tinha recuo estimado em 0,2% e o de serviços, oscilação positiva de 0,2% (BNB, 2019). Tudo isso deve repercutir drasticamente sobre indicadores sociais.

Talvez pela primeira vez desde a Constituição de 1988 se veja uma estagnação ou até reversão de alguns indicadores que vinham apresentando avanço continuado. Por isso é fundamental ter em mente que, sobre o futuro, talvez não baste repetir o passado.

3 POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: O QUE FOI FEITO E SEUS LIMITES

Esta seção tem dois objetivos: mostrar como, no caso das políticas de agricultura familiar e desenvolvimento rural também vale o que foi

dito antes para a questão regional – isto é, os progressos foram inegáveis, mas os fatores que levaram àquele desempenho positivo parecem não ter mais a mesma força de outrora; e, como decorrência desta constatação, pretende-se argumentar como e porque uma atualização da agenda de políticas neste tema pode representar uma boa oportunidade para inaugurar um ciclo novo de iniciativas pautadas justamente na valorização substantiva da diversidade territorial nordestina, com o olhar em novos tempos.

3.1 Os 25 anos de políticas para a agricultura familiar

A expressão agricultura familiar surgiu no vocabulário de gestores de políticas públicas, pesquisadores e movimentos sociais no Brasil no início dos anos 1990. É importante entender o porquê desta novidade para pensar em sua atualidade um quarto de século depois.

A ideia de agricultura familiar substituíra, com maior acuidade, conceitos correlatos anteriores como campesinato e pequena produção, como mostraram Abramovay (1992) e Veiga (1991) em livros muito influentes à época. Não se tratava mais, na virada do século, de unidades autônomas, marcadas pelo autoconsumo e pela subordinação direta aos latifúndios, como no caso do campesinato clássico. Nem de uma forma de produção marcada pelo volume reduzido, como no caso da pequena produção em bases mercantis. O agro brasileiro passava por uma transformação profunda com total integração aos mercados internacionais e uma racionalidade capitalista atingia agora todos os cantos do Brasil rural. Agricultura familiar se firmou como uma categoria mais abrangente, que em certo sentido compreendia as formas anteriormente mencionadas, mas também um segmento que produzia em montante considerável, plenamente inserida em mercados de diferentes tipos, e que tinha como traço distintivo o fato de que a gestão da unidade produtiva e o trabalho empregado vinha predominantemente dos membros da própria família (LAMARCHE, 1993).

O debate sobre a importância da agricultura familiar é, em certo sentido, importado da experiência estadunidense e europeia, locais que tiveram seu modelo agrícola baseado nesta forma

de produção, e não em grandes empresas agropecuárias apoiadas em trabalho assalariado. Naquele caso, isso foi peça fundamental do próprio processo de desenvolvimento industrial e da urbanização ocorrida no período pós grandes Guerras Mundiais. Estruturar a modernização agrícola sobre uma ampla base de agricultores familiares permitiu, a um só tempo: a formação de uma classe média nos campos; evitar um êxodo para os grandes centros em busca de empregos urbanos; com isso, evitar o crescimento desordenado e desmesurado das grandes metrópoles; e conseqüentemente, evitou-se também a explosão dos preços do solo urbano e do custo de vida nas grandes cidades.

Em resumo, na experiência europeia, em grande parte, isso favoreceu um padrão demográfico de crescimento mais desconcentrado e com uma transição mais moderada para o período urbano industrial. Mas não só. O fato de se tratar de empresas familiares tornava o custo de produção mais baixo, devido ao autoemprego. O custo de reprodução social destes agricultores familiares era menor, pois parte dos gastos típicos de um trabalhador urbano, em seu caso, não existiam: o custo da moradia, do transporte. Nem tampouco estava presente a taxa de acumulação de capital reproduzida como aquilo que Marx outrora havia denominado como a mais-valia. Esta exploração do trabalho pelos trabalhadores, eles mesmos, permitia um custo final menor dos produtos agrícolas. E isso, associado aos pesados investimentos governamentais do Estado de bem-estar social da época, fazia com que o custo de reprodução do trabalhador urbano, com alimentação, mas também com outros bens, fosse menor, liberando massa salarial que podia então ser destinada ao consumo de outros bens e serviços, que favoreceram a industrialização (ABRAMOVAY, 1992).

No Brasil, nada disso ocorreu, ao menos dessa forma. Nossa urbanização e industrialização se deram de forma parcial, e incompleta, porém intensa. Parcial, porque mesmo no auge da industrialização, a participação desse setor no PIB nacional ficou na casa do um terço do total; pior: desde os anos 1980 vem recuando gradativamente e hoje voltamos aos 14%, mesmo patamar dos anos 1940, antes de todo o esforço empreendido no período desenvolvimentista. Incompleta, porque ela ficou durante

décadas muito concentrada no Sudeste do País. É verdade que há uma desconcentração da atividade industrial, como já foi mencionado, mas bastante lenta, e em certo sentido reconcentrada em polos dinâmicos. Intensa, porque ocorreu de forma rápida, no intervalo de uma geração. No caso da urbanização, basta lembrar que até a década de 1960, 80% da população brasileira vivia nos campos, e apenas um quarto de século depois esse número havia simplesmente se invertido, com oito em cada dez brasileiros vivendo em cidades de diversos portes, mas com uma explosão das metrópoles no período.

Quando a expressão agricultura familiar passou a ser adotada nas políticas públicas no Brasil, já havíamos, portanto, perdido uma primeira grande oportunidade. Ainda que de outra forma, não é de outra coisa que falava Celso Furtado, quando defendia a necessidade de levar a industrialização ao Nordeste, mas ao mesmo tempo chamava a atenção para a importância de se fazer, simultaneamente, uma significativa distribuição de ativos – terra e educação, sobretudo, além de alterar a organização produtiva do Nordeste rural, onde o produtor familiar estava “embutido” no latifúndio, era expulso por ele ou corria para áreas “livres” menos adensadas – isso abrangia nada menos do que três das quatro diretrizes do GTDN. Assim se preconizava a geração de uma nova dinâmica no que era, então, a periferia do capitalismo brasileiro. Algo que se expressava nas chamadas reformas de base, que nunca foram feitas.

Nos anos 1990, o que levou o Estado brasileiro a adotar um programa para a agricultura familiar foi o reconhecimento de que havia um segmento que produzia tanto ou mais do que as grandes fazendas, ainda que praticamente sem nenhum apoio governamental. Esta era a constatação do que ficou conhecido como estudo FAO/Incrá (1994). Nele se propunha uma tipificação da agricultura familiar brasileira. Foi muito discutida a classificação dos estabelecimentos familiares em consolidados, em transição, e periféricos. O estudo FAO/Incrá se prestou a várias interpretações. Em uma delas, as políticas de crédito deveriam se direcionar aos dois primeiros segmentos; e ao terceiro, caberiam políticas predominantemente sociais, e não produtivas. Claro que a maioria da agricultura familiar nordestina, mesmo representando

quase metade da agricultura familiar brasileira, estava na terceira categoria.

O Estado brasileiro do começo dos anos 1990 enfrentava sérios problemas fiscais. A criação do que viria a ser o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) resultou de uma aliança entre reivindicações dos movimentos sociais – que com as mobilizações conhecidas como Grito da Terra demandavam uma política com este teor –, da intelectualidade – que ao introduzir a relevância da ideia de agricultura familiar como algo moderno e experimentado em países capitalistas centrais conferia legitimidade a este discurso –, e da burocracia governamental – que via no apoio a este segmento uma oportunidade de alcançar bons resultados, com custos mais baixos do que aquele envolvido no financiamento à grande produção agropecuária do País.

Estavam dadas as condições para que se fizessem dois traços que marcariam a história do Pronaf: seu caráter complementar, adjacente, comparativamente à prioridade dada para os grandes produtores agropecuários; e sua prioridade a um segmento da agricultura familiar que se concentrava sobretudo no Sul e Sudeste do Brasil.

A isso os estudos realizados na virada para os anos 2000 apontavam um outro limite (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999): nem tudo se podia fazer, para usar um jargão conhecido, “da porteira pra dentro”. Isto é, o Pronaf era um programa de crédito, e sem modificar o entorno dessa agricultura familiar, suas perspectivas seriam muito limitadas. Desde o começo, ao lado das linhas de crédito de custeio e investimento, havia sido desenhada uma linha chamada Pronaf Infraestrutura, dedicada à construção de obras como agroindústrias, estradas e outras, destinadas a melhorar os fatores de competitividade da produção agrícola familiar.

Ao lado destas avaliações do Pronaf e sobre os assentamentos da reforma agrária, três linhas de pesquisa marcaram profundamente o ambiente intelectual dedicado aos estudos rurais no Brasil em fins dos anos 1990. É fundamental destacá-los, pois mudaram a forma de conceber as condições de reprodução da agricultura familiar e dos espaços rurais, embora tenham sido absorvidos apenas parcialmente nas inovações

que viriam a ser introduzidas nas políticas públicas dos anos 2000.

Estas linhas de pesquisa eram: o Projeto Rurbano, conduzido por José Graziano da Silva, na Unicamp; os estudos sobre desenvolvimento territorial, tendo como maiores expoentes José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, na USP; e um amplo e diversificado leque de estudos organizados em torno da expressão Nova ruralidade, que tinha como um dos principais nomes Maria Nazareth Baudel Wanderley, então também na Unicamp, e posteriormente na Universidade Federal de Pernambuco.

A principal contribuição do Projeto Rurbano (GRAZIANO DA SILVA, 1999), que congregou uma extensa lista de colaboradores em todo o Brasil, foi a constatação de que, na virada do século, boa parte das famílias rurais não obtinha mais seu sustento exclusivamente, e em muitos casos sequer predominantemente, de rendas agrícolas. Isto envolve atividades não agrícolas realizadas no âmbito dos próprios estabelecimentos familiares – como algumas relacionadas ao turismo rural, muito presentes em áreas adjacentes a grandes cidades –, ou outras como o emprego total ou parcial de membros da família em atividades nos núcleos urbanos próximos – caso de um filho ou filha que trabalham no comércio, ou como professor, por exemplo, algo frequente nos pequenos municípios do interior. Em resumo, as famílias eram cada vez mais pluriativas.

Duas constatações derivavam disso para as políticas públicas: planejar o desenvolvimento rural não implicava mais, somente, em estimular a produção agropecuária; e era importante, conseqüentemente, tomar como base empírica de análise e planejamento de investimentos públicos uma unidade territorial mais ampla, para além das zonas rurais, envolvendo agora também a esfera do mercado de trabalho urbano, que se mesclava com o rural. Quase nada disso se traduziu, no entanto, em políticas e programas à época.

Já no caso dos estudos sobre desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2002, entre outros), houve incidência direta sobre a moldagem de políticas públicas. Ao assumir o comando do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, José Eli da Veiga

levou para a esfera governamental a nova retórica (VEIGA et al., 2001). Inicialmente isso se traduziu em uma experiência embrionária e experimental, ainda no final do governo Fernando Henrique Cardoso, transformando parte dos recursos da antiga linha Pronaf Infraestrutura em um Pronaf Infraestrutura intermunicipal. Isso viria ser fortemente ampliado posteriormente, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), então já sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Porém, essa incorporação da retórica territorial foi parcial. Os mais importantes recados da literatura eram os seguintes. As transformações demográficas e nos mercados haviam implodido a unidade espacial básica de planejamento que até então eram os estabelecimentos agropecuários ou, no máximo, a zona rural dos municípios – a dinâmica de reprodução das famílias se estruturava agora em outra escala, mais abrangente, os territórios e suas articulações rural-urbano e, muitas vezes, intermunicipal. Também havia implodido o caráter setorial das políticas de desenvolvimento rural, elas precisariam ser cada vez mais intersetoriais – porque as rendas das famílias vinham agora de diferentes setores, como mostrara o Projeto Rurbano, mas também porque o dinamismo que permite gerar empregos e oferta de bens e serviços necessários ao bem-estar rural depende do que acontece na combinação do tecido econômico envolvendo os vários setores de um território; isso é o que vinha sendo destacado por toda uma literatura produzida principalmente na França e na Itália sobre os chamados distritos neommarshallianos e os sistemas produtivos locais. E, finalmente, chamavam a atenção para o fato de que um território é uma unidade concreta, estruturada a partir de certos laços de cooperação, mas também com base em conflitos e em formas de dominação e de disputa pelo controle dos recursos deste território, e no caso dos territórios rurais, a natureza e os recursos naturais são um bem público essencial.

De tudo isso, as políticas públicas absorveram a ampliação da escala geográfica, mas a política territorial continuou apoiando-se predominantemente em um viés setorial, agropecuário e limitado à agricultura familiar (VALÊNCIA et al., 2020; FAVARETO et al., 2020).

Pouco se viu de articulação entre o rural e o urbano. Quase nada se viu de coordenação inter-setorial, sobretudo no âmbito produtivo. Houve sim, maior coordenação com políticas e investimentos sociais, com efeitos indiretos sobre o emprego e a renda dos territórios. Mas isso era insuficiente para traduzir plenamente o enfoque territorial em programas e políticas.

E no caso da literatura sobre nova ruralidade, por fim, a principal ênfase estava relacionada à emergência de uma retórica na qual o rural deixava de ser associado ao velho, ao atrasado e à pobreza. Aquilo que Bernard Kayser (1989) havia chamado de renascimento rural na França, chegava também à América Latina e, pois, ao Brasil. Nesta retórica, muito convergente com as duas anteriores mencionadas acima, o rural não podia mais ser reduzido a uma de suas dimensões, a produção agrícola. Ao contrário, a nova ruralidade trazia uma ênfase na multifuncionalidade destes espaços: eles certamente seguem sendo importantes por suas atividades tradicionais, mas crescentemente importam também outras funções para as sociedades urbanas – o rural como local de moradia, como espaço de vida, de conservação ambiental, de prestação dos serviços ecossistêmicos de que depende o bem-estar humano, entre outros (WANDERLEY, 2000). Novas formas de uso de recursos naturais, portanto, passam a ser mais valorizadas. Anos mais tarde, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), liderou uma série de estudos e promoveu debates que revisitavam as visões tradicionais sobre o rural brasileiro, com destaque para o Nordeste, dos quais Nazareth Wanderley foi ativa participante, enfatizando sempre a diversidade do rural brasileiro e estas transformações (WANDERLEY; FAVARETO, 2013).

Também aqui o impacto sobre políticas públicas existiu, mas não o suficiente para fazer frente às velhas formas da ruralidade. O que se incorporou foi, sobretudo a preocupação ambiental, traduzida em vários programas e experiências de agroecologia ou práticas mais voltadas à conservação da natureza. Já as novas atividades econômicas apoiadas na biodiversidade, na bioenergia e na biomassa, os três ‘b’ de que falava Ignacy Sachs (2009) e que representavam uma possibilidade inaudita para os espaços rurais na transição para o século XXI,

permaneceram, infelizmente, subdimensionadas no discurso de lideranças e gestores ligados à agricultura familiar.

Foi sob o impacto destes três programas de pesquisa, e da nova orientação do Estado brasileiro que em 2000 se ampliou enormemente o volume de recursos aplicados no desenvolvimento rural – entre 2000 e 2015 o Pronaf teve seu orçamento multiplicado por dez – e se criaram vários programas complementares – o Programa de Aquisição de Alimentos, o Garantia Safra, o Bolsa Verde, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o Programa Nacional de Educação do Campo, entre outros (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Além destes, na esfera do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ou outros não diretamente ligados ao agro foram adotadas iniciativas que também tiveram profundo impacto sobre o meio rural, caso dos programas: Um Milhão de Cisternas, Luz para todos, Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar. E havia ainda os programas voltados a tentar coordenar várias destas iniciativas, caso dos Programas Territórios de Identidade, depois ampliado para o Territórios da Cidadania (FAVARETO, 2010) e, em paralelo, o Programa Brasil Sem Miséria (CAMPELLO et al., 2015).

Mais uma vez cabe mencionar a contribuição do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, que se destacou promovendo uma série de eventos e publicações procurando ao mesmo tempo sistematizar e qualificar as políticas para o rural brasileiro. Três iniciativas merecem destaque e reúnem uma quantidade impressionante de informações e análises: os fóruns internacionais anuais sobre desenvolvimento territorial, que ajudaram, inclusive, a disseminar lições da experiência brasileira junto a outros países da América Latina; a Série Desenvolvimento Rural Sustentável, com mais de vinte livros publicados sobre temas estratégicos relativos ao tema; e o estudo que culminou na elaboração da Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros (BITOUN et al., 2017; BACELAR; BEZERRA, 2017). Todas elas iniciativas sob a liderança de Carlos Miranda.

Sob o ângulo das inovações e do montante aplicado por meio deste expressivo conjunto de programas, a história se divide em dois momentos: de 2003 a 2015, quando há significativa ampliação de recursos (GRISA; SCHNEIDER, 2015); e depois de 2015, quando a crise fiscal se instala por completo, quando muda a coalizão de forças sociais à frente do Estado, o que leva à diminuição dos valores investidos, descontinuidade de alguns destes programas, reorganização e reestruturação de outros (FAVARETO, 2017). Ato simbólico deste segundo momento, o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário que representava o lugar institucional das políticas para a agricultura familiar é extinto, e parte dos programas sob sua responsabilidade é alocada no Ministério do Desenvolvimento Social, e outra parte no Ministério da Agricultura.

Esta ruptura tem levado muitas análises a uma leitura excessivamente simplista dos dois períodos, atribuindo somente à ruptura pós 2015 os problemas atuais. Diferente disso, é fundamental compreender que vários programas vinham apresentando também limites. Sob o ângulo dos resultados obtidos, quatro aspectos precisam ser destacados.

Primeiro, a inegável melhoria das condições de vida das populações rurais – praticamente todos os indicadores melhoraram significativamente na primeira década deste século (NOVAIS; ACCA; FAVARETO, 2020). É verdade que os últimos cinco anos têm sido palco de reversões em alguns domínios, como a renda, mas em outros os ganhos não podem ser desfeitos, como no caso da elevação da escolaridade (KOSLISNSKY et al., 2020).

Segundo, houve uma expressiva mudança no perfil econômico das regiões interioranas (BACELAR, 2014). A maior circulação monetária nestas áreas ativou circuitos locais, sobretudo no comércio e serviços. E, no caso das cidades médias, levou a interiorização de investimentos privados com novas atividades econômicas, criando novas centralidades que poderiam ter sido melhor aproveitadas na geração de tramas territoriais e de fortalecimento de mercados locais com os pequenos municípios de seu entorno.

Terceiro, apesar de tudo isso, houve pouca alteração produtiva, resultando em grande dependência dos repasses governamentais. Pouca

coisa mudou nas estruturas produtivas das áreas rurais mais pobres. Em Favareto (2017), já se chamava a atenção para o fato de que parte dos ganhos poderiam ser revertidos se houvesse interrupção dos fluxos de investimentos governamentais. Os recursos das políticas sociais eram da ordem de dez vezes aquilo que era investido nas políticas produtivas para a agricultura familiar. E boa parte do dinamismo dos pequenos municípios vinha se assentando em atividades de comércio e serviços, justamente ativadas pelo gasto social. Não por acaso, portanto, com a crise e as políticas de austeridade fiscal adotadas na segunda metade da década, a pobreza voltou a crescer a passos acelerados.

Quarto, isso acontecia porque muitos dos programas experimentados na primeira década precisavam ser atualizados, à luz dos aprendizados gerados. É inegável que eles alcançaram resultados expressivos, mas já desde 2012 muitos deixavam de apresentar o mesmo desempenho. Para ficar em alguns exemplos: a pobreza, que caiu fortemente na primeira década, desde então já começava a se mostrar mais resiliente; o Pronaf, que em determinado momento se expandiu para os agricultores pobres do Nordeste, voltava a passar por forte concentração no Sul e no Sudeste e entre os segmentos mais capitalizados; o Programa de Aquisição de Alimentos enfrentava problemas de escala e de burocracia na sua implementação; e, principalmente, ficava claro que faltava coordenação entre os programas (LÓTTA et al., 2020). MELLO (2018) mostra, por exemplo, como apenas dois em cada dez agricultores familiares tiveram acesso a mais de um programa público de apoio à produção – quem recebeu crédito não recebeu assistência técnica, quem recebia luz e água não recebia políticas produtivas, e assim sucessivamente.

Em resumo, tudo apontava para a necessidade de uma nova geração de políticas públicas, em uma trajetória que, no entanto, foi interrompida pela crise. Mas deve ter ficado claro também que ao imaginar o futuro, não se trata somente de reeditar o que vinha sendo feito. Seja porque os resultados já não vinham se expressando com a mesma força no início do último decênio. Ou, principalmente, porque o contexto de agora e dos próximos anos tende a ser muito diferente, tanto em função de mudanças profundas em curso aqui já assinaladas, como também

pelos impactos da crise atual. Será necessário, portanto, inaugurar uma nova etapa, apoiada na valorização da experiência passada, é claro, mas também mobilizando conteúdos totalmente novos, de forma a avançar na transição sugerida com a emergência do enfoque territorial do desenvolvimento e com a narrativa da nova ruralidade. Algo que só pode ser feito nos marcos de uma nova política regional, expressa em uma renovada estratégia de desenvolvimento territorial para o Nordeste.

3.2 Porque a agricultura familiar e o desenvolvimento das regiões interioranas do Nordeste podem ser um vetor de um novo ciclo de desenvolvimento

Os próximos anos ainda serão marcados por restrição fiscal, necessidade de retomar o crescimento, e dificuldades em obter os mesmos ganhos com a exportação de commodities comparativamente ao que se teve no início do século XX. E muitos elementos estruturantes do mundo antes da pandemia estarão em questão, como o alto grau de concentração da riqueza e de desigualdade social, o padrão de relação sociedade-natureza, o avanço da globalização nos termos de outrora, o padrão de construção de cadeias globais de valor, entre outros. Ao mesmo tempo, será um período difícil, e não de abundância de investimentos públicos ou privados, internos ou externos. Mais ainda, será um período de incertezas, pois o mundo estará se readaptando diante do risco representado por novas situações similares a esta provocada pela pandemia da Covid-19.

As áreas interioranas do Nordeste têm vantagens constituídas graças às transformações sociais, econômicas e demográficas mencionadas e que precisam ser aproveitadas, de forma a promover uma transição para o século XXI, diante de contexto tão adverso. Que vantagens são essas?

I) A **primeira** e, talvez mais importante, é a rede de cidades de médio porte que criou novas centralidades no vasto semi-árido nordestino e ajudou a redefinir as relações campo-cidade no meio rural da Região. Como já foi dito, elas são importantes pelo lado da oferta e pelo lado da demanda: representam bases de infraestrutura e serviços fundamentais para o de-

envolvimento regional, e são mercados potenciais para a população de seu entorno. No entanto, pouco ou nada há de políticas para favorecer a conectividade física e virtual entre estes novos centros e o mar de pequenos municípios que poderia ter, com eles, vínculos muito mais dinâmicos. Isto se expressa em articulações territoriais na economia, mas também nas áreas de educação, promoção da inovação, saúde e outras;

II) A **segunda** vantagem sobre a qual deve se estruturar uma nova política regional, portanto, é a interiorização das redes de educação superior, ciência, tecnologia e inovação. São dezenas de universidades e centenas de institutos tecnológicos (IFs) com uma invejável capilaridade. Apesar disso, pode-se perguntar: quais são os projetos que hoje aproximam estas redes entre si, e com a rede de educação pública destinada às crianças e aos jovens das áreas rurais e dos pequenos municípios do Nordeste? Exceto experiências isoladas, pouco há de efetivo sobre isso. Muito pode ser feito para aproximar estas estruturas, e para fazer desta rede a base para uma inovação rápida e revolucionária de atividades produtivas e de programas públicos no interior do Nordeste. Um exemplo é o Centro de Desenvolvimento Regional (CDR), implementado com o apoio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, em articulação com a Câmara dos Deputados, e apoio do Ministério da Educação através do sistema universitário, em Campina Grande;

III) A **terceira** vantagem é a natureza. No mundo do século XXI não é mais concebível associar o rural nordestino às restrições ambientais relativas a solos pobres ou à restrição hídrica. Claro que estes problemas existem. E é certo também que novos problemas avançam como o risco de desertificação. Mas o tratamento da questão ambiental hoje vai muito além da aptidão de solos e áreas à produção agrícola. Há mercados para produtos típicos e representativos da biodiversidade local, dos pequenos animais à fruticultura. Nos marcos das negociações climáti-

cas haverá cada vez mais financiamento para práticas de conservação e para a chamada agricultura regenerativa. O reservatório genômico do amplo espaço nordestino tem enorme potencial e poderá ser de utilidade incomum se aplicada à saúde – produção de fármacos – ao desenvolvimento de novos materiais, e em particular, à segurança alimentar. A Região oferece ainda condições climáticas extremamente favoráveis para a geração sistemática de energias limpas e renováveis, enquanto no campo fitoterápico, entre as diversas espécies do bioma, várias plantas são notoriamente consideradas como medicamentosas pelo uso das suas folhas, cascas e raízes, ou podem ser usadas como bioinseticidas e fitocosméticos, revelando o enorme potencial em novos usos da biodiversidade. Muitas dessas atividades podem ser praticadas por produtores familiares. E com isso, a imagem do Nordeste de solo rachado e lócus da extrema pobreza tem uma boa possibilidade de ser revertida.

O Plano Regional de Desenvolvimento – PRDNE, elaborado pela Sudene em 2019, com base em contribuição do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), destaca justamente que o bioma Caatinga tende a ser revisitado, pois a valorização da biodiversidade é uma tendência que veio para marcar o século XXI, e que o “rico patrimônio de suas oito ecorregiões é constituído por diferentes espécies de vegetação de savanas e florestas adaptadas às condições semiáridas, o que significa, pelas suas características, que grande parte do patrimônio biológico dessa unidade biótica não pode ser encontrada em outra região do nosso planeta” (SUDENE, 2019, p. 16).

IV) A **quarta** vantagem, sem a qual nenhuma das anteriores pode ser ativada, é o povo que habita estas áreas interioranas e rurais do Nordeste. Ao contrário de outras regiões, como o Centro-Oeste do Brasil, na qual o modelo econômico levou a um esvaziamento dos campos, no Nordeste ainda há uma concentração razoável de pessoas habitando as áreas rurais e os pequenos municípios. Isto é uma vantagem, porque representa

uma força de trabalho capaz de gerar riquezas, a partir de investimentos e incentivos que, justamente por se tratar de uma região mais pobre, são menos custosos comparativamente aos grandes centros urbanos. É o que Amartya Sen (2000), economista indiano e ganhador do Nobel de Economia chamou de Economia dos custos relativos. Um arranjo inteligente de investimentos públicos e privados pode ativar estes circuitos locais a partir de pequenos aportes, e com efeitos encadeadores muito significativos para as famílias e para o território.

Vale lembrar que o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019b) mostra que agricultura familiar brasileira se concentra no Nordeste, onde estão nada menos do que 1,8 milhão de estabelecimentos agropecuários, dos quais quase 90,0% estão no grupo dos mais pobres (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição da agricultura familiar nas regiões brasileiras – 2017

Regiões	Nº Estabelecimentos	%
Norte	480.575	12,3
Nordeste	1.838.846	47,2
Sudeste	688.945	17,7
Sul	665.767	17,1
Centro-Oeste	223.275	5,7
Brasil	3.897.408	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019b).

No entanto, nada destas quatro vantagens acima mencionadas valerá, se as forças sociais do Nordeste não se comprometerem com uma renovação do projeto regional. A crise desta virada para a terceira década do século XXI traz uma nova oportunidade: será preciso reinventar o futuro sob o contexto de restrições que se anuncia. Pode-se desperdiçar esta chance insistindo pura e simplesmente na agenda da austeridade que já vinha mostrando sua inadequação para um país com as características do Brasil. Pode-se também desperdiçar esta chance tentando reeditar programas e políticas que deram certo no passado, mas isso significaria ignorar seus limites e, sobretudo apoiar-se em con-

dições que não mais existem. Ou, o que seria bem melhor, o Nordeste pode resgatar sua tradição de inovação em políticas regionais e ousar reimaginar o futuro. E, nele, há espaço destacado para a produção familiar, em um Brasil carente de resiliência e criatividade, o que não falta aos nordestinos. Basta ver a solidez de sua cultura, outro potencial a se aproveitar em tempos de ascensão da chamada economia criativa. É disso que se trata.

4 A TÍTULO DE CONCLUSÃO: POR UM FIM DAS POLÍTICAS TERRITORIALMENTE CEGAS E PELA VALORIZAÇÃO DA INOVAÇÃO

As mensagens principais e que condensam o que se tentou explicitar no decorrer deste texto podem ser resumidas em duas ideias. Os anos recentes trouxeram uma nova onda de transformações estruturais para o desenvolvimento do Nordeste, mas parte dos motores destas mudanças perdeu potência na crise atual e, como decorrência, os efeitos positivos que vinham sendo gerados não tendem a se repetir de igual maneira no futuro imediato; logo, não basta repetir o passado. E o mesmo pode ser dito a respeito da agricultura familiar: nunca este segmento foi tão beneficiado como neste início de século XXI na Região, mas o novo contexto traz consigo a ameaça de reversão de parte significativa dos avanços experimentados; também nesse terreno, é preciso reinventar o futuro.

Para além desta constatação, nas páginas anteriores se mostrou também que as mudanças recentes, no desenvolvimento regional e no desenvolvimento rural do Nordeste, criaram uma nova condição interna e de inserção externa, novas vantagens que podem ser a base para um novo ciclo, desde que a política regional seja igualmente reinventada.

Uma política deve expressar uma estratégia. E no caso do Nordeste do século XXI será preciso fazer aposta firme na inovação e melhor coordenar as políticas em torno de um projeto de transformação cujo principal elemento deve ser o tratamento afirmativo da sua diversidade territorial.

Não se trata de inventar um grande número de instrumentos, mas de melhor coordená-los e dar-lhes um sentido renovado, coerente e consistente com a nova tessitura da economia e da sociedade

nordestina, e do mundo que se descortina nesta terceira década. Um mundo no qual o papel estratégico do conhecimento será mais que nunca evidenciado. Onde as políticas promotoras de inovação tendem a nuclear as políticas territoriais, como já ocorre em vários locais, mundo a fora.

De forma complementar, é fundamental reconhecer que toda política setorial tem efeitos territoriais, desejados ou não: a política industrial se expressa nos territórios; a política agrícola se concretiza nos territórios; as políticas sociais se materializam nos territórios; as políticas de educação e as de ciência, tecnologia e inovação dialogam fortemente com as realidades territoriais.

É sabido que o Nordeste não é algo homogêneo e, a rigor, nunca o foi (BACELAR, 1995). Mas as décadas recentes tornaram esta heterogeneidade ainda mais flagrante. O já mencionado estudo produzido pelo IICA (BACELAR; BEZERRA, 2017; BITOUN et al., 2017; IICA, 2017) identificou vinte e seis diferentes tipos de territórios rurais no Brasil, todos eles em novo modo de relação com o urbano, onze dos quais estão no Nordeste. E os demais artigos reunidos neste dossiê da REN apresentam dez retratos atualizados, elaborados com base nos resultados definitivos do Censo Agropecuários 2017, que espelham a diversidade da agricultura familiar em cada um dos estados e no conjunto da Região.

No que se refere ao mundo rural, a pergunta que precisa ser feita é: quais são os instrumentos de política pública, sobretudo para o amplo semiárido, especificamente desenhadas para o entorno das dinâmicas das cidades médias, e que outras são moldadas para o semiárido mais afastado destes centros dinâmicos? Noutra direção se pode perguntar, em que medida a política ambiental é adaptada em suas prioridades e instrumentos para as áreas de expansão agrícola nos Cerrados do Nordeste ou para áreas como o agreste, próximo da faixa litorânea e de sua importante rede de cidades?

Em cada um dos territórios rurais nordestinos, novas vantagens comparativas precisam ser mobilizadas de formas diferentes, porque elas se expressam de maneira diversa. Sem dialogar com esta realidade concreta, a Região é pura abstração. A desigualdade continua sendo o problema central do Brasil e em especial do Nordeste, mas a diversidade é um ativo estratégico central. Operando afirmativamente com esta diversidade, o Nordeste

estará resgatando sua melhor tradição de planejamento regional, e dando continuidade, hoje, àquilo que sonharam seus grandes nomes do passado, como Celso Furtado, que neste ano completaria seu centésimo aniversário.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Campinas: Ed. Hucitec/Anpocs/Ed.Unicamp. 1992.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios. **Economia Aplicada**, v. IV, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Brasília: Ipea. 1999. (Texto p/ Discussão n. 641).
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. Heterogeneidade e dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do Nordeste brasileiro. **Revista Grifos – Unochapecó**, v. 29, n. 50, set./dez. 2020. (No prelo).
- BACELAR, T. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/Editora da Unesp, 1995. p. 125-156.
- BACELAR, T. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-560.
- BACELAR, T.; BEZERRA, M. L. Introdução. In: MIRANDA, C. (Org.). **Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. Brasília: IICA, 2017. p. 31-38. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 22).
- BANCO MUNDIAL. **Effects of the business cycle on social indicators in Latin America and the Caribbean: when dreams meet reality**. Semiannual Report – Office of the Regional Chief Economist. 2019. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/182351554446580574/pdf/Effects-of-the-Business-Cycle-on-Social-Indicators-in-Latin-America-and-the-Caribbean-When-Dreams-Meet-Reality.pdf>.
- BANCO MUNDIAL. **A economia nos tempos de Covid-19**. Relatório semestral sobre a região da América Latina e Caribe. 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/33555>. 2020.
- BCG. **From wealth to wellbeing**. Boston: BCG. 2013.
- BERDEGUÉ, J.; FAVARETO, A. Balance de la experiencia latinoamericana de desarrollo territorial rural y propuestas para mejorarla. In: BERDEGUÉ, J.; CHRISTIAN, C.; FAVARETO, A. (Orgs.). **Quince años de desarrollo territorial rural en América Latina: ¿qué nos muestra la experiencia?** Buenos Aires: Ed. Teseo, 2020. p. 11-57.
- BITOUN, J. et al. Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros. In: MIRANDA, C. (Org.). **Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. Brasília: IICA, 2017. p. 39-238. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 22).
- BNB. **BNB Conjuntura Econômica**. Fortaleza, n. 61, out./dez. 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/banco-do-nordeste-conjuntura-economica>.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2015.
- BUAINAIN, A. M. et al. Desafios para uma agricultura sustentável: abordagem baseada nos biomas brasileiros. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 6, n. 2, p. 71-97, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/32172/0>.

FAO. **Seguridad alimentaria bajo la Pandemia de COVID-19**. 2020. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/rlc/docs/covid19/Boletin-FAO-CELAC.pdf.

FAO/IN CRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília. 1994.

FAVARETO, A. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva: uma década de experimentações. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 47-63, 2010.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. **Revista Raízes**, v. 37, n. 2, p. 7-26, 2017.

FAVARETO, A. E depois da pandemia? Reinventar o futuro. **Jornal O Estado de S. Paulo**. 2020a. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/e-depois-da-pandemia-reinventar-o-futuro/>.

FAVARETO, A. (Org.). **Agenda 2030 no Brasil rural e interiorano: reflexões e ideias para uma nova geração de políticas**. Rio de Janeiro: IdeiaD Ed., 2020b. (No prelo).

FAVARETO, A.; LOTTA, G. Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros. **REDES – Revista do Desenvolvimento Regional**. Unisc, v. 22, n. 3, p. 11-38, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10409>.

FAVARETO, A. et al. A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente Brasil (2000-2010). **Documentos de Trabajo**. Santiago de Chile: Rimisp. 2014.

FERNANDEZ, J; FERNANDEZ, I.; SOLOAGA, I. Enfoque territorial y análisis dinámico de la ruralidad: alcances y límites para el diseño de políticas de desarrollo rural innovadoras en América Latina y el Caribe. **Documentos de Proyectos**. Cepal: Ciudad de Mexico. 2019.

FMI. **World Economic Outlook, April 2020: the great lockdown**. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>.

GALVANESE, C. **Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente**. Tese de Doutorado. São Bernardo do Campo: UFABC. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp. 1999.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS. 2015.

GUIMARÃES NETO, L. **Nota Técnica sobre as desigualdades regionais no Governo Lula, preparada para o estudo Brasil 2003-2010**. Brasília: CGEE. 2010.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://ibge.gov.br>.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <http://ibge.gov.br>.

IICA. **Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros**. Brasília; IICA. 2017.

KAYSER, B. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin Ed. 1989.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar – comparação internacional: uma realidade multiforme**. Campinas: Ed. Unicamp. 1993.

LOTTA, G. et al. Integração e coordenação de políticas para o desenvolvimento rural no Brasil: análise de arranjos institucionais de implementação. In: FAVARETO, A. (Org.). **Agenda 2030 no Brasil rural e interiorano: reflexões e ideias para uma nova geração de políticas**. Rio de Janeiro: IdeiaD Ed., 2020. (No prelo).

MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil recente e impacto sobre o meio rural.** Brasília: Ipea, 2018.

NOVAIS, F.; ACCA, R.; FAVARETO, A. Desigualdades territoriais: diferenças entre o Brasil rural e o Brasil urbano e metropolitano frente às metas dos ODS. In: FAVARETO, A. (Org). **Agenda 2030 no Brasil rural e interiorano: reflexões e ideias para uma nova geração de políticas.** Rio de Janeiro: IdeiaD Ed., 2020. (No prelo).

SACHS, I. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento.** São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

SUDENE. **Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste.** Recife/PE: Sudene, 2019. Disponível em: http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/planejamento/PRDNE/PRDNE_v.06.12.2019_v2.pdf.

VALENCIA, M. et al. Doce años del Programa Desarrollo Sustentable de Territorios Rurales del Ministerio de Desarrollo Agrario de Brasil. ¿Cómo vamos?. In: BERDEGUÉ, J.; CHRISTIAN, C.; FAVARETO, A. (Orgs.). **Quince años de desarrollo territorial rural en América Latina: ¿qué nos muestra la experiencia?** Buenos Aires: Ed. Teseo, 2020. p. 121-174.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Ed. Hucitec/Edusp, 1991.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 5-19, set./2002.

VEIGA, J. E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: NEAD, 2001. (Série Textos para Discussão, n. 1).

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, v. 15. n. 2, p. 87-145, 2000.

WANDERLEY, M. N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, E. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras.** Brasília: IICA, 2013. p. 413-472. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, n. 21).



AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE DO BRASIL: UM RETRATO ATUALIZADO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Family farming in Northeast of Brazil: an updated portrait from the data of the 2017 agricultural census

Joacir Rufino de Aquino

Economista. Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor Adjunto IV do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Campus de Assú/UERN). joaciraquino@yahoo.com.br

Maria Odete Alves

Engenheira Agrônoma. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do BNB-Etene. moalves@bnb.gov.br

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do BNB-Etene. fatimavidal@bnb.gov.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar a importância e as características socioeconômicas da agricultura familiar da Região Nordeste do Brasil no final da segunda década do Século XXI. Para tanto, utilizam-se dados recentes do Censo Agropecuário 2017, adotando como critério metodológico o recorte da Lei da Agricultura Familiar. Apesar da grave seca que atingiu a área estudada entre 2012-2017, o texto mostra que a agricultura familiar representa a maioria dos estabelecimentos rurais nordestinos, gera ocupação para mais de 4,7 milhões de pessoas, responde por parcela importante da oferta local de alimentos e contribui diretamente para o dinamismo da economia dos municípios da Região, movimentando mais de R\$ 32 bilhões em 2017. Contudo, uma parcela expressiva do segmento ainda é muito pobre e tem o seu potencial produtivo bloqueado por “múltiplas carências de ativos” (acesso precário a terra, a educação formal, a assistência técnica, a tecnologias produtivas etc.). Nesse contexto, a articulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da base de ativos dos agricultores familiares, com foco na geração de ocupação e renda, se constitui em uma ação estratégica para o combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Regional; Nordeste.

Abstract: The aim of this article is to analyze the importance and socioeconomic characteristics of family farming in the Northeast region of Brazil at the end of the second decade of the 21st century. To this end, it uses recent data from the 2017 Agricultural Census conducted by IBGE. Despite the severe drought that hit the region between 2012-2017, the text shows that family farming represents the majority of rural establishments in the Northeast, generating employment for more than 4.7 million people, accounting for an important portion of the local food supply and directly contributes to the dynamism of the economy of the municipalities in the Region, moving more than R\$ 32 billion in 2017. However, a significant portion of the segment is still very poor and its productive potential is blocked by “multiple asset shortages” (precarious access land, formal education, technical assistance, productive technologies, etc.). In this context, the articulation of public policies aimed at strengthening the asset base of family farmers, with a focus on generating employment and income, constitutes a strategic action to combat poverty and promote regional development.

Keywords: Family farming; Regional development; Northeast.

1 INTRODUÇÃO

A categoria “agricultura familiar” começou a ganhar legitimidade social e política no Brasil a partir da primeira metade dos anos 1990, substituindo expressões como “pequenos produtores” ou “agricultores de subsistência”. Desde então, o debate acadêmico sobre o tema tem estimulado um conjunto significativo de pesquisas empíricas sobre sua importância para o desenvolvimento da economia nacional e também para a manutenção do tecido social nos espaços rurais das diferentes regiões do País.

Do ponto de vista das políticas públicas, um dos acontecimentos mais significativos ocorreu com a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996. A criação desse programa pioneiro, resultado das lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo, fez com que a identificação e quantificação dos estabelecimentos agrícolas familiares adquirissem relevância concreta para orientar a intervenção governamental, particularmente no que diz respeito ao financiamento com juros subsidiados, assistência técnica, seguro rural e formas diferenciadas de garantia de compra da produção (GRISA; SCHNEIDER, 2015; MIRANDA; TORRENS; MATTEI, 2017).

De igual relevância foram os estudos pioneiros realizados pelo Convênio FAO/Inra (1995; 1996; 2000) e, principalmente, o Censo Agropecuário 2006 publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009; IBGE/SIDRA, 2012), que tiveram o mérito de gerar um rico banco de dados sobre a situação da agricultura familiar de norte a sul do Brasil. Os resultados dessas pesquisas, além de subsidiar a elaboração de ações públicas em prol do setor, abriram novas possibilidades de estudo sobre a diversidade dessa forma de produção nos territórios rurais brasileiros.

Particularmente no caso do Nordeste, o Censo Agropecuário de 2006 evidenciou que a agricultura familiar se constituía na forma de produção predominante no campo. Além disso, representava metade do contingente desse tipo de produtor no País, tendo também importância significativa na geração de ocupações, na produção de alimentos e nas cadeias produ-

vas que formam o Produto Interno Bruto (PIB) da Região (CASTRO, 2012; COELHO, 2010; GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2011; GUILHOTO; AZZONI; ICHIHARA, 2012).

No período recente, entretanto, faltam evidências que demonstrem a real situação do segmento em nível agregado, bem como seu papel para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, na expectativa de contribuir com os debates sobre a temática, o objetivo do presente artigo é analisar a importância e as características socioeconômicas da agricultura familiar da Região Nordeste do Brasil no final da segunda década do século XXI.

Para tanto, tendo como referência principal os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE divulgados em outubro de 2019, apresenta-se um panorama atualizado da agricultura familiar nordestina enfocando questões relativas ao número de estabelecimentos, área ocupada, condição do produtor, mão de obra ocupada, características tecnológicas, valor da produção, receitas, outras rendas, acesso a financiamentos, entre outras variáveis relevantes.

A estrutura do texto está organizada em quatro seções, além desta Introdução. A segunda parte apresenta uma breve contextualização do campo nordestino, que servirá de pano de fundo para a análise dos dados. A terceira seção descreve a metodologia adotada na pesquisa, destacando a fonte dos dados e os procedimentos de seleção das variáveis utilizadas. A seção quatro apresenta as informações geradas a partir do processamento das estatísticas do Censo Agropecuário 2017 e discute os principais resultados da situação da agricultura familiar no meio rural nordestino. Finalmente, na última parte, apresentam-se algumas considerações sobre o retrato social descrito e os desafios dele decorrentes.

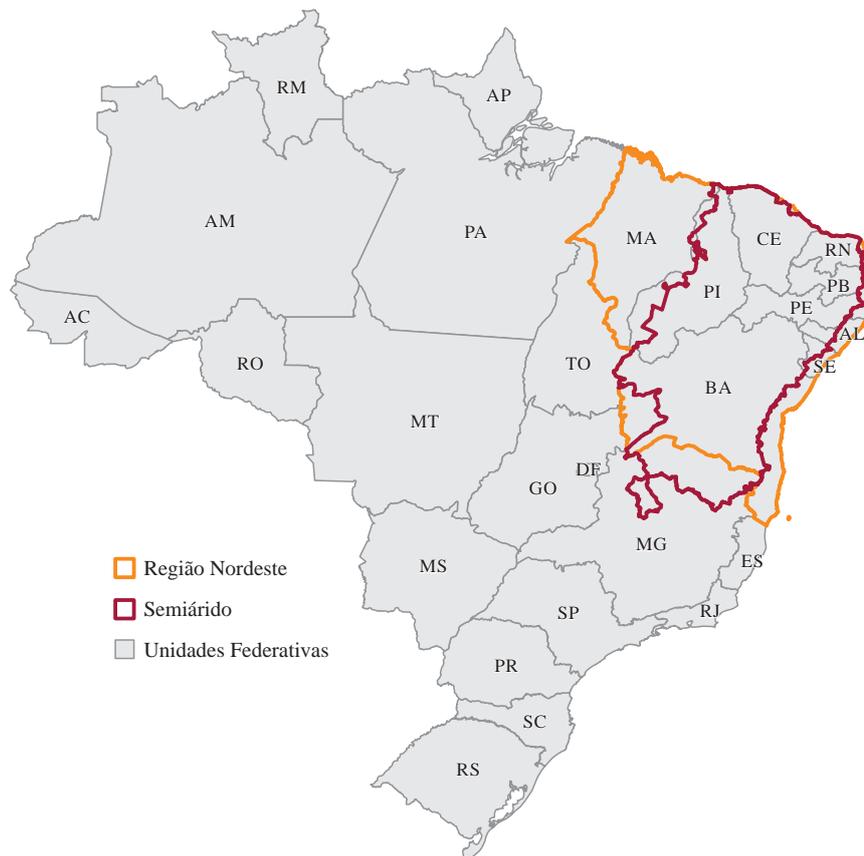
2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CAMPO NORDESTINO NO FINAL DA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

A Região Nordeste do Brasil ocupa uma área de 1,56 milhão de km² (pouco mais de 18% do território nacional) e abriga cerca de 57 milhões de habitantes (IBGE, 2018; 2019). Do ponto de

vista político-administrativo, é composta por nove estados: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Piauí (PI), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE).

Em termos físicos, Andrade (2005) destaca que o território nordestino se divide em quatro sub-regiões naturais: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata, sendo que a maior parcela do espaço regional (64,8%) encontra-se no Semiárido Brasileiro, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 – Localização geográfica da Região Nordeste e delimitação institucional do Semiárido Brasileiro – 2017



Fonte: BNB-Etene (2020).

Abrigando uma população de 26,2 milhões de habitantes (IBGE, 2019), o Semiárido nordestino abrange dois municípios maranhenses e os demais estados da Região, dos quais ao menos quatro possuem mais de 80% dos seus territórios localizados nesse ambiente natural específico – Ceará (98,7%), Rio Grande do Norte (93%), Paraíba (90,9%) e Pernambuco (87,8%) – de acordo com a delimitação institucional atualmente vigente (BRASIL, 2018).

Dentre as características que singularizam o quadro edafoclimático predominante na maior parte do meio rural nordestino, destacam-se (ANDRADE, 2005; MAIA GOMES, 2001): a pluviosidade baixa e irregular, com ocorrência periódica de secas; as temperaturas elevadas

com altas taxas de evapotranspiração; os solos pouco permeáveis e sujeitos à erosão; e a predominância da vegetação de caatinga.

As mudanças socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas repercutiram positivamente na qualidade de vida da população rural nordestina. Porém, os efeitos nocivos das secas continuam atingindo as atividades produtivas, principalmente aquelas desenvolvidas pelos agricultores familiares mais pobres. Observe-se no Quadro 1 que a Região foi atingida por uma das maiores estiagens de sua história recente, quer seja por sua duração (2012-2017), quer seja pelos seus efeitos na ampliação da escassez hídrica regional, sendo, por conta disso, denominada doravante de a “Grande Seca”.

Quadro 1 – Anos de secas registrados no Nordeste Brasil nos séculos XVI a XXI

Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX	Século XX	Século XXI
1553	1603	1709-1711	1803-1804	1900	2001-2002
1559	1606	1720-1727	1808-1810	1903-1904	2005
1583	1614-1615	1730	1816-1817	1907	2007-2008
1587	1645	1732	1824-1825	1909-1910	2010
	1652	1734-1737	1827	1914-1915	2012-2017
	1692-1693	1744-1748	1830-1833	1917	
		1751	1835-1837	1919	
		1754	1842	1921-1922	
		1760	1844-1847	1930	
		1766	1877-1879	1932-1937	
		1771-1772	1888-1889	1941-1945	
		1776-1778	1891	1951-1954	
		1782-1784	1898	1958-1959	
		1790-1794		1962-1964	
				1966	
				1970	
				1976	
				1979-1983	
				1986-1987	
				1992-1993	
				1997-1999	

Fonte: Lima e Magalhães (2018, p. 203). Adaptado pelos autores.

Cabe salientar que a gravidade da Grande Seca (2012-2017) não implicou no esvaziamento das áreas rurais como ocorria durante boa parte do século XX. A melhoria na infraestrutura hídrica e a rede de proteção social (com a expansão das aposentadorias rurais e do programa Bolsa Família), juntamente com outras políticas de incentivo à economia em geral, foram fatores decisivos para a melhoria da capacidade de resiliência das populações do campo. Também contribuiu para isso o crescimento da pluriatividade e das rendas não agrícolas graças à maior integração rural-urbano (AQUINO; NASCIMENTO, 2020; ARAÚJO, 2014; CARVALHO, 2014).

Mas nem todos os setores atravessaram ileso o longo período de seca. A agropecuária re-

gional foi fortemente atingida, principalmente na área do Semiárido. Uma prova disso é que, comparando os resultados dos censos agropecuários do IBGE de 2006 e 2017 em termos de Brasil, apenas a Região Nordeste teve queda tanto no número (menos 131.341) quanto na área (menos 5.180.546 ha) dos estabelecimentos agropecuários. Outro aspecto, demonstrado na Tabela 1, é a redução no total de pessoas ocupadas na agropecuária nordestina, de 7,7 milhões para 6,4 milhões no intervalo de 11 anos entre os dois últimos recenseamentos.

Ainda na Tabela 1, percebe-se que o ano de 2017 é emblemático para agropecuária nordestina. Isso porque ele registra o menor número de área ocupada pelos estabelecimentos agrários desde os

anos 1970. Na mesma direção, nota-se o menor contingente de pessoas ocupadas no setor. Provavelmente, esses resultados não foram piores graças à atuação de organizações do setor público, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que contribuíram decisivamente para apoiar os investimentos do setor no momento de dificuldades provocadas pela estiagem prolongada.

Tabela 1 – Evolução do número de estabelecimentos, área agrícola e pessoal ocupado na agropecuária do Nordeste brasileiro – 1970 a 2017

Anos	Estabelecimentos	Área (ha)	Pessoal Ocupado
1970	2.206.788	74.298.713	7.568.847
1975	2.351.416	78.690.488	8.738.763
1980	2.447.513	88.443.907	9.333.172
1985	2.798.239	92.054.181	10.441.667
1995	2.326.413	78.296.096	8.210.809
2006	2.454.060	76.074.411	7.699.138
2017	2.322.719	70.893.865	6.376.764

Fonte: Séries históricas dos censos agropecuários (IBGE/SIDRA, 2012, 2019).

Com efeito, uma parcela expressiva dos 2,3 milhões de estabelecimentos rurais do Nordeste, que resistiram aos efeitos da Grande Seca e foram identificados pelos recenseadores do IBGE, é da chamada agricultura familiar. Esse segmento faz parte da história agrária nordestina e, como mencionado na seção anterior, desempenha um papel socioeconômico importante no contexto regional. Na sequência, investiga-se quantos são, onde estão e quais são as condições de reprodução social desses produtores no espaço geográfico pesquisado.

3 METODOLOGIA

Os dados secundários utilizados para traçar o perfil e retratar as características socioeconômicas da agricultura familiar no Nordeste do Brasil são provenientes do último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE) em 2017/2018, mas cuja data de referência é 30 de setembro de 2017.

Nas tabulações do referido Censo, que incorpora os princípios legais da Lei n. 11.326/2006 (regulamentada pelo Decreto n. 9.064/2017), são considerados agricultores familiares aqueles produtores que (DEL GROSSI, 2019; IBGE, 2019):

- I) Possuem, a qualquer título, área de até 4 (quatro) módulos fiscais;
- II) Utilizam, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III) Obtêm, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV) Dirigem o seu estabelecimento ou empreendimento estritamente com sua família.

Por exclusão, os estabelecimentos não enquadrados simultaneamente nos critérios descritos são classificados como “Não Familiares” (constituídos por mais de quatro módulos fiscais, tocados predominantemente por trabalhadores assalariados e dirigidos por administradores ou capatazes).

Nessa perspectiva, em sintonia com estudos anteriores (FAO/INCRA, 1995; 1996; 2000; IBGE, 2009), os estabelecimentos agrícolas foram classificados pelo IBGE não exclusivamente por sua área/tamanho, mas principalmente por suas relações sociais de produção, se familiares ou do tipo patrão/empregado.

Uma vez delimitadas as principais categorias de produtores, ou seja, agricultura familiar e não familiar, as seguintes variáveis do Censo Agropecuário 2017 foram eleitas para análise: número de estabelecimentos, área ocupada, mão de obra ocupada, nível educacional, características tecnológicas, valor total da produção (VTP), receitas e outras rendas e acesso a financiamento rural.

Após a definição das principais variáveis, os dados censitários obtidos através do levantamento realizado na plataforma Sidra/IBGE¹ foram organizados em tabelas e gráficos, separando-os por tipos de agricultura e, em seguida, analisados com a finalidade de apresentar o retrato atualizado do conjunto da agricultura familiar nor-

¹ Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>>.

destina, bem como demonstrar sua importância para o desenvolvimento rural regional.

É pertinente registrar que há grande heterogeneidade interna entre os tipos de produtores que formam o universo da agricultura familiar, conforme tem sido destacado pela literatura especializada (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018; GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2011; SCHNEIDER; CASSOL, 2014). Contudo, por conta do limite de espaço e do enfoque geral adotado aqui, esse aspecto importante será abordado apenas de forma complementar ao longo da análise realizada na sequência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: RETRATO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NORDESTINA

4.1 Dimensões da agricultura familiar na Região Nordeste

As informações do último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE revelaram que existiam 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil, em 2017. Desse total, 3.897.408 (76,8%) eram agricultores familiares. Em outras palavras, de cada 100 estabelecimentos recenseados no meio rural do País ao menos 77 eram peque-

nos e tocados predominantemente pela família. A distribuição geográfica do segmento no mapa brasileiro é bastante diversa, mas a maioria localiza-se na Região Nordeste, que abriga em seu território 1.838.846 explorações familiares (47,2% do total nacional).

No território nordestino, no final da segunda década do século XXI, a agricultura familiar se constitui na principal forma de produção e trabalho no campo. De fato, na Tabela 2 verifica-se que a categoria abrange 79,2% do total de estabelecimentos da Região. A mesma relevância é observada em termos de pessoal ocupado, tendo em vista que as unidades familiares absorvem a mão de obra de mais de 4,7 milhões de pessoas (73,8% do total regional).

Em relação à participação dos produtores na área ocupada pelos estabelecimentos, os dados apontam uma inversão da representatividade. Isso porque o numeroso contingente de agricultores familiares nordestinos detém tão somente 36,6% da área de mais de 70 milhões de hectares ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Enquanto isso, o setor patronal, representado por apenas 20,8% dos produtores recenseados em 2017, detém 63,4% da área total, indicando a persistência de uma acentuada desigualdade na distribuição dos recursos naturais associados à posse da terra.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura da Região Nordeste – 2017

Tipos de Agricultor	Estabelecimentos (*)		Área total (ha)		Pessoal ocupado	
	Número	%	Hectares	%	Número	%
Familiar	1.838.846	79,2	25.925.743	36,6	4.708.670	73,8
Não familiar	483.873	20,8	44.968.122	63,4	1.668.094	26,2
Total	2.322.719	100,0	70.893.865	100,0	6.376.764	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Cada estabelecimento agropecuário equivale a uma unidade familiar ou não familiar.

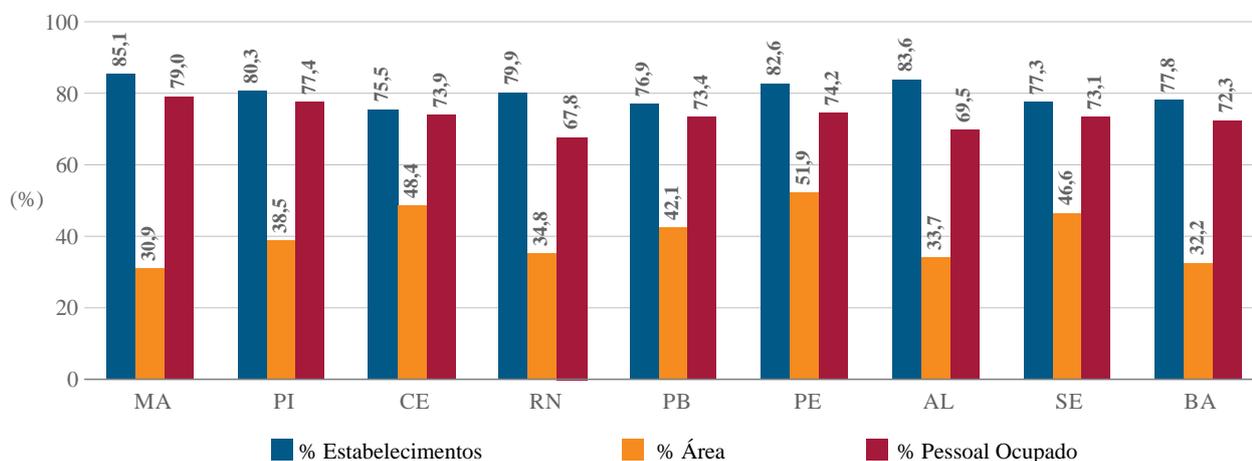
Deve-se lembrar que a desigualdade na distribuição dos ativos fundiários prevalecente no Nordeste é um fator importante para explicar a situação de precariedade de expressiva parcela dos agricultores familiares locais comparativamente aos produtores de outras áreas do País. Segundo os testes econométricos realizados por Helfand et

al. (2011, p. 409), por exemplo, “[...] se os produtores do NE [Nordeste] tivessem a distribuição da terra dos produtores de qualquer outra região, a pobreza cairia entre 31 pp e 51 pp. Este resultado está de acordo com a visão de que os produtores pobres muitas vezes possuem áreas de tamanho insuficiente para saírem da pobreza”.

Note-se, ainda, que os aspectos mencionados se manifestam ao nível dos estados, embora seja possível identificar algumas variações relativamente ao contexto geral. Conforme apontado no Gráfico 1, a participação da categoria familiar no total de estabelecimentos rurais supera a média regional no Maranhão (85,1%), Alagoas (83,6%), Pernambuco (82,6%), Piauí (80,3%) e no Rio Grande do Norte (79,9%). Já nas demais unidades federativas, os percentuais são menores em relação à média. Mesmo assim, as explorações familiares são maioria absoluta dos estabelecimentos na Bahia (77,8%), em Sergipe (77,3%), na Paraíba (76,9%) e no Ceará (75,5%).

Relativamente ao pessoal ocupado nas unidades de produção, a análise estadual também evidencia que a agricultura familiar detém percentuais elevados, variando de 67,8% (no Rio Grande do Norte) a 79% (no Maranhão). Por outro lado, como se verifica nos dados agregados para o Nordeste como um todo, a área territorial apropriada por esses estabelecimentos nos estados é reduzida, comparativamente aos não familiares. A exceção fica por conta de Pernambuco, cuja participação das explorações familiares ultrapassa 50%, e dos estados do Ceará, Sergipe e Paraíba, onde eles detêm 48,4%, 46,6% e 42,1%, respectivamente, das terras ocupadas por estabelecimentos agropecuários.

Gráfico 1 – Participação da agricultura familiar dos estados nordestinos no total de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Pelo exposto, percebe-se que a agricultura familiar nordestina sobreviveu à queda dos estabelecimentos rurais destacada anteriormente. O setor gera ocupações produtivas para mais de 4,7 milhões de pessoas e sua participação na paisagem rural da Região é algo incontestável. Esse resultado é fruto da resistência e da luta cotidiana dos produtores e suas famílias, do esforço coletivo de suas organizações de classe, bem como das instituições e políticas públicas criadas nos últimos 25 anos para apoiar o segmento.

Nesse intervalo de tempo, foi constituído um leque de políticas públicas bastante diversificado. Entre essas políticas, destacam-se os programas de criação de assentamentos rurais, o Pronaf, os programas de compras governamentais (PAA e PNAE), o Programa Garantia Safra,

entre outras. A tais ações se somam a Previdência Social Rural e o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004. Juntas, essas políticas atendem a milhares de famílias e injetam bilhões de reais na economia regional anualmente (CARVALHO, 2014; GRISA; SCHENEIDER, 2015; NUNES et al., 2014; MELLO, 2015; MIRANDA; TORRENS; MATTEI, 2017; SILVEIRA et al., 2016).

Os recursos financeiros advindos das políticas de apoio à produção e de proteção social têm um papel fundamental para a reprodução da agricultura familiar do Nordeste, gerando estabilidade social em um espaço geográfico historicamente marcado pela pobreza e pela ocorrência de estiagens prolongadas, como foi o caso da Grande Seca de 2012-2017. Mesmo assim, como será visto a seguir, a categoria ainda en-

frenta muitas limitações sociais que bloqueiam o seu potencial produtivo que já é expressivo e poderia ser muito maior.

4.2 Perfil dos produtores

Um aspecto relevante a observar entre agricultores familiares nordestinos é o perfil dos indivíduos que dirigem os estabelecimentos agropecuários. Nesse sentido, na Tabela 3 apresentam-se variáveis referentes a gênero, cor/raça, faixa etária, local de residência e escolaridade dos produtores identificados pelo Censo Agropecuário 2017.

Os dados mostram que os homens são predominantes na direção dos estabelecimentos familiares nordestinos, comandando 75,7% deles. Na verdade, esse resultado é observado historicamente, não somente no Nordeste, mas em todas as regiões do País, apesar de se constatar que não houve mudança no percentual de mulheres no campo entre 2001 e 2006 (47,98% e 47,84%, respectivamente), conforme Butto (2011). Deve-se atentar para o fato de que a persistência de homens na direção dos estabelecimentos rurais está ligada, principalmente, ao fenômeno da organização da família patriarcal, à migração e ao caráter invisível do trabalho feminino no campo, pelo seu não reconhecimento enquanto atividade produtiva (HERRERA, 2017).

Na verdade, a hegemonia masculina não se restringe à direção dos estabelecimentos, mas abrange toda a força de trabalho no rural brasileiro, independente da tipologia do estabelecimento. Os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019) evidenciam que 81% da força de trabalho no meio rural do País é composta de homens. Analisando-se os dados regionais da agricultura familiar, percebe-se que a disparidade é levemente menor nas regiões Nordeste (75,7%) e Norte (79,8%), respectivamente, se comparada às demais regiões brasileiras (Sudeste, 85%; Centro-Oeste, 81,6%; e Sul, 87,7%). Essas informações fortalecem a hipótese de Durston (1996), de que regiões pouco desenvolvidas tendem a ocupar mais mulheres em seu meio rural.

Tabela 3 – Perfil das pessoas que dirigem os estabelecimentos familiares nordestinos – 2017

Variável	Categorias de Estratificação	Número	%
Sexo	Homem	1.392.421	75,7
	Mulher	446.425	24,3
Cor ou raça	Branca	480.940	26,2
	Preta	221.344	12,0
	Parda	1.114.482	60,6
	Outra	22.080	1,2
Classe de idade	Menor de 25 anos	38.368	2,1
	De 25 a menos de 35 anos	173.448	9,4
	De 35 a menos de 45 anos	318.691	17,3
	De 45 a menos de 55 anos	402.963	21,9
	De 55 a menos de 65 anos	415.438	22,6
	De 65 a menos de 75 anos	320.123	17,4
	De 75 anos e mais	169.815	9,2
Local de residência	No estabelecimento	1.374.180	74,7
	Outro local	464.666	25,3
Acesso à energia elétrica	Sim	1.455.172	79,1
	Não	383.674	20,9
Escolaridade	Sabe ler e escrever	1.062.000	57,8
	Não sabe ler e escrever	776.846	42,2

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Os dados da tabela em foco sinalizam, também, que para os agricultores familiares nordestinos o estabelecimento agropecuário não é apenas um local de produção, mas de moradia. Isso porque do universo de 1.838.846 produtores entrevistados, 74,7% informaram que residiam na própria unidade de produção, sendo que 79,1% do total já contavam com energia elétrica. Tal fato indica que o rural é também o espaço de vida da agricultura familiar, como destaca Wanderley (2009), cuja vitalidade social está associada ao dinamismo das relações comunitárias e ao compartilhamento dos bens públicos existentes.

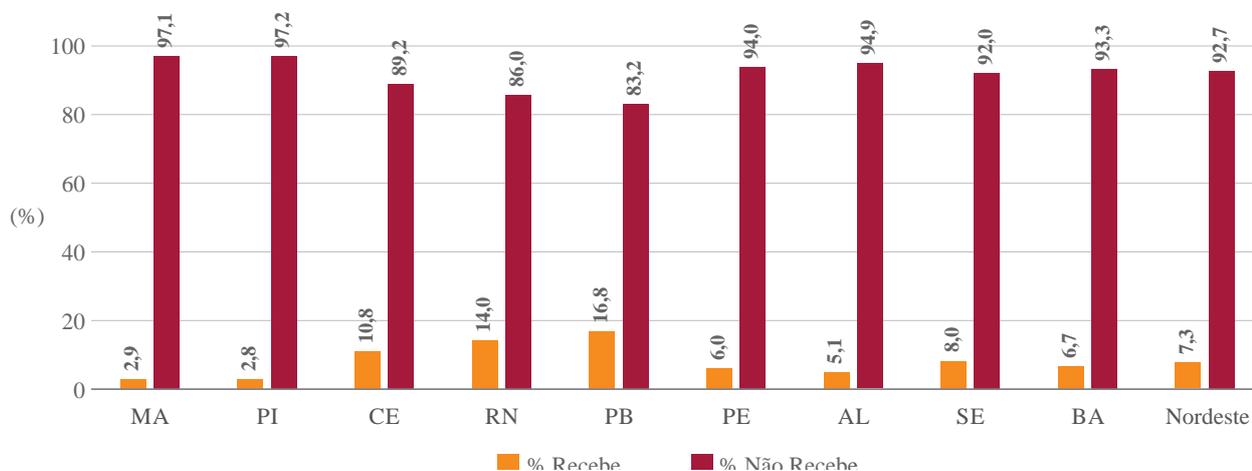
Em termos de escolaridade, as estatísticas analisadas denunciam um quadro preocupante, na medida em que 42,2% dos dirigentes familiares não sabem ler e escrever. O alto índice de analfabetismo é um grave problema social que tem várias implicações negativas. Em muitos casos, a falta de instrução dos produtores compromete a produtividade agrícola, ao limitar a absorção de novas técnicas. Além disso, reduz as chances de obtenção de rendas complementares provenientes do trabalho não agrícola, contribuindo para manter a dependência da ajuda governamental via políticas sociais e de inclusão produtiva (AQUINO et al., 2014; CRUZ et al., 2019; HELFAND; PEREIRA, 2019).

De fato, os baixos indicadores educacionais são um dos principais fatores explicativos da precariedade das condições de reprodução social de parcela expressiva dos agricultores brasileiros, especialmente na Região Nordeste. Como explicam Ney e Hoffmann (2009, p. 155), amparados em rigorosa análise dos dados estatísticos apurados pelos censos demográficos do IBGE, as famílias rurais mais vulneráveis do campo são vitimadas pela “escas-

sez de dois ativos fundamentais na determinação da renda nas áreas onde vivem: terra para plantar e educação, variáveis que, em qualquer setor de atividade, influenciam de forma significativa os níveis de produtividade e renda do trabalho”.

Compete sublinhar que as limitações decorrentes da insuficiência de educação formal poderiam ser amortecidas, pelo menos em parte, com a oferta de orientação técnica especializada aos produtores. Mas como se percebe no Gráfico 2, a falta de acesso a esse tipo de serviço profissional é outra grave carência enfrentada pelos agricultores familiares nordestinos, uma vez que 92,7% do total não receberam nenhuma orientação técnica para aprimorar a gestão do seu empreendimento ou melhorar o desempenho de suas lavouras e rebanhos em 2017. Tal problema se manifesta em todos os estados da Região, sendo mais grave no Maranhão e no Piauí, demonstrando as fragilidades do Sistema de ATER regional, no que diz respeito à insuficiência de pessoal, de recursos e de estruturas de apoio, comprometendo a expansão e a qualidade dos serviços prestados.

Gráfico 2 – Acesso à assistência técnica pelos estabelecimentos familiares nordestinos – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

É possível inferir, então, que os baixos níveis de escolaridade e de cobertura dos serviços de assistência técnica fragilizam o estoque de capital humano existente nos estabelecimentos familiares nordestinos. Também contribui para isso a idade avançada da maioria dos produtores responsáveis pela condução dos empreendimentos e o pequeno número de propriedades geridas por jovens agricultores até 25 anos (2,1% do total).

A pouca participação de agricultores familiares jovens à frente dos estabelecimentos mapeados pelo IBGE, de modo particular, é um fato preocupante para o futuro e reflete um dos principais desafios que a categoria enfrenta para permanecer viva no campo. Como será discutido no próximo item, esse desafio se torna ainda mais inquietante quando se consideram a concentração de terras e a minifundização prevalentes no meio rural.

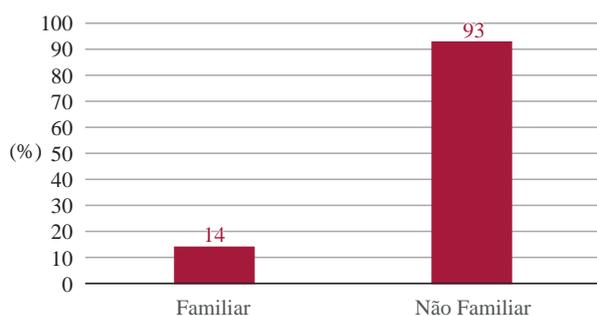
4.3 Aspectos fundiários dos estabelecimentos familiares nordestinos

O perfil da distribuição de terras no Nordeste é marcado por uma forte desigualdade proveniente das especificidades do processo histórico de ocupação da Região. A preocupação de se proteger contra outros invasores europeus levou os portugueses a implantarem no Brasil as sesmarias, um instrumento de ocupação de terras em larga escala que deu origem à grande propriedade açucareira nordestina nas áreas próximas ao litoral e, também, às extensas fazendas criatórias no sertão (ANDRADE, 2005; FURTADO, 1998).

Formada por grandes empreendimentos que tinham na propriedade fundiária sua principal fonte de poder, a estrutura social herdada dos colonizadores serviu de base para a entrada e o avanço do capital no campo no século XX, bem como foi responsável pelo fenômeno da concentração de terras que persiste nos dias atuais. Os dados do Censo Agropecuário 2017 são reveladores desta situação, visto que as unidades produtivas com área superior a 1.000 hectares representam menos de 1% dos 2,3 milhões de estabelecimentos rurais existentes no campo nordestino e ocupam 33% de toda a área (IBGE/SIDRA, 2019).

O quadro descrito no parágrafo anterior ganha contornos mais nítidos quando se analisa a desigualdade na distribuição da terra entre os segmentos familiar e patronal, conforme já foi discutido na subseção 4.1 (Tabela 2). Na mesma direção, o Gráfico 3 demonstra que a área média dos estabelecimentos não familiares (93 ha) é sete (7) vezes superior ao valor registrado em favor dos agricultores familiares que, em 2017, contavam com reduzida quantidade de terra (média de 14 ha) para desenvolver suas atividades produtivas e, na maioria dos casos, estabelecer suas moradias.

Gráfico 3 – Área média em hectares dos estabelecimentos familiares e não familiares no Nordeste – 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Observe-se, contudo, que a situação fundiária da agricultura familiar nordestina é muito mais grave do que sinaliza o gráfico anterior. Isso porque do universo de estabelecimentos desse tipo de produtor, 19,1% têm menos de um (1) hectare de extensão e a maioria está abaixo da média regional de 14 hectares. Juntas, as unidades de produção familiar com área de até 10 hectares correspondem a 66% do total, mas detêm somente 12,3% das terras ocupadas pela categoria. Em contrapartida, aqueles estabelecimentos com área entre 50 e 500 hectares somam apenas 7,4% do total e concentram quase metade das terras, demonstrando que dentro do segmento familiar também persiste uma desigualdade marcante (Tabela 4).

Tabela 4 – Número e área dos estabelecimentos da agricultura familiar nordestina por grupos de área total – 2017

Grupos de área (Em ha)	Estabelecimentos		Área	
	Número	%	Número	%
Menos que 1	350.412	19,1	172.873	0,7
De 1 a 5	629.160	34,2	1.423.356	5,5
De 5 a 10	233.507	12,7	1.575.964	6,1
De 10 a 20	214.271	11,7	2.902.686	11,2
De 20 a 50	233.538	12,7	7.070.953	27,3
De 50 a 100	91.074	5,0	6.034.431	23,3
De 100 a 500	44.971	2,4	6.611.157	25,5
De 500 a 1.000	63	0,0	42.310	0,2
Mais que 1.000	26	0,0	92.013	0,4
Produtor sem área	41.824	2,3	--	--
Total	1.838.846	100,0	25.925.743	100,0

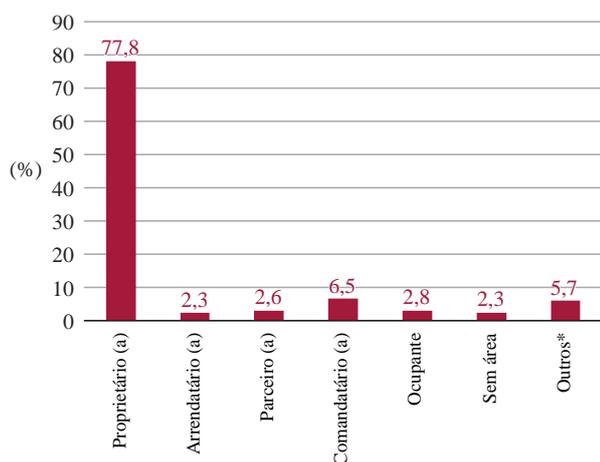
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

De qualquer modo, não se pode negar que a pesquisa do IBGE também revelou alguns aspectos positivos quanto ao tema tratado aqui. Entre eles, talvez o mais importante tenha sido a melhoria da condição dos produtores em re-

lação à posse da terra, uma vez que 77,8% se declararam proprietários dos sítios em que vivem e trabalham. Embora seja de conhecimento geral que a maioria dos pequenos agricultores familiares não tem a documentação jurídica da posse da terra, o número apresentado sinaliza que eles estão mais “livres” de antigas relações de dependência patronal, como a condição de “morador” no interior das grandes fazendas da Região relatada por Andrade (2005). Mesmo assim, o Gráfico 4 indica que ainda há uma parcela significativa do segmento que acessa a terra de forma extremamente precária, por meio de arrendamento, parceria ou da simples ocupação².

As informações analisadas deixam claro, portanto, que a população albergada na agricultura familiar do Nordeste enfrenta flagrante carência de ativos fundiários, desenvolvendo-se em minifúndios originados da fragmentação por herança das pequenas propriedades. Ademais, não se deve esquecer que historicamente os produtores familiares foram relegados às áreas mais distantes dos centros urbanos e, geralmente, as de menor fertilidade.

Gráfico 4 – Condição dos agricultores familiares nordestinos em relação à propriedade da terra – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

(*) A categoria “Outros” é formada pelos concessionários ou assentados(as) aguardando titulação definitiva.

2 Os proprietários, os posseiros (ocupantes), os parceiros, os arrendatários, os comandatários, dentre outros, são formas de posse, controle e uso da terra e dos recursos naturais, ora opostos, ora complementares à grande propriedade, e cujo surgimento se deu ao longo dos séculos. Para um maior aprofundamento dessa questão, ver: Woortmann e Woortmann (1997), Teixeira da Silva (1997), Ribeiro et. al. (2005), Ferraro Jr. e Burstyn (2010) e Alves (2012).

É bem verdade que o avanço registrado na criação de assentamentos rurais a partir dos anos 1990 e o crescimento do contingente de “proprietários” contribuíram para amenizar a situação retratada. Entretanto, a “fome de terra” de milhares de famílias de agricultores ainda está longe de ser saciada, haja vista a existência de contramovimentos concentradores nos espaços onde se localizam os melhores solos da Região (ANDRADE, 2005; DUQUE, 2002; PEREIRA, 2019; REIS, 2019; SILVEIRA et al., 2016).

As dificuldades ensejadas pela “fome de terra” aumentam ao se adicionar o fato de que 84,3% das áreas dos estabelecimentos familiares nordestinos estão localizadas no raio de abrangência do semiárido brasileiro (Figura 1), onde as condições climáticas não favorecem o desenvolvimento de atividades agropecuárias sem o emprego de práticas produtivas adequadas. As estatísticas censitárias mostradas adiante confirmam que esse aspecto geográfico particular é importante, especialmente devido às limitadas características tecnológicas dos produtores locais.

4.4 Características tecnológicas

O acesso dos agricultores familiares nordestinos às técnicas agropecuárias e conservacionistas pode ser observado nos dados apresentados no Gráfico 5. Em princípio, verifica-se que o controle de doenças e/ou parasitas, o preparo do solo e o uso de suplementação alimentar destacam-se entre as práticas agropecuárias mais utilizadas.

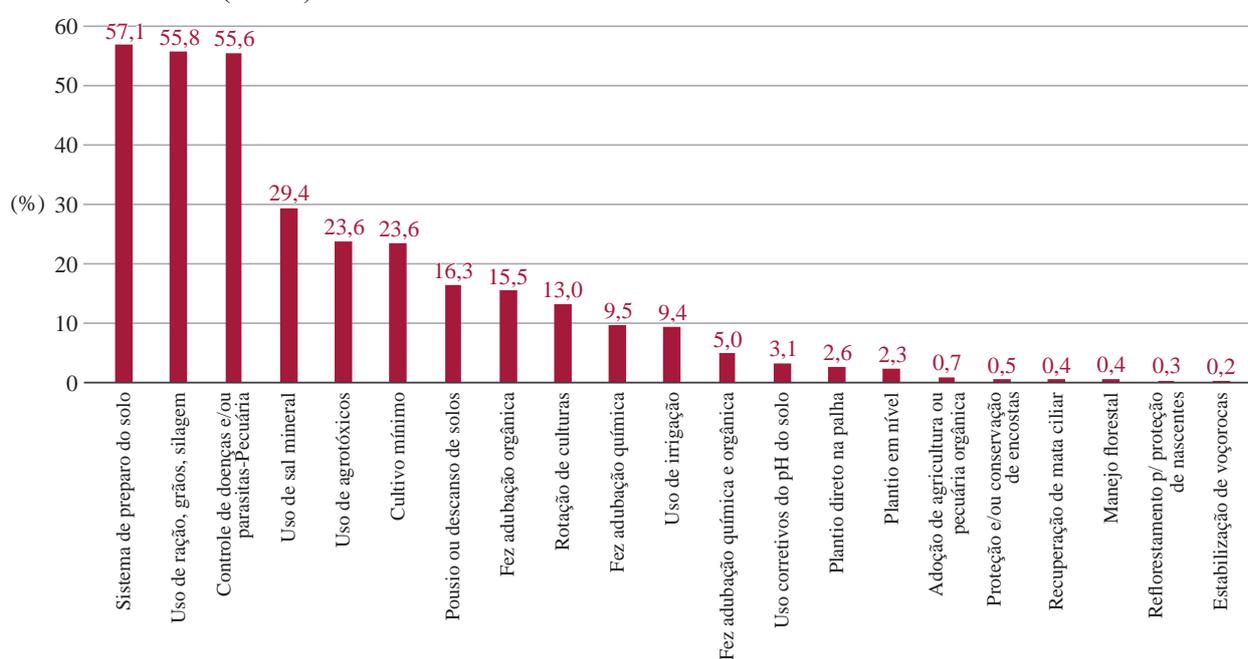
No tocante à prevenção de doenças em animais, constata-se que a vacinação é a técnica mais utilizada, em função de representar uma redução do risco de perda de animais, mas também por ser, para algumas doenças, uma exigência legal. Também o combate aos parasitas é bastante difundido entre esses agricultores, mesmo entre os de menor porte. Neste caso, a generalização do uso tem sido facilitada pelo fato de tratar-se de procedimento sem exigência de conhecimento técnico especializado.

Nas lavouras, o uso de agroquímicos para o controle de pragas é realizado por 23,6% dos agricultores familiares. Embora o uso dessa prática seja inferior ao verificado no setor patronal, em certa medida, a informação

pode servir de argumento para desmistificar a ideia de que o agricultor familiar, principalmente o de menor porte, não usa defensivos químicos. Por outro lado, é importante atentar para o fato de que a adoção de defensivos químicos requer algo escasso para a categoria, que é orientação técnica sobre as dosagens adequadas a aplicar e a necessidade do uso de equipamentos de proteção individual. Tais cuidados são fundamentais para evitar o uso indiscriminado de produtos altamente tóxicos e, conseqüentemente, eliminar riscos à saúde humana e de contaminação do meio ambiente.

Sobre a manutenção dos rebanhos, percebe-se, no Gráfico 5, que um percentual relativamente elevado de agricultores fornece suplementação alimentar (55,8%), podendo ser reflexo da baixa capacidade de produção de forragem. Vale observar que a Região Nordeste enfrentou um longo período de estiagem de 2012 a 2017, dificultando a manutenção de pastagens nativas e impondo aos agricultores a necessidade de adquirir ração concentrada, sob pena de perder os animais. A estratégia adotada pelo agricultor, em geral, inclui a venda de alguns animais para, com o recurso obtido da transação, adquirir a ração que alimentará o restante do rebanho.

Gráfico 5 – Práticas agropecuárias e conservacionistas adotadas pelos agricultores familiares nordestinos – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A irrigação, por sua vez, é uma prática pouco comum entre agricultores familiares nordestinos. Os dados do IBGE/Sidra (2019) revelam que apenas 9,4% dos estabelecimentos a adotam, dos quais 71% concentram-se no Ceará, em Pernambuco e na Bahia, estados com boa infraestrutura hídrica (adutoras, canais e grandes reservatórios) que viabiliza o emprego dessa técnica agrícola.

Ressalte-se que alguns estudos, a exemplo da série de trabalhos sobre sistemas de produção publicada pela Embrapa (ALBUQUERQUE; ALMEIDA, 2014; ARAUJO et al., 2015; LOPES, 2016), mostram o elevado custo de implantação e manutenção de sistemas de irrigação. Esse aspecto se alia à baixa

disponibilidade hídrica em grande parte do território nordestino e ao reduzido valor de mercado das culturas exploradas pela maioria dos agricultores familiares, contribuindo para a baixa adoção dessa prática na Região. Uma alternativa que já vem sendo trabalhada, principalmente por organizações não governamentais, é a adoção de tecnologias de convivência com o semiárido (cisternas de placas, reutilização de água de uso doméstico na produção de hortaliças e fruteiras, quintais produtivos, mandalas etc.), cujas práticas são de baixo custo e resultam no aumento da produção familiar.

Ainda quanto às práticas agrícolas, cabe registrar que o preparo do solo é adotado em 57% dos

estabelecimentos familiares e 23,6% deles empregam o cultivo mínimo (redução de uma ou mais operações de preparo do solo). Importante destacar que essa prática entre agricultores familiares nordestinos não apresenta correlação direta com alguma preocupação em relação à conservação do solo.

A prática do cultivo mínimo tradicional (utilização da enxada manual para a semeadura em covas) se dá em função da falta de recursos para adoção de técnicas e equipamentos poupadores de esforço físico. Segundo Dos Anjos e Melo (2019), o cultivo mínimo com a utilização de tração animal para sulcar apenas a linha de plantio é adotado, em muitos casos, devido à urgência de preparo do solo quando ocorrem as primeiras chuvas.

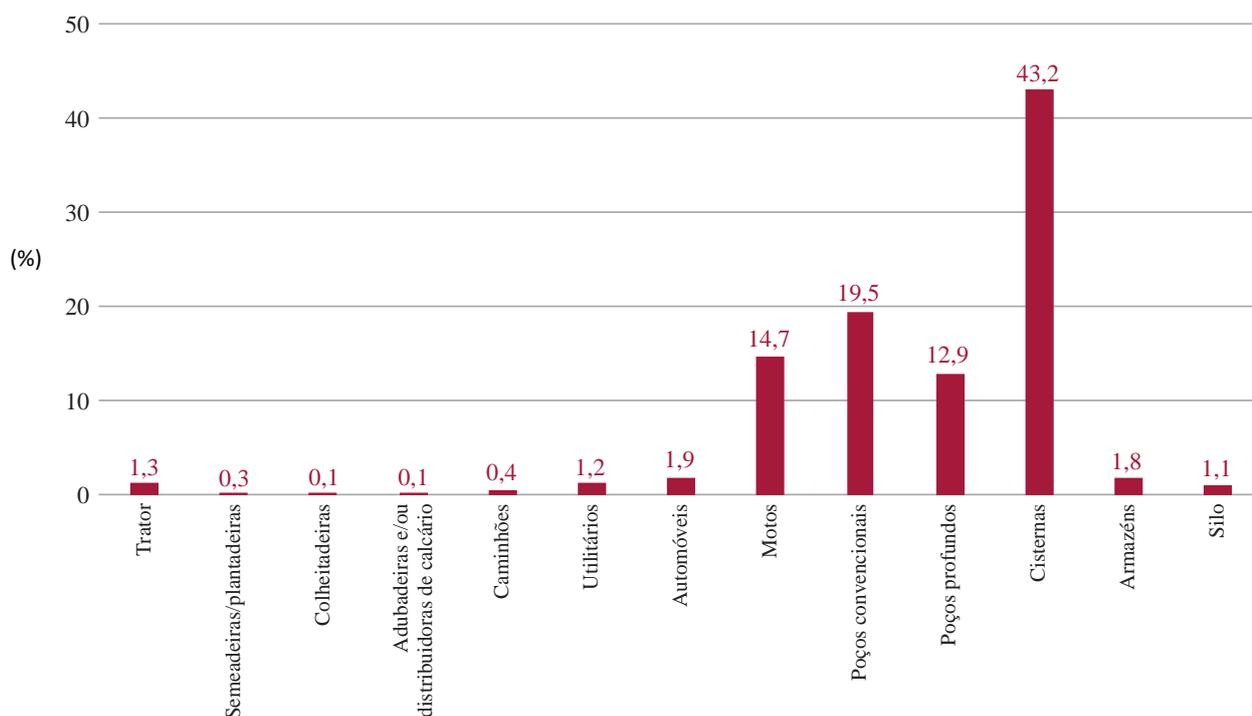
De fato, os percentuais apresentados no Gráfico 5 deixam claro a quase inexistência de práticas conservacionistas entre esses agricultores, a exemplo do sistema de pousio, adubação orgânica, rotação de culturas, plantio direto na palha, plantio em nível, proteção de encostas, recuperação de mata ciliar, manejo florestal, estabilização de voçorocas, reflorestamento e proteção de nascentes. Alguns fatores são relevantes na configuração dessa realidade.

Duarte (2009) explica que aspectos como a pequena dimensão dos estabelecimentos e o acesso limitado do agricultor a serviços de assistência

técnica são condicionantes importantes para os resultados apresentados. Isso porque a intensificação do uso da terra, em função de ser um ativo produtivo escasso entre agricultores familiares nordestinos, favorece a adoção de práticas menos preservacionistas. Ademais, a dificuldade de obter informações por conta do baixo nível educacional e da falta de assistência técnica (Ater), como foi discutido nas subseções anteriores, contribui para que tais práticas não mereçam a atenção adequada por parte desses agricultores.

Com efeito, a infraestrutura produtiva e o estoque de capital nos pequenos sítios da agricultura familiar nordestina também são extremamente precários. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 6, o destaque em termos de percentuais recai apenas sobre a posse de motocicletas e as estruturas individuais de armazenamento e de acesso à água. No caso da introdução das motocicletas, o fato é revelador de um fenômeno que vem acontecendo nos últimos anos, ou seja, a troca de animais de montaria por esse tipo de veículo (AQUINO; NASCIMENTO, 2020). Esse processo foi intensificado na segunda metade dos anos 2000, em função das facilidades de financiamento encabeçadas pelos bancos públicos.

Gráfico 6 – Posse de capital físico e acesso a tecnologias produtivas pelos agricultores familiares nordestinos – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Já a presença de máquinas agrícolas (trator, colheitadeira, sementeira/plantadeira, máquinas para distribuição de adubos e calcário) nos estabelecimentos da categoria é praticamente inexistente. Tal situação é decorrente do baixo padrão de renda da maioria dos produtores locais e das contradições da política agrícola brasileira que tem concentrado seus esforços modernizantes nas regiões Sul e Sudeste do País (DELGADO, 2012; GRAZIANO DA SILVA, 1998). Para tentar amenizar os problemas, algumas prefeituras da Região disponibilizam trator e grade antes do período chuvoso para preparo das áreas de produção, o que nem de longe é suficiente para aliviar a penosidade do trabalho manual executado pelos agricultores (a maior parte com idade avançada) durante todo o ano.

Outro aspecto relevante a observar nos estabelecimentos familiares nordestinos refere-se às condições de armazenamento de água, principalmente levando-se em conta as condições de escassez hídrica a que são sistematicamente submetidos e que, em última instância, permite a produção e a reprodução familiar. Nesse caso, os dados do Censo Agropecuário 2017 mostram que a cisterna é o principal meio de armazenamento utilizado por 43,2% dos agricultores, seguida dos poços convencionais (19,5%) e profundos (12,9%).

Embora muitos agricultores tenham construído suas cisternas com recursos próprios, algumas políticas públicas, a exemplo do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), exerceram papel decisivo no acesso de mais famílias a estruturas de captação e armazenamento de água em seus estabelecimentos, melhorando a qualidade de vida e o potencial produtivo das unidades familiares (GRISA; SCHNEIDER, 2015; MELLO, 2015). Porém, ainda existem aproximadamente 579 mil estabelecimentos (1/3 do total) sem recursos hídricos, apontando para a necessidade de ampliação dos esforços para levar água a esse grande contingente de famílias.

Assim sendo, apesar da importância das ações governamentais realizadas ao longo das últimas décadas, percebe-se, por diferentes ângulos, que o patamar tecnológico da agricultura familiar nordestina continua bastante precário. Obviamente, isso vai repercutir nos resultados produtivos. Mas, como será constatado adiante, o segmento, em conjunto, desempenha um papel relevante na oferta local de alimentos. O pro-

blema é que a capacidade de geração de riqueza agropecuária da esmagadora maioria dos seus membros prevalece extremamente limitada.

4.5 Participação na produção agropecuária

Os estabelecimentos da agricultura familiar no Nordeste, como ocorre nas demais regiões do Brasil, também funcionam como locais de moradia para expressiva parcela do segmento (Tabela 3). Mas eles são, acima de tudo, espaços onde se desenvolve uma ampla gama de atividades agrícolas e pecuárias.

Com efeito, mesmo diante das dificuldades enfrentadas durante a Grande Seca, os recenseadores encontraram algum tipo de produção em 95,5% (1.755.995/1.838.846) das pequenas propriedades familiares visitadas em 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Juntas, conforme apresentado no Gráfico 7, elas responderam por uma fatia expressiva da produção de alimentos básicos na Região, destacando-se no cultivo de arroz (61,6%), feijão (59,7%) e mandioca (80,4%). Além disso, foram colhidos em suas roças 12,7% da produção local de milho, cultura cujas plantações em 2017 estavam fortemente concentradas nas grandes propriedades patronais localizadas no território do MATOPIBA (sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia) e, também, em áreas do Estado de Sergipe.

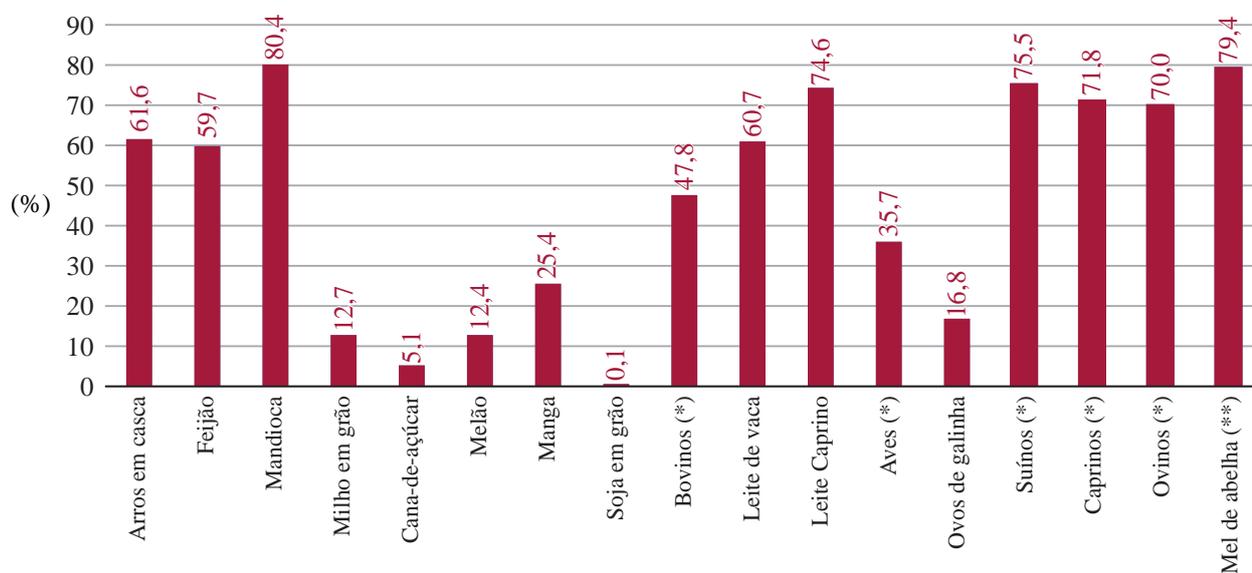
Destaque-se, porém, que a participação da categoria em algumas lavouras comerciais de alto valor agregado, como as de cana-de-açúcar e de soja, é extremamente reduzida. A maior parte do setor também se encontra completamente à margem das atividades da fruticultura irrigada de exportação, restringindo-se à agropecuária de sequeiro dependente da chuva. Mesmo assim, em 2017, uma parcela dos agricultores familiares respondeu por 12,4% da produção regional de melão e por 25,4% da produção de manga, culturas irrigadas desenvolvidas principalmente no Polo Açu-Mossoró (Rio Grande do Norte) e em Petrolina-Juazeiro (Pernambuco e Bahia).

No tocante à pecuária, o Gráfico 7 indica que a participação das unidades familiares é bastante elevada, embora em condições de alta vulnerabilidade tendo em vista o baixo padrão tecnológico vigente. Tomando-se como referência o rebanho total nordestino, esse segmento

detém mais de 70% dos caprinos, ovinos e suínos e 47,8% dos bovinos. Eles são responsáveis também pela produção de 60,7% do leite de vaca, 74,6% do leite de cabra e 79,4% do mel de abelha vendido em 2017. Por outro lado, se observa baixa participação dos seus criatórios

de galinhas no total regional, tanto em relação ao número de cabeças de aves (35,7%) quanto na produção de ovos (16,8%). Tal fato se deve à produção em larga escala oriunda de estabelecimentos avícolas industriais, também presentes no Nordeste.

Gráfico 7 – Participação da agricultura familiar nos principais produtos da agropecuária nordestina – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Notas: (*) Participação percentual (%) da agricultura familiar no número de cabeças em 2017;

(**) Quantidade vendida de mel.

Mudando o enfoque para o resultado monetário obtido do somatório do valor de todas as atividades agropecuárias desenvolvidas no âmbito dos estabelecimentos agropecuários, incluindo o autoconsumo, verifica-se que os agricultores familiares nordestinos mantêm uma contribuição importante (Tabela 5).

Veja-se, que, mesmo atravessando um longo período de escassez hídrica, a produção desses

estabelecimentos familiares gerou mais de R\$ 15,8 bilhões em 2017, montante equivalente a quase 30% da riqueza agropecuária regional. Já os produtores patronais, que possuem mais terras, capital e se dedicam às atividades de maior valor comercial, responderam por 70,3% do Valor Total da Produção (VTP) e apresentaram um valor de produção médio (R\$ 83.577,00) 9,2 vezes superior ao da agricultura familiar (R\$ 9.043,00).

Tabela 5 – Participação da agricultura familiar e não familiar no valor total da produção (VTP) da agropecuária nordestina – 2017

Tipo de Agricultor	Estabelecimento com produção		VTP (R\$ 1,00)		VTP Médio (R\$ 1,00)
	Número	%	Número	%	
Familiar	1.755.995	79,6	15.878.992.000	29,7	9.043
Não familiar	450.772	20,4	37.673.989.000	70,3	83.577
Total	2.206.767	100,0	53.552.981.000	100,0	24.268

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se que a desigualdade referente ao VTP não se manifesta apenas entre os agricultores familiares e o setor patronal. Isso porque há flagrante desigualdade no âmbito da própria agricultura familiar do Nordeste, predominando um amplo contingente de produtores pobres e vulneráveis agregados no chamado Grupo B do Pronaf (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018; WANDERLEY, 2017).

Corroborando a afirmação acima, chama atenção, na Tabela 6, o fato de que a parcela intermediária e consolidada do segmento é muito reduzida (11,3% do total), mas gera sozinha

62,3% da riqueza produzida pelo segmento, com destaque para o impressionante valor médio obtido pelos não pronafianos (R\$ 811.744,00). Ao lado dessa fração mais capitalizada, por sua vez, predomina uma grande massa de agricultores familiares pobres (88,7% do total). Esses produtores, de forma agregada, geraram um montante de riqueza para a economia regional de mais de R\$ 5,9 bilhões em 2017. No entanto, tendo em vista o seu numeroso contingente, tal montante lhes garantiu apenas um valor médio ao ano extremamente baixo (R\$ 3.839,00).

Tabela 6 – Distribuição do Valor Total da Produção (VTP) da agricultura familiar do Nordeste pela classificação dos grupos do Pronaf – 2017

Categorias (*)	Estabelecimentos com produção	%	VTP (R\$ 1,00)	%	VTP Médio (R\$ 1,00)
Grupo B	1.558.106	88,7	5.981.777.000	37,7	3.839
Grupo V	196.262	11,2	8.576.500.000	54,0	43.699
Não Pronafiano	1.627	0,1	1.320.708.000	8,3	811.744
Total Familiar	1.755.995	100,0	15.878.992.000	100,0	9.043

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Grupo B (pobre) = com renda bruta até R\$ 20 mil; Grupo V (intermediário) = com renda bruta de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil; Não Pronafiano (consolidado) = com renda bruta acima de R\$ 360 mil.

O limitado VTP dos agricultores do Grupo B, que representam o grosso do segmento familiar na Região, é fruto em parte da estiagem prolongada que afetou durante cinco anos consecutivos (2012-2017) as suas lavouras de sequeiro e os seus pequenos rebanhos. Apesar dessa constatação, não se pode atribuir à seca a culpa pela totalidade dos resultados apresentados. Isso porque, como demonstraram outros estudos sobre o tema (AQUINO et al., 2014; AQUINO; LACERDA, 2014) e os novos dados do Censo Agropecuária 2017 apresentados no decorrer das seções anteriores deste trabalho confirmam, a maioria dos agricultores familiares nordestinos tem o seu potencial produtivo ainda bloqueado por “múltiplas carências de ativos” (acesso precário à terra, à educação formal, à assistência técnica, às tecnologias produtivas etc.), que se somam aos limites colocados pela natureza.

Por conseguinte, diante das limitações ocasionadas pelas “múltiplas carências de ativos” vigentes, é provável que a Grande Seca fosse convertida em um fator de calamidade social de largas proporções caso ela tivesse acontecido até meados dos anos 1990.

Mas isso não ocorreu na prática, haja vista que uma parcela dos produtores (Grupo V e não pronafianos) conseguiu se adaptar e se estruturar economicamente contribuindo mais ativamente para a produção de alimentos e a geração de riqueza agropecuária.

Ademais, no século XXI ocorreram várias mudanças na economia regional e foi criada uma ampla rede de políticas compensatórias e de inclusão produtiva que vão reforçar a capacidade de resiliência dos agricultores familiares pobres (Grupo B) a partir da diversificação de suas fontes de receitas monetárias, tornando a permanência deles no campo possível, mesmo que individualmente produzam pouco em seus roçados. É o que será demonstrado a seguir.

4.6 Movimentação financeira da agricultura familiar e sua importância econômica

Os dados do Censo Agropecuário 2017 oferecem informações que permitem observar aspectos relevantes sobre as principais fontes de entrada de dinheiro nos estabelecimentos pesquisados, sejam

provenientes do trabalho ou do não trabalho. Cabe explicar, no entanto, que a receita dos estabelecimentos familiares é subestimada, pois no seu cálculo não é contabilizado o valor dos produtos usados como insumos nas propriedades e nem o autoconsumo das famílias, principal finalidade da atividade agropecuária para 62,2% dos produtores da categoria identificados na Região (IBGE/SIDRA, 2019).

Feita essa consideração inicial, a Tabela 7 evidencia que as receitas monetárias dos agricultores familiares nordestinos superaram li-

geiramente a cifra de R\$ 29 bilhões em 2017. Desse total, 44% foi obtido através da venda de produtos vegetais, animais e seus produtos e produtos da agroindústria rural, além de outras receitas de menor expressão provenientes de atividades não agrícolas desenvolvidas no interior dos estabelecimentos, a exemplo do turismo rural, da mineração, do artesanato e da tecelagem. Já a parcela maior (56%) originou-se de “outras rendas” das famílias, vindas de fora de suas unidades de produção.

Tabela 7 – Valor monetário das receitas e outras rendas da agricultura familiar nordestina – 2017

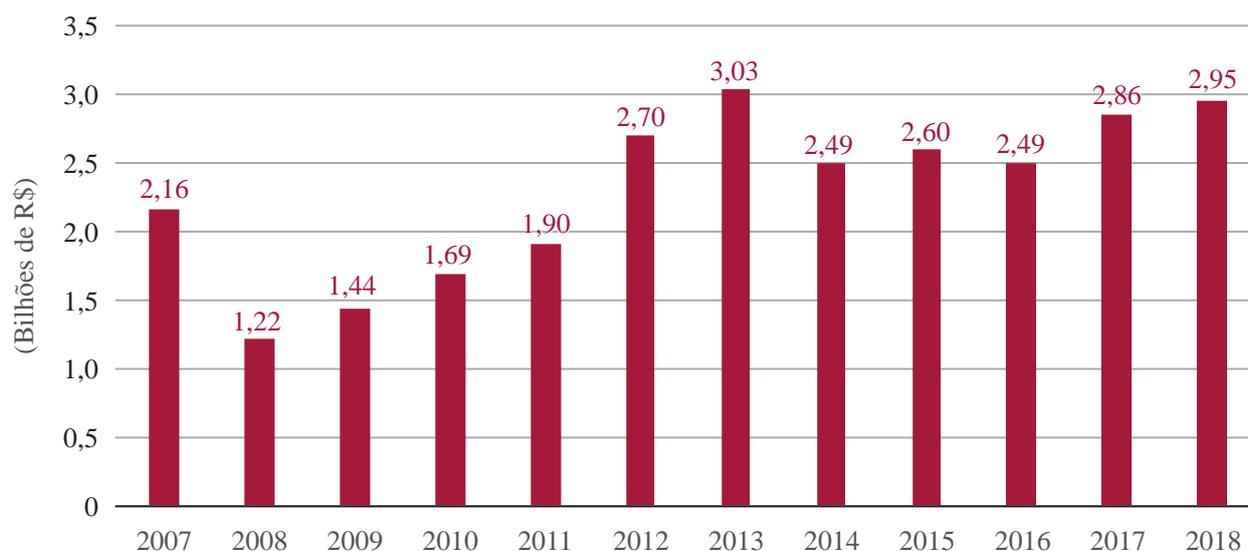
Tipos de Receita e outras rendas	Valor (Mil R\$)	%
Receitas da produção do estabelecimento	12.113.198	41,7
Produtos vegetais	4.259.877	14,7
Animais e seus produtos	6.893.813	23,7
Produtos da agroindústria	959.525	3,3
Outras receitas do estabelecimento	673.314	2,3
Desinvestimentos	231.382	0,8
Serviço de turismo rural	3.556	0,0
Exploração mineral	8.848	0,0
Atividade de artesanato, tecelagem, etc.	18.692	0,1
Outras receitas do estabelecimento	410.892	1,4
Outras receitas do produtor	16.260.791	56,0
Recursos de aposentadorias ou pensões	13.656.212	47,0
Rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento	940.749	3,2
Recebimento de prêmio de Programa Garantia Safra	155.171	0,5
Recebimento de prêmio de Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar - PROAGRO Mais	13.217	0,0
Recebimento do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	26.996	0,1
Recebimento de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais)	9.086	-
Provenientes de programas dos Governos (federal, estadual ou municipal)	1.459.402	5,0
Total	29.047.303	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Entre as “outras rendas” elencadas na Tabela 7, sem dúvida, a mais significativa proveio do recebimento dos benefícios das aposentadorias e pensões rurais, que injetaram nos estabelecimentos familiares um volume de recursos financeiros de mais de R\$ 13,6 bilhões, superando em termos absolutos e percentuais o valor que eles obtiveram com a venda de produtos agropecuários. Ao lado dos pagamentos da Previdência Social,

que se constitui em uma das principais políticas de combate à pobreza no Nordeste (DELGADO, 2015; GALINDO; FERREIRA IRMÃO, 2000), também merecem destaque, em menor escala, as entradas de recursos provenientes de programas sociais, como o Bolsa Família, seguros contra a estiagem, construção de moradias, prestação de serviços ambientais e atividades desenvolvidas fora dos estabelecimentos.

Gráfico 8 – Evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-BNB no Nordeste brasileiro – 2007 a 2018 (R\$ Bilhões)



Fonte: Elaborado própria a partir de BNB (2019).

(*) Valor contratado corrigido pelo IGP-DI (Dez. 2017).

Outra fonte de recursos importante para os agricultores familiares, não contabilizada pelo Censo Agropecuário 2017, são as aplicações anuais da política de crédito do Pronaf. No Nordeste, o BNB é o principal agente financiador da categoria, via esse programa. O Gráfico 8 mostra que, em 2007, foram aplicados quase R\$ 2,16 bilhões em operações de custeio e investimento com taxas de juros reduzidas. Porém, problemas associados à inadimplência promoveram uma queda nas aplicações em 2008. Nos anos seguintes, os montantes do crédito voltaram a crescer, apresentando uma ligeira queda durante a Grande Seca. Mesmo assim, em 2017, as aplicações do Pronaf pelo BNB somaram R\$ 2,86 bilhões, dos quais aproximadamente 80% com o uso da metodologia do Agroamigo³.

3 O Agroamigo é uma metodologia criada em 2005 no BNB para atendimento diferenciado aos clientes do Pronaf B, com o objetivo de ampliar o número de beneficiários e garantir o atendimento de qualidade, com redução da inadimplência (BNB, 2019).

Vários estudos demonstram que o Pronaf gera resultados produtivos relevantes e contribui na luta contra a pobreza no campo. Entretanto, o Programa ainda apresenta muitos gargalos associados aos seus aspectos distributivos e ao perfil das atividades financiadas. Além disso, em muitos casos, ele atua de forma desarticulada com outras ações de desenvolvimento rural,⁴ o que limita sua capacidade transformadora (AQUINO; BASTOS, 2015; AQUINO; SCHNEIDER,

4 A desarticulação da política de crédito com as outras políticas de desenvolvimento rural pode se manifestar de diferentes formas. Apenas para ilustrar, ela geralmente acontece quando o agricultor familiar contrata um empréstimo do Pronaf e não recebe, simultaneamente, o apoio de uma política de assistência técnica para melhorar a gestão do seu empreendimento. Da mesma forma, o problema se manifesta quando o produtor financia com o crédito do programa a aquisição de um pequeno rebanho leiteiro, mas não consegue escoar sua produção via mercados institucionais, como o PAA e o PNAE. Em ambos os casos, reduzem-se os efeitos sinérgicos que poderiam existir mediante a ação coordenada das políticas públicas.

2015; GARCIA; HELFAND; SOUZA, 2016). Independente disso, o que interessa reter aqui é que os R\$ 2,86 bilhões aplicados por essa política pública específica no ano do Censo, embora tenham que ser reembolsados, também fizeram parte da expressiva movimentação financeira da agricultura familiar regional, a qual envolve uma cifra maior ainda do que aquele valor registrado na última linha da tabela anterior.

Logo, a agricultura familiar do Nordeste é importante porque gera ocupação e mantém as pessoas no campo. Ela também garante alimentos para as famílias e produz boa parte dos produtos vegetais e animais comercializados nas feiras-livres semanais e mercados das cidades. Além disso, em 2017, os produtores da categoria e suas famílias movimentaram com vendas, recebimentos e operações de crédito rural mais de R\$ 32 bilhões. A circulação desse dinheiro, gasto em bens de consumo e em investimentos durante todo o ano, vai ativar o multiplicador da renda e contribuir para aquecer a economia dos pequenos e médios municípios sertanejos afastados das capitais dos estados da Região.

Este cenário, sem dúvida, é muito mais favorável do que aquele que Celso Furtado encontrou antes da criação da Sudene, em 1959, quando a manutenção da população do campo dependia exclusivamente da agropecuária e as secas se transformavam em verdadeiras crises sociais para os pequenos produtores (GTDN, 1967). Mas é forçoso admitir que a situação ainda está distante do ideal. A questão principal é que a estabilidade do segmento familiar nordestino se mostra bastante dependente das rendas do não trabalho advindas das aposentadorias e das políticas sociais.

Tais rendas, como pôde ser observado, são fundamentais para compensar as vulnerabilidades vivenciadas por grande parte da categoria que individualmente produz muito pouco, classificada no Grupo B do Pronaf, e ajudam a manter as economias locais. Contudo, elas precisam ser articuladas com investimentos produtivos que permitam às pessoas assegurarem sua sobrevivência pelo seu próprio trabalho (AQUINO et al., 2017; MELLO, 2018). Assim sendo, é fundamental a manutenção, ampliação e integração das políticas sociais e de inclusão produtiva, visando superar as “múltiplas carências de

ativos” dos agricultores familiares pobres para que eles possam liberar o seu potencial produtivo e participar mais ativamente do processo de desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo traçou um retrato atualizado da situação da agricultura familiar do Nordeste no final da segunda década do século XXI, a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE. Como critério metodológico, usou-se o recorte da Lei da Agricultura Familiar, que possibilita classificar os produtores por suas relações sociais de produção, se familiares ou do tipo patrão/empregado.

Em linhas gerais, o trabalho evidencia que a agricultura familiar persiste como um segmento social de expressiva importância socioeconômica no contexto regional nordestino. Apesar da Grande Seca que atingiu a Região de 2012 a 2017, e da queda na quantidade de estabelecimentos, o segmento familiar predomina numericamente em todos os estados e ocupa 74% da população local envolvida em atividades agropecuárias, albergando um contingente de 4,7 milhões de pessoas. Por outro lado, os dados analisados revelam muitos problemas e desafios. Nesse sentido, vale destacar que a maioria dos agricultores familiares tem idade avançada, não sabe ler e escrever e desenvolve suas atividades produtivas sem o apoio dos serviços de assistência técnica e extensão rural. Ademais, é preocupante a reduzida participação de agricultores jovens, indicando uma questão desafiadora para a continuidade da categoria no futuro.

Do ponto de vista da sustentabilidade das atividades agrícolas, chama a atenção o baixo uso de práticas conservacionistas. Já sobre os meios materiais de produção, ressalve-se a precariedade de acesso, em particular, à terra, à água e aos bens de capital físico como tecnologias mecânicas. A persistência histórica da concentração de terras é confirmada nos dados do último Censo, ao mostrar que uma pequena quantidade de grandes estabelecimentos concentra a maior parcela das terras agricultáveis mapeadas pelo IBGE. Apesar de boa parte dos agricultores familiares deter a posse da propriedade, há predominância de minifúndios que, em associa-

ção com as características edafoclimáticas da Região, dificultam a exploração agropecuária e limitam os resultados produtivos obtidos.

No que concerne aos recursos hídricos, uma questão crucial é o armazenamento da água. Observa-se melhoria nesse aspecto, em função de políticas públicas de apoio e financiamento, criadas principalmente nas duas últimas décadas. Por outro lado, constata-se a necessidade de avançar, visto que ainda é elevado o número de estabelecimentos sem fontes de água adequadas em seu interior.

Quanto aos aspectos produtivos, os agricultores familiares desempenham um papel fundamental na produção de alimentos básicos e têm baixa inserção nas lavouras comerciais de maior valor agregado como soja, cana-de-açúcar e outros produtos da fruticultura irrigada. Mesmo assim, a categoria foi responsável por aproximadamente 30% de toda a riqueza gerada no campo nordestino, algo correspondente a um valor de mais de R\$ 15,8 bilhões.

Essa produção da agricultura familiar, porém, está concentrada em um pequeno grupo de produtores, correspondente a pouco mais de 11% do total que produz praticamente 62,0% da riqueza da categoria. Por sua vez, a maior parte dos agricultores familiares continua dentro dos limites do Grupo B do Pronaf, apresentando resultados produtivos médios por estabelecimento extremamente baixos, embora conjuntamente tenham produzido um valor próximo a R\$ 6,0 bilhões em 2017.

Os resultados da análise empreendida revelam, em última instância, que o potencial produtivo desses agricultores é bloqueado por “múltiplas carências de ativos” (acesso precário a terra, educação formal, assistência técnica, tecnologias produtivas etc.), compensadas, em parte, pelas políticas sociais e de desenvolvimento rural que contribuem para diversificar as suas fontes de renda.

De fato, as informações referentes às receitas dos estabelecimentos familiares indicam que as suas fontes de entradas de dinheiro provêm da venda de produtos agropecuários, do trabalho não agrícola e, principalmente, do recebimento de benefícios da Previdência Social e de outras políticas de transferência de renda. Também contribuem para as entradas, os recursos do Pronaf operacionalizados pelo BNB, que é um pro-

grama extremamente importante para manter as atividades produtivas da Região. Somadas, as diferentes fontes de ingressos dos agricultores familiares nordestinos movimentaram mais de R\$ 32 bilhões em 2017, contribuindo diretamente para garantir a permanência do segmento no campo e para dinamizar as economias locais.

Este cenário é positivo, mas também sinaliza uma acentuada dependência das rendas do não trabalho, ensejando a necessidade de fortalecimento de políticas públicas capazes de reforçar a base produtiva da maioria do segmento. Nessa perspectiva, parece indiscutível a estratégia de ampliar o acesso ao crédito rural, melhorar os serviços de assistência técnica e a infraestrutura de captação e armazenamento de água no semiárido, além, é claro, de uma política efetiva de distribuição de terras. Porém, nenhuma ação ou política voltada para a agricultura familiar terá o efeito esperado, se operada isoladamente, sendo fundamental que se pense em uma ampla estratégia coordenada de ações de desenvolvimento rural.

Evidentemente, para avançar na compreensão do tema e em qualquer encaminhamento propositivo, é preciso ir além do retrato da agricultura familiar nordestina aqui apresentado, que abordou dados agregados para a Região, sem detalhamento de sua heterogeneidade interna. Daí a importância de se realizar estudos sobre a realidade de cada estado nordestino, a fim de verificar a trajetória histórica do segmento, bem como suas particularidades socioprodutivas. Isso poderá subsidiar novas pesquisas na área, bem como auxiliar os atores sociais e os governantes na formulação de políticas públicas mais precisas visando fomentar o desenvolvimento do segmento. Essas políticas devem envolver ações que contemplem as unidades de produção familiar e o entorno em que elas estão inseridas, mediante a oferta de bens públicos capazes de melhorar a qualidade de vida no campo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. F. A.; ALMEIDA, C. **O. Cultivo da bananeira para o Agropolo Jaguaribe Apodi, Ceará.** Sistema de produção 5. Embrapa mandioca e fruticultura. Sistema de produção 3 Embrapa Agroindústria Tropical. 2014.

- ALVES, M. O. **Mercado, arame e Estado:** recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. 2012. 341f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- AQUINO, J. R. et al. Dimensão e características do público potencial do Grupo B do Pronaf na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira:** diferentes visões do censo agropecuário 2006. Brasília/DF: IPEA, 2014. p. 77-105.
- AQUINO, J. R. et al. Articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo das interfaces entre o Programa Bolsa Família e as políticas de inclusão produtiva no Nordeste e no Sul do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 48, n. 4, p. 155-173, out./dez., 2017.
- AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza/CE, v. 46, suplemento especial, p. 139-160, jul./2015.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 1, p. 123-142, jan./mar. 2018.
- AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba/SP, v. 52, Supl. 1, p. 167-188, 2014.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. A Grande Seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 81-97, abr./jun., 2020.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.
- ARAÚJO, J. L. P. et al. **Cultivo da mangueira:** custos e rentabilidade. Sistema de produção, 2. Embrapa Semiárido, 2015.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento:** Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-560.
- BNB. Banco do Nordeste do Brasil. **Base de dados do Pronaf**. Fortaleza: BNB, 2019.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional - MIN. **Nova delimitação do Semiárido**. Brasília: SUDENE, 2018. Disponível em: http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiario/rquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania:** Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011. p. 11-34.
- CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza/CE, v.45, n. 3. p. 160-184, jul./set. 2014.
- CASTRO, C. N. **A agricultura no Nordeste brasileiro:** oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto p/ Discussão, nº 1786).
- COÊLHO, J. D. Agricultura familiar no Nordeste. **Informe Rural Etene/BNB**. Fortaleza, ano 4, n. 5, p. 1-11, 2010.
- CRUZ, M. P. M. et al. Diferenciais de rendimentos entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural nordestino. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador/BA, v. 2, n. 43, p. 201-231, ago./2019.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 429-442.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando à inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília: FAO/SAF-MAPA/Finatec, 2019. 25p.

DOS ANJOS, J. B.; MELO, R. F. Máquinas, implementos e equipamentos utilizados na agricultura familiar. In: MELO, R. F.; VOLTOLINI, T.V. (Org.). **Agricultura familiar dependente de chuva no semiárido**. Brasília: Embrapa, 2019. p. 173-186.

DUQUE, G. (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In: CEPAL. **Juventude rural, modernidad y democracia en América Latina**. Santiago de Chile: Cepal, 1996, p. 55-80.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, 1995.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA, agosto de 1996.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

FERRARO JR., L. A; BURSZTYN, M. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 385-400, maio/ago. 2010.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GALINDO, O.; FERREIRA IRMÃO, J. A previdência rural e a recuperação econômica e social das famílias no Nordeste. In: DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. (Orgs.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: Ipea, 2000. p. 165-186.

GARCIA, F.; HELFAND, S.; SOUZA, A. P. Transferencias monetarias condicionadas y políticas de desarrollo rural en Brasil: posibles sinergias entre Bolsa Familia y el Pronaf. In: MALDONADO, J. H. et al. (Orgs.). **Protección, producción, promoción: explorando sinergias entre protección social y fomento productivo rural en América Latina**. Bogotá: Universidad de los Andes/Facultad de Economía/CEDE/FIDA, 2016. p. 69-115.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A.; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: BNB, 2011.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; ICHIRARA, S. M. **A participação da agricultura familiar no PIB do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012.

HELFAND, S. M.; MOREIRA, A. R. B.; FIGUEIREDO, A. M. R. Explicando as diferenças de pobreza entre produtores agrícolas no Brasil: simulações contrafactuais com o censo agropecuário 1995-96. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 49, n. 2, p. 391-418, abr./jun. 2011.

- HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Orgs.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. p. 121-159.
- HERRERA, K. M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208-233. 2017.
- IBGE. **Áreas dos municípios**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IBGE. **Estimativas da População 2019**. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>. Acesso em: 26 out. 2012.
- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso: 20 jan. 2020.
- LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Parcerias Estratégicas**, Brasília/DF, v. 23, n. 46, p. 191-212, jan./jun. 2018.
- LOPES, G. M. B. et al. **Sistema de produção de banana pra a zona da mata de Pernambuco**. Sistema de Produção 3. Embrapa Tabuleiros Costeiros. 2016.
- MAIA GOMES, G. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos**. Brasília: IPEA, 2001.
- MELLO, J. (Org.). **A inclusão produtiva rural no Brasil sem miséria: o desafio da superação da pobreza no campo**. Brasília: MDS/SAGI, 2015. (Caderno de Estudos, nº 23).
- MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.
- MIRANDA, C.; TORRENS, J.; MATTEI, L. (Orgs.). **O legado das políticas públicas de desenvolvimento rural para a inclusão socioprodutiva no Brasil**. Brasília: IICA, 2017. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 24).
- NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba/SP, v. 47, n. 1, p. 147-182, jan./mar. 2009.
- NUNES, E. M. et al. Políticas agrárias e agrícolas no contexto do desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília/DF, n. 43, p. 91-126, jul./dez. 2014.
- PEREIRA, C. N. Estrutura agrária no MATOPIBA: apontamentos a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (Ipea)**. Brasília/DF, n. 21, p. 75-86, jul./dez. 2019.
- REIS, J. N. P. A insustentável distribuição da terra no semiárido brasileiro. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista/BA, v. 16, n. 27, p. 21-38, jan./jun. 2019.
- RIBEIRO, E. M. et al. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 2, nov. 2005.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SILVEIRA, F. G. et al. **Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo**. Brasília: IPC-IG/PNUD, 2016.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 119-156, abril 1997.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAF, 2017. p. 64-81.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

AGRICULTURA FAMILIAR NO MARANHÃO: UMA BREVE ANÁLISE DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Family Farming in Maranhão: a brief analysis of the 2017 census of agriculture

Itaan Pastor Santos

Médico Veterinário. Doutor em Agronomia pela Universidade Técnica de Lisboa. Professor Adjunto 2 da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Av. Lourenço Vieira da Silva Jardim São Cristóvão. CEP: 65055-310, São Luís, MA - Brasil - Caixa-postal: 09 itaansantos@professor.uema.br

Marcelo Sampaio Carneiro

Engenheiro Florestal. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Associado 4 da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Centro de Ciências Humanas, Departamento de Sociologia e Antropologia. Av. dos portugueses s/n Bacanga. CEP: 65000-000. São Luís, MA – Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 (CNPq). marcelo.sampaio@ufma.br

José Sampaio de Mattos

Geógrafo. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor Adjunto classe IV do Departamento de História e Geografia (UEMA). Centro de Educação Ciências Exatas e Naturais, Departamento de História E Geografia. Av. Paulo VI S/N. Tirirical. CEP: 65000-000. São Luís, MA – Brasil. sampaio.uema@gmail.com

Carlos Augusto de Oliveira Furtado

Economista. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela UEMA. Técnico da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (AGERP). R. Granja Barreto, S/N - Outeiro da Cruz, São Luís - MA, CEP: 65065-545. caoaab@uol.com.br

Resumo: O presente artigo visa traçar um perfil da agricultura familiar no Maranhão, destacando sua estrutura e potencialidades, em 2017. A metodologia utilizada consistiu na análise dos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca do Censo Agropecuário de 2017, bem como recorreu à revisão de literatura sobre a dinâmica recente da agricultura maranhense. Os resultados obtidos procuram delinear o perfil da agricultura familiar maranhense, destacando alguns aspectos que ficaram mais evidenciados, como a importância na geração de ocupações e o peso crescente da produção de origem animal. Dentre os pontos mais preocupantes, foi possível verificar o baixo nível de escolaridade dos produtores e um acesso muito limitado aos serviços de assistência técnica.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Censo agropecuário 2017; Maranhão.

Abstract: This article aims to outline a profile of family farming in Maranhão, highlighting its structure, the family farming model the potentials, analyzing the main information provided by the 2017 Census of Agriculture. The methodology used consisted of analyzing the data published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) about the 2017 Agricultural Census, as well as in the literature review about the recent dynamics of agriculture in Maranhão. The results obtained seek to outline the profile of family farming in Maranhão, highlighting some aspects that became more evident, such as the importance in the generation of occupations and the growing weight that of the production of animal origin. Among the most worrying reports, it was possible to verify the low level of education of producers and very limited access to technical assistance services.

Keywords: Family Farmer; Agricultural Census 2017; Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar pode ser considerada uma forma de produção diferenciada, cuja característica principal reside no fato dela ser realizada por "[...] uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família" (LAMARCHE, 1993, P.15). Por outro lado, como destacam Schneider e Cassol (2014), a produção agro-silvo-pastoril oriunda dessa economia familiar é utilizada para o autoconsumo, mas também para a comercialização.

No presente estudo, esse conceito é operacionalizado a partir da definição legal estabelecida pela Lei n. 11.326/2006, que foi regulamentada pelo decreto presidencial n. 9.064, de 31/05/2017, que estabeleceu como critérios para a caracterização da agricultura familiar: (i) não deter área maior que quatro módulos fiscais; (ii) utilizar, no mínimo, metade do trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda do estabelecimento agropecuário; (iii) ter, no mínimo, metade da renda familiar originada do próprio estabelecimento; e (iv) que o estabelecimento seja dirigido pelo agricultor com sua família.

Isto posto, o objetivo central deste artigo é analisar o desenvolvimento recente da agricultura familiar maranhense, considerando as informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário de 2017, de acordo com a delimitação de algumas variáveis como as características dos estabelecimentos agropecuários, dos(as) produtores(as) e do pessoal ocupado; a evolução das principais lavouras (temporárias e permanentes) e dos rebanhos; e a movimentação financeira (valor da produção, principais receitas e despesas).

A metodologia adotada baseou-se no levantamento dos dados do Censo Agropecuário 2017, de acordo com a tipologia agricultura familiar versus agricultura não familiar. Após esse levantamento, os dados foram analisados e, sempre que possível, foram confrontados com estudos que destacam características centrais da agricultura familiar maranhense no que concerne à sua presença em atividades agrícolas tradicionais (CARNEIRO, 2013; 2017), na pecuária de corte (PORRO et al., 2004), na pecuária de

leite (LIMA NETO; CARNEIRO, 2019) e na produção agroextrativista (MESQUITA, 2001).

O artigo ficou organizado em cinco seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se a situação dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição legal das terras e da condição do produtor. Na terceira seção, discute-se o perfil dos chefes dos estabelecimentos agropecuários, destacando variáveis como o nível de escolaridade e o acesso a informações e a assistência técnica. Na quarta seção, analisa-se a composição do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, procurando identificar as principais classes e grupos de atividade que respondem pela ocupação na agricultura familiar maranhense. A quinta seção discute a dinâmica da agricultura familiar, agora considerando os dados de produção, destacando as principais lavouras (temporárias e permanentes) e os principais rebanhos no Estado. A sexta seção aborda as informações acerca da movimentação financeira da agricultura familiar, considerando os dados sobre valor da produção, receitas e acesso ao crédito. Na conclusão, destacam-se as principais características identificadas, apontando alguns elementos que julgamos centrais para a compreensão da dinâmica atual da agricultura familiar no Estado do Maranhão.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR MARANHENSE SEGUNDO OS DADOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS E A CONDIÇÃO DOS PRODUTORES

A agricultura maranhense tem, na sua história, uma trajetória que foi dominada por atividades orientadas para a exportação, como foi o caso das lavouras canavieira e algodoeira, nos séculos XVIII e XIX. Essas culturas, desenvolvidas a partir de grandes plantações, fizeram com que o Estado obtivesse destaque no cenário econômico nacional, o que levou Furtado (2000, p. 96) a destacar que, no final do século XVIII, o sistema econômico maranhense foi o único que alcançou algum nível de prosperidade na economia brasileira, devido ao forte crescimento da demanda internacional por algodão. Esse modelo de produção, no entanto, concen-

trou renda e terras, de forma que, com a crise do chamado ciclo do algodão no final do século XIX, as atividades empresariais enfrentaram uma situação de regressão econômica.

A partir dos anos 1930, com o desenvolvimento da indústria do óleo de babaçu, a economia estadual passou a ter nessa atividade o seu epicentro (MAY, 1990). O fortalecimento dessa atividade teve forte impacto no agrário estadual, impulsionando o extrativismo do coco babaçu, praticado por famílias de trabalhadores(as) rurais no interior de fazendas tradicionais ou em áreas ocupadas, na condição de posseiros. Contudo, como mostrou Mesquita (1988), a partir dos anos 1970 a produção de óleo babaçu entrará em declínio, por força da concorrência com outros produtos agrícolas e da expansão da agropecuária incentivada no Estado.

Se o desenvolvimento da agropecuária incentivada (incentivos fiscais da Sudene e da Sudam) foi o principal vetor para o desenvolvimento da agricultura maranhense nos anos 1970 e 1980, ela foi também a principal responsável pelo crescimento do número de conflitos fundiários no Estado nesse período (ALMEIDA, 1983; CARNEIRO, 2013). A partir dos anos 1990, o desenvolvimento da sojicultura e dos plantios de eucalipto para o abastecimento da atividade siderúrgica e, posteriormente, da indústria de papel e celulose, seriam os setores econômicos com maior desenvolvimento, ocupando crescentes porções de terra e, por conseguinte, impactando fortemente as áreas ocupadas pela agricultura familiar (PAULA ANDRADE, 2008). Ao longo desse período, o espaço agrário maranhense foi sendo remodelado com a expansão de atividades de monocultura, típicas do agronegócio, mas, como veremos também, ao longo desse texto, pela manutenção e desenvolvimento de atividades econômicas sustentadas pela agricultura familiar.

Observados de uma perspectiva histórica, os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que a área e o número dos estabelecimentos agropecuários vêm tendo uma redução constante desde o Censo de 1985, muito embora existam críticas sobre a comparabilidade desse tipo de informação, uma vez que ocorreram modificações quanto ao período de coleta dos dados dos censos de 1995 e 2006 (FRANÇA;

DEL GROSSI; MARQUES, 2009). Apesar dessa ressalva, o elemento que mais se destaca no conjunto dos dados apresentados na Tabela 1, quando se considera o período 1985-2017, é a forte redução do número de estabelecimentos agropecuários e o crescimento da área média dos estabelecimentos, que passou de 29,25 hectares (1985) para 55,68 hectares (2017).

Tabela 1 – Evolução da área total e do número geral dos estabelecimentos agropecuários – Maranhão (1985 a 2017)

Ano	Área dos estabelecimentos (hectares)	Número de estabelecimentos
1985	15.548.267	531.413
1995	12.560.692	368.191
2006	13.033.568	287.039
2017	12.238.489	219.765

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A Tabela 2 apresenta as informações sobre a área e o número dos estabelecimentos agropecuários segundo a tipologia. Como pode ser verificado, a agricultura familiar responde pela maioria dos estabelecimentos maranhenses (85,14%), contudo, ocupa pouco menos de 1/3 da área total dos estabelecimentos agropecuários. Por sua vez, os estabelecimentos não familiares, que respondem por menos de 15% do total dos estabelecimentos, detêm cerca de 70% da área total dos estabelecimentos, sinalizando a persistência de uma forte concentração fundiária, mantendo uma tendência identificada em estudos anteriores (CARNEIRO, 2013).

Tabela 2 – Número e área dos estabelecimentos segundo a tipologia - Maranhão – 2017

Tipos de Agricultura	Estabelecimentos		Área total (ha)		Área média
	Número	%	Hectares	%	
Familiar	187.118	85,14	3.780.319	30,88	20,20
Não Familiar	32.647	14,85	8.458.170	69,11	284,61
Total	219.765	100,00	12.238.489	100,00	55,68

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

No que concerne à evolução da distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por Grupos de Área Total, informação que possibilita a verificação dos principais movimentos no mercado de terras, os dados do Censo de 2017 mostram que ocorreu uma forte inflexão no movimento de desconcentração da posse/propriedade da terra que se iniciou nos anos 1980 no Estado do Maranhão, a partir de movimentos de luta pela terra e do processo de fragmentação da grande empresa agropecuária incentivada (CARNEIRO et al., 1998).

De acordo com os dados levantados, a somatória da área dos estabelecimentos que se situam nos estratos de área com maior presença da agricultura familiar (menos de 10, de 10 a menos de 100, de 100 a menos de 1.000 hectares), que, de 1985 para 2006, ampliaram sua representação na área total de 58,15% para 63,88% (+ 5,73), mas entre 2006 e 2017 tiveram uma forte redução, passando a ocupar somente 56,46% da área total dos estabelecimentos (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários segundo Grupos de Área Total (em%) - Maranhão (1985 a 2017)

Grupos de área total	1980	1985	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	4,78	4,35	3,1	1,37	1,47
10 a menos de 100 ha	13,07	15,19	19,14	20,13	18,89
100 a menos de 1.000 ha	38,32	38,61	41,41	42,38	36,11
1.000 ha e mais	43,83	41,85	36,35	36,12	43,53
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Tabela 4 apresenta-se a distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar por estratos de área. A partir dela é possível verificar que, em 2017, a maior parcela dos estabelecimentos desse grupo social encontra-se no estrato de até 10 hectares (57,21%), mas com uma representa-

tividade importante no estrato de 10 a menos de 100 hectares (29,42%). Em termos de área ocupada, esse estrato intermediário é o mais significativo (53,21%), vindo em seguida o estrato com áreas entre 100 e menos de 200 hectares (28,42%) e de 200 a menos de 500 hectares (13,85%).

Tabela 4 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, segundo os grupos de área total – Maranhão – 2017

Grupo de área total	Número dos estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Número	Em%	Número	Em %
Menos de 10 ha	107.059	57,21	158.208	4,18
10 a menos de 100 ha	55.054	29,42	2.011.754	53,21
100 a menos de 200 ha	8.185	4,37	1.074.444	28,42
200 a menos de 500 ha	2.253	1,20	523.735	13,85
500 a menos de 1.000 ha	2	0,001	X	---
1.000 ha a menos de 2.500 ha	4	0,002	6.000	0,15

Grupo de área total	Número dos estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Número	Em%	Número	Em %
2.500 ha a menos de 10.000 ha	1	0,0005	X	---
De 10.000 ha e mais	---	--	---	---
Produtor sem área	14.560	7,78	---	---
Total	187.118	100,00	3.780.319	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Obs.: De acordo com o IBGE, “os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados” sendo destacados com a letra X.

A predominância de estabelecimentos de pequeno porte (até 10 hectares) diz respeito a diferentes tipos de situações na agricultura familiar maranhense, como é o caso dos agricultores das regiões urbanas e periurbanas (BRAGA, CARNEIRO, 2019), mas também, ao fato de que nas regiões de ocupação mais antiga, os processos de reforma agrária deram origem a estabelecimentos de pequeno porte, verdadeiros minifúndios, ao passo que os estabelecimentos de maior porte (10 a menos de 100 hectares) situam-se nas regiões de ocupação mais recente, nas regiões geográficas do Pindaré, de Imperatriz, do Gurupi, do Alto Mearim e Grajaú, cujos movimentos de ocupação de terra foram mais exitosos, obtendo a desapropriação de áreas mais extensas – geralmente de empresas

agropecuárias incentivadas – que permitiram a distribuição de lotes nas faixas de 30 a 50 hectares aos assentados (CARNEIRO et al., 1998).

No que concerne aos dados relativos à condição legal das terras, o Censo Agropecuário de 2017 mostrou que dos 187.118 estabelecimentos da agricultura familiar, cerca de 62% são de terras próprias, vindo em seguida (11,88%) as terras classificadas como “concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva” (Tabela 5), que no caso do Maranhão, correspondem principalmente aos assentamentos de reforma agrária sob gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e, em menor medida, do Instituto de Terras do Estado do Maranhão (Iterma). Com menor importância aparecem ainda as terras ocupadas (8,50%) e as terras arrendadas (6,89%).

Tabela 5 – Área e número dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo a condição legal das terras - Maranhão – 2017

Condição legal das terras	Número dos estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Número	Em %	Número	Em %
Próprias	116.347	62,17	3.277.408	86,69
Concedidas por órgão fundiário sem titulação	22.230	11,88	248.612	6,57
Arrendadas	12.900	6,89	37.035	0,97
Em parceria	6.368	3,40	53.128	1,40
Em regime de comodato	8.101	4,32	79.270	2,09
Ocupadas	15.917	8,50	84.867	2,24
Total	187.118	100,00	3.780.319	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Em termos de área, dos 3,7 milhões de hectares da agricultura familiar mostrados na Tabela 5, cerca de 87% são terras próprias, vindo em seguida (6,57%) de terras “sem titulação definitiva”, terras ocupadas (2,24%), em regime de comodato (2,09%) e em parceria (1,40%). Esse pequeno percentual de terras classificadas como ocupadas mostra que o movimento da frente de expansão camponesa para as chamadas “terras livres”, nos vales dos rios Mearim, Pindaré e Grajaú, que se desenvolveu com maior intensidade nos anos 1960/1970 (MUSUMECI, 1988) se esgotou, com a consolidação jurídica (Terras Próprias) da maior parte das áreas exploradas pela agricultura familiar.

Um aspecto, contudo, a respeito dos dados censitários referentes a questão da condição legal das terras deve ser destacado. Diz respeito a uma subestimação da área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar classificada como “concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação” que, no Maranhão, correspondem principalmente aos assentamentos de reforma agrária. Os dados do censo de 2017 apontaram, na rubrica da condição legal das terras, um total de 22.230 estabelecimentos nessa condição, com uma área de cerca de 250 mil hectares. Ora, de acordo com dados mais recentes do Incra e do Iterma haveria, nessa condição, cerca de 1.028 assentamentos de reforma agrária, com cerca de 132.301 famílias assentadas e uma área total de 4.741.258,65 hectares.

Vale destacar, porém, que essa forte diferença entre o número de assentamentos recenseados e a informação dos órgãos fundiários também foi verificada no Censo Agropecuário de 2006, cujo número de estabelecimentos, para todo o Brasil, passou de 189.191 para 575.101 estabelecimentos, após uma segunda contagem realizada pelo IBGE, que levou em consideração a localização dos entrevistados no perímetro dos assentamentos de reforma agrária. De acordo com Kageyama et al. (2013, p.109), essa discrepância teve como principal fator a dificuldade de identificação da situação legal da terra, por parte do produtor entrevistado, o que levou à forte subestimação dessa categoria no censo agropecuário.

Feita essa caracterização dos estabelecimentos agropecuários, na próxima seção analisare-

mos o perfil dos chefes dos estabelecimentos agropecuários, utilizando as informações relativas à condição do produtor, destacando aspectos como o nível de escolaridade e da assistência técnica recebida.

3 PERFIL DOS CHEFES DOS ESTABELECEMENTOS FAMILIARES

Quanto às características do produtor, o primeiro dado que analisamos diz respeito à direção do estabelecimento (Tabela 6). De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a principal forma de direção dos estabelecimentos é a realizada diretamente pelo titular (81,33%), vindo em seguida os estabelecimentos dirigidos pelo casal (16,2%) e, em menor medida, os dirigidos por um encarregado ou pessoa com laço de parentesco com o titular (0,26%), outra pessoa (0,16%) e explorações comunitárias (0,12%). Ou seja, essa informação mostra que a responsabilidade pela administração e gestão do estabelecimento é feita quase que exclusivamente pelas famílias – enquanto produtor(a) individual ou pelo casal – e que a utilização de um terceiro (encarregado) é pouco usual, da mesma forma que explorações de natureza coletiva.¹

Tabela 6 – Direção dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo o sexo e o tipo de direção - Maranhão – 2017

Direção	Número	Em %
Produtor(a) titular diretamente	152.191	81,33
Casal (codireção)	29.980	16,02
Produtor(a) titular através de encarregado ou pessoa com laço de parentesco	4.419	2,37
Explorações comunitárias	226	0,12
Outra pessoa	302	0,16
Total	187.118	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

¹ Aqui é importante destacar que estamos tratando da gestão do lote familiar, o que não significa dizer que inexistam formas de cooperação em outras áreas do território ocupado pelas famílias, como nas áreas de remanescentes de quilombo ou reservas extrativistas, nas quais se verificam formas importantes de uso comum dos recursos naturais (PAULA ANDRADE, 2008).

Considerando as informações para a direção do estabelecimento, segundo o sexo e a faixa de idade, observamos que os estabelecimentos são dirigidos majoritariamente por homens (78,50%) e que somente cerca de 1/5 são dirigidos por mulheres (21,50%). Quanto à faixa de idade, a maior parte dos estabelecimentos é dirigida por pessoas nas faixas de idade de 45 a menos de 55 anos (23,35%), 55 a menos de 65 anos (21,75%) e 35 a menos de 45 anos (20,90%). Os jovens dirigem cerca de 3% dos estabelecimentos enquanto pessoas de 75 anos ou mais dirigem 5% dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 7).

Tabela 7 – Direção dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo o sexo e o tipo de direção - Maranhão – 2017

Faixa de idade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Menor de 25 anos	3.954	1.752	5.706
De 25 a menos de 35 anos	17.351	6.392	23.743
De 35 a menos de 45 anos	30.232	8.889	39.121
De 45 a menos de 55 anos	34.642	9.066	43.708
De 55 a menos de 65 anos	32.656	8.054	40.710
De 65 a menos de 75 anos	19.919	4.344	24.263
De 75 anos e mais	8.126	1.741	9.867
Total	146.880	40.238	187.118

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Esses dados sobre a idade do(a) chefe do estabelecimento, que mostram o predomínio de pessoas mais velhas, coincidem com o argumento apresentado por Del Grossi (2016) acerca do aumento da idade das pessoas ocupadas nas atividades da agricultura familiar e, de forma mais direta, com os problemas de reprodução da agricultura familiar num plano mais geral, que se traduz na recusa dos(as) filhos(as) em assumirem os negócios familiares, preferindo a inserção em ocupações urbanas ou o casamento fora do seu grupo social. Ou seja, temos uma situação semelhante à observada por Champagne (2002), para o caso francês, de uma recusa da herança camponesa (ou agrícola), o que torna relevante o debate acerca da chamada “deser-

tificação do mundo rural” e a necessidade de políticas públicas para o estabelecimento dos jovens no campo.

Quanto ao nível de escolaridade, verificamos que 42,31% dos produtores que dirigem estabelecimentos agropecuários informaram que não sabem ler, contra 57,69% que disseram possuir essa habilidade (IBGE/Sidra, 2019). Ainda nesse quesito é possível verificar na Tabela 8 que cerca de 26% dos referidos produtores nunca frequentaram uma escola e que os níveis de escolaridade mais importantes indicados foram: “Classe de Alfabetização” (22,49%), Regular do ensino fundamental” (19,75%), “Antigo Primário” (14,46%), “e “Regular do ensino médio” (8,31%).

Tabela 8 – Nível de instrução do produtor (agricultor familiar) – Maranhão – 2017

Escolaridade	Total	Em %
Nunca frequentou escola	48.813	26,08
Classe de alfabetização - CA	42.097	22,49
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	3.897	2,08
Antigo primário (elementar)	27.048	14,45
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	8.183	4,37
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	36.969	19,75
EJA e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	593	0,31
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	404	0,002
Regular de ensino médio ou 2º grau	15.553	8,31
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	1.205	0,64
EJA e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	317	0,16
Superior - graduação	1.995	1,06
Mestrado ou doutorado	44	0,02
Total	187.118	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Essa informação sobre a escolaridade do(a) chefe do estabelecimento mostra, que apesar dos esforços observados para a redução da

taxa de analfabetismo na população rural no Estado², ela se mantém num patamar elevado, principalmente entre as pessoas de mais idade. Além de um problema social importante, o baixo nível de escolaridade pode representar um entrave significativo no acesso desses (as) chefes de estabelecimento a políticas públicas e/ou a obtenção de informações para a gestão mais adequada de suas propriedades rurais, como mostram os dados acerca da forma de obtenção de informações técnicas pelo estabelecimento, que, para o caso da agricultura familiar, indicam que cerca de 94.305 estabelecimentos agropecuários, 50,39% do total, responderam não terem obtido informações técnicas (IBGE/SIDRA, 2019).

De fato, o acesso a conhecimento técnico é um grave entrave para a agricultura familiar maranhense. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, o número de produtores que receberam assistência técnica no Estado é bastante reduzido, seja da agricultura familiar ou da agricultura não-familiar. No caso da agricultura familiar, o percentual dos que informaram ter recebido assistência técnica foi de apenas 2,89%, ou seja, 5.408 estabelecimentos familiares em um universo de 187.118. Vale destacar que, para a Região Nordeste, apesar de pequeno, o dado é um pouco melhor, correspondendo a 7,33% (134.829 produtores em um universo de 1.838.846 estabelecimentos familiares). Quando desagregados os dados da Tabela 9, relativos à origem da assistência técnica recebida, percebe-se que a principal fonte é o governo (59,04%), vindo em seguida as categorias “Própria ou do produtor” (18,23%), de Cooperativas (5,07%), Empresas Integradoras (3,03%) e o Sistema S (2,29%)³.

Após a apresentação do perfil das pessoas na direção dos estabelecimentos agropecuários,

que mostrou a predominância de agricultores do sexo masculino e de baixa escolaridade na gestão das atividades, discutiremos, na próxima seção, as características do conjunto do pessoal ocupado pela agricultura familiar.

Tabela 9 – Origem da assistência para os estabelecimentos da agricultura familiar que receberam assistência técnica - Maranhão (2017)

Origem da assistência técnica	Produtores assistidos	
	Número	Em %
Governo	3.290	59,04
Própria ou do produtor	1.016	18,23
Cooperativas	283	5,07
Empresas Integradoras	169	3,03
Sistema S	128	2,29
Organização Não governamental	95	1,70
Empresas privadas de planejamento	66	1,18
Outra	525	9,42
Total	5.572	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

4 CARACTERÍSTICAS DO PESSOAL OCUPADO

A agricultura familiar responde pela ampla maioria das ocupações no espaço agrário maranhense, pois, das 898.046 pessoas ocupadas, 697.236 (77,64%) encontram-se em estabelecimentos da agricultura familiar, ao passo que 200.810 trabalham na agricultura não familiar. Na Tabela 10, destaca-se o pessoal ocupado segundo a tipologia e o sexo. Nela, pode-se observar que a agricultura familiar é fortemente masculina, com 80,01% de homens no total do pessoal ocupado e que o total de mulheres ocupadas na agricultura familiar é 6,2 vezes superior ao da agricultura não familiar, ao passo que a proporção de homens na agricultura é somente 3,4 vezes à da agricultura não familiar.

2 Depois da realização do I Censo da Reforma Agrária do Brasil, em 1997, no qual ficou constatado o alto nível de analfabetismo nos assentamentos de reforma agrária, houve um esforço de parte do governo federal para a promoção de cursos de alfabetização de jovens e adultos (EJA). Mais recentemente, o governo estadual lançou o Programa “Sim, eu posso!”, voltado para a erradicação do analfabetismo em trinta municípios com menor IDH do Estado.

3 A somatória dos estabelecimentos com a origem da assistência técnica (5.572) é maior do que a informação, também obtida na Tabela 6779 (SIDRA/IBGE), do total de estabelecimentos que receberam (5.408), o que pode significar que um informante respondeu ter recebido orientação de mais de um agente indicado na tabela.

Tabela 10 – Pessoal ocupado segundo a tipologia familiar e não familiar e o sexo - Maranhão – 2017

Tipologia	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Familiar	557.800	80,01	139.436	19,99	697.236	100,00
Não Familiar	163.605	81,47	22.338	18,52	200.810	100,00
Total	721.405	80,33	161.774	18,02	898.046	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Quando se considera o pessoal ocupado na agricultura familiar segundo os grupos de atividade, pode-se verificar que as lavouras temporárias representam a atividade que gera o maior número de ocupações na agricultura maranhense (51,78%), vindo em seguida a criação de pequenos e grandes animais (37,66%), principalmente a pecuária bovina (262.575 pessoas), e o manejo de florestas naturais (6,28), como no caso do extrativismo do coco babaçu e da produção do carvão vegetal (Tabela 11). Vale destacar que no caso das lavouras temporárias, a principal ocupação se situa na produção de cultivos como a mandioca e o arroz, conforme identificado por alguns estudos (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; CARNEIRO, 2017)

Tabela 11 – Pessoal ocupado na agricultura familiar por grupos de atividade - Maranhão – 2017

Grupos de atividade	Pessoas ocupadas	
	Total	Em %
Lavouras temporárias	361.001	51,78
Lavouras permanentes	13.512	1,94
Horticultura e floricultura	9.390	1,35
Pecuária e criação de outros animais	262.575	37,66
Florestas plantadas	1.534	0,22
Florestas nativas	43.810	6,28
Pesca	2.106	0,30
Aquicultura	3.267	0,47
Produção de sementes e mudas	41	0,01
Total	697.236	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/Sidra, 2019).

Na Tabela 12 apresentamos os dados do pessoal ocupado considerando os dois principais grupos de atividade econômica e sua distribuição regional, de acordo com a nova classificação elaborada pelo IBGE que estabelece as Regiões Geográficas Intermediárias e as Regiões Geográficas Imediatas (IBGE, 2017) que, grosso modo, substituem as antigas mesorregiões e microrregiões geográficas. De acordo com esses dados, é possível identificar certa divisão regional do trabalho na atividade agropecuária maranhense, pois enquanto as atividades das lavouras temporárias – principalmente a lavoura de mandioca e de arroz – se concentram na Região Geográfica Intermediária de São Luís⁴ (61,30%), que aglutina os municípios localizados no litoral ocidental e oriental maranhense, as atividades da pecuária e criação de outros animais se distribuem em três regiões intermediárias, Imperatriz (31,25%), São Luís (26,50%) e Santa Inês-Bacabal (25,10%).

Tabela 12 – Pessoas ocupadas na agricultura familiar segundo principais grupos de atividade econômica e regiões geográficas intermediárias - Maranhão – 2017

Região Geográfica Intermediária	Grupos de atividade econômica			
	Lavouras temporárias		Pecuária e criação de outros animais	
	Número	Em %	Número	Em %
São Luís	221.239	61,30	69.610	26,50
Santa Inês – Bacabal	35.945	9,90	66.011	25,10
Caxias	50.119	13,90	17.338	6,60
Presidente Dutra	24.069	6,60	27.602	10,51

Região Geográfica Intermediária	Grupos de atividade econômica			
	Lavouras temporárias		Pecuária e criação de outros animais	
	Número	Em %	Número	Em %
Imperatriz	29.629	8,20	82.014	31,25
Total	361.001	100,00	262.575	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Vale destacar, ainda, que ao gerarmos os dados de pessoal ocupado para as classes de atividade da lavoura temporária (IBGE/SIDRA, 2019), considerando tanto a agricultura familiar como a não familiar, a cultura da soja aparece somente com 6.413 pessoas ocupadas, confirmando os estudos que destacam o caráter capital-intensivo dessa cultura e sua fraca capacidade de geração de postos de trabalho no campo (SCHLESINGER et al., 2008).

Nesta seção, elaboramos um perfil do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias no Maranhão, desagregando os dados pela tipologia, pelos grupos de atividade econômica e pela divisão em regiões geográficas, conforme nova classificação proposta pelo IBGE (2017). Na seção seguinte nos ocuparemos da dinâmica da atividade agropecuária no Estado, considerando o valor da produção para a agricultura familiar e não familiar, bem como a distribuição da produção pelos diferentes tipos de atividades agropecuárias.

5 DINÂMICA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MARANHÃO

De acordo com os dados do Censo Agropecuário, em 2017, a agropecuária maranhense obteve um valor total de R\$ 7.238.745.000,00 (Tabela 13). Desse total, a agricultura familiar respondeu por cerca de ¼. Contudo, como destacam Schneider e Cassol (2014, p. 92), esses dados devem ser analisados com cuidado, pois existem muitos estabelecimentos da agricultura familiar “[...] que realizam/possuem produção que resulta de atividades agropecuárias, mas que não a vendem [...]”, ou seja, que se direcionam para o autoconsumo da família ou como insumos intermediários que são utiliza-

dos em outras atividades produtivas (adubação, alimentação animal etc.), e que fazem parte de uma estratégia de segurança alimentar e/ou de relação com o mercado.

Tabela 13 – Participação no valor total da produção, segundo a tipologia e o tipo de produção – Maranhão – 2017

Tipologia/Tipo de Produção	Animal	Vegetal	Total (em mil reais)	Total (em %)
Familiar	1.033.113	826.829	1.859.942	25,69
Não familiar	1.800.145	3.578.658	5.378.803	74,31
Total	2.833.258	4.405.487	7.238.745	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Uma questão importante a ser observada diz respeito à distribuição do valor da produção da agricultura familiar segundo o tipo de produção (animal ou vegetal). De acordo com os dados levantados (Tabela 14), verifica-se que os produtos de origem animal respondem por 55,54% do valor da produção, com destaque para a participação dos animais de grande porte (bovinocultura). Por sua vez, os produtos de origem vegetal respondem por 44,45% do valor produzido, ressaltando-se aí o peso dos produtos das lavouras temporárias, com 30,83% do total e do extrativismo vegetal (7,12%), com destaque para a produção de coco babaçu.⁵

Tabela 14 – Distribuição do valor da produção dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo a natureza da produção – Maranhão – 2017

Origem da produção	Tipo	Valor (em mil reais)	Participação (em %)
	Total	1.033.113,00	55,54
	Grande Porte	868.656,00	46,70
Animal	Médio Porte	62.271,00	3,34
	Aves	65.685,00	3,53
	Pequenos Animais	32.544,00	1,74

5 De acordo com os dados da Pesquisa da Produção Vegetal e Silvicultura, em 2018, o Maranhão concentrou quase 93,0% da produção nacional de amêndoas de babaçu.

Origem da produção	Tipo	Valor (em mil reais)	Participação (em %)
	Total	826.829,00	44,45
	Lavouras Permanentes	47.243,00	2,54
	Lavouras Temporárias	573.444,00	30,83
Vegetal	Horticultura	60.720,00	3,26
	Floricultura	1.320,00	0,07
	Silvicultura	11.507,00	0,61
	Extração Vegetal	132.599,00	7,12
Total	Animal e Vegetal	1.859.942,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Tabela 15 é possível perceber que as culturas relacionadas à agricultura familiar (arroz, feijão fradinho e mandioca) se apresentam com uma produção bem menor que a das culturas não familiares (cana-de-açúcar, milho e soja), mas pode-se estabelecer uma relação entre a produção e a área colhida, além dos investimentos, para explicar esses dados. A área colhida das três primeiras culturas é de 154.155 ha, enquanto a soma das três últimas é de 1.053.696 ha, ou seja, quase sete vezes maior (IBGE/SIDRA, 2019). Essa relação, somada a um conjunto de outros elementos como níveis de tecnologias e insumos, permite compreender a diferença tão marcante. Chama a atenção, os dados relativos à cultura do milho, que sempre esteve relacionada com a agricultura e que nos últimos anos passou a ser produzida por agricultores não familiares e já no Censo Agropecuário 2017, apresenta um percentual de apenas 7,8% do total da produção no grupo dos agricultores familiares.

Tabela 15 – Participação da agricultura familiar na produção das principais lavouras do Maranhão – 2017

Tipo de lavoura	Produção total (em ton) (A)	Produção da agricultura familiar (em ton. (B))	B/A (%)
Arroz	135.538	87.955	64,89
Cana-de-açúcar	2.129.116	20.868	0,98

Tipo de lavoura	Produção total (em ton) (A)	Produção da agricultura familiar (em ton. (B))	B/A (%)
Feijão fradinho	16.842	6.358	37,75
Mandioca	222.092	195.028	87,81
Milho	1.416.342	110.339	7,79
Soja	1.939.221	7.030	0,36

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A produção da agricultura familiar maranhense tem voltado a crescer, em especial a rizicultura que, segundo informação do site Planeta Arroz,⁶ apresentou uma produtividade 49,7% maior que a safra de 2011/2012. No entanto, o Estado ainda não é autossuficiente nesse produto, mesmo já sendo o 5º produtor nacional e o 1º do Nordeste. Em relação ao feijão, o Maranhão tem uma produção pequena só ocupando a 5ª posição do Nordeste, mas com um grande potencial de crescimento, como acontece com o arroz. Quanto à mandioca o Estado é o segundo produtor do Nordeste em área plantada, destacando-se por ter plantios em praticamente todas as comunidades rurais dos seus municípios, garantindo autossuficiência na produção de mandioca (SAGRIMA, 2016).

Na Tabela 16 destacam-se informações acerca dos principais rebanhos da agricultura familiar no Maranhão. De acordo com esses dados, em termos percentuais, a participação da agricultura familiar é mais forte na suinocultura, caprinocultura e avicultura, com mais da metade do rebanho nessas atividades. Contudo, deve-se destacar a crescente relevância econômica que a bovinocultura⁷ vem assumindo para a agricultura familiar, principalmente no que concerne à pecuária leiteira (LIMA NETO; CARNEIRO, 2019) e, em menor medida, da avicultura para os agricultores familiares localizados em regiões periurbanas, como no caso da Aglomeração Urbana de São Luís (BRAGA, CARNEIRO, 2019).

6 Disponível em: https://www.planetaarroz.com.br/artigos/225/_Maranhao_o_despertar_de_um_gigante.

7 Contudo, deve-se registrar que segundo dados da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED), o número total de bovinos apresentado pelo Censo encontra-se subestimado, apresentando uma diferença de cerca de um milhão de cabeças em relação aos dados de cadastro da agência maranhense de defesa agropecuária (ALMEIDA, 2019).

Tabela 16 – Participação da agricultura familiar nos principais rebanhos – Maranhão – 2017

Tipo de rebanho	Número de cabeças total (A)	Número agricultura familiar (B)	B/A*100 (%)
Suínos	622.592	492.302	79,07
Caprinos	250.871	165.970	66,15
Aves*	9.605.237	4.903.249	51,05
Ovinos	193.141	93.497	48,40
Bovinos	5.419.044	2.246.532	41,46

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos.

Como foi possível verificar nesta seção, a agricultura familiar maranhense tem na criação de grandes animais, na produção da lavoura temporária e, em menor medida, no extrativismo do coco babaçu seus principais sustentáculos, em termos de valor da produção. Na seção seguinte, discutiremos as informações acerca da movimentação financeira dos estabelecimentos da agricultura familiar, destacando especialmente o papel do crédito no financiamento das atividades da agricultura familiar.

5 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES NO MARANHÃO

Conforme os dados analisados, somente 20.463 estabelecimentos agropecuários maranhenses tiveram acesso ao crédito em 2017. Desse total, a maioria foi de estabelecimentos da agricultura familiar (81,94%). Contudo, apesar dessa predominância, vale destacar que esse número (16.768) representa apenas 8,96% do total dos estabelecimentos da agricultura familiar no Estado⁸, ao passo que os 3.695 estabelecimentos da agricultura não familiar que obtiveram financiamento representam 11,31% do total dos estabelecimentos desse grupo de produtores (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Tabela 17, indica-se o número de estabelecimentos com acesso ao crédito segundo a tipologia e o agente responsável pelo financiamento. Como pode ser verificado, os bancos representam os principais agentes do financiamento para os dois tipos de agricultura, vindo em seguida os governos e as cooperativas de crédito.

Tabela 17 – Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento por agente responsável por financiamento segundo a tipologia – Maranhão – 2017

Agente responsável pelo financiamento	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	
	Número	Em %	Número	Em %
Bancos	15.463	92,21	3.395	91,88
Cooperativas de crédito	348	2,07	69	1,86
Governos	1.100	6,56	245	6,63
Comerciantes de matéria-prima	9	0,05	12	0,32
Fornecedores (insumos e/ou equipamentos)	1	0,005	15	0,40
Empresa integradora	10	0,05	34	0,92
Outras instituições financeiras	111	0,66	27	0,73

⁸ De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 28.313 estabelecimentos agropecuários tiveram acesso a financiamento, dos quais 25.253 estabelecimentos da agricultura familiar, o que correspondeu a 9,63% do total dos estabelecimentos desse segmento. Ou seja, houve uma pequena redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento conforme identificado pelo Censo Agropecuário de 2017.

Agente responsável pelo financiamento	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	
	Número	Em %	Número	Em %
Organização Não Governamental (ONG)	13	0,07	2	0,05
Parentes ou amigos	44	0,26	7	0,18
Outro agente	46	0,27	21	0,56
Total	16.768	100,00	3.695	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A Tabela 18 analisa o número de financiamentos recebidos pela agricultura familiar, de acordo com os grupos de atividade econômica. De forma semelhante ao que ocorreu com os dados para o pessoal ocupado, verifica-se uma concentração do financiamento em duas atividades econômicas, “pecuária e criação de outros animais” (50,96%) e “produção de lavouras temporárias” (36,58%), vindo em seguida, com muito menor destaque, as atividades de “produção florestal – florestas nativas” (6,42%). A forte presença do grupo “pecuária e criação de outros animais” está relacionada com diferentes fatores, pois, mesmo enfrentando algumas dificuldades de acesso ao crédito, pela burocracia estabelecida nas instituições bancárias, os técnicos elaboradores de projetos priorizam e convencem os pequenos produtores a utilizar os recursos do Pronaf em projetos com criação de gado bovino. Para esses técnicos, o gado bovino é garantia de que haverá retorno econômico com os projetos e, conseqüentemente, os empréstimos serão pagos sem qualquer tipo de inadimplência (SANTOS, 2011).

Tabela 18 – Número de estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento, por grupos de atividade econômica - Maranhão – 2017

Grupos de atividade econômica	Estabelecimentos	Estabelecimentos (%)
Produção de lavouras temporárias	6.134	36,58
Horticultura e floricultura	374	2,23
Produção de lavouras permanentes	409	2,43

Grupos de atividade econômica	Estabelecimentos	Estabelecimentos (%)
Produção de sementes e mudas certificadas	3	0,01
Pecuária e criação de outros animais	8.546	50,96
Produção florestal – florestas plantadas	76	0,45
Produção florestal – florestas nativas	1.078	6,42
Pesca	50	0,29
Aquicultura	98	0,58
Total	16.768	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

São diversos os motivos para que um pequeno número de estabelecimentos da agricultura familiar tenha acesso ao crédito rural. De acordo com dados coligidos por Castro (2012), baseado no Censo Agropecuário de 2006, para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários, o principal fator indicado para o não acesso (43% dos informantes) foi a falta de interesse, vindo a seguir o receio de contrair dívidas (24,28%) e aspectos burocráticos (11,59%). Não foi possível verificar no Censo de 2017 se esse conjunto de fatores que dificultam o acesso ao crédito rural se manteve. Contudo, dada a experiência dos autores do artigo no trabalho de acompanhamento de organizações de representação da agricultura familiar no Estado, acreditamos que eles continuam bastante pertinentes, ao que deve ser adicionado, como vimos na seção 3 desse estudo, o baixíssimo nível de assistência

técnica, privada ou pública, aos agricultores familiares no Maranhão.

Ou seja, os dados analisados apontam para a necessidade de fortalecimento da assistência técnica e do desenvolvimento de ações por parte dos agentes responsáveis para que o crédito rural chegue a um maior número de produtores familiares. Por outro lado, verificou-se que no restrito número de estabelecimentos que tiveram acesso ao crédito, este se concentrou em dois grupos de atividade econômica (pecuária e produtos das lavouras temporárias), mostrando a existência de um amplo leque de outras atividades que podem ser incentivadas, como o caso de produtos hortícolas, da atividade da aquicultura e de produtos do extrativismo vegetal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 confirmam algumas tendências que se observavam na agricultura maranhense a partir da análise de outras fontes de dados (PNAD, Censo Demográfico, Produção Agrícola Municipal, Pesquisa Pecuária Municipal), caso da expansão da lavoura da soja, do crescimento da pecuária leiteira e da retração de produtos da lavoura temporária, tradicionalmente praticada pela agricultura familiar (arroz e mandioca).

Do ponto de vista específico da agricultura familiar, destacam-se alguns aspectos importantes: a continuação de sua centralidade na agricultura maranhense, a diminuição do número de pessoas ocupadas, uma mudança no perfil produtivo e a redução no número de estabelecimentos.

Como destacamos ao longo do artigo, a agricultura familiar maranhense é, de longe, a principal forma de organização das atividades agropecuárias no Estado. Ela representa 85,14% dos estabelecimentos agropecuários, absorve cerca de 77,64% do pessoal ocupado, apesar de utilizar somente 30,88% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Entretanto, apesar dessa importância, os dados do Censo Agropecuário apontam para uma redução do número de pessoas ocupadas, diminuição que segundo dados coligidos em outro estudo (CARNEIRO, 2017), vêm ocorrendo principalmente entre os chamados “membros não remunerados da famí-

lia”, ou seja, entre os jovens que auxiliam o(a) chefe do estabelecimento agropecuário.

Outro aspecto importante diz respeito à redução da área dos estabelecimentos da agricultura familiar, o que é uma expressão do processo de expansão de atividades do chamado agronegócio no Maranhão, principalmente da atividade sojícola e das plantações florestais para produção de celulose. Contudo, uma análise mais acurada desse processo exigiria uma abordagem intertemporal dos dados censitários, procurando observar as modificações que ocorreram nas diferentes regiões do Estado, tomando como base o observado no Censo Agropecuário de 2006.

Do ponto de vista das atividades agrossilvopastoris realizadas nos estabelecimentos da agricultura familiar, duas tendências se destacam: a manutenção da importância de produtos tradicionais da lavoura temporária (arroz e mandioca) e o crescimento da importância da atividade pecuária.

No primeiro caso, apesar da redução da quantidade produzida, foi possível verificar que as atividades da lavoura temporária, especialmente a mandiocultura, são predominantes na região intermediárias de São Luís, enquanto a atividade pecuária encontra-se mais distribuída pelo conjunto das regiões do Estado, mas com uma concentração do rebanho leiteiro e da cadeia produtiva de leite e queijo na região de Imperatriz (CARNEIRO et al., 2020).

Outros aspectos importantes identificados dizem respeito à fragilidade dos serviços de assistência técnica no Estado (pois somente 2,89% dos agricultores familiares entrevistados informaram ter acesso a algum tipo de apoio técnico) e o ainda elevado nível de analfabetismo observado entre as pessoas que dirigem os estabelecimentos da agricultura familiar. Tomados em conjunto, esses dois indicadores apontam para a importância do desenvolvimento de políticas públicas nessas duas áreas (Educação e Assistência Técnica), de forma a preparar esses agricultores para os desafios que vêm sendo colocados para a atividade em todo o mundo, que estão relacionados com a questão da qualidade dos produtos e a sustentabilidade ambiental das explorações agropecuárias.

Por último, mas não menos importante, vale registrar que os dados aqui apresentados dizem

respeito à dinâmica geral da agricultura familiar que, por certo, obscurecem diferenças importantes que marcam a agricultura familiar maranhense, caracterizada por grande diversidade de atores sociais e de manejo de ecossistemas, além de diferentes trajetórias históricas. Nesse sentido, eles abrem o caminho para a necessidade de realização de outros estudos, de caráter mais setorial (análise de cadeias produtivas, por exemplo) e com diferentes escalas territoriais de análise.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1983.
- ALMEIDA, V. M. **Variabilidade espacial do rebanho bovino no estado do Maranhão**. Dissertação (Mestrado Bionorte) – Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019.
- ANDRADE, M. P. **Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. 2. ed., São Luís: EDUFMA, 2008.
- _____. Os Gaúchos Descubrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: EDUFMA, 2008.
- ANDRADE, M. P.; SOUZA FILHO, B. **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 1, p. 123-142, jan./mar. 2018.
- BRAGA, C. L.; CARNEIRO, M. S. Mudanças na agricultura familiar periurbana da microrregião da aglomeração urbana de São Luís: uma análise a partir dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. **Raízes**, v. 39, n. 2, p. 241-261, 2019. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/109/96>. Acesso em: 04 de abr. 2020.
- CARNEIRO, J. F.; CARNEIRO, M. S.; LIMA NETO, E. J. O desenvolvimento da agricultura familiar e sua inserção na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz: principais características e desafios socioeconômicos. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 14, n.1, p.75-100, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/7853>. Acesso em: 10 mar. 2020
- CARNEIRO, M. S. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____. Principais características e transformações recentes no mercado de trabalho agrícola no estado do Maranhão: uma análise dos censos demográficos de 2000 e 2010. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Rio de Janeiro: ABET, p. 1-16, 2017. **Anais...**, Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzewPTIXjDnnQ0dMYnlibWQwakE/view>. Acesso em: 04 de abr. 2020.
- CARNEIRO, M. S.; ANDRADE, M. P.; MESQUITA, B. A. Assentamentos e ações de reforma agrária no Maranhão. In: SCHMIDT, B. V. et al (Orgs). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1998, p.257-280.
- CASTRO, C. N. **A agricultura no nordeste brasileiro. Oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. Texto para Discussão nº 1786. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1011/1/TD_1786.pdf. Acesso em 25 fev. 2020.
- CHAMPAGNE, P. **L'héritage refusé: la crise de la reproduction sociale de la paysannerie française (1950-2000)**. Paris: Ed. du Seuil, 2002.
- DEL ROSSI, M. **Agricultura familiar, ocupação e mercado de trabalho: 2004 – 2014**. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ, 2016. (Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/083/BRA)

- DEL GROSSI, M.; MARQUES, V. P. M. A.; FRANÇA, C. G.. **Os censos agropecuários e as novas possibilidades para o desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 32 p.
- FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. **O Censo Agropecuário de 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília, NEAD/MDA, 2009.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000.
- IBGE. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 3 fev. 2020.
- IBGE. **Censo Agropecuário, 2017**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 3 fev. 2020.
- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.
- KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n.1, p.105-122, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100006. Acesso em: 10 mar. 2020
- LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: ed. da Unicamp, 1993. (Volume 1).
- LIMA NETO, E. J.; CARNEIRO, M. S. Dois mundos em disputa: a regulamentação sanitária oficial e as interações entre a convenção doméstica e a convenção industrial na cadeia produtiva do leite no Maranhão. **Política & Sociedade (UFSC)**, v. 18, n.43, p. 162-191, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n43p162>. Acesso em: 10 mar. 2020
- MAY, P. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do Babaçu**. São Luís: Emapa/Finep/Fundação Ford, 1990.
- MESQUITA, B. A. de. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80). **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 2, n. 2, p.1-13, 1996.
- MENDES, Diana P; SOUZA FILHO, Benedito. Nem soja, nem gaúcho: autonomia camponesa e governança ambiental na Resex Chapada Limpa/MA. **Revista de Antropologia**, v.6, n.2, p.513-531, 2017.
- MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta**. Colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1988.
- PAULA ANDRADE, M. **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: EDUFMA, 2008.
- PORRO, R.; MESQUITA, B. A.; SANTOS, I. J. P. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: Maranhão, Brasil**. Brasília: EDUNB, 2004.
- SAGRIMA, **Perfil da agricultura maranhense**. São Luís, dezembro/2016.
- SANTOS, I. J. P. **Impactos causados pela bovinocultura nos assentamentos de reforma agrária do Maranhão: segurança alimentar, modificação da paisagem e transformações regionais**. Tese (Doutorado Agronomia) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, p.226, 2011.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p.227-263, 2014.
- SCHLESINGER, S.; NUNES, S. P.; CARNEIRO, M. S. **A agricultura familiar da soja e o monocultivo no Maranhão**. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ: EVIDÊNCIAS A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Family Agriculture in Ceará: evidence from the 2017 agricultural census

José de Jesus Sousa Lemos

Engenheiro Agrônomo. Pós-Doutor em Economia Rural, dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente. Professor Titular do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará (DEA/UFC). Coordenador do Laboratório do Semiárido (LabSar). Av. Mister Hull 2977, Campus do Pici, Bloco 826. Fortaleza- Ceará, Brasil. CEP 60.440-970. lemos@ufc.br

Filomena Nádia Rodrigues Bezerra

Engenheira Agrônoma. Mestra em Economia Rural. Doutoranda em Economia Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Departamento de Economia Agrícola (DEA). nadiarodrigues-3@hotmail.com.br

João da Costa Filho

Economista. Mestre em Economia Rural. Doutorando em Economia Rural pelo PPGER/UFC. Departamento de Economia Agrícola (DEA). joaoprainha@hotmail.com

Natália de Oliveira Gurjão

Economista. Mestra em Economia Rural pelo PPGER/UFC. Departamento de Economia Agrícola (DEA). nataliagurjao@outlook.com

Resumo: A pesquisa objetiva avaliar os perfis das produções agropecuárias nas unidades agrícolas familiares (UAF) e patronais (UAP) do Ceará, a partir do Censo Agropecuário de 2017, bem como das regiões criadas pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) para o Estado. Supõe-se que as heterogeneidades detectadas nas produções das regiões decorram das diferenças climáticas. Para testar essa hipótese, criaram-se os índices de produtividade para as UAF e UAP, para aferir as sinergias entre pluviometria e produtividades. Desse modo, os resultados reforçaram a importância das atividades agrícolas nas UAP e nas UAF como empregadoras de trabalhadores nas áreas rurais do Estado, o que contribui para reduzir problemas decorrentes de emigração desordenada. Neste aspecto, as UAF evidenciaram dispor de maior capacidade de absorção dessa força de trabalho, sobretudo, na região com maior dificuldade climática do Estado, tal como a do Sertão Central e Inhamuns. Das evidências também se depreende que, em regra, o desempenho das UAF é melhor na produção vegetal e o das UAP na produção pecuária. O índice de Produtividade (IPR) criado no estudo reúne, de forma ponderada, as pluviometrias e as produtividades vegetal e pecuária. Em decorrência dos resultados, confirmou-se a hipótese do trabalho de que clima é fator indutor para o diferencial da produção agrícola no Semiárido.

Palavras-chave: Semiárido; Diferenças Climáticas; Tecnologias Agrícolas; Agricultura de sequeiro; Políticas Públicas.

Abstract: The objective of the research was to evaluate the profiles of agricultural production in family (UAF) and non-family (UAP) agricultural units in Ceará, based on the 2017 Agricultural Census. The survey also evaluates the created regions by Cearense Foundation of Meteorology and Water Resources (Funceme) for the State. The hypothesis is: the heterogeneities detected in the production of the regions should be due to climatic differences. In order to test this hypothesis, productivity indexes for UAF and UAP were created to gauge the synergies between rainfall and productivity. Overall, the results reinforced the importance of agricultural activities in both UAP and UAF as employers of the workforce in rural areas of the State, which contributes to reducing problems arising from disorderly emigration. In this regard, the UAF showed to have a greater capacity for absorbing this workforce, especially in the region with the greatest climatic difficulties in the State: Central and Inhamuns region. It can also be seen from the research evidence that, as a general rule, the performance of UAFs is better in vegetable production and UAPs in livestock production. The productivity index created in the study, which brings together rainfall and plant and livestock productivity, confirmed the work's hypothesis that climate is an inducing factor for agricultural production in the semi-arid region. In this way, public policies that promote rural development have to take into account these differences that prevail in the State.

Keywords: Semiarid; Climate Differences; Agricultural technologies; Rainfed agriculture; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

As discussões acerca da relevância das atividades desenvolvidas nas Unidades Agrícolas Familiares (UAF) passaram a experimentar maior inserção nos meios sociais, políticos e acadêmicos a partir de um passado não muito remoto. As UAF são expressivas na produção em áreas carentes como o Nordeste, entre outras razões, por apresentarem características que as diferenciam das unidades agrícolas não familiares ou patronais (UAP), quais sejam, concomitantemente: unidades de produção; unidades de consumo; e unidades fomentadoras de apego pelos agricultores ao ambiente em que viveram os seus antepassados e que, normalmente, gostariam de permanecer, caso haja condições mínimas para que isso aconteça (CHAYANOV, 1966; DE JANVRY, 1989; LEMOS, 2015).

Como unidades de produção, as UAF são fomentadoras de renda monetária para as famílias rurais. Assim, há a necessidade de que as atividades nelas desenvolvidas sejam sustentáveis de um ponto de vista econômico. Como unidades de consumo, as UAF produzem boa parte dos itens que proverão a segurança alimentar aos membros da família. Como unidades fomentadoras de apego ao ambiente em que os antepassados sempre viveram, os membros das UAF exercem o papel importante, de contribuir para que o êxodo rural não se manifeste sempre que apareçam dificuldades às atividades produtivas.

No Brasil, ainda que tardiamente, quando comparada à tradição dos estudos que envolvem essa temática nos países desenvolvidos, a emergência da expressão agricultura familiar surgiu a partir de meados da década de 1990. Até o início dessa década não existiam políticas públicas com abrangência nacional, voltadas às necessidades específicas dos agricultores familiares, fato que caracterizou, de certo modo, imprecisão no âmbito da burocracia estatal brasileira, no que concerne à fomentação de políticas públicas voltadas para as unidades familiares de produção agrícola (FAO/INCRA, 2000).

Enfatizar o direcionamento que os estudos acadêmicos e as políticas públicas percorreram ao longo das últimas décadas é de suma importância. Entretanto, deve-se esclarecer a defi-

nição de agricultura familiar, já que é a partir dela que o perfil do meio rural brasileiro se faz emergir. Para tanto, na perspectiva de Lamarche (1993), a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

A expressão agricultura familiar somente ganhou mais notoriedade no Brasil depois da sua institucionalização pelo Estado Brasileiro, a partir de 1995. Naquele ano, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária incorporou a proposta de segmentos expressivos da sociedade brasileira, envolvendo as Universidades, as empresas de pesquisa, assistência técnica, extensão e fomentos rurais, além dos agricultores, organizados ou não. Como decorrência, surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996 (BRASIL, 1996; NAVARRO; PEDROSO, 2014).

No âmbito legal, a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). Nela, após regulamentação do Decreto 9.064/2017, o agricultor familiar que pratica atividades no meio rural é caracterizado pelo cumprimento dos seguintes quesitos (BRASIL, 2017 b).

- a) Não detém área maior do que quatro (4) módulos fiscais;
- b) Utiliza, no mínimo, metade da força de trabalho proveniente de mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) Tem, no mínimo, metade da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, e;
- d) Dirige seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família.

Entende-se que a geografia da agricultura familiar no Brasil passa por uma diversidade de contextos regionais, abrigando um universo de heterogeneidade social que abrange tanto os pequenos agricultores do Sul do Brasil, herdeiros da “policultura colonial” dos migrantes europeus do século XIX, quanto os ribeirinhos

do ambiente fluvial da Amazônia, até aqueles situados no agreste nordestino, historicamente localizados na proximidade da monocultura da cana-de-açúcar (IBGE, 2011). A diversidade do perfil agrícola é uma realidade brasileira, bem como acontece na Região Nordeste que, apesar de ser marcada pela elevada instabilidade pluviométrica, tanto no tempo como no espaço; pelo baixo nível tecnológico; pela assistência técnica ineficiente; pelo reduzido acesso ao crédito rural; entre outros fatores, apresenta potencialidades para o desenvolvimento da agricultura nessas unidades agrícolas.

De acordo com o último Censo Agropecuário 2017, 77% dos estabelecimentos brasileiros são classificados como unidades agrícolas familiares (UAF), o que representa aproximadamente 3,9 milhões de estabelecimentos. Essas unidades empregam 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no País. Isso equivale a aproximadamente 10,1 milhões de pessoas. Na região Nordeste, observa-se o maior percentual de pessoas ocupadas (46,6%), seguida das regiões Sudeste (16,5%), Sul (16%), Norte (15%) e Centro-Oeste (5,9%). A área ocupada pelas UAF é de 80,9 milhões de hectares e corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do País. Os estados de Pernambuco, Ceará e Acre têm as maiores proporções de áreas ocupadas pela agricultura familiar. Por outro lado, os estados do Centro-Oeste e São Paulo têm os menores níveis (IBGE, 2019).

No Nordeste brasileiro está situada uma das três grandes áreas Semiáridas da América do Sul, em que predominam combinações de temperaturas médias anuais muito elevadas, entre 23° e 27° centígrados, evaporação de 2.000 milímetros ao ano, insolação média anual de 2.800 horas, com irregular regime pluviométrico, prevalecendo níveis mal distribuídos, com médias anuais, em geral, abaixo de 800 milímetros, umidade relativa do ar em torno de 50%, o que faz essa região sempre apresentar balanço hídrico negativo em boa parte dos anos. Nessa região, incorporando parte do Sudeste, está a região semiárida mais populosa do planeta (AB'SABER, 1999; SILVA, 2006; MOURA et al. 2007; LEMOS, 2015).

O Semiárido do Brasil alcança todos os nove estados do Nordeste e parte do Estado de Minas

Gerai. O Ceará, que é caracterizado pela heterogeneidade em termos paisagísticos, potencialidades e disponibilidade de recursos naturais, bem como a estrutura básica para manutenção das atividades agrícolas, é o estado brasileiro que detém o maior percentual de municípios reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal como parte desse regime climático. Com efeito, 175 dos 184 municípios são reconhecidos oficialmente como inseridos no Semiárido brasileiro (BRASIL, 2017).

Sobre o Estado do Ceará, é relevante observar que não é homogêneo, pela ótica de revestimento florístico, paisagens, condições de solo e, sobretudo de clima. Há diferenças, principalmente, nas precipitações pluviométricas, em diferentes áreas do Estado. Tanto que a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) promoveu uma regionalização, classificando-o em oito (8) regiões climáticas. Como discutido até então, a pluviometria e a temperatura são fatores exógenos (fora do alcance das decisões dos agricultores, ou de qualquer agente), que afetam as atividades agrícolas, sobretudo, as de sequeiro, que dependem exclusivamente da pluviometria para se desenvolverem.

Decorridos onze (11) anos desde a última publicação dos dados do Censo Agropecuário 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou, no final de 2019, o Censo Agropecuário 2017. Com base nas informações contidas nesse documento, se faz necessário analisar o setor agrícola brasileiro e, especificamente, neste estudo, o Estado do Ceará.

Com base nas ponderações discutidas até aqui e no Censo Agropecuário 2017, a presente pesquisa procurou responder aos seguintes questionamentos: 1) Qual o perfil socioeconômico das Unidades Agrícolas Familiares (UAF) e das Unidades Agrícolas Não Familiares ou Patronais (UAP) do Ceará?; 2) Qual o comportamento médio da temperatura e da precipitação pluviométrica nas oito regiões climáticas cearenses?; e 3) Como se comportaram as produtividades vegetal e pecuária nas regiões climáticas, referentes às UAF e UAP?

Em razão do exposto, o objetivo geral da pesquisa é averiguar o diferencial da produção, realizando um comparativo entre as UAF

e UAP, acerca das regiões climáticas cearenses com base no Censo Agropecuário 2017. De forma específica, a pesquisa buscou: a) fazer diagnósticos comparativos entre as UAF e UAP referente às variáveis associadas à produção agrícola para o Estado do Ceará, em 2017; b) avaliar as diferenças/similaridades entre temperatura e pluviometria das oito regiões climáticas cearenses; c) analisar as variáveis condicionantes à produção agrícola nas UAF e UAP com base nas diferentes regiões climáticas do Ceará em 2017; d) mensurar as sinergias existentes entre o clima (temperatura e/ou pluviometria) e as produtividades agrícola e pecuária nas UAF e UAP.

Este trabalho está dividido em cinco (5) seções, sendo a primeira, composta pela Introdução. Na segunda são mostradas as características das UAF comparativamente às das UAP. Na terceira é discutida a metodologia adotada para avaliar as heterogeneidades na produção das UAF e UAP. Na quarta estão apresentados e discutidos os resultados encontrados que exibem os diferenciais nas produções dessas unidades produtivas por região. Finalmente, a quinta seção apresenta as considerações finais do trabalho.

2 DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO CEARÁ EM 2017

O Ceará é o estado brasileiro que detém a maior área relativa inserida no Semiárido. Dos 184 municípios cearenses, 175 (95%) são reconhecidos oficialmente como detentores das condições que os enquadram nessa caracterização climática (BRASIL, 2017). Nesse Estado, constatam-se as vulnerabilidades impostas pela irregularidade pluviométrica e pelas elevadas taxas de evapotranspiração do semiárido, que prevalecem em praticamente todo o seu território (LEMOS; BEZERRA, 2019; FUNCEME, 2020).

No Semiárido brasileiro, de um modo geral e no do Ceará, especificamente, prevalecem atividades agrícolas que dependem exclusivamente das precipitações de chuvas. São as lavouras de sequeiro que têm bastante relevância para a agricultura local, tanto na formatação da

renda das famílias rurais como na geração de segurança alimentar, no caso das UAF. Nesse Estado, não é comum o uso de tecnologias que fomentam maiores produtividades como irrigação, mecanização, sementes melhoradas geneticamente na produção de lavouras em regime de sequeiro. Estes fatos fazem com que a agricultura cearense, sobretudo a familiar, tenha dificuldades na sua condução e de ser atividade sustentável: econômica, social e ambientalmente.

Volumes de chuvas abaixo ou acima das necessidades hídricas dos cultivos causam problemas relacionados à queda das áreas colhidas e das produtividades das lavouras em geral que são cultivadas em regime de sequeiro. Essas lavouras desempenham papéis importantes, tanto para fomentar a segurança alimentar como para prover renda monetária para os agricultores familiares do semiárido do Nordeste (FISCHER et al, 2002; ROSENZWEIG; HILLEL, 2005; THORNTON et al., 2008; PEREIRA, 2018; COSTA FILHO, 2019).

Essas dificuldades climáticas que perduram no Semiárido, aconteceram de forma intensa a partir do ano de 2010, sendo 2017 o último ano desse ciclo de dificuldades (CORTEZ et al, 2017; LEMOS, BEZERRA, 2019). Nesse ano foi realizado o Censo Agropecuário e de lá foram extraídas algumas das características das atividades agrícolas no Ceará.

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, em 2017 havia 394.330 estabelecimentos praticando atividades agrícolas no Ceará. Deste total, 297.862 (75,5%) eram unidades agrícolas familiares (UAF); os demais 96.468 (24,5%) eram ocupados por atividades agrícolas não familiares ou unidades agrícolas patronais (UAP). As áreas ocupadas pelas UAF e UAP, respectivamente, representavam 48,4% e 51,6%. A importância das atividades agrícolas praticadas nas UAF, já demonstradas nessas estatísticas de totais de estabelecimentos e áreas ocupadas pelos estabelecimentos, se consolida quando se observa que nelas estava ocupada 73,9% da força de trabalho da agricultura em 2017 (Tabela 1).

Tabela 1 – Número, área e pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais do Ceará – 2017

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos		Área ocupada (Ha)		Pessoal ocupado	
	Totais	(%)	Totais	(%)	Totais	(%)
Familiar	297.862	75,54	3.342.608	48,39	686.473	73,92
Não Familiar	96.468	24,46	3.565.570	51,61	242.173	26,08
Total	394.330	100,0	6.908.178	100,0	928.646	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Em relação ao número dos estabelecimentos das UAF, mostrados na Tabela 2, observa-se a sua concentração em áreas pequenas. Com efeito, a moda do número de estabelecimentos está entre um (1) e cinco (5) hectares (43,35%). Constata-se, ainda, que 80,4% dos estabelecimentos das UAF no Ceará, em 2017, estavam situados em áreas que não ultrapassavam 20 hectares, e que apenas 6,6% dos estabelecimentos estavam em áreas maiores ou iguais a 50 hectares. Além disso, somente 2,12% das UAF praticaram atividades agropecuárias em estabe-

lecimentos cujas áreas superavam os 100 hectares e atingiam no máximo 500 hectares.

No que concerne às áreas ocupadas por esses estabelecimentos, observa-se que a moda ficou compreendida no estrato de 20 a 50 hectares (26,6%). Constata-se ainda que, pouco mais da metade dos estabelecimentos (74,3%) das UAF possuíam áreas que variavam entre um (1) e cem (100) hectares e que apenas 25,7% dos estabelecimentos possuíam áreas superiores a 100 hectares, mas menores que 500 hectares (Tabela 2).

Tabela 2– Estabelecimentos familiares do Ceará por estratos de área total – 2017

Estratos de Áreas (Ha)	Estabelecimentos (Frequência)			Área ocupada (Frequência)		
	Absoluta	Relativa (%)	Relativa acumulada (%)	Absoluta	Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
> 1	62.502	20,98	20,98	31.440	0,94	0,94
De 1 a 5	129.122	43,35	64,33	272.442	8,15	9,09
De 5 a 10	25.796	8,66	72,99	180.040	5,39	14,48
De 10 a 20	22.164	7,44	80,43	314.895	9,42	23,90
De 20 a 50	27.179	9,12	89,56	888.909	26,59	50,49
De 50 a 100	11.431	3,84	93,40	795.724	23,81	74,30
De 100 a 500	6.308	2,12	95,51	859.158	25,70	100,0
> 500	14	0,00	95,52	0	0	100,0
Produtores sem área	13.346	4,48	100,0	0	0	100,0
Total	297.862	100,0	-	3.342.608	100,0	-

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Das evidências mostradas na Tabela 2, também se depreende que os estabelecimentos que detinham áreas de até cinco (5) hectares

(64,3%), ocupavam apenas 9,1% das áreas. Por outro lado, os estabelecimentos com áreas superiores a cem (100) hectares, que representa-

vam apenas 2,1% do total das UAF, ocupavam mais de um quarto das áreas dessas unidades (25,7%). Um evidente descompasso entre o número e o tamanho dos estabelecimentos.

No que se referem aos responsáveis pelos estabelecimentos das UAF no Ceará, o Censo Agropecuário de 2017 informa que a maioria é constituída de chefes do sexo masculino. Havia 238.132 (80,0%) dos estabelecimentos dirigidos por homens e 59.730 (20,0%) que tinham mulheres como cabeça nas decisões. Do total dos 297.862 estabelecimentos das UAF, o IBGE contabilizou que, em 158.647 (53,3%), os dirigentes declararam saber ler e escrever. Portanto, o percentual de chefes de famílias “iletrados” é de 139.215 (46,7%).

Na Tabela 3 se mostram as frequências absolutas, relativas e relativas acumuladas dos estabelecimentos, com as respectivas faixas etárias, das pessoas que eram os seus chefes em 2017. É possível constatar que 44,8% dos chefes dos estabelecimentos das UAF tinham idade entre 45 e 65 anos. Há poucos chefes dos estabelecimentos com menos de 25 anos (2%). Com idade superior a 65 anos, observou-se um percentual de 27,1%. Nessa idade os agricultores, provavelmente, já devem receber benefícios da previdência social. Contudo, os resultados mostraram que mais de um quarto dos estabelecimentos continuam sendo geridos por agricultores nessa faixa etária. Essa informação deve refletir duas situações que podem acontecer em separado, ou em sinergia: as aposentadorias são insuficientes para o sustento das famílias; e/ou os agricultores ainda avaliam que têm vigor para “tocarem” as suas atividades e preferem exercê-las.

Tabela 3 – Faixas etárias dos chefes dos estabelecimentos nas UAF do Ceará em 2017

Estrato de Idade	Frequência absoluta dos estabelecimentos	Frequência relativa (%)	Frequência relativa acumulada (%)
Menor de 25 anos	5.928	1,99	1,99
De 25 a menos de 35 anos	27.960	9,39	11,38

Estrato de Idade	Frequência absoluta dos estabelecimentos	Frequência relativa (%)	Frequência relativa acumulada (%)
De 35 a menos de 45 anos	49.897	16,75	28,13
De 45 a menos de 55 anos	65.487	21,99	50,11
De 55 a menos de 65 anos	67.963	22,82	72,93
De 65 a menos de 75 anos	52.943	17,77	90,71
De 75 anos e mais	27.684	9,29	100,0
Total	297.862	100,00	

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No que concerne ao acesso à assistência técnica, apenas 10,8% dos chefes dos estabelecimentos das UAF declararam ter recebido esse tipo de serviço em 2017. Portanto, 89,2% declararam não ter recebido assistência técnica. Além disso, 87,2% dos estabelecimentos das UAF não tiveram acesso a financiamentos para as suas atividades (IBGE, 2019).

No que concerne aos resultados agregados, na Tabela 4 mostram-se as evidências de área colhida, valor da produção vegetal e pecuária para o Ceará, em 2017. Os montantes contabilizados sugerem a superioridade da produção vegetal nas UAF, relativamente à praticada nas (UAP). As UAP, contudo, superam as UAF na contabilização do valor bruto da produção pecuária. Com efeito, do valor bruto total da produção pecuária (R\$ 3.806.738), as UAP tiveram 69,1% de participação. Quando se considera conjuntamente os valores da produção vegetal e pecuária, o Ceará agregou R\$ 5.548.711 em 2017. As UAF participaram com 40% e as UAP com 60% desse valor (Tabela 4).

Observa-se, também, que as áreas colhidas com lavouras temporárias e permanentes, nas UAF representavam 69,06%; e que as áreas colhidas apenas com as lavouras temporárias responderam por 74,0% da área total colhida com essas lavouras no Estado em 2017. Uma

evidência de que no cultivo dessas lavouras temporárias, os agricultores familiares tiveram participação decisiva no Ceará em 2017. Em relação às lavouras permanentes, as UAF tiveram 53,02% das áreas colhidas com essas lavouras no Ceará em 2017 (Tabela 4).

Tabela 4 – Valores agregados das variáveis estudadas para o Estado do Ceará em 2017

Variável	Total	UAF	UAP
Área colhida (ha)	911.443	629.437 (69,06%)	282.005 (30,94%)
Área colhida com lavouras temporárias (ha)	697.344	515.908 (73,98%)	181.436 (26,02%)
Área colhida com lavouras permanentes (ha)	214.098	113.529 (53,03%)	100.569 (46,97%)
Valor a produção vegetal (R\$1.000,00 de 2017)	1.741.968	1.023.317 (58,74%)	718.656 (41,26%)
Valor da produção pecuária (R\$1.000,00 de 2017)	3.806.735	1.177.536 (30,93%)	2.629.202 (69,07%)
Valor total da Produção (R\$1.000,00 de 2017)	5.548.695	2.200.846 (39,66%)	3.347.861 (60,34%)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

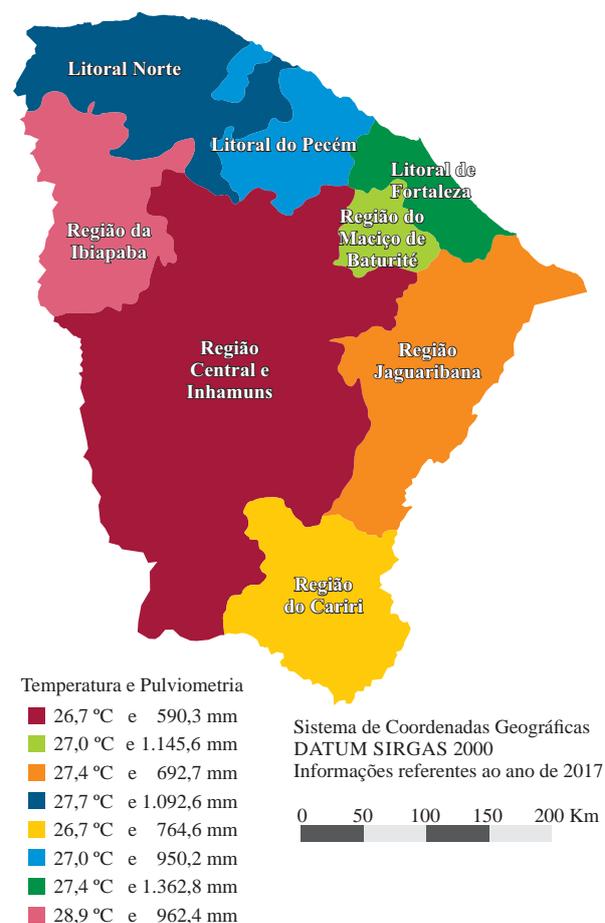
Essas características apresentadas até aqui são gerais para o Ceará. Contudo, o Estado é bastante heterogêneo tanto em paisagens quanto em disponibilidade de recursos naturais, relevos, solos e clima. A Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME, 2020) dividiu o Estado em oito (8) regiões, de acordo com os regimes climáticos prevalentes em cada uma delas. Neste trabalho, além das características gerais já apresentadas, serão avaliadas também, nas próximas seções, as características específicas das UAF e das UAP em cada uma dessas regiões, sempre na perspectiva de confrontar as evidências obtidas em cada uma delas a partir do Censo Agropecuário de 2017.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta etapa do trabalho buscou-se na base de dados da Funceme as precipitações pluviométricas e as temperaturas anuais de todos os municípios do Estado do Ceará, em 2017, bem como a regionalização que classificou os 184

municípios nas regiões climáticas apresentadas na Figura 1 e no Quadro 1.

Figura 1 – Regiões climáticas do Ceará



Fonte: Elaborado a partir dos dados da Funceme (2020).

Quadro 1 – Regiões e municípios do Ceará segundo a divisão da Funceme

Regiões	Municípios
Cariri	28
Ibiapaba	26
Jaguaribana	24
Litoral de Fortaleza	14
Litoral de Pecém	16
Litoral Norte	22
Maciço de Baturité	14
Sertão Central e Inhamuns	40
Total	184

Fonte: Funceme (2020).

Utilizaram-se oito (8) variáveis associadas às oito (8) regiões. Assim, empregaram-se as variáveis Y_{ij} , sendo $i = 1, 2, \dots, 184$; $j = 1, 2, \dots, 8$, conforme definições mostradas no Quadro 2. Os resultados são dispostos de forma comparativa para as UAF e para as UAP.

Quadro 2 – Identificação e definição das variáveis utilizadas na pesquisa

Variável	Definição
Y_{11}	Temperatura do município em °C;
Y_{12}	Precipitação de chuvas/ano no município em milímetros (mm);
Y_{13}	Área colhida total (lavouras temporárias + lavouras permanentes) em hectares (ha);
Y_{14}	Área com pastagem (ha);
Y_{15}	Valor da produção vegetal em R\$1.000,00 de 2017;
Y_{16}	Valor da produção pecuária em R\$1.000,00 de 2017;
Y_{17}	Valor da produção total (vegetal + pecuária) em R\$1.000,00 de 2017;
Y_{18}	Mão de obra ocupada (total de pessoas).

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Como o estudo parte da suposição de que o clima influenciou o comportamento das variáveis associadas às produções agrícolas das suas regiões climáticas em 2017, faz-se necessário testar se, em 2017, as regiões experimentaram temperaturas e pluviometrias diferentes. Entende-se que a análise por regiões em 2017 apenas faz sentido se as diferenças climáticas existiram naquele ano, tendo em vista que a classificação feita pela Funceme é fundada em séries históricas de temperaturas e pluviometrias.

Para testar se há diferença estatística entre as pluviometrias e as temperaturas médias de cada região, a pesquisa lançou mão do modelo de análise de regressão, representado pela equação 1, definido da seguinte forma:

$$Y_{ir} = \beta_0 + \beta_1 D_1 + \beta_2 D_2 + \beta_3 D_3 + \beta_4 D_4 + \beta_5 D_5 + \beta_6 D_6 + \beta_7 D_7 + \xi_{ir} \tag{1}$$

Na equação (1), a variável Y_{ir} tanto pode ser a pluviometria total como a temperatura média

anual associada à r -ésima região ($r = 1, 2, \dots, 8$) em que está dividido o Ceará de acordo com a Funceme. D_r ($r = 1, 2, \dots, 7$) são variáveis binárias definidas da seguinte forma: $D_1 = 1 =$ Maciço de Baturité ou $D_1 = 0$ nas demais regiões; $D_2 = 1 =$ Cariri ou $D_2 = 0$ nas demais regiões; $D_3 = 1 =$ Sertão Central e Inhamuns ou $D_3 = 0$ nas demais regiões; $D_4 = 1 =$ Litoral de Fortaleza ou $D_4 = 0 =$ nas demais regiões; $D_5 = 1 =$ Ibiapaba ou $D_5 = 0$ nas demais regiões; $D_6 = 1 =$ Jaguaribana ou $D_6 = 0$ nas demais regiões; $D_7 = 1 =$ região Norte ou $D_7 = 0$ nas demais regiões; $D_1 = D_2 = D_3 = D_4 = D_5 = D_6 = D_7 = 0 =$ Litoral de Pecém.

O termo aleatório ξ_r , por hipótese, tem distribuição normal com média zero, variância constante e não é autorregressivo. Isso permite que se realizem as estimativas do parâmetro linear β_0 e dos parâmetros angulares β_1, \dots, β_7 , usando o método de mínimos quadrados ordinários (WOOLDRIDGE, 2011).

O coeficiente linear β_0 afere a pluviometria média da região do Litoral do Pecém. Sendo estatisticamente diferente de zero, implica que a temperatura média ou a pluviometria média da região são diferentes das demais. Caso se aceite as hipóteses de que os coeficientes angulares sejam diferentes de zero, implicará que as temperaturas médias e/ou as pluviometrias médias, conforme seja a variável do lado esquerdo da equação (1), são estatisticamente diferentes. Usando-se essas informações é possível fazer a hierarquia, em ordem crescente (ou decrescente), das regiões climáticas do Ceará em relação às temperaturas ou às pluviometrias.

Havendo diferenças estatísticas nas variáveis climáticas entre as regiões, espera-se que as diferenças entre elas, devam ter exercido influência nas eventuais diferenças de comportamento das variáveis associadas à produção agrícola nas UAF e nas UAP em 2017.

Além disso, adotaram-se estatísticas descritivas para cada uma das variáveis, confrontando os resultados das UAF com os observados nas UAP.

Para aferir homogeneidade ou heterogeneidade, utilizou-se o coeficiente de variação (CV). Por definição, o CV afere a relação percentual entre o desvio padrão (δ) e a média (μ) de uma variável aleatória. Quanto mais elevado o CV, mais heterogênea ou instável será a distribuição da variável aleatória, em torno do seu

valor esperado. Gomes (1985) estabelece quatro amplitudes para classificação do CV: Baixo ($CV < 10\%$); Médio ($10\% \leq CV < 20\%$); Alto ($20\% \leq CV < 30\%$); e Muito alto ($CV \geq 30\%$).

3.1 Sinergia entre variáveis climáticas e produtividade nas UAF e UAP

Sabe-se que as variáveis climáticas, sobretudo a pluviometria do Semiárido, interferem na produção agrícola (vegetal ou animal) em todas as etapas. Desde o planejamento das atividades até a sua consumação na colheita. Contudo, uma definição crucial na produção agrícola é a combinação de tecnologias utilizadas no processo produtivo. Essas tecnologias influenciarão nos resultados físicos que, em combinação com os preços de mercado, afetarão os resultados econômicos. O valor da produção associado a cada produto será definido pelo produto entre preço unitário e quantidade produzida. A quantidade produzida, por sua vez, é medida pelo produto entre a produtividade da terra e a área colhida. Somando-se os valores da produção obtidos para cada produto, tem-se a sua agregação que é conhecida por valor bruto da produção (VBP).

Caso se divida o VBP pela área que foi dedicada ao cultivo de lavouras, ou dedicada às atividades pecuárias, no caso do valor da produção animal, serão obtidas “aproximações” monetizadas das produtividades das lavouras e da pecuária. Essa é a forma adotada nesta pesquisa. Divide-se o valor da produção vegetal pela área colhida com lavouras (temporárias e permanentes) e se obtém a “produtividade monetizada da terra” na produção vegetal. Divide-se o valor da produção agregada da pecuária pela área destinada às atividades pecuárias e se obtém a “produtividade monetizada da pecuária”. Daqui pra frente, essas “produtividades monetizadas” serão referidas no texto apenas como “produtividade vegetal”, quando se referir à produção vegetal, e “produtividade pecuária”, se a referência for a produção animal.

Tanto as variáveis climáticas (pluviometria e/ou temperatura) como as produtividades estimadas por município serão transformadas em índices parciais para torná-las adimensionais e colocá-las numa escala de variação entre zero (0) e cem (100).

3.2 Índice de produtividade (IPR) que afere resultados da produção agrícola no Ceará

Para aferir as relações que provavelmente devem existir entre variáveis climáticas (pluviometria e/ou temperatura), produtividades vegetal e pecuária, desenvolveu-se o índice de produtividade (IPR). Uma medida adimensional que é construída através de média ponderada de quatro indicadores, também adimensionais: indicador de temperatura (IT); indicador de pluviometria (IP); indicador de produtividade vegetal (IPV); e indicador de produtividade pecuária (IPC). Esses indicadores são estimados para as UAF e UAP, nos 184 municípios cearenses.

O indicador de pluviometria (IP) é construído hierarquizando-se, em ordem decrescente, as produtividades vegetais e animais dos 184 municípios do Ceará. Observa-se em quais municípios essas produtividades são máximas. Tendo identificado esses municípios nas UAF e UAP, verificam-se as pluviometrias que aconteceram naqueles municípios que apresentaram valores máximos em cada uma dessas variáveis em 2017. Calcula-se a média dessas pluviometrias associadas às produtividades máximas. Essa média será o valor de referência e assumirá índice 100 na escala que se utiliza para o IP. As demais pluviometrias são ajustadas proporcionalmente. Portanto, quanto mais próximo de 100 for o IP associado a um determinado município, melhor será a sua posição nessa variável. Por outro lado, as pluviometrias que estiverem acima da média apresentam valores maiores do que 100. Como se sabe, chuva em excesso atrapalha a produção agrícola. E as pluviometrias de referência são as que estiverem associadas às maiores produtividades nas UAF e UAP. Por essa razão, estabeleceu-se a seguinte estratégia na construção do IP. Define-se: P_i = precipitação de chuvas no município i ; e P_{mx} = média das precipitações associadas às maiores produtividades vegetal e pecuária nas UAF e UAP, avaliadas conjuntamente. Estabeleceram-se as seguintes condições: $IP_i = (P_i / P_{mx}) * 100$, se $P_i \leq P_{mx}$; e $IP_i = (P_{mx} / P_i) * 100$ se $P_i \geq P_{mx}$. Procedimento idêntico foi utilizado para a construção do indicador de temperatura (IT): $IT_i = (T_i / T_{mx}) * 100$, se $T_i \leq T_{mx}$; e $IT_i = (T_{mx} / T_i) * 100$ se $T_i \geq T_{mx}$. O valor

T_{mx} é obtido usando o mesmo critério para calcular o P_{mx} .

Para construir os indicadores de produtividade a serem usados no IPR, hierarquizaram-se, em ordem decrescente, as produtividades vegetal e pecuária nas UAF e UAP. Em cada uma delas identificou-se o município que apresenta os maiores valores e procedeu-se a identificação das variáveis, de acordo com as definições que se seguem:

PRV_{UAFi} = produtividade vegetal no i -ésimo município das UAF; $i = 1, 2, \dots, 184$;

PRV_{UAPi} = produtividade vegetal no i -ésimo município das UAP; $i = 1, 2, \dots, 184$;

PRP_{UAFi} = produtividade pecuária no i -ésimo município das UAF; $i = 1, 2, \dots, 184$;

PRP_{UAPi} = produtividade pecuária no i -ésimo município das UAP; $i = 1, 2, \dots, 184$;

PRV_{UAFmx} = produtividade vegetal máxima, observada nos municípios das UAF;

PRV_{UAPmx} = produtividade vegetal máxima, observada nos municípios das UAP;

PRP_{UAFmx} = produtividade pecuária máxima, observada nos municípios das UAF;

PRP_{UAPmx} = produtividade pecuária máxima, observada nos municípios das UAP.

Com base nessas variáveis definem-se: indicador de produtividade vegetal (X_{i2}) na UAF; indicador de produtividade pecuária (X_{i3}) na UAF; indicador de produtividade vegetal (X_{i4}) na UAP; e indicador de produtividade pecuária (X_{i5}) na UAP através das relações:

$$X_{i2} = (PRV_{UAFi} / PRV_{UAFmx}) * 100;$$

$$X_{i3} = (PRP_{UAFi} / PRP_{UAFmx}) * 100;$$

$$X_{i4} = (PRV_{UAPi} / PRV_{UAPmx}) * 100; e$$

$$X_{i5} = (PRP_{UAPi} / PRP_{UAPmx}) * 100$$

Para manter a consistência da notação, identificou-se o indicador de clima (P_i ou T_i) por X_{i1} . Em seguida construiu-se o IPR, que é definido pela equação (2):

$$IPR_{ij} = \sum w_j \cdot X_{ij} \quad (i = 1, 2, \dots, 184; j = 1, 2, 3, 4). \quad (2)$$

Os X_{ij} são os indicadores definidos anteriormente. Os w_j são pesos associados às variáveis do lado direito da equação, que assumirão valores estritamente maiores que zero e menores que um (1) ($0 < w_i < 1$). A soma de w_i é igual a

um (1). Como as variáveis que entram na formação do IPR variam entre zero e 100%, e os pesos variam entre zero e um, segue-se que o IPR variará entre zero e 100% ($0 < IPR_i < 100\%$). Quanto mais próximo de 100% for o valor estimado para IPR, maior a produtividade ponderada associada ao i -ésimo município, tendo como referência os municípios que tiveram os maiores valores em cada uma das variáveis: pluviometria, temperatura, produtividade vegetal e produtividade pecuária em cada município. Vale ressaltar, que esse índice tem uma ou duas variáveis climáticas na sua composição, dependendo de haver diferenças significativas entre as temperaturas e/ou pluviometrias das regiões. São construídos o IPR_{UAFi} e o IPR_{UAPi} , respectivamente, para as UAF e UAP dos municípios. O IPR da r -ésima região é a média aritmética dos IPR dos municípios que a compõem.

3.3 Estimação dos pesos associados ao IPR

Para estimar os pesos (w_i) associados à equação (2) utilizou-se análise fatorial (AF). Os fundamentos técnicos da análise fatorial estão na correlação entre as variáveis que são utilizadas. Para que a técnica seja viável, é necessário que a matriz de correlação entre as variáveis não seja uma identidade, vale frisar, que as suas correlações entre as variáveis não sejam nulas (BROOKS, 2003; THORNTON et al., 2008; HAHN, 2009; FÁVERO et al. 2009; GUILLAUMONT; SIMONET, 2011; LIRA et al, 2016; BEZERRA, 2016).

Para que o procedimento de AF se proceda de maneira adequada, é preciso seguir os seguintes passos: analisar a matriz de correlações, confirmando que não se trata de matriz identidade; verificar a estatística Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). Os valores dessa estatística precisam ser superiores a 0,5 para que o método possa ser aplicado; realizar o teste de esfericidade de Bartlett, para verificar se a matriz de correlação não é uma identidade; aferir o percentual de explicação da variância acumulada dos componentes estimados. O método utilizado para extração dos fatores foi a decomposição em componentes principais, que tem como característica a busca por uma combinação linear das variáveis observadas, de forma a maximizar a variância total explicada. Maiores detalhes so-

bre o método podem ser encontrados na referência citada neste tópico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sequência de apresentação e discussão dos resultados seguirá a ordem em que estão colocados os objetivos específicos da pesquisa, no que se refere às regiões, tendo em vista o Ceará como um todo, o qual será exposto na subseção seguinte.

4.1 Estatísticas descritivas e teste das diferenças entre temperaturas e pluviometria

Inicia-se a apresentação dos resultados mostrando, através de estatísticas descritivas, os valores extremos, as médias e os coeficientes de variação associados às temperaturas e pluviometria observadas em cada uma das oito regiões em que a Funceme caracterizou o Ceará no ano de 2017 (Tabela 5).

Observa-se que as temperaturas médias anuais oscilaram entre 26,7°C nas regiões do Cariri e do Sertão Central e Inhamuns, a 28,1°C na Ibiapaba. As temperaturas mínimas variaram de

25,9°C a 26,4°C, ao passo que as temperaturas máximas estiveram num intervalo de 27,0°C a 28,9°C. Os CV associados às temperaturas médias das regiões foram baixos, o que sinaliza para uma homogeneidade das temperaturas em todas as regiões. Com efeito, os CV variaram entre 1,4% e 3,4%.

Este conjunto de informações associado às temperaturas mínimas, médias e máximas, CV sugerem que em todas as regiões as médias das temperaturas são elevadas, mas sem variações expressivas entre as regiões. Usando o modelo de variáveis dummies como aferidoras das diferenças entre as temperaturas médias, observou-se que não há diferenças estatísticas entre as temperaturas médias das oito regiões (Tabela 5).

No que se refere às precipitações pluviométricas, observa-se que há divergências expressivas entre as precipitações observadas em cada uma das regiões, como se depreende dos resultados mostrados na Tabela 5. Com efeito, a precipitação mínima observada no Estado do Ceará ocorreu no município de Saboeiro, situado na região do Sertão Central e Inhamuns, com 150 milímetros em 2017. A precipitação máxima observada em 2017 ocorreu no município de Granja, onde choveu 1.847 milímetros.

Tabela 5 – Temperaturas e pluviometrias por regiões do Ceará em 2017 – Coeficientes de Variação (CV)

Regiões	Municípios	Temperaturas (oC)				Pluviometrias (mm)			
		Min.	Média	Max.	CV	Min.	Max.	Média	CV (%)
Litoral de Fortaleza	14	26,4	27,4 ^a	27,7	1,4	929,0	1.614,9	1.362,8 ^a	15,8
Maçiço de Baturité	14	26,4	27,0 ^a	27,7	1,6	806,0	1.394,7	1.145,6 ^b	18,7
Litoral Norte	22	26,0	27,7 ^a	28,8	1,7	702,7	1.847,0	1.092,6 ^c	24,9
Ibiapaba	26	26,0	28,1 ^a	28,9	3,4	265,8	1.786,1	962,4 ^d	36,1
Litoral do Pecém	16	26,4	27,0 ^a	27,2	1,4	416,6	1.692,4	950,2 ^d	42,2
Cariri	28	25,9	26,7 ^a	27,0	1,6	177,0	1.095,0	764,6 ^e	26,7
Jaguaribana	24	25,9	27,4 ^a	27,7	2,0	408,6	956,0	692,7 ^f	20,4
Sertão Central e Inhamuns	40	25,9	26,7 ^a	27,7	1,5	150,0	836,6	590,3 ^e	25,9

Fonte: Funceme (2017).

Nota: Os super-índices indicam a hierarquia (ordem decrescente) das pluviometrias médias observadas nas regiões em 2017, com nível de significância de no máximo 8%: a > b > c > d > e > f > g.

Realizando-se os testes para avaliar as possíveis diferenças entre as pluviometrias regionais, utilizando variáveis *dummies*, como mostrado na equação (1), chegou-se ao seguinte resultado:

$$Y_r = 950,163 + 195,438.D_1 - 185,527.D_2 + 412,638.D_3 + 12,245.D_4 - 359,850.D_5 - 257,458.D_6 + 142,392.D_7$$

(0,000) (0,031) (0,017) (0,000) (0,876) (0,000) (0,001) (0,080)

Os valores entre parênteses, dispostos abaixo dos coeficientes estimados, são os seus níveis de significância. O coeficiente de determinação ajustado (R^2) para esta equação é de 0,465. Portanto, de um ponto de vista estatístico, o ajustamento sugere que há diferenças entre as médias das chuvas observadas nas regiões climáticas cearenses,

com exceção das médias de Ibiapaba e Pecém que, embora sejam numericamente diferentes, não divergiram estatisticamente na pluviometria que receberam em 2017. Na Tabela 5, os super-índices indicam a hierarquia em termos de pluviometria média em que se classificam as regiões do Ceará em 2017, podendo ser assim sintetizada:

Fortaleza > Baturité > Norte > Ibiapaba = Pecém > Cariri > Jaguaribana > Inhamuns

Assim, a região de Fortaleza exibiu a maior média de pluviometria (1.362,8 milímetros) e a menor heterogeneidade, medida pelo CV estimado de 15,8%. Na região do Sertão Central e Inhamuns observou-se a menor média de chuvas naquele ano (590,3 mm). A maior heterogeneidade na pluviometria, aferida pelo CV, foi observada na região do Litoral do Pecém (CV = 42,2%). Com base nesses resultados, a pesquisa utiliza apenas o índice e as médias de pluviometria das regiões como relevantes no cômputo de diferenciais associados às produções agrícolas nas UAF e UAP no Ceará em 2017.

4.2 Resultados para as áreas colhidas e por regiões do Ceará em 2017

Inicia-se a apresentação e a discussão dos resultados associados às produções agrícolas por regiões, avaliando as áreas totais e médias

de lavouras e as áreas destinadas à pecuária por região em 2017. Esses resultados visam atender ao que foi proposto no terceiro objetivo desta pesquisa.

As evidências apresentadas na Tabela 6 sinalizam para duas situações diferentes em relação ao tema anunciado na seção anterior. No que concerne às áreas totais e médias com lavouras, as UAF não superam as das UAP apenas no Litoral de Fortaleza. Quando se trata das áreas destinadas à pecuária, as que superam os estimados para as UAF, em termos totais e médios, são as áreas das regiões Sertão Central e Inhamuns e de Baturité. Desses resultados, depreende-se que as UAP tiveram maiores aptidões, mais áreas disponíveis, ou ambos, para as atividades de criação em praticamente todas as regiões. Significa que, possivelmente, houve uma dedicação de áreas para as atividades destinadas a esse tipo de produção.

Tabela 6 – Áreas destinadas à lavoura e à pecuária nas UAF e UAP por região climática do Ceará em 2017

Regiões	Unidades Agrícolas Familiares				Unidades Agrícolas Patronais			
	Vegetal		Pecuária		Vegetal		Pecuária	
	Total	Média	Total	Média	Total	Média	Total	Média
Cariri	68.589	2.449,61	243.090	8.681,78	27.283	974,39	240.663	8.595,10
Ibiapaba	68.385	2.630,19	142.943	5.497,80	19.530	751,15	159.739	6.143,80
Jaguaribana	58.418	2.434,08	340.670	14.194,58	43.434	1.809,66	457.339	19.055,79
Fortaleza	36.725	2.623,21	15.722	1.123,00	40.155	2.868,21	58.528	4.180,57

Regiões	Unidades Agrícolas Familiares				Unidades Agrícolas Patronais			
	Vegetal		Pecuária		Vegetal		Pecuária	
	Total	Média	Total	Média	Total	Média	Total	Média
Pecém	51.795	3.237,19	97.584	6.099,00	26.155	1.634,69	162.823	10.176,43
Norte	85.506	3.886,64	95.407	4.336,68	41.796	1.899,82	115.237	5.238,04
Baturité	44.472	3.176,57	28.099	2.007,07	16.619	1.187,07	44.005	3.143,21
S. Central e Inhamuns	215.547	5.388,68	1.217.256	3.043,14	67.033	1.675,83	1.305.711	32.642,77

Fonte: Valores estimados a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Tabela 7 se apresentam os valores médios das produções por hectare. Esses valores são as produtividades vegetais e pecuárias, como explicado na seção da metodologia.

Observa-se que, os valores estimados para as UAF, no quesito produção vegetal, superam os estimados para as UAP em todas as regiões cearenses.

Tabela 7 – Valores brutos das produções totais e médios / hectare nas UAF e UAP por região climática do Ceará em 2017

Regiões	UAF: Média por setor (R\$/Hectare)		UAP: Média por setor (R\$/Hectare)	
	Vegetal	Pecuário	Vegetal	Pecuário
Cariri	2.007,39	778,01	3.450,02	766,37
Ibiapaba	2.121,84	571,35	5.334,00	702,95
Jaguaribana	1.695,93	678,71	4.327,26	653,24
Litoral de Fortaleza	2.433,17	3.742,34	1.824,06	14.651,71
Litoral de Pecém	1.780,83	580,08	3.292,83	3.358,09
Litoral Norte	1.489,53	752,27	1.863,48	1.364,04
Maciço do Baturité	1.641,91	1.005,73	1.938,08	2.698,69
Sertão Central e Inhamuns	1.203,81	377,94	938,97	270,71

Fonte: Valores estimados a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Na produtividade vegetal, os valores estimados para a região Litoral de Fortaleza nas UAF superam as médias de todas as demais regiões. Para aquela região, a média estimada foi de R\$ 2.433,17/hectare. Por outro lado, o pior resultado nas UAF foi observado no Sertão Central e Inhamuns (R\$1.203,81/hectare), conforme está exposto na Tabela 7.

No que concerne às produtividades pecuárias nas UAP, observa-se que o valor estimado para a

região de Fortaleza é bem maior do que o valor observado nas demais regiões. Essa média é principalmente influenciada pelo que acontece em três municípios: Horizonte, Euzébio e Pacajus, que apresentaram valores bastante expressivos.

Observa-se ainda que a região Sertão Central e Inhamuns também apresentou a menor média de produtividade pecuária. Essa região, como demonstrado, apresentou a menor média de pluviometria entre as oito regiões estudadas. Forta-

leza, que teve a melhor média de pluviometria, apresentou também as maiores médias em todas as produtividades, numa sinalização da sinergia existente entre essas variáveis, como foi a suposição da pesquisa.

As UAF se mostraram mais promissoras no emprego da força de trabalho nas áreas rurais

do Estado do Ceará, quando comparadas às UAP. Com efeito, mostra-se na Tabela 8 que a força de trabalho total ocupada em todas as regiões climáticas do Ceará, assim como as médias por região, tem magnitude superior nas UAF, relativamente às das unidades agrícolas não familiares (UAP).

Tabela 8– Mão de obra ocupada por região climática do Ceará nas UAF e UAP em 2017

Regiões	Total (1) = (2)+(4)	UAF		UAP		Relação (3)/(5)
		Total ocupada (2)	Média por município (3)	Total ocupada (4)	Média por município (5)	
Cariri	125.200	92.654	3.309,	32.546	1.162	2,8
Ibiapaba	114.275	86.444	3.325	27.831	1.070	3,1
Jaguaribana	103.993	67.409	2.809	36.584	1.524	1,8
Litoral de Fortaleza	55.179	34.619	2.473	20.560	1.469	1,7
Litoral de Pecém	74.804	53.766	3.360	21.038	1.315	2,6
Litoral Norte	108.197	81.503	3.705	26.694	1.213	3,1
Maciço do Baturité	59.004	44.687	3.192	14.317	1.023	3,1
Sertão Central e Inhamuns	287.994	225.391	5.635	62.603	1565	3,6

Fonte: Valores estimados a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

O Sertão Central e Inhamuns é a região que possui mais municípios, apresentando quarenta (40). Isso pode contribuir para que nela a quantidade de mão de obra ocupada, tanto nas UAF como nas UAP, seja bem maior que nas demais (287.994 pessoas). Mas esse fato se observou também em termos médios, o que a consolida como a grande empregadora de trabalhadores rurais no Ceará em 2017. Nas unidades familiares, a do Cariri, com 125.200 pessoas ocupadas e a da Ibiapaba com 114.275, também se destacaram. As médias regionais nas UAF variaram de 2.472, no Litoral de Fortaleza, a 5.635 pessoas ocupadas na região do Sertão Central e Inhamuns (Tabela 8).

Nas UAP, a menor média de pessoal ocupado foi observada no Maciço do Baturité (1.023 pessoas). A maior média se observou no Sertão Central e Inhamuns, com 1.565 trabalhadores. A relação entre as médias de força de trabalho ocupada nas UAF em relação às UAP varia de 1,7, no Litoral de Fortaleza, a 3,6 no Sertão

Central e Inhamuns. Relações que consolidam a relevância nas UAF também na geração de ocupação nas áreas rurais do Ceará (Tabela 8).

4.3 Estimação do Índice de Produtividade (IPR)

Para atender ao quarto objetivo proposto neste estudo, construiu-se o Índice de Produtividade (IPR) que agrega, de forma ponderada, os índices de precipitação de chuvas, de produtividade vegetal e de produtividade pecuária. Para isso, utilizou-se a técnica de decomposição em componentes principais (DCP) do método de análise fatorial (AF). Foram criados dois índices, um IPR para as UAF (IPR_{UAF}) e outro para as UAP (IPR_{UAP}).

Na Tabela 9 apresentam-se as sínteses dos resultados obtidos para a estimação dos pesos utilizados para construir os dois índices utilizados no estudo. Observa-se que, tanto para as UAF como para as UAP, os testes de KMO superaram os valores críticos, tendo em vistas que assumiram o

valor 0,598 para o IPR_{UAF} ; e 0,595 para o IPR_{UAP} . O fato do Teste de Bartlett ter confirmado que a matriz das correlações dos indicadores utilizados para estimar os IPR não é singular, confirma a sinergia entre esses indicadores. Ou seja, os três indicadores variaram juntos na mesma direção e sentido,

como se supôs quando se estava estabelecendo o desenho deste trabalho. Os demais resultados obtidos nas estimações sinalizam que os ajustamentos permitem estimar as duas equações buscadas para aferir as produtividades ponderadas em sinergia com a pluviometria dos municípios.

Tabela 9 – Resultados obtidos com a decomposição em componentes principais usados nos índices IPRUAF e IPRUAP aferidos para o Ceará – 2017

Variáveis	IPR_{UAF}	IPR_{UAF}	IPR_{UAP}	IPR_{UAP}
	Escores	Pesos	Escores	Pesos
Xi1	0,452	0,33	0,505	0,35
Xi2	0,410	0,30		
Xi3	0,518	0,37		
Xi4			0,431	0,30
Xi5			0,492	0,35
KMO	0,598		0,595	
Qui-Quadrado (QQ)	Graus de Liberdade = 3 QQ = 120,04; Sig. = 0,000		Graus de Liberdade = 3 QQ = 38,967; Sig. = 0,000	
Variância explicada	52,037%		49,940%	

Fonte: Valores estimados a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019) e Funceme (2020).

Dos resultados encontrados da decomposição em componentes principais, observa-se que o índice de pluviometria (X_{i1}) corrobora com 33% na formatação do IPR_{UAF} e com 35% na consolidação do IPR_{UAP} . As produtividades vegetal e pecuária corroboram com 67% e 65%, respectivamente, nas construções dos dois índices, mas não de forma isolada, interagindo entre si e com a pluviometria (Tabela 9).

Os valores dos IPR para as regiões são as médias aritméticas calculadas a partir dos municípios que dela fazem parte. Esses resultados estão mostrados na Tabela 10. Lembrando que quanto mais próximo de 100% for o IPR, melhor é a situação da região na combinação das produtividades vegetal, pecuária e pluviometria, tendo como referências os municípios melhor posicionados nos indicadores.

As combinações dessas pluviometrias com as produtividades vegetal e pecuária mostram que, em média, os resultados dos IPR encontrados tanto para o Estado do Ceará como para todas as regiões, são maiores nas UAP do que nas UAF. Essa informação consolida boa parte das demais encontradas no estudo.

Tabela 10 – Índices de Produtividade nas UAF e UAP por região do Ceará em 2017

Regiões	Média dos Índices de Produtividade (%)	
	UAF	UAP
Cariri	24,77	33,39
Ibiapaba	30,60	35,71
Jaguaribana	23,45	30,49
Litoral de Fortaleza	45,98	59,86
Litoral de Pecém	27,24	33,31
Litoral Norte	32,23	40,64
Maçico do Baturité	33,76	43,46
Sertão Central e Inhamuns	18,46	23,93
Ceará	27,04	34,16

Fontes: Valores estimados a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019) e Funceme (2020).

Os resultados mostrados na Tabela 10 corroboram com a suposição feita neste trabalho de que há sinergia entre o clima e as produtividades vegetal e pecuária no Ceará. Como entre as variáveis climáticas usadas no estudo (a outra foi a temperatura de cada município) apenas as pluviometrias se mostraram significativamente diferentes entre as regiões, somente elas foram usadas na construção dos índices de produtividade.

Além disso, a hierarquização das regiões cearenses, em ordem decrescente, de acordo com

Ranking dos IPR_{UAF}:

Fortaleza > Baturité > Norte > Ibiapaba >Pecém >Cariri>Jaguaribana> Inhamuns

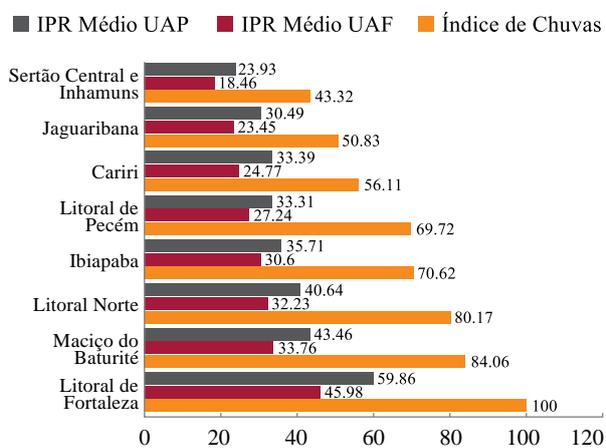
Ranking dos IPR_{UAP}:

Fortaleza > Baturité > Norte> Ibiapaba >Cariri > Pecém >Jaguaribana>Inhamuns.

Estes resultados sugerem comportamentos semelhantes das UAF e UAP no que concerne às interações entre as pluviometrias regionais e as respectivas produtividades vegetais e pecuárias. Como as condições de solo, de temperaturas e dos demais recursos naturais são convergentes para as UAF e UAP, depreende-se que os fatores diferenciadores para esses resultados devem estar bastante ancorados nos diferenciais de pluviometria.

No Gráfico 1 ilustra-se a sinergia que existiu entre pluviometria e os IPR estimados para as oito regiões cearenses em que se elaborou o estudo.

Gráfico 1 – Índices de Chuvas, de Produtividades nas UAF e UAP das regiões do Ceará em 2017



Fonte: Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019) e Funceme (2020).

o IPRUAF e o IPRUAP, mostrados a seguir, sugere que em sete (7) das oito (8) regiões, a sequência das hierarquias é a mesma. Apenas na quinta e na sexta posições, há inversão de posições nos dois índices. A região do Litoral do Pecém ocupa quinta posição no *ranking* decrescente do índice estimado para o IPRUAF e ocupa a sexta posição no *ranking* decrescente para o IAPUAP. A região do Cariri fica na sexta posição do *ranking* decrescente para IPRUAF e na quinta posição para o ranking decrescente do IPRUAP.

Essas evidências que, além de confirmarem as suposições desta pesquisa de que o clima (neste caso, a pluviometria), é fator definidor da produção agropecuária no Semiárido, sugerem que as respostas das regiões cearenses, tanto nas UAF como nas UAP, são bastante semelhantes de um ponto de vista relativo, embora os resultados físicos e monetários, em termos absolutos, se manifestem de formas diferenciadas. Ao menos em 2017 foi esse o comportamento detectado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências encontradas na pesquisa mostraram que, em geral, os perfis das UAF apresentam valores agregados mais robustos do que as UAP. Contudo, em termos de valor agregado da produção, as UAP apresentaram desempenho mais satisfatório.

O estudo também mostrou que, no Ceará, em 2017, as UAF empregaram mais força de trabalho (apesar dos estabelecimentos terem tamanhos bastante restritos, em sua maioria). Constata-se também que os homens eram majoritários na administração das atividades agrícolas familiares e que um percentual elevado desses chefes, pouco menos da metade, era de iletrados. As administrações dos estabelecimen-

tos familiares eram conduzidas majoritariamente por chefes com idade entre 25 e 65 anos e, um percentual elevado de idosos (acima de 65 anos) continuava envolvido na condução das atividades agrícolas familiares.

Um resultado preocupante detectado pelo estudo, diz respeito à baixa inserção dos agricultores familiares no serviço de assistência técnica, extensão rural e, em decorrência disso, uma reduzida captação de recursos de crédito rural nesses estabelecimentos.

Com relação às temperaturas das regiões climáticas estabelecidas pela Funceme para o Ceará, conclui-se que se mantiveram elevadas, mas não foram estatisticamente diferentes. Apresentaram valores observados muito próximos em magnitudes, mesmo nas temperaturas mínimas e máximas, das oito regiões em 2017.

No que se refere às pluviometrias, houve diferenças significativas nas médias estimadas para as oito regiões, com exceção de duas, que tiveram médias não estatisticamente diferentes: Litoral do Pecém e Ibiapaba. No Litoral de Fortaleza observou-se a maior média e no Sertão Central e Inhamuns, a menor. Além de diferentes, inclusive de um ponto de vista estatístico, as pluviometrias foram bastante heterogêneas, segundo aferições feitas pelos respectivos CV, entre os municípios e regiões em 2017.

Os resultados encontrados confirmaram a suposição deste trabalho de que há sinergias entre as produtividades da terra destinadas à produção vegetal e à produção pecuária aferidas de um ponto de vista monetário (relação entre valores da produção vegetal e pecuária pelas respectivas áreas) e as precipitações de chuvas, nas oito regiões climáticas estudadas. Essas combinações foram aferidas através do Índice de Produtividade (IPR), que é a média ponderada entre indicador de pluviometria de produtividade vegetal e de produtividade pecuária. Com efeito, quando se hierarquizam as sequências (em ordem crescente ou decrescente) dos IPR das UAF e UAP, observa-se que praticamente há superposição nesses *rankings*, inclusive com o que se fez para as pluviometrias regionais.

As hierarquias, em ordem decrescente dos IPR, mostram que as regiões com melhores médias pluviométricas estão conduzindo as sequ-

ências nas UAF e UAP, ao passo que as regiões com piores médias pluviométricas são as que apresentaram os menores IPR. Isso remete à conclusão de que os efeitos da pluviometria das regiões são assimilados de formas muito parecidas nos dois tipos de agricultura. Conclui-se assim que, os diferenciais nos resultados físicos e monetários entre as sub-regiões decorreram das diferenças pluviométricas existentes entre elas.

A conclusão geral da pesquisa é que as UAF desempenharam papel importante para evitar o êxodo rural em 2017, que fechou um ciclo de estiagens iniciado em 2010 no Ceará. Nesse contexto, observou-se que mesmo sendo a região que apresentou as maiores dificuldades de precipitação de chuvas, Sertão Central e Inhamuns, foi a que mais reteve força de trabalho ocupada, tanto em unidades familiares como nas não familiares. Mas observou-se que todas as regiões conseguiram segurar uma grande quantidade de trabalhadores rurais, sobretudo nas UAF. Isso reforça o papel dessas atividades como amortecedoras de tensões nas áreas rurais e, em decorrência, nas urbanas, na medida em que retêm trabalhadores ocupados, eles não emigrarão para as grandes cidades. Talvez esta seja a mais relevante das conclusões desta pesquisa.

Outra evidência que se considera de grande relevância é a constatação empírica de que o Estado do Ceará tem diferenças que precisam ser levadas em consideração quando se elaboram programas e políticas públicas. Os tratamentos não devem ser uníssonos. Há especificidades em pelo menos oito regiões que apresentam características de pluviometrias diferenciadas. Esta, talvez seja a outra grande contribuição deste estudo para os debates acerca de como devem ser feitos os planejamentos que visem à promoção de ações nas atividades agrícolas, tanto nas unidades familiares como nas não familiares.

O presente trabalho propõe que os formuladores de políticas públicas voltadas para o meio rural devem considerar, antes de qualquer tomada de decisão, que as especificidades regionais no Estado do Ceará devem ser inseridas e estudadas com maior profundidade, para que não ocorram medidas equivocadas no planejamento e implantação de políticas públicas, evitando

assim que os municípios, bem como as micror-regiões sejam tratados como homogêneos, atributo este que as evidências mostradas neste trabalho refutaram. Ou seja, é fulcral identificar as diferenças regionais no meio rural cearense e, a partir delas, buscar soluções mais adequadas às especificidades regionais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a gentileza dos colegas Maria Odete Alves, Joacir Aquino e Maria de Fátima Vidal pelo honroso convite para elaborar esse documento para edição especial da REN. Agradecem também os valiosos comentários e sugestões que apresentaram à versão anterior deste estudo.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. Nordeste sertanejo: a região semiárida mais povoada do mundo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.13, n.36, maio/ago.1999.
- BEZERRA, F. N. R. **Sustentabilidade da matriz energética brasileira**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural. Fortaleza, Ceará, 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 dez. 2019.
- _____. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm#art3. Acesso em: 05 jan. 2020.
- _____. **Decreto nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 31 de maio de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 04 jan. 2020.
- _____. Ministério da Integração Nacional. **Resolução nº 115**, de 23 de novembro de 2017. Diário Oficial da União. Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/739568/do1-2017-12-05-resolucao-n-115-de-23-de-novembro-de-2017-739564. Acesso em: jan. 2020.
- _____. Presidência da República. Secretaria Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Brasília, DF. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em abril de 2020.
- BROOKS, N. **Vulnerability, risk and adaptation: a conceptual framework**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/200032746_Vulnerability_Risk_and_Adaptation_A_Conceptual_Framework. Acesso em: 25 mar. 2020.
- CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: THONNER, D.; KENBLAY, B.; SMITH, R. E. F. The theory of peasant economy. Honewood, Illinois. **The American Economic Association**, 1966. p. 1-28.
- CORTEZ, H. S.; LIMA, G. P.; SAKAMOTO, M. S. A seca 2010-2016 e as medidas do Estado do Ceará para mitigar seus efeitos. Brasília, DF. **Parc. Estrat.** v. 22. n. 44. P. 83-118. jan-jun, 2017. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/858/786. Acesso em: abril de 2020.

- COSTA FILHO, J. **Efeitos da instabilidade pluviométrica sobre a previsão da produção de lavouras de sequeiro em áreas sujeitas à desertificação (ASD) no semiárido do estado do Ceará: casos de Irauçuba e Tauá.** 100f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2019.
- DE JANVRY, A. Pobreza e desarrollo rural. In: JORDAN, F. **La economía campesina: crisis, reacción y desarrollo.** San José, Costa Rica: IICA, 1989. 245 p.
- FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília, DF. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. 2000. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/AGRONOMIA_1271_1095426409.pdf. Acesso em: 01 abr. 2020.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.** 2 ed. Rio de Janeiro. Elsevier Editora Ltda, 2009.
- FERREIRA, M. P. S. **Alterações de atributos de solos submetidos ao pousio em núcleo de desertificação.** 58 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Agronomia/Solos e Nutrição de Plantas. Fortaleza, 2015.
- FISCHER, G.; SHAH, M.; VAN VELTHUIZEN, H. **Climate change and agricultural vulnerability.** Johannesburg: International Institute for Applied Systems Analysis to World Summit on Sustainable Development, Special Report, 2002.
- FUNCEME - FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. **Calendário das chuvas no Estado do Ceará.** Fortaleza, Ceará. 2020. Disponível em: <http://www.funceme.br/app/calendario/produto/municipios/maxima/anual>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- GOMES, F. P. **Curso de estatística experimental.** 13. ed. São Paulo: ESALQ/USP, 1985. 467p.
- GUILLAUMONT, P.; SIMONET, C. **Designing an index of structural vulnerability to climate change.** FERDI-Fondation pour les etudes etrecherches sur le Developpement International, France, p. 42, 2011.
- HAHN, M.; RIEDERER, A.; FOSTER, S. The livelihood vulnerability index: a pragmatic approach to assessing risks from climate variability and change - A case study in Mozambique. **Global Environmental Change**, v. 19, n. 1, p. 74-88, 2009.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263372>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- IPECE. **Caracterização territorial: características geográficas, recursos naturais e meio ambiente.** Fortaleza. Ceará. 2017. Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2012/territorial/01_001_caracteristicas_geograficas.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, v. I e II, 1993/1998.
- LEMOS, J. J. S. **Pobreza e vulnerabilidades induzidas no Nordeste e no semiárido brasileiros.** Fortaleza, Ceará. Tese para Concurso de Professor Titular. 2015.
- LEMOS, J. J. S., BEZERRA, F. N. R. Interferência da instabilidade pluviométrica na previsão da produção de grãos no semiárido do Ceará, Brasil. **Brazilian Journal of Development.** v. 5, n. 9, p. 15.632/15.652. 2019. Disponível em: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/3294>. Acesso em: 15 abr. 2020.

LIRA, J. S.; LEMOS, J. J. S. LIMA, P. V. P. S. Capacidade de recuperação da agricultura familiar do Nordeste brasileiro: uma análise para o período 1990 – 2012. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 47, n. 4, p. 107-121. Outubro, 2016.

MOURA, M. S. B. et al. **Clima e água de chuva no semiárido**. Brasília: Embrapa, 2007. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/36534/1/OPB1515.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, p. 6-17, 2014 (suplemento especial). Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/495>. Consulta em: jan. 2020.

PEREIRA, G. R. **Correlação entre as secas e as perdas na agricultura de sequeiro no semiárido nordestino**. 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conadis/trabalhos/TRABALHO_EV116_MD1_SA23_ID185_19112018114546.pdf. Acesso em: jan. 2020.

ROSENZWEIG, C., HILLEL, D. Climate change, agriculture and sustainability. p. 243-268. In: Lal, R., N. Uphoff, B.A. Stewart, and D.O. Hansen (eds.) **Climate change and global food security**. Taylor & Francis, London, UK. 2005.

SILVA, R.M.A. **Entre o combate à Seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Brasília, (DF). Universidade de Brasília. 2006. (Tese de Doutorado). Disponível em: https://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/tese_Convivencia_semiarido_Roberto_Marinho.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

THORNTON et al., P. Climate change and poverty in Africa: Mapping hotspots of vulnerability. **African Journal of Agricultural and Resource Economics**, v. 2, n. 1, p. 24-44, 2008.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**. São Paulo, SP. Cengage Learning. 2011.

AGRICULTURA FAMILIAR NO PIAUÍ: UMA LEITURA DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Family Farming in Piauí: a reading of the agricultural census 2017

Maria Dione Carvalho de Moraes

Socióloga. Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada IV da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Centro de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Ciências Sociais. Ininga. CEP: 64049-550. Teresina, PI – Brasil. mdione@uol.com.br

Alyne Maria Barbosa de Sousa

Economista. Dra. em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). R. Álvaro Mendes, 1597 - Praça da Liberdade, Centro. CEP: 64000-040. Teresina, PI – Brasil. alyne@ifpi.edu.br

Clarissa Flávia Santos Araújo

Economista. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI. Doutoranda em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). clarissaraaju@gmail.com

Resumo: Estatísticas oficiais do Censo Agropecuário 2017, da Agricultura Familiar, no Estado do Piauí, constituem a base deste artigo, juntamente com elementos conceituais e da trajetória política desta agricultura, como ator social e político, no Brasil, a partir dos anos de 1990. O objetivo é apresentar um diagnóstico da Agricultura Familiar, no Estado, em uma abordagem interpretativa, de base bibliográfica e documental, em especial, de indicadores estatísticos do Censo Agropecuário 2017. Como resultados, expomos aspectos significativos, sobretudo, da produção agropecuária de agricultoras e agricultores familiares, no Piauí, de modo que possam ser postos em perspectiva com demais estados da região Nordeste, e do Brasil. Nas considerações finais, apontamos para a relevância desta agricultura no Estado, em sua diversidade ontológica, para alguns limites dos dados censitários em expressá-la, assim como para desafios à pesquisa e às políticas voltadas ao seu fortalecimento.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Censo Agropecuário 2017; Piauí.

Abstract: Official statistics of the 2017 Agricultural Census of Familiar Agriculture in the State of Piauí form the basis of this article, together with conceptual elements and the political trajectory of this social and political actor, in Brazil, from the 1990s. The objective is to present a diagnosis of this agriculture, in the state, in an interpretative approach, of bibliographic and documentary basis, in particular, of statistical indicators of the Agricultural Census. As a result, we expose significant aspects, above all, of the agricultural production of family farmers in Piauí, so that they can be put into perspective with other states in the Northeast region, and in Brazil. In the final considerations, we point to the relevance of Family Agriculture in the state, in its ontological diversity, to some limits of census data in expressing it, as well as for challenges to the research and to the policies aimed at strengthening it.

Keywords: Family Farming; Agricultural Census 2017; Piauí.

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta abordagem é o banco de dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre Agricultura Familiar no Piauí, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a). Mas, antes de nos debruçarmos sobre as estatísticas oficiais, reiteramos a importância de dados censitários – em seus limites e possibilidades – sobre agricultura familiar, no Brasil, em especial, no Piauí. Lembramos que os nomes têm história e que, até os anos 1990, a designação “familiar”, na agricultura, dizia respeito a uma característica do que se conceituava como campesinato ou pequena produção agrícola. E, ainda, que o Censo Agropecuário de 2017 foi realizado em um momento no qual a agricultura familiar sofria grandes prejuízos como consequência de dois eventos de grande magnitude. Um deles tem a ver com o prolongado período de secas, de 2012 a 2017, na região Nordeste, o qual, no estado do Piauí, segundo Lima et al. (2017), reduziu drasticamente a capacidade dos reservatórios, tanto pondo em risco a capacidade de comunidades manterem o abastecimento não só de água potável como para usos diversos, quanto impactando a produção agropecuária. O outro diz respeito à extinção, pelo Governo Federal, em 2016, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999, e da transferência de suas atribuições para uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, provocando mudanças significativas na condução de programas e projetos.

Esse momento de incertezas na condução das políticas de fortalecimento da agricultura familiar passa a fazer parte da história dessa agricultura, no País, cujo nome emerge nos anos 1990, nos discursos acadêmico, extensionista e sindical rural, deslançando um processo no qual a economia familiar agrícola seria o eixo na construção de um novo ator social e político identificado como agricultura familiar, em consensos e dissensos conceituais, envolvendo categorias como campesinato e pequena produção, e tornando-se objeto de políticas públicas.

No que tange ao texto piauiense¹ acadêmico sobre rural, agricultura, pecuária e extrativismo, vale lembrar que povos agrários ou rurais eram temas ausentes ou timidamente abordados, ainda no final dos anos 1980 e inícios dos anos 1990, em escassos trabalhos de pesquisa. Na economia e na historiografia abordava-se o tema da economia piauiense, seus ciclos, com destaque para a pecuária – cantada em verso e prosa nas narrativas de fundação da “nação” piauiense, com o vaqueiro como herói cultural em um imaginário de “destino pastoril” (MORAES, 2006, p. 173) –, para o extrativismo exportador (látex da maniçoba; óleo de babaçu e cera de carnaúba) e para a cultura do algodão, como se vê, por exemplo, em Queiroz (2006), Martins et al. (1979) e Bandeira (1978).

Mas, da própria ausência do referido texto, saltava a realidade na qual povos rurais, historicamente, viviam em um contexto de concentração da propriedade da terra e da cultura política de mandonismo em cujo âmbito dois blocos sociais (aqui referidos, em alto nível de abstração) nitidamente diferenciados, encontravam-se envolvidos, diretamente, em relações de patronagem-dependência: por um lado, grandes proprietários(as) de terra; por outro, a massa de trabalhadores(as) direta ou indiretamente ligados(as) à produção agrícola e que remetem à, hoje, designada agricultura familiar, no estado. De fato, até os anos 1990, e em que pese a referência à figura do vaqueiro como herói cultural, pouco se pesquisava sobre a história de escravizados(as), povos originários, vaqueiros reais, campesinatos, cortadores(as) de palha de carnaúba, quebradeiras de coco babaçu, pescadores(as) artesanais, dentre outros atores sociais rurais piauienses.

Dos anos 1980 para o início dos anos 1990, ainda de forma lenta, algumas pesquisas acadêmicas socioantropológicas e econômicas (CARNEIRO, 1976; 1986; ROCHA, 1988), voltavam-se ao tema. Na segunda metade dos anos de 1990 e início dos anos 2000, trabalhos como os de Vilela e Moraes (1997); Vilela (1998); Godói (1999); Moraes (1998; 2000; 2006; 2009), Moraes e Vilela (2006) voltavam-se às expressões

1 Texto piauiense é aqui referido com base no conceito de Texto Brasileiro de Ferreira (2008) e de Texto Piauiense acionado por Moraes (2013), como uma palavra de ordem estruturada como discurso autorizado sobre o outro.

da cultura e da economia familiar camponesa, já acionando o termo agricultura familiar. Dos anos 2000, em diante, novos estudos lançaram luz sobre a agricultura camponesa, no Piauí, com a temática agricultura familiar ganhando corpo, no Estado, em círculos acadêmicos, da gestão pública e sindicais. Diversas ontologias desta agricultura vieram à tona: assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco, povos indígenas, trabalhadores(as) migrantes, pescadores(as) artesanais, ribeirinhos(as), catadores(as) de mariscos, multifuncionalidade da agricultura familiar, agroecologia, movimento sindical; organizações produtivas e/ou culturais em abordagens de gênero e geração, agricultura familiar e tecnologias, trabalho infantil na agricultura familiar; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e políticas correlatas, dentre outros temas².

Por que trazer estas considerações? Porque ao lidar com dados do Censo Agropecuário de 2017, sobre agricultura familiar, somos remetidas ao processo de emergência e de institucionalização desta agricultura no País; à diversidade de suas expressões empíricas; aos desafios postos pela referida extinção do MDA; assim como para os desafios de um exercício mais consistente de pesquisas e estudos sobre povos rurais, suas práticas de reprodução social e políticas públicas, no Piauí. Em que pese o avanço notável das pesquisas, nos últimos 15 anos, no estado, ainda há muitas demandas de uma melhor compreensão dos processos em curso, na atualidade da agricultura familiar piauiense, muitos dos quais não estão contidos nos dados do IBGE, embora estes sejam extremamente importantes, na empreitada.

Nesta direção, podemos dizer que o objetivo geral deste artigo é trazer um diagnóstico da agricultura familiar no Piauí, de modo a provocar reflexões, particularmente, sobre sua presen-

ça e significância no Estado, não só no final das primeiras duas décadas dos anos 2000, mas também sobre a necessidade de referir alguns aspectos da sua história pregressa, tanto como memória, quanto como subsídios para o futuro. Para tanto, prosseguimos com uma breve consideração conceitual, na qual se evidenciam elementos da trajetória do conceito. Em seguida, apresentamos a abordagem metodológica utilizada neste artigo, afunilando para a interpretação dos dados do Censo Agropecuário de 2017. Nas considerações finais, trazemos algumas conclusões que julgamos significativas, na certeza de que esta é apenas uma leitura inicial e específica.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA TRAJETÓRIA ENTRE CONCEITOS TEÓRICOS E DEMANDAS POLÍTICAS

A consagração do termo agricultura familiar, no Brasil, acionado nos repertórios acadêmico, da gestão pública, de organizações não governamentais, e de homens e mulheres por ele designados(as), assim como seu uso e sua institucionalização, nomeando políticas públicas federais, resulta de acionamentos em um campo de tensão, entre convergências/divergências, a partir dos anos 1990, reunindo intelectuais, políticos, sindicalistas,³ com apoio de instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)⁴. Como dizem Neves (2006) e Moraes (1998), na última década do século XX, ganharia a cena um projeto decla-

2 O surgimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a partir dos anos 2000, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), alavancaria um conjunto de pesquisas sobre campesinato e agricultura familiar, rompendo com a tradição acadêmica de tratar apenas e genericamente da agropecuária e do extrativismo para exportação. Devido aos limites deste artigo, encaminhamos as(os) interessadas(os) nas referências, aos sítios da web dos programas de pós-graduação da UFPI, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

3 Da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf) que surge em 1997, com a Fetraf-SC, com criação da Fetraf-Brasil, em 2005 com federações em vários estados. Como lembra Fernandes (2013), o conceito de agricultura familiar no Brasil surgiu na mesma época em que nasceu a Via Campesina. Movimentos camponeses que se articularam na Via Campesina (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores MPA, e Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB) não adotaram o conceito em seus documentos.

4 Para detalhes do percurso acadêmico, a partir dos anos de 1990, e do emprego do termo e da multiplicidade que ele encerra, ver Neves (1995; 2005; 2006) e Baiardi e Alencar (2014) que apontam, ainda, para: 1) avanços na área conceitual; 2) necessidade de mais pesquisas empíricas; 3) demandas de novos olhares sobre a diversidade setorial e regional nas várias formas de agricultura familiar no Brasil.

rado como de valorização de agricultores(as) e trabalhadores(as) rurais, cuja afiliação ao mercado e reprodução social eram precárias⁵ por efeitos das “conflitualidades” (FERNANDES, 2013, p. 222) na questão agrária brasileira.

A conjunção de investimentos contaria com pesquisas, estudos, mobilizações sindicais e de setores da extensão rural, porta-vozes que argumentavam em defesa do reconhecimento não só da racionalidade econômica e social do que se definia como pequena produção agrícola, assim como da sua capacidade adaptativa, como agente produtivo. Tais argumentos, muitas vezes, baseavam-se em estudos sobre processos de desenvolvimento agrário em países do capitalismo avançado, especialmente dos Estados Unidos da América (NAVARRO; PEDROSO, 2014). Em 1996, deu-se a institucionalização desta agricultura como sujeito de políticas públicas, através do Pronaf, pelo Decreto n. 1.946, além da criação do MDA, o que levaria a políticas correlatas, nos anos seguintes⁶.

A referida capacidade adaptativa voltava-se “[...] a novas pautas éticas de conduta econômica” (NEVES, 2006, p. 15) – em um ideário de base discricionária, contrapondo agricultura familiar e empresa rural produtivista, tecnicista e predatória –, e ao reconhecimento da legitimidade da categoria agricultura familiar. Pautava-se a “[...] modernidade dos objetivos da ação política de trabalhadores rurais, de assentados e agricultores parcelares, em busca de enquadramento profissional, de acesso a recursos creditícios e de assistência técnica” (NEVES, 2006, p. 15). Nominava-se um conjunto de atores sociais

da agricultura, os quais asseguravam tanto sua reprodução social, quanto a de modos de produzir, nos marcos de uma orientação relativamente diversa da agricultura patronal (NEVES, 2006).⁷

Para Fernandes (2004), tratava-se de produtores familiares que utilizavam recursos técnicos e encontravam-se integrados ao mercado, podendo-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa e que o termo agricultura familiar, embora supérfluo, guardava força teórico-política, em uma relação na qual, no outro extremo,

“[...] como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal” (FERNANDES, 2004, p. 26).

Como pano de fundo, questões decorrentes da conflitualidade abordada, de formas divergentes, nas perspectivas paradigmáticas do capitalismo agrário e da questão agrária, identificadas como oponentes, fizeram-se presentes em um processo de produção simbólica que dá corpo a uma crença coletiva, nos termos de Bourdieu (2002), de perspectiva integradora de posições diversas de um projeto político.

De forma resumida, podemos dizer que, entre debates, dissensos e consensos registrados na literatura especializada, a partir dos anos 1990,⁸ o termo agricultura familiar – que utiliza uma das características consideradas próprias ao campesinato (“familiar”), desde Alexander Chayanov, para opor-se à categoria de agricultura definida como “patronal” –, refere formas de organização da produção nas quais o grupo

5 Para Neves (2006), houve um empenho coletivo de reflexão sobre a construção de aparatos institucionais, visando ao enquadramento do que se denominava pequenos produtores agrícolas, sítiantes ou camponeses, como produtores mercantis. Para Moraes (1998), emergia uma nova identidade política – agricultura familiar – acionada estrategicamente, no campo das políticas públicas.

6 Alguns exemplos de políticas e/ou programas: em 2003, o Plano Safra da Agricultura Familiar, e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) por meio da Lei n. 10.696; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a Lei n. 11.947/2009, determinando que ao menos 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem utilizados para compras da agricultura familiar. Acrescentem-se outras políticas e programas como Seguro Rural da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; políticas de bases territoriais, como o Programa Territórios da Cidadania, dentre outros.

7 Ver Schneider e Nierdele (2008) acerca do debate sobre a persistência das formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo e sobre a dinâmica socioeconômica dessas formas sociais no meio rural como projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho, nos marcos sociais de caráter capitalista, em suas variações.

8 Ver, por exemplo, Abramovay (1992), Bergamasco (1995), Carneiro (1997), Silva (1996), Moreira (1997), Schneider (1999), Carmo (1995), Veiga (1995), Wanderley (1995). O interesse pelo tema resultou em pesquisas (dissertações, teses, livros, artigos em periódicos) e debates entre pesquisadores(as) acadêmicos(as) e não acadêmicos(as). Nos anos 2000, a literatura (fontes não citadas aqui devido a limitações de espaço) seria ampliada com temas como políticas públicas, sustentabilidade, multifuncionalidade, pluriatividade; agroecologia, relações de gênero, povos e comunidades tradicionais, gerações, problematização de agricultura familiar como conceito, relação com o agronegócio, resiliência dessa agricultura em contexto de concentração da terra e da produção e de esvaziamento demográfico do campo, dentre outros.

familiar é proprietário dos meios de produção, gestor⁹ e executor das atividades produtivas¹⁰.

Para Neves (2002, p. 22), o termo agricultura familiar, “[...] descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração [...]”, não constitui um conceito teórico, além de haver uma eufemização de significados subjacentes à categoria, no trabalho político de reconhecimento social. Assim, o termo quer apontar para o pressuposto da superação “[...] do insulamento político-cultural e da precariedade material dos camponeses, dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos meeiros, dos assentados rurais, dos trabalhadores sem-terra” (NEVES, 2002, p. 22). Além do mais, subjacente à categoria, encontra-se um certo padrão ideal de integração, diferenciado e heterogêneo, de produtores(as) e trabalhadores(as) rurais, o qual se legitima através de um sistema associado de atitudes. Assim, em um projeto voltado a mudanças da posição política, trata-se de uma categoria de ação política (NEVES, 2002), ou, como referido por Moraes (1998), de uma nova identidade política.

Esse novo ator político, a partir do final dos anos 1990, não podia mais ser ignorado pelas estatísticas nacionais de produção agropecuária, nas quais, tradicionalmente, a produção para provisão (GODÓI, 1990; MORAES, 2000), sequer era registrada. Assim, no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), seriam apresentados, pela primeira vez, dados sobre a atividade econômica de empreendimentos familiares rurais no País, com base em critérios definidos na Lei n. 11.326/2006, referentes a limites de área, de uso de mão de obra, de origem da renda familiar e de gestão da propriedade, os quais definem agricultura familiar como categoria nominal e instrumental, em um trabalho de delimitação/construção de identidade em oposição à agricultura patronal.

Mas, para além desta contraposição fundante, impõe-se tanto o reconhecimento da diversidade

de situações/condições empíricas da agricultura familiar no País, após quase duas décadas de sua institucionalização, quanto avaliações do que esta agricultura tem significado, não apenas em termos de produção agropecuária e extrativista, mas como ator político e social coletivo, articulado em sindicatos, associações, cooperativas, e imprimindo marcas de sua ação na sociedade. Foge aos limites deste artigo um balanço das múltiplas pesquisas de avaliações, e dos debates de diversas ordens sobre esses temas;¹¹ inclusive, no que tange a questionamentos acerca da participação da agricultura familiar no total da produção nacional que opõe, muitas vezes, discursos da gestão pública a discursos da pesquisa.¹²

Além do mais, como diz Neves (2005), nas condições consideradas, o uso da categoria deve poupar confusões entre realidades das agriculturas familiares no Brasil e realidades de modernidade valorada e reconhecida em outros contextos de desenvolvimento econômico e de lugar da agricultura, assim como de atores sociais que a praticam, em projetos diversos de desenvolvimento. Daí, a demanda persistente não só do trabalho intelectual de produção de categorias analíticas, quanto da elucidação do processo de sua construção empírica. De fato, em termos genéricos, agricultura familiar, como se expressa em Lamarche (1993), supõe convergências/diferenciação de categorias e conceitos, tendo extremos que vão da agricultura familiar camponesa à agricultura familiar tecnificada.¹³ Assim sendo, pode referir, em um amplo campo, a campesinato, *farmers*, produtores(as) mercantis, neorurais, assentados(as) de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, etc. No entanto, para expressar tal diversidade, a partir dos dados disponibilizados no Censo Agropecuário de 2017, seriam necessários muitos outros investimentos que escapam aos limites deste artigo. Assim, trabalhamos, aqui, com a definição de agricultura familiar tal como empregada pelo IBGE,¹⁴ em indicadores que constituem os dados censitários.

9 Especificidades da forma de gestão do estabelecimento apontam para racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos, os quais devem ser entendidos/explicados pela pesquisa por interferirem na criação de padrões de sociabilidade interfamiliares e nos modos de inserção nos mercados produtor e consumidor (NEVES, 2006).

10 Definições legais encontram-se na Lei da Agricultura Familiar, n. 11.326/06, e no Decreto n. 9.064/17. Ver, ainda, Projeto de Lei n. 4451/19, em tramitação. Para detalhes, ver Brasil (2016).

11 Algumas sínteses importantes encontram-se, dentre outras, em Delgado e Bergamasco (2017); Censo Agropecuário (IBGE, 2009); Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2006); Guanzioli, Sabbato e Vital (2014); FAO/Inra (1996); Ferreira e Brandeburg (1998). Sobre agricultura familiar, em especial, no Nordeste, ver Evangelista (2000).

12 Ver, por exemplo, Hoffmann (2014); Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2006).

13 Para detalhes, ver Lamarche (1993) e Fernandes (2004).

14 O IBGE baseia-se no que define a Lei n. 11.326, de 24 de julho

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Neste artigo, a abordagem é de cunho qualitativo com fontes de natureza bibliográfica (GARCIA, 2016, LIMA; MIOTO, 2007; FURLAN, 1987), tomados como práticas discursivas (SPINK, 2000), constituídas por: 1) textos relacionados ao tema da agricultura familiar e correlatos acionados, sobretudo, na construção do referencial teórico; 2) textos documentais, versando sobre conteúdos de políticas públicas e jurídicos; e 3) fontes estatísticas.

Ao tomar tais modalidades de fontes, inclusive estatísticas oficiais, em seus limites e possibilidades, como diz May (2004), como práticas discursivas sobre agricultura familiar, consideramos que elas são práticas sociais, no campo da linguagem, e que produzem sentidos sobre o mundo e para o mundo, seja através de palavras, números, imagens etc. Práticas discursivas implicam em seleções, escolhas, consideração dos contextos e rigor na explicitação do processo de interpretação das produções sociais variadas das quais são expressão, entendendo-se que não se pode responder às questões do sentido somente no âmbito da língua, da sintaxe e da semântica (SPINK; LIMA, 2000).

As fontes distribuem-se em três grupos: o primeiro, organizado com base na sistematização de autores(as) diversos(as), com vistas ao aparato conceitual e à explicitação da trajetória do próprio conceito de agricultura familiar, no Brasil como apresentado nos tópicos anteriores. O se-

de 2006, e no Decreto n. 9.064/2017. O Art. 3º da Lei traz os critérios definidores de agricultor(a)/empreendedor(a) familiar rural como: aquele[a] que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (redação dada pela Lei n. 12.512, de 2011); IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (DEL GROSSI, 2019, s/n). No entanto, os itens II e III da Lei sofreram alterações significativas, pelo Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017, em seu artigo 2º, no que tange à definição de família e de estabelecimento, a saber: II – família - unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros que contribuam para o rendimento ou que tenham suas despesas atendidas pela UFPA [Unidade Familiar de Produção Agrária]; III - estabelecimento - unidade territorial, contígua ou não, à disposição da UFPA, sob as formas de domínio ou posse admitidas em lei.

gundo é constituído por fontes documentais sobre políticas públicas, aspectos jurídicos e legais relacionados à agricultura familiar no Brasil; o terceiro grupo constitui-se, sobretudo, por dados estatísticos do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019a), relativos à agricultura familiar no Piauí, com algumas outras fontes documentais citadas em informações complementares.

Na apresentação dos dados do Censo Agropecuário de 2017 da agricultura familiar piauiense, seguimos um percurso que vai de uma breve introdução, contendo informações sobre o estado do Piauí, e sobre o fundamento legal da definição operacional de agricultura familiar utilizada pelo IBGE, a tabelas construídas com base nos dados do Censo de 2017. Tais informações estão organizadas em sete tópicos, na seguinte sequência: 1) características geográficas do Piauí e presença da agricultura familiar no Estado; 2) condição legal do(a) produtor(a) e sua situação em relação à exploração da terra; 3) formas de obtenção e de utilização da terra; 4) atividades econômicas desenvolvidas; 5) produção vegetal; 6) produção animal; e 7) acesso a crédito e financiamento. Cada um desses tópicos é apresentado na seção seguinte, na forma de resultados e discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PIAUÍ, COM BASE NO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

4.1 Características geográficas do Piauí e presença da Agricultura Familiar no Estado

O estado do Piauí, segundo IBGE (2010), ocupa uma área geográfica de 251.616,823 Km², com uma população de 3.119.015 habitantes, sendo 1.067.401 rurais e 2.051.316 urbanos, distribuídos em quatro mesorregiões (centro norte, norte, sudeste e sudoeste), 15 microrregiões e 224 municípios.¹⁵

15 A partir de 2003, uma política do governo estadual denominada Territórios de Desenvolvimento definiu 12 territórios. Curiosamente, no mapa das potencialidades desses territórios, a agricultura familiar não é mencionada como uma delas. Ver <http://www.seplan.pi.gov.br/mapa-grande.pdf>. Quanto ao programa Territórios da Cidadania, do governo federal, foram instituídos quatro territórios no Piauí: Vale do Guaribas, com 34 municípios; Entre Rios, com 28; Serra da Capivara, com 18; Carnaubais, com 18 (BRASIL, 2008), mas o Programa não apresenta, a partir de 2017, informações sobre transferências de recursos federais (<http://>

Esse total de 1.067.401 habitantes rurais corresponde a 34,2% da população do Estado (IBGE, 2010). No entanto, o emprego das noções de municípios essencialmente e relativamente rurais¹⁶ mudaria este percentual, significativamente. O Censo Demográfico de 2010 registrou que 129 municípios piauienses (cerca de 89% do total) contavam com um total de 1.340.359 habitantes, o que os definiria como essencialmente rurais, e que cerca de 98% dos municípios contavam com menos de 50.000 habitantes, ou seja, seriam tidos como relativamente rurais. Assim, a população rural representaria mais de 63% da população total do estado, a qual somava, à época, 1.965.487 habitantes. Nesta perspectiva, o Piauí apresentaria quase o dobro dos números que constituíam indicadores de população rural pelo IBGE.

Vale lembrar que a população do Piauí habita uma diversidade de biomas (manguezais, caatinga, cerrado e mata de cocais), tendo a agropecuária, o extrativismo vegetal e a pesca como importantes atividades econômicas, indo da agricultura empresarial, voltada à produção de *commodities*, à agricultura familiar.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o Estado do Piauí conta com 245.601 estabelecimentos agropecuários. A agricultura familiar representa 80,3% desse total, ou seja, estabelecimentos desta agricultura totalizaram 197.246 unidades produtivas. Em termos de área total dos estabelecimentos, dos 10.009.857 hectares, a área específica da agricultura familiar abrangeu o equivalente a 3.852.846 hectares, isto é, 38,5% como se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1 – Estabelecimentos, área e pessoal ocupado, segundo o tipo de agricultura, no estado do Piauí (2017)

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos		Área		Pessoal ocupado	
	(n°)	(%)	(ha)	(%)	(n°)	(%)
Familiar	197.246	80,3	3.852.846	38,5	518.540	77,4
Não Familiar	48.355	19,7	6.157.011	61,5	151.781	22,6
Total	245.601	100,0	10.009.857	100,0	670.321	100,0

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).

Os dados de 2017 apresentam a extrema relevância da participação da agricultura familiar em relação ao número total de estabelecimentos agropecuários (80,3%) e em menor proporção, de sua fração na composição da área ocupada (38,5%) pela agropecuária no Piauí.

Quanto ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários familiares no Piauí no ano de 2017, havia um contingente de 518.540 indivíduos, ou seja, pouco mais de meio milhão de pessoas, dos quais 65,7% são homens e 34,3% são mulheres, como detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 – Pessoal ocupado, por sexo e faixa etária, nos estabelecimentos de Agricultura Familiar, no estado do Piauí – 2017(*)

Pessoal Ocupado	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
14 anos ou mais	326.468	95,8	165.337	93,1
Menos de 14 anos	14.472	4,2	12.263	6,9
Total	340.940	100,0	177.600	100,0

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).

Nota: (*) foi utilizada a variável “pessoas”.

Pode-se depreender que predominam homens com mais de 14 anos ocupados nos estabelecimentos de agricultura familiar, mas a participação de mulheres é também significativa. Dentre estas, 165.337 possuem mais de 14 anos de idade, o que corresponde a 31,9% do pessoal ocupado.

portaltransparencia.gov.br/programas-de-governo/22-territorios-da-cidadania?ano=2019), o que aponta para limites das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, em especial, no Piauí.

¹⁶ Ver, sobre o tema, Veiga et al. (2001) e Miranda (2013). Fórum (2019) identifica cinco tipos de espaços rurais no Piauí, com base nos resultados de pesquisa do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), apontando para a heterogeneidade do rural piauiense e de formas de organização econômica e social.

Encontram-se também, em menor proporção, pessoas menores de 14 anos – provavelmente, na condição de filhos(as) – perfazendo um total de 26.735 pessoas, ou seja, 5,2% do total do pessoal ocupado. Importante destacar que 86,7% do total do pessoal ocupado possui laço de parentesco com o(a) produtor(a). No entanto, restam questionamentos sobre em que se constitui, de fato, o trabalho feminino nesta agricultura familiar.

4.2 Condição legal do(a) produtor(a)¹⁷ e sua situação em relação à exploração da terra

No que se refere à condição legal das terras da agricultura familiar, no Piauí, 65,4% dos estabelecimentos estavam na condição de propriedade individual, o que, do ponto de vista territorial corresponde

a 64% da área total dos estabelecimentos. Além disso, 34,5% dos(as) produtores(as) declararam encontrar-se na modalidade de consorciados(as),¹⁸ correspondendo a 35,9% da área, de acordo com a Tabela 3.

A proporção de produtores(as) classificados(as) na condição de individuais traduz a ideia de que a gestão dos estabelecimentos de agricultura familiar concentra-se em uma única pessoa, embora o trabalho desenvolvido seja da família. Essa percepção coaduna-se com a concepção de “trabalho como ajuda”, no que se refere a mulheres, jovens e crianças, consagrada na literatura sobre rural (MORAES, 2000). Ainda, de acordo com a Tabela 3, é possível afirmar que a área média dos estabelecimentos de agricultura familiar no Piauí é de 19,5 ha, sendo caracterizados como pequena propriedade.

Tabela 3 – Condição legal do(a) produtor(a), segundo o número de estabelecimentos de Agricultura Familiar e respectiva área, no estado do Piauí (2017)

Condição legal do(a) produtor(a)	Estabelecimentos		Área	
	N	%	Hectares	%
Produtor(a) individual	129.074	65,4	2.464.405	64,0
Condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas	68.057	34,5	1.384.586	35,9
Outra condição	115	0,1	3.855	0,1
Total	197.246	100,0	3.852.846	100,0

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).

Segundo IBGE (2019a), a categorização desta condição foi derivada da indagação sobre área e composição das terras do estabelecimento na data de referência, ou seja: se constituído por terras próprias, por terras cedidas por órgão fundiário, mas ainda sem título definitivo, por terras arrendadas, por terras em parceria, por terras em comodato, ou por terras ocupadas.

17 Segundo IBGE (2019a, p.16), produtor é: “[...] a pessoa física, independentemente do sexo, ou a pessoa jurídica responsável pelas decisões na utilização dos recursos, e que exerce o controle administrativo das operações que envolvem a exploração do estabelecimento agropecuário. O produtor tem a responsabilidade econômica ou técnica da exploração e pode exercer todas as funções direta ou indiretamente, por meio de um administrador (no caso do produtor ser uma pessoa jurídica). Não se deve confundir o produtor com o proprietário das terras”. (Grifo nosso).

Com respeito à condição do(a) produtor(a) em relação à terra, 71,1% dos estabelecimentos agropecuários familiares eram explorados por seus(suas) proprietários(as). As outras modalidades registraram menor número: 8,4% eram explorados por comodatários(as); cerca de 7% por concessionários(as) ou assentados(as) aguardando titulação definitiva da terra; 4,5%, por ocupantes; 3,4% por parceiros(as); e 2,6% por arrendatários(as), conforme dados contidos na Tabela 4.

18 Sobre definições operacionais das categorias produtor individual, condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas, ver IBGE (2019a). Especificamente sobre a categoria condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas, esta refere-se à condição de uma união de pessoas, como: casal, pais e filhos(as), amigos(as) etc. (IBGE, 2019a).

Tabela 4 – Condição do(a) produtor(a) em relação à terra, segundo o número de estabelecimentos de Agricultura Familiar e respectiva área, no estado do Piauí (2017)

Condição legal do(a) produtor(a)	Estabelecimentos		Área	
	N	%	Hectares	%
Proprietário(a)	140.258	71,1	3.281.286	85,1
Comodatário(a)	16.621	8,4	184.179	4,8
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	13.803	7,0	207.079	5,4
Ocupante	8.852	4,5	71.829	1,9
Parceiro(a)	6.803	3,4	85.165	2,2
Produtor(a) sem área	5.836	3,0	-	-
Arrendatário(a)	5.073	2,6	23.309	0,6
Total	197.246	100,0	3.852.847	100,0

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).

Estes dados indicam a predominância de relações formais de posse do(a) produtor(a) com a terra – nas condições de proprietário(a) e concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva – que somam 154.061 estabelecimentos, correspondendo a 78,1% do total. As demais categorias, que compreendem os vínculos não formais, foram encontradas em 43.185 estabelecimentos, correspondendo a 21,9% do total de estabelecimentos.

Com relação ao sexo do(a) produtor(a),¹⁹ 77,2% são registrados como homens e 22,8% como mulheres. Desse total, distinguem-se no que diz respeito à faixa etária da seguinte forma: a) 2,3% são menores de 25 anos; b) 10,6% possuem de 25 a menos de 35 anos; c) 18,3% de 35 a menos de 45 anos; d) 43,4% de 45 a menos de 65 anos; f) 25,4% possuem a partir de 65 anos. Esse cenário revelou a preponderância de produtores(as) adultos(as), indicando uma população em idade ativa e uma menor proporção de jovens e idosos(as).

Referente à escolaridade do(a) produtor(a),²⁰ destaca-se que 30,4% nunca frequentaram a escola, 20,2% foram alfabetizados, 16,5% concluíram o ensino fundamental menor, 16,2% com-

pletaram o ensino fundamental; 6,4% contam com o ensino médio regular, 4,3% finalizaram apenas o antigo ginásial (médio 1º ciclo); 3,4% frequentaram classes de Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA) e 2% cursaram o ensino superior. Essa conformação indica a prevalência dos(as) produtores(as) com baixa escolaridade.

No que se refere às informações étnico-raciais do(a) produtor(a), em 191.410 estabelecimentos (64,8% do total), o(a) produtor(a) é pardo(a); em 42.890 estabelecimentos (22,4%), é branco(a); em 24.235 dos estabelecimentos (12,7%), é preto(a); em 256 estabelecimentos (0,1%), é indígena e apenas em 2 estabelecimentos, o(a) produtor(a) é da cor amarela". 124.027 (64,8%) declararam que: são pardos(as), 42.890 (22,4%) são brancos(as), 24.235 (12,7%) são pretos(as), 256 (0,1%) são indígenas. Apenas duas pessoas declararam como sendo de cor amarela.

4.3 Formas de obtenção e de utilização das terras

Para IBGE (2019a), a forma de obtenção corresponde ao meio pelo qual o(a) produtor(a) obteve suas terras. O Censo considerou somente aquele(a) que, na composição das terras de seu estabelecimento, possuía terras próprias ou terras aguardando titulação definitiva, que totalizaram 154.061 estabelecimentos. Assim, neste as-

19 A variável considerada foi o número de estabelecimentos de agricultura familiar.

20 Cursos técnicos de nível médio, de Educação de Jovens e Adultos (EJA), do antigo nível médio identificado como "Científico", assim como nos níveis de mestrado ou doutorado totalizaram menos de 1%.

pecto, os dados indicam que as principais formas são herança ou doação (49,3% destes estabelecimentos de agricultura familiar) e compra de particular (37,9% dos estabelecimentos). Essas duas formas de acesso à terra correspondem a 134.360 estabelecimentos (87,2%), conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Forma de obtenção das terras do(a) produtor(a) (nas condições de proprietário(a), concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva), segundo o número de estabelecimentos de Agricultura Familiar, no estado do Piauí (2017)

Forma de obtenção das terras	Estabelecimentos (*)	
	N	%
Herança ou doação	75.966	49,3
Compra de particular	58.394	37,9
Posse não titulada	9.205	6,0
Titulação ou licença de ocupação por reforma agrária	8.806	5,7
Compra via crédito fundiário	6.768	4,4
Concessão de direito real de uso	4.318	2,8
Usucapião	2.238	1,5
Titulação de comunidade quilombola	542	0,4
Concessão de terra indígena	33	0,1
Não sabe informar	1.201	0,8

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).
 Nota: (*) foi registrada mais de uma forma de obtenção das terras por estabelecimento.

Em menor proporção, proprietários(as) declararam que obtiveram suas terras por outras

formas: por meio de posse (9.205 estabelecimentos), por titulação ou licença de ocupação por reforma agrária (8.806 estabelecimentos), por compra via crédito fundiário (6.768 estabelecimentos), por concessão de direito real de uso (4.318 estabelecimentos), por usucapião (2.238 estabelecimentos), por titulação de comunidade quilombola (542 estabelecimentos) e por concessão de terra indígena (33 estabelecimentos).

Essa caracterização quanto às formas prioritárias de obtenção da terra indica a herança patrimonialista que permeia a estrutura agrária brasileira e, em particular, a piauiense, desde a Lei de Terras de 1850, bem como as limitações da política de reforma agrária implementada no Estado, o que implica no menor acesso ao título de propriedade da terra por parte de quem a ocupa (OLIVEIRA, 2014). Ademais, a reduzidíssima participação de territórios indígenas e quilombolas aponta para os desafios do reconhecimento desses povos e seus territórios sociais no Piauí.

No tocante à utilização das terras pela agricultura familiar no Piauí, a partir da análise da Tabela 6, vê-se que é expressiva a ocupação da área com lavouras e pastagens. As lavouras ocupam 11% da área, sendo que 83,4% desta parcela correspondem a lavouras temporárias e 16,3% a lavouras permanentes. Entre as pastagens, predominam as naturais e, dentre as matas, prevalecem aquelas destinadas à preservação permanente ou a área de reserva legal.

Vale destacar que os dados indicam que um total de 179.788 estabelecimentos de agricultura familiar (91,1%) dispõem de área não ocupada por lavoura, pastagens, matas e/ou florestas, que corresponde à área ocupada por lâminas d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis.

Tabela 6 – Utilização das terras, segundo número de estabelecimentos de Agricultura Familiar e respectiva área, no estado do Piauí (2017)

Utilização de terras	Estabelecimentos		Área	
	N	%	Hectares	%
Lavouras	193.206	98,0	425.575	11,0
Temporárias	156.266	79,2	355.104	9,1

Permanentes	36.630	18,6	69.545	1,8
Área para cultivo de flores	310	0,2	926	0,1
Pastagens	114.339	58,0	1.004.561	26,1
Naturais	54.936	27,9	609.346	15,8
Pastagens plantadas em boas condições	33.710	17,1	222.371	5,8
Pastagens plantadas em más condições	25.693	13,0	172.844	4,5
Matas ou florestas	79.329	40,2	1.098.354	28,5
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	43.290	21,9	456.860	11,8
Matas e/ou florestas naturais	35.369	17,9	638.868	16,6
Florestas plantadas	670	0,3	2.626	0,1
Sistemas agroflorestais	58.215	29,5	1.092.215	28,4
Área não ocupada com lavouras, pastagens, matas e/ou florestas	179.788	91,1	232.142	6,0
Total	-	-	3.852.847	100,0

Fonte: elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).

Nota: (*) foi registrada mais de uma forma de utilização das terras por estabelecimento.

4.4 Atividades econômicas desenvolvidas

Segundo IBGE (2019a), a atividade econômica do estabelecimento foi identificada como aquela correspondente à predominância simples do maior valor da produção, consideradas as especificidades de cada atividade. Nesta direção, os estabelecimentos de agricultura familiar, no Piauí, praticam

principalmente a pecuária e a agricultura temporária destinadas ao autoconsumo, e secundariamente, destinadas à comercialização.²¹

Cabe destacar que, a dimensão relativa à constituição da renda da família abarca o conjunto das atividades agropecuárias, complementares afins (relacionadas a atividades de extração vegetal, artesanato e indústria rural) e não agrícolas, incluindo transferências, encargos públicos e produção para autoconsumo (MORAES, VILELA, 2003), além do turismo rural. Vale mencionar, em relação às ativida-

des de artesanato e tecelagem, somente 1.176 estabelecimentos familiares declaram que obtiveram receitas provenientes dessa atividade, representando um total de R\$ 1,9 milhão. O turismo rural foi praticado em menor proporção, apenas em 16 estabelecimentos, gerando uma receita de R\$ 169 mil.

21 Embora, no estado do Piauí, a agricultura familiar seja uma economia, predominantemente, de provisão (GODOI, 1990; MORAES, 2000), não devemos recair em simplificações correntes, uma vez que alguns produtos desta agricultura, como frutas e lã de ovelha, soja, camarão, como veremos adiante, destinam-se em larga medida, à comercialização.

4.4.1 Produção vegetal

A produção vegetal registrada no Censo Agropecuário de 2017 compreende lavoura, extrativismo, horticultura e floricultura. De acordo com a Tabela 7, as lavouras temporárias destacam-se como principais atividades de produção vegetal, tanto em número de estabelecimentos, quanto em geração de valor. Por seu turno, o extrativismo vegetal, com ênfase na carnaúba, também constitui atividade que gera valor significativo na agricultura familiar, sendo praticada em 31.264 estabelecimentos e gerando o total de R\$ 72,9 milhões.

Tabela 7 – Produção vegetal, segundo o número de estabelecimentos de agricultura familiar e respectivo valor, no estado do Piauí (2017)

Produção vegetal	Estabelecimentos		Valor	
	N	%	R\$ 1.000	%
Lavoura temporária	164.298	83,3	297.894	66,2
Extrativismo vegetal	31.264	15,9	72.997	16,2
Lavoura permanente	19.559	9,9	49.582	11,0
Horticultura	5.186	2,6	28.970	6,5
Floricultura	34	0,1	449	0,1
Total	-	-	449.892	100,0

Fonte: elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).

Nota: (*) foi registrado mais de um tipo de produção vegetal por estabelecimento.

As atividades de horticultura e floricultura²² são realizadas em menor proporção nos

estabelecimentos. O cultivo de hortaliças gerou um valor de R\$ 29,0 milhões, ou seja, 6,5% do valor total, e constitui importante atividade, na medida em que complementa a alimentação.

No tocante às lavouras permanentes, os dados da produção da agricultura familiar do Piauí indicam que as culturas de caju, banana, acerola e coco da baía, são as mais expressivas em termos de quantidades produzidas e comercializadas. Em 2017, a produção total das lavouras permanentes totalizou 23.495 toneladas.²³ Desse volume, o caju configura-se como cultura mais vendida, sendo que 6.456 toneladas do pseudofruto e 3.685 toneladas de castanha (fruto) foram destinadas à comercialização, representando R\$ 6,7 milhões (pseudofruto) e R\$ 13,0 milhões (castanha). A banana, por sua vez, consistiu na segunda cultura mais comercializada. Das 8.520 toneladas produzidas, 6.924 toneladas foram vendidas, gerando um total de R\$ 8,7 milhões. Acerola e coco da baía foram comercializados em menor proporção, correspondendo, respectivamente, a 874 toneladas (gerou R\$ 2 milhões) e a 284 mil frutos (gerou R\$ 262 mil).

De uma forma geral, os estabelecimentos agropecuários, incluindo familiares e não familiares, no Piauí, produzem as mesmas culturas permanentes, sendo que a quantidade produzida pela agricultura patronal correspondeu, em 2017, a 57,4% do volume produzido e a agricultura familiar foi responsável por 42,6%.

No que tange às lavouras temporárias, conforme dados apresentados na Tabela 8, a agricultura familiar do Piauí é baseada na produção temporária de feijão, milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, soja em grão e algodão.

23 Incluem-se ainda, em menor proporção, as culturas de goiaba, manga, laranja, mamão, maracujá, algodão arbóreo, fruta do conde, limão e jabuticaba, considerando os estabelecimentos agropecuários com 50 pés e mais, conforme dados agregados gerados pelo Sidra. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6955#resultado>. Acesso em: 31 mar. 2020.

22 Por floricultura, compreende-se a produção de flores e plantas ornamentais (IBGE, 2019a).

Tabela 8 – Tipo de lavoura temporária, área colhida, produção e venda, segundo o número de estabelecimentos de Agricultura Familiar, no estado do Piauí (2017)

Tipo de lavoura	Estabelecimentos* (N)	Área colhida (Hectares)	Produção		Venda	
			Toneladas	R\$ 1.000	Toneladas	R\$ 1.000
Feijão fradinho em grão	147.276	114.735	25.215	61.264	2.844	7.305
Milho em grão	109.996	92.765	74.079	98.248	7.795	4.301
Arroz (em casca)	31.504	21.121	25.012	35.000	979	870
Mandioca	19.000	13.474	48.093	53.789	21.627	11.685
Feijão verde	3.297	1.476	363	777	153	366
Feijão de cor	1.510	1.071	230	495	21	68
Cana-de-açúcar	1.475	1.143	24.705	9.618	9.825	1.572
Algodão herbáceo	154	222	94	153	68	103
Soja em grão	5	859	2.140	2.127	2.095	2.085
Total	-	246.866	199.931	261.471	45.407	28.255

Fonte: elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).

Nota: (*) foi registrado mais de um tipo de lavoura temporária por estabelecimento.

Vale lembrar que o cultivo de soja, juntamente com cana-de-açúcar e algodão são encontrados em menor proporção nas áreas de agricultura familiar, pois tais lavouras são destinadas particularmente ao mercado de *commodities*.²⁴ Sem dúvida, os maiores cultivos destes produtos concentram-se nas áreas ocupadas pelo agronegócio. Por outro lado, cumpre destacar os dados do feijão, cuja produção no Estado ocorre em 82,2% dos estabelecimentos de agricultura familiar, com 77,3% da área plantada desse produto e 64,3% do total da produção (IBGE, 2019c).

Dentre estas lavouras, o feijão fradinho é a mais cultivada, ou seja, em 147.276 unidades (74,7% do total de estabelecimentos de agricultura familiar). Em 2017, a área colhida deste produto correspondeu a um total de 114.725 ha e resultou em 25.215 toneladas, porém, somente 11,3% dessa quantidade produzida foram vendidos. Outros tipos de feijão, como o verde e de cor, complementam a significância desse produto na agricultura familiar e na economia piauiense.

²⁴ A propósito, o Piauí possui significativa área de cerrados incorporada pela produção agropecuária do complexo carnes/grãos e que compõe o Programa Matopiba, juntamente com os estados da Bahia, do Maranhão e do Tocantins.

O milho em grão configura-se como a segunda lavoura mais cultivada, estando presente em 109.996 estabelecimentos de agricultura familiar e correspondendo ao item de maior volume de produção do ano de 2017, equivalente a 74.079 toneladas. Destas, 7.795 toneladas foram vendidas, o que corresponde, em termos monetários, a R\$ 4,3 milhões. No entanto, a maior parte da área colhida de milho, por conseguinte, os maiores volumes de produção, encontram-se nas áreas do agronegócio no Estado do Piauí (IBGE, 2019c). No ano de 2017, a área colhida de milho em grão nas áreas desta agricultura correspondeu a 70,6% do total da área colhida dos estabelecimentos agropecuários e a quantidade produzida desse mesmo tipo de agricultura representou 94,7% de todo o volume produzido dessa cultura no Estado.

A produção de arroz também se mostra expressiva nos estabelecimentos de agricultura familiar, uma vez que em 2017 foram produzidas mais de 25.012 toneladas, em 31.504 estabelecimentos; isto é, em 16% do total de estabelecimentos. Em contrapartida, somente 3,9% da quantidade produzida direcionaram-se à comercialização, uma vez que essa cultura se destina prioritariamente ao consumo das famílias.

A mandioca,²⁵ umas das culturas mais tradicionais da agricultura familiar piauiense, destaca-se tanto em termos de quantidade produzida, quanto vendida. Do total produzido no conjunto de estabelecimentos agropecuários no Estado (incluindo familiares e não familiares), a agricultura familiar foi responsável por 86,4% do volume total produzido dessa cultura. Em 2017, foram colhidas mais de 48.093 toneladas dessa raiz, sendo que desse total, 45% destinaram-se para os mercados, o que gerou um valor de R\$ 11,7 milhões, correspondendo a mais de 41,3% do valor total gerado pela comercialização dos produtos agrícolas.

Dos 197.246 estabelecimentos agropecuários que praticam a agricultura familiar no Estado do Piauí, 47.481 declararam que

utilizaram agrotóxicos na produção, durante o ano de 2017, o que corresponde a 24,1% dos estabelecimentos. Por outro lado, apenas 2.458 desses estabelecimentos (5,2%) receberam assistência técnica para fazer uso desses produtos (IBGE, 2019a). Além do mais, quando olhamos para o percentual de estabelecimentos que fazem uso de agricultura orgânica ou pecuária orgânica, esse número ainda é muito baixo, apenas 24,1%.

4.4.2 Produção animal

De acordo com o IBGE (2019a), a produção animal compreende a produção de animais de grande porte, animais de médio porte, pequenos animais,²⁶ bem como aves e pescado.

Tabela 9 – Tipo de rebanho e total de cabeças, segundo o número de estabelecimentos de Agricultura Familiar, no estado do Piauí (2017)

Tipo de rebanho	Estabelecimentos (*)		Cabeças	
	N	%	N	%
Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos	146.233	74,1	4.483.357	50,5
Suínos	88.433	44,8	853.386	9,6
Bovinos	56.891	28,8	866.481	9,8
Caprinos	52.922	26,8	1.409.010	15,9
Ovinos	47.496	24,1	1.261.156	14,2
Total	-	-	8.873.390	100,0

Fonte: elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).

Nota: (*) foi registrado mais de um tipo de rebanho por estabelecimento. Também foram considerados os dados coletados do efetivo de rebanhos em 30/09/2017.

Na agricultura familiar piauiense, destacam-se a produção de aves galináceas domésticas (galinhas, galos, frangos, frangas e pintos), caprinos e ovinos (Tabela 9). Neste conjunto, a cria-

ção de aves é a mais expressiva (IBGE, 2019a). Vale mencionar que a maior produção de aves do Piauí é realizada pela agricultura familiar, ou seja, 81,7% do percentual total de estabelecimentos agropecuários e, embora esta produção seja a maior em termos de número de cabeças, sua maior parte é destinada primordialmente para abastecimento das famílias, pois somente 8,3% do total de cabeças foram comercializados, o que gerou 14,8% do valor da atividade (IBGE, 2019c).

25 Vale lembrar que no Nordeste, incluindo o Piauí, sob este rótulo, há duas variedades consideradas na agricultura familiar: a mandioca, propriamente dita, e a macaxeira. A primeira é também conhecida por “mandioca brava” ou “amarga”, Brasil afora, decorrente da maior presença de ácido cianídrico que, na mandioca mansa, é menor. Ambas se destinam, prioritariamente, ao consumo humano. A brava precisa passar por um processo agroindustrial de cozimento e torrefação, para o fabrico de farinha, goma (ou tapioca) e puba, quando então perde a toxicidade; a mansa requer somente o cozimento ou fritura comuns para perder a toxicidade. O ciclo de produção de ambas é o mesmo, embora, em geral, cultivadas em terrenos distintos: a mandioca, em maior quantidade, na roça, enquanto a macaxeira, em menor quantidade, geralmente, no quintal (MORAES, 2000).

26 Consideram-se animais de grande porte: bovinos, bubalinos, equinos, asininos e muare; animais de médio porte compreendem suínos, caprinos e ovinos e os de pequeno porte abrangem coelhos, da apicultura, da sericicultura, da ranicultura e da aqüicultura (IBGE, 2019a).

A produção de caprinos ocupa o segundo lugar na produção animal da agricultura familiar no Piauí, em termos de representatividade nos estabelecimentos dos quais 44,8% praticam a atividade, de acordo com a Tabela 9. Importante destacar que a agricultura familiar é responsável por 82,1% da produção de caprinos do estado do Piauí (incluindo produtores(as) familiares e não familiares), tendo comercializado 75,9% do total de animais, por conseguinte, gerando 74% de toda a receita, na atividade, no Estado (IBGE, 2019c).

Aves e animais de médio porte assumem papel importante na segurança alimentar das famílias, além de serem considerados de fácil manejo, exigindo menores custos e cuidados.

Assim, são encontrados na maioria dos estabelecimentos e representam valor significativo na produção²⁷ destes estabelecimentos, como pode ser observado na Tabela 10.

Animais de médio porte como caprinos, ovinos e suínos, são direcionados tanto para o autoconsumo como para a comercialização, contribuindo para a composição da renda monetária familiar. Por seu turno, bovinos são encontrados em menor quantidade, mas representam o maior valor e constituem um patrimônio familiar, um fundo de poupança para situações difíceis ou comemorativas e cerimoniais, como retrata, dentre outros, Wolf (1976), na literatura socioantropológica sobre campesinato.

Tabela 10 – Produção animal e valor, segundo o número de estabelecimentos de Agricultura Familiar, no estado do Piauí (2017)

Produção animal	Estabelecimentos (*)		Valor	
	N	%	RS 1.000	%
Aves	137.045	86,9	88.544	15,5
Animais de médio porte	63.392	40,2	122.608	21,4
Animais de grande porte	37.390	23,7	319.658	55,8
Animais de pequeno porte	6.641	4,21	41.856	7,3
Total	-	-	572.666	100,0

Fonte: elaborada pelas autoras, com base em IBGE (2019a).

Nota: (*) foi registrado mais de um tipo de produção animal por estabelecimento.

Os dados do IBGE (2019a) indicam que, em relação aos produtos de origem animal, na agricultura familiar, o Piauí registrou uma produção anual, em 2017, de 70,3 milhões de litros de leite de vaca, 756 mil litros de leite de cabra, 9,7 milhões de dúzias de ovos de galinha e 2 toneladas de lã de ovelha. Nesse sentido, considerando a totalidade dos estabelecimentos agropecuários no Piauí, destacamos que 72,2% da produção total do leite de vaca e 88,8% da quantidade produzida de leite de cabra foram produzidos pela agricultura familiar no Estado.

Prioritariamente, segundo o Censo Agropecuário de 2017 sobre agricultura familiar, esses produtos são destinados para o consumo das famílias, sendo que apenas a produção de lã de ovelha, em sua totalidade, foi destinada à venda. Dos 134.309 estabelecimentos que produzi-

ram ovos de galinha, somente 20.326 comercializaram o produto, ou seja, 15,1%, totalizando 1,6 milhão de dúzias de ovos para venda, o que representou R\$ 9,4 milhões em termos monetários. Com relação à produção de leite, predomina a criação de vacas nos estabelecimentos de agricultura familiar (encontraram-se 70.233 vacas ordenhadas em 21.441 estabelecimentos) e em menor proporção, a criação de cabras (1.166 unidades agropecuárias possuem um total de 7.198 cabras ordenhas). Do total produzido, 28% do leite de vaca foram comercializados (19,6 milhões de litros) e apenas 2,2% do leite de cabra (16 mil litros). Em termos monetários,

27 Segundo o IBGE (2019), o valor total da produção animal, entre 01/10/2016 e 30/09/2017, foi obtido da soma dos valores da produção de animais de grande porte, animais de médio porte, pequenos animais, bem como aves e pescado no período.

a venda de leite de vaca gerou R\$ 37,2 milhões e do leite de cabra, R\$ 46 mil.

A prática da aquicultura foi identificada em 1.682 estabelecimentos de agricultura familiar, no Piauí, com criação de peixes em 1.024 estabelecimentos e de camarão em apenas 12 estabelecimentos. Em termos de comercialização, a quantidade vendida de peixes totalizou aproximadamente 1.194 toneladas, representando mais de R\$ 10 milhões; sendo a tilápia, o curimatã e o piau, as três espécies mais produzidas, respectivamente. A criação de camarões ocorreu em menor proporção: os 12 estabelecimentos produtores venderam 2,5 toneladas, o que correspondeu a R\$ 25 mil.

4.5 Acesso a crédito e financiamento

Com relação ao número de estabelecimentos agropecuários familiares que obtiveram financiamento, chamamos atenção para o reduzido número de unidades familiares que tiveram acesso a esse tipo de recurso, somente 27.955 unidades, ou seja, 14,2% do total de estabelecimentos de agricultura familiar. Vale destacar que, desse total, 15.159 unidades não acessaram nenhum tipo de programa de crédito, obtendo financiamento de outras fontes.

Especificamente, no que se refere aos programas governamentais, apenas 12.118 estabelecimentos (6,1% do total de estabelecimentos de agricultura familiar) acessaram linhas de crédito, discriminados, a seguir: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), atendendo a 8.897 unidades (73,4%); Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), alcançando 139 unidades (1,1%); Programa Fomento, atingindo 69 unidades (0,6%); Crédito Instalação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), contando 65 unidades (0,5%), Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (Proinf), abarcando 48 unidades (0,4%); Programa Terra Forte e Terra Sol, abrangendo seis unidades e a categoria Outro Programa (Federal, Estadual e Municipal) envolvendo 3.083 unidades (25,4%).

Entretanto, apesar de o Pronaf configurar-se como o principal programa de crédito acessado pelos(as) agricultores(as) no Piauí,

e de ter contribuído para incentivo e estímulo ao desenvolvimento da produção familiar do País, o acesso ao Programa, no Estado, ainda apresenta limites. Assim informa o relatório do Fórum dos Gestores e Gestoras da Agricultura Familiar no Nordeste, segundo o qual, em 2018, por exemplo, foram realizadas, no Estado do Piauí, 74.112 operações de Pronaf, com um total de R\$ 342.743.531,62, sendo a quase totalidade (99,97%) dos recursos contratada através de bancos públicos. Deste total, mais de 79% foram operados pelo Banco do Nordeste, apontando a grande dependência deste agente financeiro, de modo que quase 72% dos recursos operados têm origem no microcrédito, enquanto nos quase 21% dos recursos operados pelo Banco do Brasil, apenas 0,25% originam-se deste subprograma. Com ticket médio de R\$ 4.787,51 (menor que o da região Nordeste, de R\$ 5.188,14), o número total de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), em dezembro de 2018, era de 245.678, ou seja, menos de 26% das famílias, público potencial do Programa, conseguiram acessar as linhas de crédito disponíveis (FÓRUM, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos um diagnóstico da agricultura familiar, no Estado do Piauí, a partir de uma leitura possível, circunstanciada e não exaustiva, dos dados do Censo Agropecuário 2017. Constatamos tanto as inegáveis importância e necessidade desses dados sobre esta agricultura, quanto suas possibilidades e limites.

No que tange às possibilidades, temos a própria tradução de aspectos da agricultura familiar, através de indicadores estatísticos, dando continuidade ao registro censitário iniciado em 2006 – embora com algumas mudanças na abordagem, o que dificulta certas comparações. Tais dados, sobretudo no tocante à produção agropecuária, à área ocupada, à relação com a terra, ao pessoal envolvido, por gênero e faixa etária, a produtos e receita, dentre outros elementos correlatos, contribuem para o reconhecimento desta agricultura e do seu papel no Piauí, lançando luzes sobre realidades não só desse Estado, como também da região Nordeste e do País.

Constatamos a distribuição espacial desta agricultura no Piauí, com indicadores de sua maior ou menor concentração, o que pode alimentar, por exemplo, uma análise de sua presença nos diversos Territórios de Desenvolvimento do Estado, com vistas a que a agricultura familiar possa ser vista como potencialidade, nesses territórios, seja em termos de produção agropecuária extrativista, cujos dados foram, aqui apresentados, seja em termos de outras atividades como artesanatos diversos e turismo rural, por exemplo.

Esta constatação poderá orientar, de forma mais proativa, políticas de desenvolvimento voltadas à diversidade desta agricultura no Estado, a qual, por dedução dos dados do Censo, podemos dizer que se encontra em um leque que vai de práticas mais voltadas ao abastecimento direto, àquelas indicativas de situações de integração à agroindústria, como refletem indicadores de culturas temporárias (como soja e cana-de-açúcar), bem como a produção de camarão, lã de ovelha etc.

Por outro lado, tais dados não devem ser reificados, sob pena de ignorarmos seus limites que, uma vez identificados, podem ser revistos e superados. Neste particular, carecem de maior detalhamento dados sobre gênero, faixa etária e escolaridade de agricultores(as), assim como a autoidentificação étnico-racial, embora, pela primeira vez, tenha sido coletada informação sobre “cor do chefe do estabelecimento”. É absolutamente indispensável o reconhecimento da diversidade de povos rurais e, por consequência das agriculturas familiares praticadas, inclusive, no campo da Agroecologia que, nos últimos anos, vem ganhando espaço no Estado, embora haja informações sobre produção orgânica, o que não é a mesma coisa.

Em especial, no que tange às relações de gênero, estas ainda se encontram significativamente eclipsadas, inclusive, pela centralidade da categoria “produtor” a qual oblitera, tanto os tipos ou padrões de gestão dos estabelecimentos, quanto a real composição da própria força de trabalho familiar. Por exemplo: embora seja comum o trabalho de menores de 14 anos, na agricultura familiar, esses(as) jovens e crianças são sempre filhas e filhos ou há outras relações de parentesco, como costuma acontecer,

com a constituição de grupos de parentesco que extrapolam a família nuclear? A abordagem de gênero do Censo Agropecuário de 2017, como expressa nos dados, induz a uma leitura de que algo em torno de um terço das pessoas ocupadas são mulheres. Mas tal leitura, como dissemos, deve ser submetida ao questionamento do que se constitui, de fato, o trabalho feminino na agricultura familiar em seus diversos domínios e atividades.

Isto não quer dizer que estatísticas oficiais, cujos limites e possibilidades devem ser levados em conta, não tenham importância e nem sejam necessárias, inclusive, no estímulo a desdobramentos analíticos variados, e incorporando indicadores outros. Neste sentido, são dados que podem alimentar debates, confrontar mitos e projetos de negação desta agricultura, além de orientar políticas e programas voltados ao seu fortalecimento. Afinal, o Censo Agropecuário de 2017 apresenta uma agricultura familiar piauiense com rendimentos anuais desafiadores e com um baixo volume de crédito acessado via programas governamentais.

6 AGRADECIMENTOS

Ao economista Pedro Andrade de Oliveira, coordenador técnico do Censo Demográfico 2020 do IBGE, UE/PI, pela disponibilização de dados (IBGE, 2019c).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 45-62, 2014.

BANDEIRA, W. Piauí: agricultura e desenvolvimento. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 5, n. 1-2, p. 10-17, jan./ago. 1978.

BERGAMASCO, S. M. P. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2-3, p. 167-177, mai./dez. 1995.

BOURDIEU, P. **A produção da crença:** contribuição para uma construção dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. **Legislação sobre agricultura familiar** [recurso eletrônico]: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados a agricultura familiar. Brasília: Edições Câmara, 2016. (Série legislação; n. 261).

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

BRASIL. **Territórios da cidadania**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-81, abr. 1997.

CARNEIRO, M. J. **Terra de pobreza:** um estudo antropológico de uma comunidade rural piauiense. 190f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1976.

CARNEIRO, M. J. Vidas irrigantes. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 24, p. 66-72, 1986.

CARMO, M. S. do. Agricultura sustentável e produção familiar num contexto de reestruturação do sistema agroalimentar. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, n. 25, p. 114-127, 1995.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017**, visando à inclusão de variável no banco de dados do Censo, disponível para ampla consulta. Brasília, 2019. Disponível em: [https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf). Acesso em: 25 mar. 2020.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Varição geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

EVANGELISTA, F. R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2000. Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/1.%20Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA/INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA. ago. 1996.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária**, São Paulo, n.1, p. 16-36, 2004.

- FERNANDES, B. M. **Texto crítico do trabalho acadêmico**. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. v. 1 (Parte 1 e 2), Presidente Prudente: [s.n.], 2013.
- FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1998.
- FERREIRA, P. R. O texto brasileiro sobre o rural: eterno retorno ao mesmo? **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 129-153, mar. 2008.
- FÓRUM DOS GESTORES E GESTORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE. **Elementos para o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar no Piauí**. Redação de Eugênio Conolly Peixoto. Teresina, 2019, 76 p.
- FURLAN, V. I. O estudo dos textos teóricos. In: CARVALHO, M. C. C. **Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas**. Campinas: Papiros, 1987. p. 119-128.
- GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária. **Revista Línguas e Letras**, Cascavel, v. 17, n. 35, p. 291-294, 2016. Disponível em: <http://e-vesta.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- GODÓI, E. P. de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. di; VIDAL, M. de F. Evolução da agricultura familiar nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 80-91, 2014. Suplemento Especial.
- HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322704930_A_agricultura_familiar_produz_70_dos_alimentos_consumidos_no_Brasil. Acesso em: 06 abr. 2020.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura familiar: primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.
- _____. **Censo Agropecuário 2017: agricultura familiar – Piauí**. 2019a. Disponível em: www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuaria.html?edicao=9829&t=downloads. Acesso: 01 fev. 2020.
- _____. **Censo Agropecuário 2017: estabelecimentos**. 2019b. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/coleta-censo-agro-2017/estabelecimentos-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 26 mar. 2020.
- _____. **Censo Agropecuário 2017: release dos resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017 - Piauí**. 2019c. Documento disponibilizado para as autoras por meio digital pelo IBGE Piauí. Teresina: IBGE, 2019.
- _____. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-105, 2019d. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 06 abr. 2020.
- _____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9754&t=resultados>. Acesso: 01 fev. 2020.
- KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. de. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 1, n. 51, p. 105-122, 2013.
- LAMARCHE, H. Introdução geral. In: **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 13-33.

LIMA, M. G. de et al. Secas de 2010 a 2016 no Piauí: impactos e respostas do estado em articulação com os programas nacionais. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 22, n. 44, p. 155-180, jan./jun. 2017. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/850/778. Acesso em: 25 mar. 2020.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MARTINS, A. de S. et al. **Piauí: evolução, realidade, desenvolvimento**. Teresina: Fundação Cepro, 1979.

MAY, T. Estatísticas oficiais: tópico e recurso. In: **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 89-108.

MIRANDA, C. (org.). **Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas**. v. 22. Brasília: IICA, 2017. Série Desenvolvimento Rural Sustentável.

MORAES, M. D. C. de. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato como identidades na ordem da razão. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, ano XVII, n. 17, p. 121-134, jun. 1998.

MORAES, M. D. C. de. Do destino pastoril à vocação agrícola (modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí). In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p. 173-210.

MORAES, M. D. C. de. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense**. 2000. 475 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MORAES, M. D. C. de. “Peões da chapada” (contingências da agricultura familiar camponesa nos cerrados piauienses). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Sober, 1999. CD-ROM.

MORAES, M. D. C. de. **Ruralidades contemporâneas e políticas culturais: o que diz o Texto Brasileiro? (Uma etnografia textual de autores, idéias e diretrizes de políticas públicas)**. 37 f. Projeto de Pesquisa (Pós-Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MORAES, M. D. C. de. Trilhas e enredos no imaginário social de sertão no Piauí. **Carta Cepro**, Teresina, v. 24, n. 1, 2007, p. 38-49.

MORAES, M. D. C. de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODÓI, E. P. de; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2009. p. 131-162.

MORAES, M. D. C. de; VILELA, S. L. de O. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 104-122.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 51-69, abr. 1997.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 6-17, 2014. Suplemento Especial.

- NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, n. 2-3, v. 25, p. 21-36, mai./dez. 1995.
- NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 68-93, jul./dez. 2005.
- NEVES, D. P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** 2006. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 01 abr. 2020.
- OLIVEIRA, A. M. S. **Indicadores de sustentabilidade: uma tipologia de assentamentos rurais**. 314 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.
- QUEIROZ, T. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresina: Edufpi, 2006.
- ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. **Carta Cepro**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 29-68, jan./jun.1988.
- SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- SCHNEIDER, S.; NIERDELE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: IX SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O CERRADO, 9; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE SAVANAS TROPICAIS, 2, 2008, Brasília. **Capítulos [...]**. Brasília, 2008. p. 35-60.
- SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp/IE, 1996.
- SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade. In: SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 71-99.
- VEIGA, E. J. da. Delimitando a agricultura familiar. **Revista Reforma Agrária**, n. 2-3, v. 25, mai./dez. 1995, p. 128-141.
- VEIGA, E. J. da. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p.
- VILELA, S. L. de O.; MORAES, M. D. C. de. Para além da agricultura familiar. In: SEMINÁRIO AGRICULTURA FAMILIAR: base do desenvolvimento rural sustentável. **Trabalhos Apresentados [...]**. Embrapa/CNPMA, Jaguariúna-SP, 1997. 28 p. mimeo.
- VILELA, S. L. de O. Globalização e agricultura: o global, o local e os novos desafios para a agricultura familiar. **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, p. 102-117, 1998.
- WANDERLEY, M. de N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Reforma Agrária**, v. 25, p. 37-56, mai./dez. 1995.
- WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150 p.



AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO NORTE SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO 2017: PERFIL E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Family farming in Rio Grande do Norte according to the 2017 agricultural census: profile and challenges for rural development

Joacir Rufino de Aquino

Economista. Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor Adjunto IV do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus de Assú). Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão. Rua Sinhazinha Wanderley, 871, Centro. CEP: 59650-000 - Assú, RN. joaciraquino@yahoo.com.br

Roberto Marinho Alves da Silva

Filósofo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UNB). Professor Associado II da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social. Lagoa Nova. CEP: 59078-970 - Natal, RN. rmas2007@gmail.com

Emanoel Márcio Nunes

Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professor Adjunto IV da Graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Economia (PPE) e em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES) da UERN. Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia. Campus Universitário Central, Setor IV, Rod BR 110, Km 46. Costa e Silva. CEP: 59625-620. Mossoró, RN. emanoelnunes@uern.br

Fernando Bastos Costa

Economista. Doutor em Ciências Sociais/Desenvolvimento Regional (UFRN). Professor aposentado e, atualmente, Professor Colaborador Voluntário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. fbastosufrn@gmail.com

Willy Farias Albuquerque

Economista. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Assistente II e pesquisador do Curso de Economia da UERN/Campus de Assú. willyfarias@uern.br

Resumo: O objetivo deste artigo é traçar um perfil socioeconômico atualizado da agricultura familiar no Rio Grande do Norte (RN) e discutir seus desafios futuros. Para tanto, utilizam-se dados do Censo Agropecuário 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em linhas gerais, o trabalho mostra que a agricultura familiar se destaca no campo potiguar na produção de alimentos e na geração de ocupações produtivas para centenas de pessoas. No entanto, o segmento é entravado pela escassez de ativos produtivos que atinge a maioria dos estabelecimentos, passando a depender de rendas externas para garantir sua manutenção. A superação desses e outros problemas exige uma estratégia ampla de desenvolvimento rural focada no enfrentamento das vulnerabilidades da agricultura familiar estadual e no incentivo das suas potencialidades.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural; Rio Grande do Norte.

Abstract: The aim of this article is to outline an updated socioeconomic profile of family farming and discuss their future challenges. For this purpose, it uses data from the 2017 Agricultural Census conducted by Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. In general, the paper show that family farming stands out in the countryside of Rio Grande do Norte in the production of food and in the generation of productive occupations for hundreds of people. However, the segment is stucked by the scarcity of productive assets that affect most establishments, which now depend on external income to guarantee their maintenance. Overcoming these and other problems requires a broad rural development strategy focused on addressing the vulnerabilities of state family farming and encouraging its potential.

Keywords: Family Farming; Rural Development; Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Norte (RN) destaca-se nacionalmente como um dos maiores produtores e exportadores de frutas tropicais do Brasil, tendo como carro-chefe a cultura do melão (PENHA; MATOS FILHO, 2016; TRIBUNA DO NORTE, 2020a, 2020b). A competitiva fruticultura estadual tem como base um seletivo grupo de médios e grandes produtores patronais, que usam trabalho assalariado e técnicas modernas de irrigação. Entretanto, o Estado também conta com um setor familiar muito representativo do ponto de vista econômico e social, embora sua participação relativa em nível regional seja reduzida.

É pertinente ressaltar que o reconhecimento da agricultura familiar potiguar foi reforçado em 2019, com a criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf),¹ à qual ficou vinculado o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater). Tal mudança representa um fato novo no âmbito da trajetória do setor público estadual, com a ampliação do escopo das ações de fomento e de assistência técnica direcionadas ao desenvolvimento rural com a diretriz de “[...] fortalecer a agricultura familiar, priorizando a adoção de sistemas sustentáveis de produção, o acesso à terra, agregação de valor e inserção nos mercados [...]”, conforme as competências e atribuições legais da Sedraf e explicitado em programas e objetivos do recém aprovado Plano Plurianual do Governo Estadual para 2020-2023.²

Com efeito, apesar do avanço administrativo registrado, não se tem até o momento um diagnóstico da situação dos agricultores familiares norte-rio-grandenses. Na verdade, os trabalhos mais abrangentes sobre o tema usaram como referência informações estatísticas extraídas do penúltimo recenseamento do IBGE realizado em 2006/2007, ou seja, há mais de uma década (AQUINO; FREIRE; CARVALHO, 2017; AQUINO; LACERDA, 2014; CASTRO, 2012; COELHO, 2010; IBGE,

2009). Além disso, não se sabe como ficou o quadro do setor após a Grande Seca que atingiu o Estado no período de 2012-2017.

Nesse sentido, visando contribuir no preenchimento dessa lacuna no conhecimento sobre o tema, o objetivo deste artigo é traçar um perfil socioeconômico da agricultura familiar no RN usando como referência principal os dados do Censo Agropecuário 2017, divulgados em outubro de 2019 pelo IBGE. Adicionalmente, pretende-se destacar as contribuições do setor para o desenvolvimento estadual, bem como os desafios para construção de uma estratégia de desenvolvimento rural pautada no enfrentamento das fragilidades e no incentivo das potencialidades do segmento.

Em termos metodológicos, seguindo os critérios de classificação da Lei n. 11.326/2006 regulamentada pelo Decreto n. 9.064/2017, foram considerados pelo IBGE agricultores familiares todos os produtores que (DEL GROSSI, 2019; IBGE, 2019): i) possuem áreas de terra de até 4 (quatro) módulos fiscais³; ii) utilizam, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; iii) obtêm, pelo menos, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu sítio; e iv) dirigem o estabelecimento ou empreendimento estritamente com sua família.

Assim, por exclusão, os demais produtores foram classificados em não familiares ou patronais. Em outras palavras, tinham áreas maiores do que 4 módulos e produziam empregando predominantemente o trabalho assalariado. Ademais, tinham sua gestão profissionalizada fora dos limites do domínio familiar, tais quais os estabelecimentos empresariais do setor fruticultor de exportação mencionados acima.

Para compor o cenário socioeconômico atualizado dos produtores familiares norte-rio-grandenses, montou-se um amplo painel de dados estatísticos coletados na plataforma do SIDRA/IBGE.⁴ Esses dados foram organizados em ta-

1 Sobre a criação da Sedraf, em substituição a extinta Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária (SEARA), ver os artigos 2º e 3º da Lei Complementar nº 649, de 10 de maio de 2019, que trata da reorganização do Poder Executivo do Estado do RN (RIO GRANDE DO NORTE, 2019a).

2 O Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte (PPA) para o quadriênio 2020-2023 foi sancionado em Lei nº 10.695, de 14 de fevereiro de 2020 (RIO GRANDE DO NORTE, 2020).

3 O módulo fiscal é uma unidade de medida em hectares, cujo valor é fixado pelo Incra em cada município. No caso específico do RN, o seu tamanho médio oscila entre 7 e 70 hectares (DIEESE, 2011). É oportuno chamar a atenção que a aplicação desse tipo de classificação de forma acrítica (taken for granted), como critério de acesso às políticas para o rural, pode também distorcer os resultados, impedindo o acesso de muitas famílias aos benefícios dos programas governamentais (OLIVEIRA; BASTOS, 2019).

4 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>.

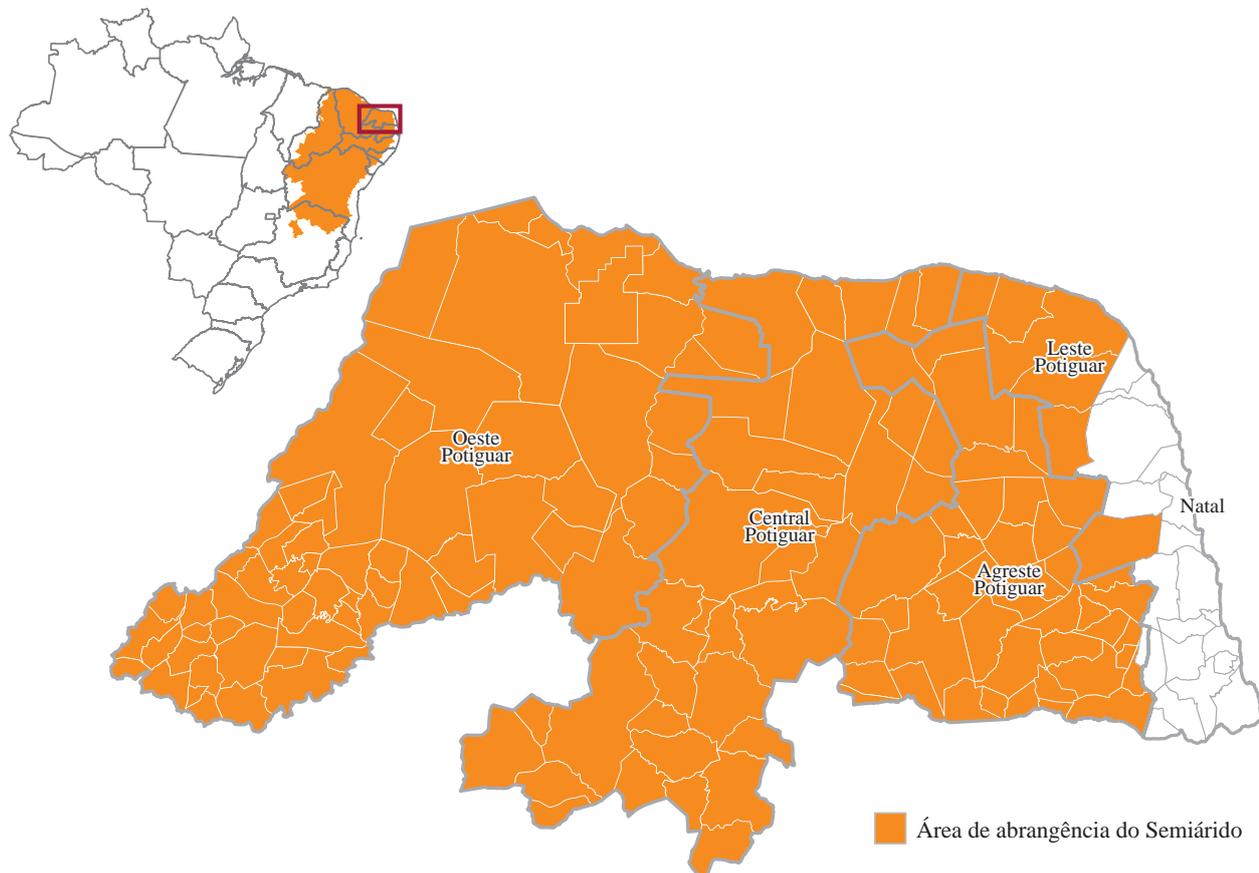
belas e gráficos e, em seguida, analisados à luz de parte da literatura disponível sobre o tema.

A estrutura do trabalho está organizada em mais seis seções além desta Introdução. Na próxima seção faz-se uma breve contextualização da importância e características fundiárias da agricultura familiar potiguar. A terceira e a quarta seções apresentam o perfil dos chefes dos estabelecimentos e alguns aspectos tecnológicos de suas propriedades. Já as duas seções seguintes são dedicadas à análise da produção e das receitas das unidades familiares. Nas Considerações Finais, por sua vez, faz-se uma breve síntese da discussão e, em seguida, elenca-se os principais desafios para o fortalecimento da agricultura familiar estadual com indicações de estratégias para as políticas públicas.

2 IMPORTÂNCIA E CARACTERÍSTICAS FUNDIÁRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR POTIGUAR SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO 2017

O RN ocupa uma área territorial de 52.810 km², dividida em quatro mesorregiões (Oeste Potiguar, Central Potiguar, Agreste Potiguar e Leste Potiguar), 19 microrregiões e 167 municípios. Limita-se ao norte e ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com a Paraíba e a oeste com o Ceará. Entre os nove estados da Região Nordeste, além de ser o terceiro menor em extensão, o RN se destaca por possuir 93% do seu território inserido nos limites do semiárido brasileiro (Figura 1).

Figura 1 – Localização geográfica e área de abrangência do Semiárido no Rio Grande do Norte - 2017



Fonte: Malha cartográfica do IBGE (2015) e Brasil (2018).

Nota: Mapa adaptado, a pedido de Aquino e Nunes (2019), pela geógrafa R. S. França.

Neste espaço particular, onde vivem 1,7 milhão de pessoas, sendo 549 mil em áreas rurais (IBGE, 2010), as estiagens prolongadas influenciam diretamente no desenvolvimento socioeconômico, com a desestruturação dos sistemas produtivos de sequeiro, repercutindo em perdas financeiras e na

piora das condições de vida da população sertaneja. Soma-se a isto a degradação ambiental decorrente do manejo inadequado do solo e da vegetação de caatinga, além da exploração excessiva dos recursos naturais e da poluição de mananciais hídricos.⁵

⁵ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2017 (IBGE,

De forma semelhante ao que acontece no contexto regional nordestino, apesar das dificuldades enfrentadas no ambiente semiárido agravadas pela Grande Seca que atingiu a região de 2012 a 2017 e outros gargalos estruturais, a agricultura familiar continua sendo a principal forma de produção e trabalho no meio rural norte-rio-grandense. Segundo os dados do último Censo Agropecuário do IBGE, expostos na Tabela 1, existiam 63.452 estabelecimentos agropecuários no campo potiguar, em 2017. Desse total, 50.680 (79,9%) eram familiares. As estatísticas do IBGE revelam, também, que a categoria responde por 67,8% da ocupação do setor, gerando oportunidades de trabalho para mais de 145 mil pessoas.

Os números da referida tabela mostram, porém, que os agricultores familiares norte-rio-grandenses dispõem apenas de 34,8% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do Estado. Considerando que a terra continua sendo um ativo fundamental para as atividades agrícolas e pecuárias, independente da condição do produtor nas áreas rurais, o Censo Agropecuário de 2017 confirmou a continuidade da expressiva concentração fundiária no contexto estadual, uma vez que os 12.772 estabelecimentos não familiares, que somam 20,1% do total e ocupam 32,2% das pessoas, concentram 65,2% da área dedicada às unidades agropecuárias.

Tabela 1 – Número, área e pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais do Rio Grande do Norte (2017)

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos (*)		Área (hectares)		Pessoal Ocupado	
	Número	%	Número	%	Número	%
Familiar	50.680	79,9	946.510	34,8	145.003	67,8
Não familiar	12.772	20,1	1.776.638	65,2	68.880	32,2
Total	63.452	100,0	2.723.148	100,0	213.883	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Cada estabelecimento agropecuário corresponde a um agricultor familiar ou não familiar.

A questão da desigualdade da distribuição da posse da terra fica mais evidente quando se analisa o tamanho das propriedades dos dois modelos de agricultura, familiar e não familiar. De fato, dividindo a área em hectares pelo número de estabelecimentos contidos na Tabela 1, percebe-se que a área média das propriedades familiares é de somente 19 hectares, enquanto o tamanho médio dos estabelecimentos não familiares ou patronais é de 139 hectares de terra.

Na mesma direção, verifica-se que 47% do total de estabelecimentos agropecuários do RN detêm até dez hectares e ocupam apenas 3,9% da área agrícola total, enquanto que, no

outro lado da escala, os estabelecimentos com mais de mil hectares correspondem a 0,5% do total e ocupam 13,9% da área, ou seja, mais que o triplo da área ocupada pela metade dos estabelecimentos agrícolas no Estado (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se, ainda, que no interior da agricultura familiar prevalece uma grande diversidade de situações fundiárias, oscilando abaixo e acima da média de 19 hectares. Também é possível afirmar que há uma diferenciação marcante na distribuição dos ativos fundiários entre os agricultores familiares. Na verdade, conforme a Tabela 2, metade dos produtores dessa categoria no RN tem até 10 hectares e respondem por menos de 10% da área ocupada. Já os estabelecimentos familiares com áreas acima de 20 hectares somam aproximadamente 30% do total e ocupam 76% das terras pertencentes ao segmento.

2018) apresenta um retrato dos efeitos da seca nos anos de 2012 a 2016 nos 147 municípios de abrangência do Semiárido no RN. Além da escassez hídrica, destaca-se a perda ou redução da produção agrícola em 93% dos municípios, as perdas de animais com redução dos rebanhos (em 89% do total) e o agravamento das fragilidades ambientais (em 53% das localidades), incluindo 29% dos municípios potiguares com agravamento de processos de desertificação.

Tabela 2 – Número e área dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte por grupos de área total (2017)

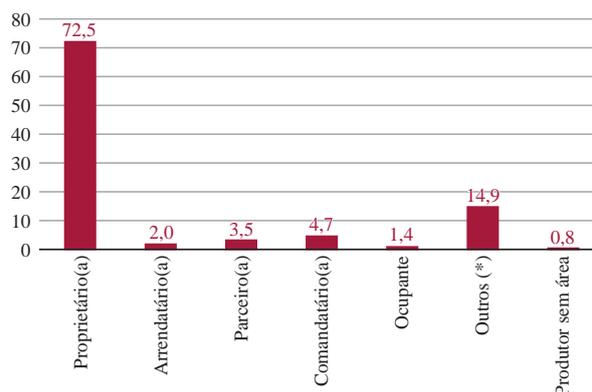
Grupos de área (Em ha)	Estabelecimentos		Área	
	Número	%	Número	%
Menos que 1	3.087	6,1	1.784	0,2
De 1 a 5	14.569	28,7	35.496	3,8
De 5 a 10	8.005	15,8	54.814	5,8
De 10 a 20	9.989	19,7	136.615	14,4
De 20 a 50	9.717	19,2	282.392	29,8
De 50 a 100	3.400	6,7	223.007	23,6
De 100 a 500	1.492	2,9	201.204	21,3
Mais que 500	3	0,0	11.198	1,2
Produtor sem área	418	0,8	--	--
Total	50.680	100,0	946.510	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Cabe atentar para o fato de que, além do número significativo das pequenas áreas dos estabelecimentos familiares (50,6% no limite de até 10 hectares com apenas 9,8% da área), esta análise careceria ainda de um estudo de localização, frente aos diferentes módulos fiscais, podendo revelar muitas dessas unidades como inviáveis para sobrevivência da própria família, dadas as condições edafoclimáticas (OLIVEIRA; BASTOS, 2019).

Outro aspecto que merece ser enfatizado é a condição em que o segmento familiar consegue acessar a terra para morar e trabalhar. O Gráfico 1 indica que 72,5% dos agricultores familiares potiguaros eram proprietários dos pequenos sítios que exploravam em 2017. Entretanto, algo em torno de 30% da categoria acessava os recursos naturais associados à terra por meio do arrendamento (2%), da parceria (3,5%) e da ocupação (1,4%) ou eram assentados sem titulação definitiva de seus lotes (14,9%) e produtores sem área (0,8%).

Gráfico 1 – Condição dos agricultores familiares do Rio Grande do Norte em relação à propriedade da terra, 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

(*) Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva

A análise da atual situação da agricultura familiar no RN requer considerar, portanto, as particularidades das heranças históricas que influenciam e perpetuam algumas das suas características, sobretudo, a limitação estrutural de acesso aos ativos fundiários necessários para viabilizar, de forma adequada, suas atividades produtivas, bem como a reprodução das suas condições de vida.⁶

Em consequência disso, prevalece em algumas áreas do Estado um quadro de exploração da mão de obra agrícola, caracterizada pelas relações precárias de trabalho de moradores, meeiros, parceiros, diaristas e assalariados informais, em grande parte sem acesso à terra ou com pouca terra. Esta situação apresenta-se como outro fator estrutural decorrente da trajetória histórica da ocupação e formação do espaço rural no RN, que impacta nas condições de reprodução da agricultura familiar no presente, reproduzindo condições de pobreza nas áreas rurais.

Por conseguinte, as informações apresentadas sugerem que, apesar da importância da agricultura familiar no RN, o segmento continua “bloqueado” pela pequena quantidade de terra disponível para desenvolver suas atividades produtivas vis-à-vis o segmento patronal. Ademais, ainda há uma porcentagem significativa de agricultores familiares do Estado que acessam o “pedaço de terra” em que desenvolvem

⁶ Para uma análise dos aspectos históricos relacionados à concentração fundiária com a extrema exploração da mão de obra agrícola, entre outros fatores estruturais no campo do RN, ver: Andrade (1981) e Monteiro (2007).

suas atividades produtivas de forma extremamente precária. Desse modo, se for levado em conta que uma parcela dos “proprietários” recenseados não tem o título formal da propriedade, tudo indica que há um amplo campo para a atuação de políticas governamentais de reforma agrária e regularização fundiária. Ao lado desse desafio, outros vêm à tona quando se analisa o perfil dos responsáveis pela condução das explorações familiares norte-rio-grandenses.

3 PERFIL DOS RESPONSÁVEIS PELOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES

Em sintonia com o argumento esboçado no final da seção anterior, a Tabela 3 evidencia que 83,4% das pequenas propriedades familiares do RN são chefiadas por homens e 16,6% por mulheres. A maioria dos responsáveis pelos estabelecimentos (51,1%), tanto homens quanto mulheres, tem idade avançada acima de 55 anos de vida. Enquanto isso, as faixas de agricultores jovens, até 25 anos e de 25 até 35 anos, é inferior a 10% do total.

Tabela 3 – Perfil dos chefes dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte (2017)

Variável	Categorias de estratificação	Número	%
Sexo	Homem	42.285	83,4
	Mulher	8.395	16,6
Classe de idade	Menor de 25 anos	680	1,3
	De 25 a menos de 35 anos	3.989	7,9
	De 35 a menos de 45 anos	8.265	16,3
	De 45 a menos de 55 anos	11.839	23,4
	De 55 a menos de 65 anos	11.866	23,4
	De 65 a menos de 75 anos	9.244	18,2
	De 75 anos e mais	4.797	9,5
Escolaridade	Sabe ler e escrever	28.193	55,6
	Não sabe ler e escrever	22.487	44,4

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Tais dados sinalizam os limites de sucessão rural na agricultura familiar, cada vez mais envelhecida com a migração da juventude rural para os centros urbanos por falta de oportunidades de trabalho e obtenção de renda no campo, das dificuldades de acesso aos serviços públicos essenciais e de infraestrutura. Além dos riscos de redução da produção de alimentos básicos no Estado, conforme será demonstrado neste artigo, trata-se de um processo de perda cultural, de desperdício de conhecimentos e habilidades que foram experimentadas e desenvolvidas historicamente por gerações de produtores rurais.

Ainda na tabela em foco, chama atenção a precariedade do quadro educacional dos agricultores familiares potiguares. Isso porque 55,6% dos chefes dos estabelecimentos declarou aos recenseadores do IBGE que eram alfabetizados e 44,4% declararam que não sabiam ler ou escrever ao menos um bilhete.

Com efeito, a precariedade do quadro educacional dos agricultores familiares pesquisados torna-se mais evidente quando se analisam os seus níveis de escolarização formal. Nesse sentido, a Tabela 4, a seguir, revela que 22% dos chefes dos estabelecimentos nunca frequentaram a escola ou cursaram apenas até o “antigo primário” (42,4%), podendo ser incluídos na categoria de analfabetos funcionais. Outra parcela conseguiu pelo menos concluir o ensino fundamental, mas o número de produtores com formação igual ou acima do ensino médio é extremamente reduzido.

A situação revelada pelo Censo Agropecuário 2017 é especialmente preocupante e sinaliza uma herança de exploração e exclusão da população do campo que, em pleno século XXI, não conseguiu ainda ter acesso a direitos básicos de cidadania, como a educação, com reflexos negativos múltiplos e complexos: além de limitar o exercício da cidadania, impacta diretamente na produção, pois amplia a dificuldade dos agricultores de identificar e absorver novas técnicas para melhorar seus sistemas produtivos e a convivência com o ambiente natural onde vivem.

Tabela 4 – Nível de escolaridade formal dos chefes dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte (2017)

Escolaridade	Número	%
Nunca frequentou escola	11.161	22,0
Classe de alfabetização - CA	12.915	25,5
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	1.491	2,9
Antigo primário (elementar)	7.092	14,0
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	2.434	4,8
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	9.015	17,8
EJA e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	170	0,3
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	138	0,3
Regular de ensino médio ou 2º grau	5.056	10,0
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	309	0,6
EJA e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	76	0,1
Superior - graduação	801	1,6
Mestrado ou doutorado	22	0,0
Total	50.680	100,0

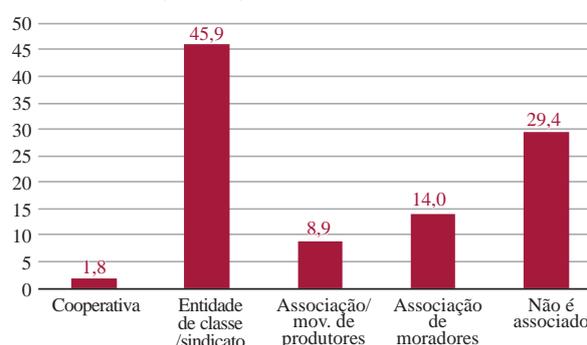
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No que diz respeito ao nível de organização dos chefes dos estabelecimentos familiares no RN, também se verificam muitos problemas. O Gráfico 2 mostra que somente 1,8% dos entrevistados faziam parte do quadro de sócios de cooperativas agropecuárias e 45,9% eram filiados a Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), a maioria provavelmente para garantir o direito à aposentadoria e alguns serviços ofertados por essas entidades. Outros 22,9% informaram que eram membros de associações, mas quase 30% declarou que não participava de nenhum tipo de organização coletiva.

A baixa vinculação dos agricultores familiares às cooperativas, de modo particular, revela a existência de uma aguda fragilidade da organização coletiva voltada para a produção de riquezas. Na verdade, isto representa uma das maiores fraquezas da agricultura familiar do RN, pois, como afirmam Nunes e Schneider

(2013), uma estrutura cooperativa insuficiente acaba por afastar e reduzir a ação da assistência técnica e extensão rural (ATER) e as possibilidades de inovação tecnológica e de acesso aos mercados. Daí resulta um “círculo vicioso” que necessita ser superado, haja vista que sem uma organização coletiva forte e de caráter econômico, a tendência é a agricultura familiar local se manter pobre, com sua estrutura de produção precária e com baixa produtividade.

Gráfico 2 – Participação dos chefes dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte em entidades de classe, 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

É possível afirmar, assim, que a agricultura familiar do RN é limitada por outros fatores além da carência de terra, especialmente fatores relacionados à ausência e deficiência de uma estrutura de organização coletiva capaz de possibilitar a construção de infraestrutura de produção econômica e acesso a mercados. Outro aspecto desafiador é o envelhecimento acentuado e a baixa participação dos jovens, o que pode estar relacionado diretamente com a ausência de projetos de inclusão para eles (como iniciativas por meio de agroindústrias e de logística para comercialização direta), e com os extremamente reduzidos níveis de escolaridade e de organização coletiva, especialmente em cooperativas.

Nesse sentido, o baixo capital humano e social dos agricultores familiares potiguares, como foi demonstrado por Aquino e Lacerda (2014), é uma das explicações para a situação de pobreza que prevalece entre uma parcela significativa do segmento em nível estadual. Esses problemas, porém, vão se somar com outros aspectos associados à infraestrutura e ao acesso às tecnologias de produção, conforme será discutido na próxima seção.

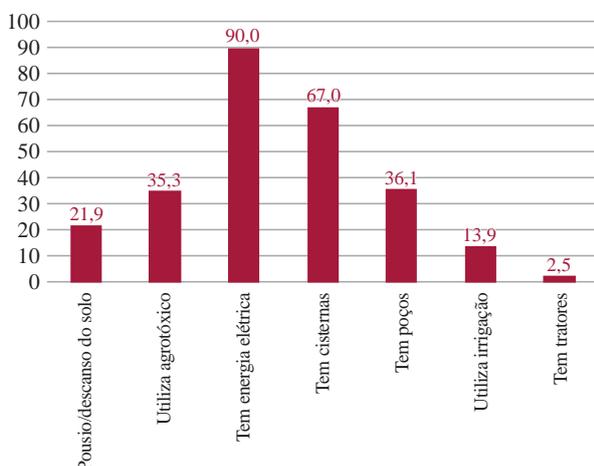
4 ASPECTOS TECNOLÓGICOS DAS UNIDADES PRODUTIVAS

Para fazer frente à escassez de recursos fundiários mencionada anteriormente, a maioria dos agricultores familiares norte-rio-grandenses utiliza exaustivamente a pouca terra que dispõem, buscando extrair o seu sustento e garantir a segurança alimentar. Uma prova disso, conforme mostra o Gráfico 3, é que apenas 21,9% dos produtores declararam deixar suas áreas em pousio ou descanso entre um cultivo e outro, indicando que a maior parte das lavouras é desenvolvida em “terras cansadas”.

É importante sublinhar que 90% dos estabelecimentos familiares do RN já contam com energia elétrica, graças principalmente ao Programa Luz para Todos, criado pelo Decreto n. 4.873, de 2003. Na mesma direção, também em parte devido aos bons resultados das políticas públicas de democratização do acesso à água, 67% dos agricultores familiares potiguaros possuíam cisternas e 36,1% tinham poços em seus pequenos sítios.

Em relação ao acesso às chamadas tecnologias “modernas” de produção, cabe registrar que 35,3% dos produtores familiares do RN utilizaram agrotóxicos para combater pragas e doenças em suas lavouras. A irrigação, porém, estava presente em 13,9% dos sítios da categoria, localizados principalmente nos vales do Açu e Apodi, mas, também, em outras áreas do Estado. Já a presença de tratores representava um fato raro, haja vista que esse tipo de máquina agrícola foi encontrado apenas em 2,5% dos estabelecimentos familiares.

Gráfico 3 – Aspectos tecnológicos dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte – 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

As atividades produtivas dos agricultores estudados são desenvolvidas principalmente pela experiência acumulada entre gerações ou por conhecimentos informais adquiridos nas entidades de classe de que participam. Como é possível observar na Tabela 5, a seguir, isso acontece porque o grau de cobertura dos serviços de assistência técnica ofertados no Estado é muito baixo, atendendo somente a 14% dos produtores e deixando 86% sem qualquer acompanhamento especializado para aprimorar seus processos de trabalho.

Um dos motivos para o percentual elevado de agricultores familiares do RN sem assistência técnica é o pequeno efetivo de profissionais da Emater/RN. Em 2005, por exemplo, de um total de 505 servidores, a Entidade possuía um corpo técnico de 340 funcionários (UIRH EMATER RN – 3/2/2005), sendo que apenas 42,2% do nível superior estava no dia a dia com o produtor, e 86,7% dos técnicos profissionais de nível médio, principalmente técnicos agrícolas, mantinham contato mais direto. A relação técnico/escritório, na época, era de 1,66% (BASTOS, 2006).

Uma década depois, na véspera do Censo Agropecuário 2017, o problema persistia sem solução. Segundo relatórios oficiais, em 2015 a Emater contava com um quadro de 534 servidores, divididos entre concursados (370), bolsistas (144) e estagiários (20). Desse contingente, 156 (29,2%) atuava em atividades burocráticas nas sedes da Instituição e apenas 378 (70,8%) trabalhava diretamente nas Unidades de Campo (UCs) prestando atendimento aos produtores rurais e auxiliando na implementação de programas e projetos (EMATER/RN, 2016).

Observe-se que, além do baixo efetivo de profissionais para atender os produtores, a própria ação da Emater tem sido questionada ao longo do tempo por seu viés setorial agropecuário. Em função disso, a pluriatividade no campo e a perspectiva de formação de renda através de atividades não agrícolas, muitas vezes é relegada a papel secundário, sem possibilidade de constituírem negócios viáveis. Tal problema é decorrência, segundo Bastos (2006), de comportamentos e hábitos padronizados de pensamento, voltados a um modelo de agricultura em que a redução das incertezas está afeta apenas ao uso e retorno de capital, pelo controle incondicional da natureza. Esse engessamento se faz desde as escolas de formação técnica e da pes-

quisa, ignorando alternativas para as limitações estruturais da agricultura familiar, principalmente onde os parques ativos fundiários e recursos naturais exigem soluções mais criativas.

Tabela 5 – Recebimento de assistência técnica e acesso a crédito rural pelos chefes dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte, 2017 (Em %)

Variáveis	%
Recebe assistência técnica	14,0
Não recebe assistência técnica	86,0
Obteve financiamento	18,3
Não obteve financiamento	81,7

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Da mesma forma que a variável anterior, a Tabela 5 demonstra que o desempenho dos produtores familiares potiguares é afetado negativamente pela carência de recursos financeiros e em decorrência das dificuldades enfrentadas para acessar crédito rural nas agências bancárias. De fato, do universo de 50.680 explorações familiares no Estado em 2017, apenas 18,3% obtiveram financiamento e o restante (81,7%) não teve acesso a qualquer tipo de empréstimo bancário para investir e/ou custear as atividades que são desenvolvidas nos seus sítios, resultado, em parte, devido à falta de assistência técnica para elaborar os projetos de crédito.

A propósito do sistema de crédito rural, mesmo com a conquista do Pronaf, o acesso aos recursos permaneceu com problemas, seja pelos limites estruturais dos estabelecimentos e dos próprios agricultores, como já visto, seja pela submissão dos bancos a critérios operacionais que enfatizam os lucros e resultados das agências, alvo de interesses para promoções e outros aspectos que dificultam ou impedem a aprovação de muitas operações (BASTOS, 2006).

Torna-se evidente, pelo exposto, que a agricultura familiar do RN apresenta sérios limites em sua estrutura produtiva. É pertinente considerar que também foram identificados avanços relevantes no acesso a bens públicos, fruto das políticas federais de apoio ao segmento, assim como provenientes de outras ações dos governos estadual e municipais.

No entanto, a categoria sofre com a escassez de recursos fundiários, o que obriga os produtores a usarem intensivamente seus recursos naturais e, em alguns casos, utilizarem produtos químicos para proteger suas lavouras. Mesmo assim, trabalhando de forma predominantemente manual, sem receber assistência técnica, com pouco acesso a crédito e tendo que enfrentar uma grave seca, os agricultores familiares potiguares mantêm o seu papel na produção de alimentos, embora exista uma marcante desigualdade interna entre eles.

5 PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E NA GERAÇÃO DE RIQUEZA AGROPECUÁRIA

O RN, conforme já foi mencionado, enfrentou uma Grande Seca entre os anos de 2012 a 2017. Como consequência, o nível dos reservatórios caiu e quase todos os municípios do Estado decretaram situação de emergência devido à falta de água, o que contribuiu para agravar o desaquecimento vivenciado pela economia estadual no período (AQUINO; NUNES, 2019; EMPARN, 2017; FRANÇA; MORENO, 2017).

O fato é que os anos seguidos de estiagem provocaram reflexos negativos e desestruturaram cadeias produtivas, com decréscimo nos rebanhos pecuários, perdas nas culturas permanentes e frustração, quase por completo, das safras de grãos, tubérculos e demais culturas de subsistência, bem como na produção de forragem animal, constituindo-se em sério gargalo para manutenção dos rebanhos (SOUZA; AQUINO, 2018). A escassez hídrica também repercutiu negativamente nos cultivos irrigados com a redução na disponibilidade da oferta de água nos mananciais de superfície e do subsolo (ANA, 2017).

Dessa forma, considerando que historicamente o setor agropecuário potiguar sofre com as perdas na produção agrícola e pecuária, era de se esperar que, quando os recenseadores do IBGE fossem a campo, encontrassem uma agricultura familiar “sem produção”. Mas não foi isso que aconteceu na prática. De maneira surpreendente, a Tabela 6 revela que apenas uma parcela inexpressiva dos estabelecimentos potiguares (1,8%) não apresentou produção no último ano da estiagem prolongada, a qual so-

mente vai perder força com a volta das chuvas “normais” em 2018-2019. No caso da agricultura familiar, 98,4% dos entrevistados declararam que estavam cultivando lavouras e criando animais em suas pequenas propriedades, embora em quantidades limitadas devido aos sucessivos anos de seca.

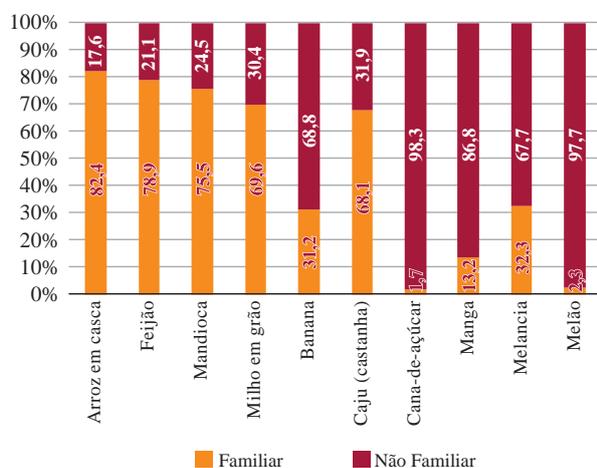
Tabela 6 – Estabelecimentos familiares e não familiares do Rio Grande do Norte com e sem produção agropecuária (2017)

Tipo de agricultor	Estabelecimentos (A)	Com produção (B)	% (B/A)	Sem produção (C)	% (C/A)
Familiar	50.680	49.893	98,4	787	1,6
Não familiar	12.772	12.427	97,3	345	2,7
Total	63.452	62.320	98,2	1.132	1,8

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Quanto à participação relativa da agricultura familiar nas principais lavouras desenvolvidas no campo norte-rio-grandense, observa-se que o segmento se destaca principalmente na produção de alimentos básicos. Em 2017, conforme o Gráfico 4, os agricultores familiares locais foram responsáveis pela maior porção do arroz (82,4%), do feijão (78,9%), da mandioca (75,5%) e do milho (69,6%) produzidos no território estadual.

Gráfico 4 – Participação da agricultura familiar e não familiar na quantidade de toneladas produzidas pelas principais lavouras do Rio Grande do Norte, 2017 (Em %)

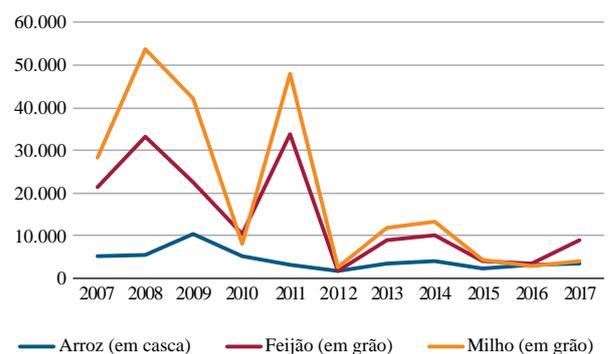


Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se que o segmento familiar potiguar também desenvolve lavouras comerciais de maior valor agregado. No entanto, a sua presença é pouco expressiva, com exceção do caju (castanha) em que a categoria responde por 68,1% do total produzido. Afora essa atividade, que tem como principal centro produtor o município de Serra do Mel, a produção de cana-de-açúcar e de frutas irrigadas (banana, manga, melancia e melão) é fortemente concentrada nas médias e grandes fazendas do segmento patronal, com pouca participação da agricultura familiar (Gráfico 4).

É válido registrar que os cálculos dos percentuais apresentados, referentes às “participações relativas” de cada tipo de agricultor, foram realizados considerando-se as quantidades produzidas. Dessa forma, a predominância do segmento familiar na produção de alimentos básicos não significa que o setor seja o principal responsável pelo abastecimento da população do RN. Por exemplo, não é correto afirmar que mais de 70% do arroz, do feijão ou do milho consumidos pelos potiguares vieram da sua agricultura familiar em 2017. Até porque, como evidencia o Gráfico 5, a produção desses alimentos caiu significativamente durante a grande seca, sendo a oferta local, mesmo nos anos “bons” de inverno, completada pela importação de outros estados do País.

Gráfico 5 – Evolução da quantidade produzida de arroz, feijão e milho no Rio Grande do Norte de 2007 a 2017 (Em toneladas)

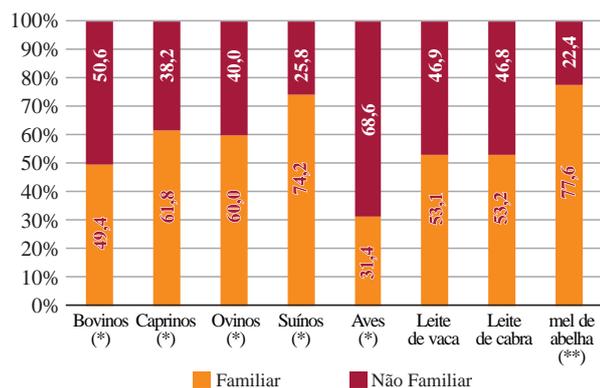


Fonte: PAM/IBGE/SIDRA (2019).

Tendo em mente a advertência anterior, os dados do Censo Agropecuário 2017 demonstram que a participação da agricultura familiar na pecuária norte-rio-grandense é também significativa. Sobre esse ponto, cabe considerar no Gráfico

6 que a maioria dos suínos (74,2%) e dos rebanhos de caprinos (61,8%) e ovinos (60,0%) criados nos estabelecimentos agropecuários potiguares está localizada nos pequenos sítios familiares. Além do efetivo de pequenos animais, a categoria ainda detém quase metade (49,4%) do rebanho de bovinos contabilizado pela pesquisa do IBGE.

Gráfico 6 – Participação da agricultura familiar e não familiar nos rebanhos e principais produtos da pecuária do Rio Grande do Norte, 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Notas: (*) Participação percentual (%) no número de cabeças em 2017; (**) Quantidade vendida de mel.

Outra informação relevante apresentada no gráfico em tela, e também encontrada em Gurgel e Nunes (2019), se refere aos principais produtos originários da pecuária. Nesse aspecto, vale destacar que pouco mais de metade do

leite de vaca e de cabra produzido nos estabelecimentos rurais do RN vem da agricultura familiar. Na mesma linha, é digno de nota o fato de que 77,6% do mel de abelha comercializado pelos estabelecimentos potiguares em 2017 teve origem nas colmeias de apiários pertencentes às unidades familiares de produção.

Deslocando o foco da análise para os montantes de riqueza produzida, contudo, descortina-se um cenário de desigualdade bastante preocupante no campo norte-rio-grandense. Para confirmar essa afirmação, as Tabelas 7 e 8 detalham a distribuição entre os diferentes segmentos de agricultores do Valor Total da Produção (VTP), calculado por meio da conversão de toda a produção obtida nos estabelecimentos rurais em valores monetários, inclusive o auto-consumo.

Com efeito, a Tabela 7 mostra que a agropecuária potiguar produziu um VTP de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões, em 2017. Desse montante, a agricultura familiar, apesar de responder por mais 80% dos estabelecimentos rurais com alguma produção no ano de referência do censo do IBGE, conseguiu gerar apenas 29,7% do total, com um valor médio por unidade produtiva de R\$ 14.867,00. Enquanto isso, os pouco mais de 12 mil agricultores patronais foram responsáveis por 70,3% da riqueza produzida pela agropecuária estadual, obtendo um VTP médio de R\$ 141.397,00.

Tabela 7 – Participação dos agricultores familiares e não familiares no Valor Total da Produção (VTP) da agropecuária do Rio Grande do Norte (2017)

Tipo de agricultura	Estabelecimentos com produção	%	VTP (R\$ 1,00)	%	VTP Médio (R\$ 1,00)
Familiar	49.893	80,1	741.779.000	29,7	14.867
Não Familiar	12.427	19,9	1.757.139.000	70,3	141.397
Total	62.320	100,0,0	2.498.918.000	100,0	40.098

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Há que se considerar, aqui, que a desigualdade na capacidade de geração de riqueza não se manifesta apenas entre o segmento familiar e o não familiar. Isso porque dentro do próprio segmento familiar existe uma marcante diferenciação interna, algo perceptível mediante a estratificação dos estabelecimentos segundo as

regras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De fato, ratificando o que fora dito anteriormente, a Tabela 8 evidencia que os agricultores familiares mais pobres do Grupo B do Pronaf, que são maioria do segmento (79%), produziram apenas 31% do VTP, o que representa um

montante médio anual muito baixo por estabelecimento, inferior a R\$ 6 mil.

A faixa intermediária da agricultura familiar potiguar agregada no Grupo V do Pronaf (20,8% do total), por sua vez, gerou 61,1% do valor de toda a produção da categoria, alcançando a média de R\$ 43.654,00, em 2017. Já o seletivo grupo de produtores familiares não pronafianos (0,1%), muito provavelmente originário das cadeias produtivas da fruticultura irrigada, produziu 8% do VTP do público analisado e apresentou uma surpreendente capacidade média de geração de riqueza de mais de R\$ 800 mil ao ano.

Tabela 8 – Distribuição do Valor Total da Produção (VTP) da agricultura familiar do Rio Grande do Norte pela classificação dos grupos do Pronaf (2017)

Categorias (*)	Estabelecimentos com produção	%	VTP (R\$ 1,00)	%	VTP Médio (R\$ 1,00)
Grupo B	39.439	79,0	229.622.000	31,0	5.822
Grupo V	10.381	20,8	453.170.000	61,1	43.654
Não Pronafiano	73	0,1	58.987.000	8,0	808.041
Total Familiar	49.893	100,0	741.779.000	100,0	14.867

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Grupo B (pobre) = com renda bruta até R\$ 20 mil; Grupo V (intermediário) = com renda bruta de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil; Não Pronafiano (consolidado) = com renda bruta acima de R\$ 360 mil.

Segundo Aquino e Lacerda (2014) e Aquino et al. (2017), é possível depreender que o quadro de desigualdades vigente no rural potiguar é fruto da persistência de “múltiplas carências produtivas” (escassez de terra, água, tecnologias, assistência técnica, crédito, entre outros ativos), que bloqueiam historicamente a capacidade dos agricultores familiares pobres de gerar renda via atividades agropecuárias mesmo nos anos de chuvas regulares e, principalmente, nos períodos de estiagens prolongadas. O Censo Agropecuário 2017 também revela que a maioria dos estabelecimentos de agricultura familiar no RN, em razão de suas “múltiplas carências de ativos”, passa a depender de outras fontes de renda para sobreviver e garantir a continuidade na atividade.

Mesmo assim, no cômputo geral, a agropecuária continua sendo uma fonte de receitas extremamente relevante, o que revela o potencial e o importante papel desempenhado pela agricultura familiar do RN na produção de alimentos e na geração de riquezas para as economias locais. Deve-se considerar, portanto, a importância das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, desde as iniciativas descentralizadas de armazenamento e distribuição de água, além de algumas inovações na gestão de programas que possibilitaram o acesso ao crédito, a reestruturação de serviços de assessoria técnica, o apoio à comercialização, o que, juntamente com a ampliação do acesso ao sistema de proteção social, podem ter fortalecido as capacidades da agricultura familiar de enfrentar a estiagem prolongada de 2012 a 2017.

6 RECEITAS DOS ESTABELECIMENTOS E OUTRAS RENDAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Um dos grandes desafios para os estudiosos do meio rural, em especial do segmento da agricultura familiar, é estabelecer uma metodologia capaz de mensurar, com a maior aproximação possível, a renda gerada nos estabelecimentos agropecuários. Cabe considerar a existência de dois tipos de receitas da propriedade rural: a gerada pela produção do estabelecimento e a oriunda de fontes externas à propriedade.

Da produção, uma parte é contabilizada, aquela destinada à venda que acontece além da porteira e entra no circuito da comercialização. A outra parte é muitas vezes vista como “invisível”, pois não é contabilizada e se mantém da porteira para dentro, se transformando em autoconsumo das famílias e meio importante para a manutenção das propriedades. As outras receitas são, em sua maioria, oriundas de atividades não agrícolas e de transferências sociais do governo, e suas fontes são de fora da unidade familiar de produção (AQUINO; NASCIMENTO, 2020; ELLIS, 2000; ESCHER et al., 2014; GRISA; SCHNEIDER; CONTERATO, 2014; NUNES et al., 2006; NUNES; SCHNEIDER, 2012; SILVA, 2010).

Feita essa consideração teórica geral e levando-se em conta apenas os produtos e serviços comercializados, a Tabela 9 mostra que a receita dos estabelecimentos familiares do RN é gerada, principalmente, pela venda de animais e seus derivados, R\$ 381,4 milhões (59,4%), seguida pela venda de produtos vegetais, R\$ 175,5 milhões (27,3%). Juntas, essas duas fontes de entradas monetárias representaram 86,7% de toda receita no ano de 2017.

Tal concentração indica uma baixa diversificação da agricultura familiar potiguar, uma vez que os dados censitários revelam, ainda, uma participação na receita por parte da agroindústria de apenas 8,3% e pouca representatividade das entradas monetárias advindas de outras atividades não agrícolas no interior dos pequenos sítios, a exemplo da prestação de serviços de turismo rural e da confecção e venda de múltiplos tipos de artesanato.

Tabela 9 – Receitas da produção agropecuária e outras receitas dos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte (2017)

Origem da receita	Mil Reais	%
Venda de produtos vegetais	175.526	27,3
Venda de animais e seus produtos	381.374	59,4
Venda de produtos da agroindústria	53.224	8,3
Desinvestimentos	10.658	1,7
Serviço de turismo rural	163	0,0
Exploração mineral	388	0,1
Atividade de artesanato, tecelagem, etc.	97	0,0
Outras receitas do estabelecimento	20.400	3,2
Total	641.930	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se que o Censo Agropecuário de 2017 identificou 4,1 mil estabelecimentos agropecuários no RN com produção de agroindústria rural.⁷ As-

⁷ O Censo Agropecuário de 2017 considerou como produção da agroindústria rural os produtos do estabelecimento agropecuário que tenham sido beneficiados ou transformados em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima que tenha sido produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou que tenha sido adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor (IBGE, 2017).

sim, mesmo com a baixa participação da venda de produtos agroindustrializados na composição da receita dos estabelecimentos familiares, convém destacar que este segmento concentra 79% do total das agroindústrias rurais existentes no Estado, embora seja responsável por apenas 36% do valor total das vendas dos produtos (IBGE/SIDRA, 2019). A Tabela 10 elenca os principais produtos de agroindústrias rurais com participação relativa da agricultura familiar no RN, considerando a quantidade produzida, a quantidade vendida e o valor obtido com as vendas.⁸

Tabela 10 – Participação percentual (%) da agricultura familiar na produção agroindustrial no Rio Grande do Norte – 2017

Produtos selecionados das agroindústrias* (em toneladas)	Produção	Venda	Valor de venda
Pães, bolos e biscoitos	84,9	84,6	86,5
Carne de suínos “verde”	82,0	88,5	83,1
Farinha de mandioca	78,9	78,1	80,8
Carvão vegetal	65,7	65,7	67,0
Carne de bovinos “verde”	64,0	62,4	63,0
Creme de leite	56,1	8,3	48,2
Queijo e requeijão	54,4	50,5	46,8
Goma ou tapioca	51,1	50,3	52,6
Rapadura	41,8	38,0	53,5
Polpa de frutas	32,0	31,9	47,5
Manteiga	25,9	25,7	32,5
Carne de outros animais (verde)	21,1	16,2	45,8
Doces e geleias	10,2	10,0	80,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Foram selecionados os produtos com participação dos estabelecimentos de agricultura familiar no RN com pelo menos 10% da produção total.

As informações apresentadas sinalizam o potencial da agricultura familiar para agregar valor

⁸ Convém destacar que o Censo Agropecuário de 2017 não divulgou dados relativos ao beneficiamento de castanha de caju, produto tradicional da agroindústria no RN e com forte participação da agricultura familiar.

aos seus produtos com a diversificação de atividades e aporte tecnológico nas unidades produtivas, embora o atual esforço ainda seja insuficiente para uma participação mais expressiva na formação da receita desse segmento. Assim, visando o fortalecimento deste potencial, é necessário ampliar o acesso aos serviços de assessoria técnica, aos investimentos em infraestrutura, em melhoria dos sistemas de produção e da organização do processo de comercialização.

Com relação às outras rendas obtidas fora dos estabelecimentos, ou seja, aquelas obtidas de atividades não agrícolas e de transferências sociais, o Censo Agropecuário do IBGE de 2017 corrobora o resultado de pesquisas anteriores que destacam o seu papel fundamental para a agricultura familiar, especialmente nos anos de seca (AQUINO; NASCIMENTO, 2015; 2020; GOMES DA SILVA, 2000; OLIVEIRA, 2017). De fato, a seca de 2012 a 2017 evidenciou sinais de redução da situação de vulnerabilidade social da população sertaneja⁹ decorrente da expansão da rede de proteção social com a ampliação do acesso a benefícios previdenciários rurais, benefícios de prestação continuada e a transferência de renda no Programa Bolsa Família.

A Tabela 11 indica que os recursos advindos de aposentadorias e pensões somaram R\$ 420,0 milhões, representando sozinhos 83,4% do montante de todas as outras fontes de rendas das pessoas que vivem nos estabelecimentos familiares. Em termos de importância relativa, embora em menor proporção, merecem destaque também as rendas obtidas por meio de atividades desenvolvidas fora das propriedades (8,8%), bem como os recebimentos de programas governamentais como o Bolsa Família (6,3%) e o Garantia Safra (1,3%).

Com efeito, as estatísticas do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, sobre as condições

9 De acordo com a pesquisa do IBGE (2018), em apenas 16 municípios do semiárido potiguar (11% do total) ocorreram perdas humanas por êxodo ou morte decorrentes da grande seca nos anos de 2012 a 2016. Não há registros de ocorrências de saques e nem foram implementadas ações emergenciais de distribuição de alimentos e de frentes de trabalho, o que difere das ocorrências registradas nos dois grandes períodos de secas prolongadas, ocorridas na década de 1990: “Na seca de 1992 a 1993, foram alistadas 2,1 milhões de pessoas nas Frentes de Emergência, criadas pelo governo federal; e na seca de 1998 e 1999, foram distribuídas 3 milhões de cestas básicas/mês a famílias residentes no Semiárido brasileiro” (SILVA, 2010, p. 68).

produtivas e os valores das receitas geradas pelos estabelecimentos norte-rio-grandenses, sugerem uma agricultura familiar em situação ainda precária. Por um lado, contribui para o cenário apresentado a concentração nas receitas da produção geradas particularmente pela venda de produtos vegetais e animais com baixo valor agregado via agroindustrialização. Por outro, a precariedade é demonstrada por conta da dependência expressiva dos recursos de aposentadorias ou pensões e de outras rendas não advindas do trabalho, embora os fatores anteriormente comentados de perdas na produção agropecuária decorrentes da Grande Seca (2012-2017) e o envelhecimento de parcela significativa dos produtores, exerçam influência direta sobre o elevado percentual de outras fontes externas na composição da renda dos estabelecimentos da agricultura familiar no RN.

Tabela 11 – Outras fontes de renda dos agricultores familiares do Rio Grande do Norte (2017)

Tipo de Renda	Valor (Mil Reais)	%
Recursos de aposentadorias ou pensões	420.051	83,4
Rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento	44.178	8,8
Recebimento de prêmio de Programa Garantia Safra	6.463	1,3
Recebimento de prêmio de Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar – Proagro Mais	131	0,0
Recebimento do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	860	0,2
Recebimento de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais)	127	0,0
Recebimentos provenientes de programas dos Governos (federal, estadual ou municipal)	31.649	6,3
Total	503.459	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Em vista disso, nota-se a importância de políticas públicas e de ações governamentais no sentido da estruturação econômica da agricultura familiar, capazes de possibilitar o engendramento de processos de organização coletiva

e de agregação de valor, estimulando um movimento contínuo e duradouro de inclusão produtiva. Esse desafio evidencia a necessidade de fortalecer as estratégias que tenham como objetivo a dinamização e diversificação das fontes de ocupação e renda da categoria, visando à construção coletiva de uma maior densidade econômica e de um mais consistente tecido social no meio rural potiguar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi traçar um perfil socioeconômico atualizado da agricultura familiar no Rio Grande do Norte, tendo como referência principal os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE. Em linhas gerais, o trabalho revela que esta categoria de produtores desempenha um papel social e econômico extremamente importante, sendo responsável por quase 80% dos estabelecimentos rurais do Estado e 67,8% do pessoal ocupado.

No campo potiguar, os agricultores familiares se destacam, principalmente, na produção de alimentos básicos, mas a renda gerada por esses produtos ainda é muito baixa. Evidentemente, parte dos problemas identificados pelo Censo é fruto da Grande Seca que atingiu o Estado no período de 2012-2017, agravando as condições estruturais decorrentes da concentração da terra e da extrema exploração da mão de obra nas áreas rurais. Contudo, é necessário considerar que esse seguimento é também “bloqueado” por “múltiplas carências produtivas”, causadas por fatores como o tamanho reduzido das propriedades, o baixo nível educacional e de recebimento de assistência técnica, o pouco acesso ao crédito e o baixo uso de tecnologias mecânicas, entre outros.

Vale registrar que as rendas das transferências sociais amenizam os problemas citados. Porém, para remover “múltiplas carências” e liberar o potencial produtivo da agricultura familiar norte-rio-grandense, se faz necessário um amplo programa integrado de desenvolvimento rural.

O diagnóstico apresentado sugere que um projeto dessa envergadura, além da maior oferta de bens públicos nas comunidades e nos as-

sentamentos rurais, pode ser estruturado em 10 eixos principais, quais sejam:

- i. Reforma agrária e regularização fundiária, sem perder de vista também a possibilidade da utilização de terras vizinhas de áreas próximas, através de contratos de longo prazo para facilitar o controle e uso do solo e a viabilização de micro estabelecimentos;
- ii. Democratização do acesso à água via universalização das cisternas e outras tecnologias;
- iii. Combate ao analfabetismo de jovens e adultos e fortalecimento das escolas do campo, revendo as metodologias de ensino e os conteúdos trabalhados;
- iv. Apoio à juventude rural por meio do acesso a ativos produtivos e da criação de espaços permanentes para qualificação profissional através da expansão das ações voltadas a esse segmento social pelas universidades públicas (UERN, UFRN e UFERSA) e pelos institutos federais (IFs) localizados no estado;
- v. Fortalecimento do cooperativismo e outras formas de organização coletiva;
- vi. Universalização da assistência técnica mediante a reestruturação da Emater e dos órgãos de pesquisa agrícola no Estado, compreendendo aí um plano de desenvolvimento institucional que contemple meios, metodologias de atuação e recomposição do quadro de técnicos necessários;
- vii. Desenvolvimento e disseminação de tecnologias mecânicas e máquinas agrícolas adaptadas à realidade da pequena propriedade;
- viii. Incentivo à agroecologia, à agricultura orgânica e às práticas de convivência com o semiárido;
- ix. Expansão do acesso ao crédito para inserção dos agricultores em lavouras comerciais de maior valor agregado e apoio à agroindustrialização, pela via de expansão do diálogo com os agentes financeiros, para contornar obstáculos institucionais; e

- x. Melhoria dos canais de comercialização agrícola e promoção da diversificação econômica agrícola e não agrícola, atendendo para o monitoramento da produção e outros meios, no intuito de estimular a utilização de boas práticas produtivas e gerenciais.

Alguns levantamentos mostram que uma parte das ações elencadas acima parece já estar sendo realizada pelo governo estadual, por intermédio da Sedraf, a exemplo da Lei n. 10.536, de 03 de julho de 2019 (RIO GRANDE DO NORTE, 2019b), que instituiu o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Pecafes, cuja finalidade é a aquisição de produtos da agricultura familiar como forma de assegurar o desenvolvimento rural sustentável. Além da compra direta de gêneros alimentícios pelo Estado, o Pecafes possui modalidade de compra indireta, aplicada a empresas contratadas pelo governo estadual que fornecem alimentos preparados (sobretudo refeições nos restaurantes populares), garantindo que no mínimo 30% dos custos com aquisição de gêneros alimentícios devem ser provenientes da agricultura familiar.

Entretanto, esta e outras iniciativas, a exemplo do programa de aquisição e distribuição de sementes crioulas, estão sendo implantadas de forma lenta e gradual, em razão, sobretudo, das limitações orçamentárias do erário público estadual, o que reduz significativamente a escala dos Programas diante da demanda dos estabelecimentos de agricultura familiar no RN.

Não é demais enfatizar que uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável implica na integração territorial de diversas políticas públicas. Isto exige que se combinem os aspectos e as dimensões socioeconômicas, ambientais e culturais com o fortalecimento da infraestrutura local, conforme os dez eixos acima apresentados, orientadas por uma perspectiva de longo prazo e com a finalidade de melhoria das condições de vida no campo e, conseqüentemente, nas cidades.

Nesse sentido, o destino da economia do RN no século XXI passa pelo fortalecimento da sua agricultura familiar e, para fazer frente a esse desafio, novas pesquisas na área devem

ser realizadas objetivando melhorar o entendimento do tema, possibilitando captar as especificidades microrregionais e municipais. Na mesma linha, estudos de caso e pesquisas qualitativas podem auxiliar na compreensão mais detalhada da situação da agricultura familiar local, podendo servir de base para orientar o rumo dos gestores públicos na direção dos caminhos que levam ao desenvolvimento rural sustentável.

Isso significa que o papel desempenhado pelas universidades públicas sediadas no território potiguar será de grande relevância. Assim sendo, é fundamental resgatar e fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão referentes à socioeconomia do meio rural, buscando aos poucos desgarrar a vida acadêmica e as atividades de investigação científica dos grilhões que as prendem aos mecanismos institucionais, criando condições para que os conhecimentos gerados sejam utilizados como meios para auxiliar no fortalecimento da agricultura familiar e na dinamização econômica estadual.

REFERÊNCIAS

- ANA -AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017**: relatório pleno. Brasília: ANA, 2017. Disponível em: http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2017_rel-1.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.
- ANDRADE, M. C. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Ed. UFRN, 1981.
- AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba/SP, v. 52, Supl. 1, p. 167-188, 2014.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. O “novo” rural do Rio Grande do Norte revisitado. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista-BA, n. 20, p. 135-157, 2015.

- AQUINO, J. R.; FREIRE, J. A.; CARVALHO, A. C. A. T. Importância, heterogeneidade e pobreza da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros/RN, v. 7, n. 2, p. 66-92, jul./dez. 2017.
- AQUINO, J. R.; NUNES, E. M. Desempenho recente e perspectivas da economia do Rio Grande do Norte no Século XXI. **BNB Conjuntura Econômica - Edição Especial**. Fortaleza: BNB-Etene, p. 289-306, 2019.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. A Grande Seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 81-97, abr./jun., 2020.
- BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas; Seres – Unicamp, 2006.
- CASTRO, C. N. **A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Texto p/ Discussão, n. 1.786).
- COELHO, J. D. Agricultura familiar no Nordeste. **Informe Rural Etene/BNB**. Fortaleza, ano 4, n. 5, p. 1-11, 2010.
- DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta**. Brasília: FAO/SAF-MAPA/Finatec, 2019.
- DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4. ed. São Paulo: Dieese/Nead/MDA, 2011.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- EMATER/RN. **Relatório de gestão 2015**. Natal: Emater/RN, 2016.
- EMPARN. **Monitoramento pluviométrico do RN: análise de chuvas no ano**. Natal/RN, 2017. Disponível em: <http://187.61.173.26/monitoramento/monitoramento.php>. Acesso em: 7 abr. 2017.
- ESCHER, F. et al. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba/SP, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./dez. 2014.
- FRANÇA, J. M. F.; MORENO, J. C. Uma reflexão sobre os impactos causados pela seca no Rio Grande do Norte de 2012 a 2016. **Parcerias Estratégicas**. Brasília/DF, v. 22, n. 44, p. 213-232, jan./jun. 2017.
- GOMES DA SILVA, A. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DASILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste**. Jaguariúna, São Paulo: Embrapa, 2000. p. 13-44.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. A produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2014. p. 165-186.
- GURGEL, I. A.; NUNES, E. M. A Dinâmica socioeconômica da pecuária do Rio Grande do Norte: análise da cadeia produtiva do leite do território Sertão do Apodi. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 50, p. 59-76, 2019.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.
- _____. **Manual do Recenseador - Censo Agro 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf. Acesso em: 12 mai. 2019.
- _____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas>. Acesso em: 12 jun. 2018.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 20 jan. 2020

MONTEIRO, D. M. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFRN, 2007.

NUNES, E. M. et al. Renda rural e desenvolvimento em áreas de intervenção estatal do Nordeste: o caso de Serra do Mel/RN. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo/RS, v.14, n. 27, p. 126-144, nov. 2006.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Economia agrícola, instituições e desenvolvimento rural: uma análise comparativa da diversificação econômica do Polo Açu-Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 43, p. 561-584, 2012.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Polo Açu-Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, p. 601-626, 2013.

OLIVEIRA, R. P. **Transferências governamentais e previdência social rural nas microrregiões do Rio Grande do Norte**. 2017. 149f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2017.

OLIVEIRA, C. J.; BASTOS, F. Agricultura familiar: a necessária revisão de sua classificação operacional. In: **Tópicos de Ciências Agrárias**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 2019.

PAM/IBGE/SIDRA. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM 2018)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 05 fev. 2020.

PENHA, T. A. M.; MATOS FILHO, J. Análise comparativa entre o Rio Grande do Norte e os principais estados exportadores de frutas do Nordeste entre 1999 e 2010. In: PEREIRA, W. E. N.; SILVA, M. G.; ARAÚJO, D. S. (Orgs.). **Recortes analíticos sobre desenvolvimento, Estado e economia do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2016. p. 174-194.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei Complementar nº 649**, de 10 de maio de 2019. Dispõe sobre a reorganização do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Norte, altera a Lei Complementar Estadual n. 163, de 5 de fevereiro de 1999, e dá outras providências. Natal: Governadoria, 2019a.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei n. 10.536**, de 03 de julho de 2019. Cria o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Natal: Governadoria, 2019b.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). **Lei n. 10.695**, de 14 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado (PPA) para o Quadriênio 2020-2023 e dá outras providências. Natal: Governadoria, 2020.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: BNB, 2010.

SOUZA, E. M.; AQUINO, J. R. A Grande Seca e seus efeitos na produção agropecuária do Rio Grande do Norte: 2012-2016. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão/SE, ano XXIX, n. 2, p. 174-195, jul./dez. 2018.

TRIBUNA DO NORTE. **Valores das exportações do RN crescem 41,8% em 2019**. Natal/RN, 21/01/2020a. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/valores-da-exportaa-a-es-do-rn-crescem-41-8-em-2019/470158>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. **Produção de melão no estado deve duplicar para atender o mercado da China**. Natal/RN, 24/01/2020b. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/produa-a-o-de-mela-o-no-estado-deve-duplicar-para-atender-o-mercado-da-china/470456>. Acesso em: 30 jan. 2020.

AGRICULTURA FAMILIAR NA PARAÍBA: PERFIL COM BASE NO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Family farming in Paraíba: profile based on the agricultural census of 2017

Ivan Targino

Economista. Doutorado e Pós-Doutorado em Economia - Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1982/2004). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Cidade Universitária. Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Campus I. CEP: 58059-900. Joao Pessoa, PB – Brasil. ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Emilia Moreira

Geógrafa. Doutorado em Estudos da América Latina - Área Geografia, pela Universidade de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) e Pós-Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. Centro de Ciências Exatas e da Natureza - Campus I, Departamento de Geociências. Campus I - Cidade Universitária, Castelo Branco. CEP: 58059-900, João Pessoa, PB – Brasil. erodat@hotmail.com

Resumo: O artigo tem como objetivo principal traçar o perfil atual da agricultura familiar na Paraíba. Para elaborar o perfil, foram utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2017 com base nas seguintes variáveis: características do produtor e dos estabelecimentos, organização da produção vegetal e animal, contingente e composição da força de trabalho, movimentação financeira dos estabelecimentos e padrão tecnológico. São objetivos específicos do artigo uma discussão sumária sobre o processo de formação e consolidação da agricultura familiar ao longo do tempo, bem como traçar as perspectivas atuais desse segmento produtivo. O estudo mostra que apesar do monopólio da terra ter sido um dos traços fundantes do espaço agrário estadual, a produção familiar se fez presente na sua constituição desde o início da colonização, como elemento de suporte e complementar ao projeto de colonização. Os dados atuais mostram que a agricultura familiar ainda permanece importante, particularmente na produção de alimentos e na absorção da mão de obra ocupada no setor agropecuário paraibano. Quanto às políticas públicas, a análise efetuada sinaliza para o arrefecimento, senão extinção, de um conjunto de políticas que visavam o fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Economia Regional; Paraíba.

Abstract: This paper has a main objective to outline the current profile of family farming in Paraíba. To elaborate the profile, were used data from the 2017 agricultural census based on the following variables: characteristics of the producer and establishments, organization of vegetable and animal production, contingent and composition of the workforce, financial movement of establishments, technological standards. Are specific objectives of the paper a summary discussion on the process of formation and consolidation of family agriculture over time, as well as to outline the current perspectives of this productive segment. The study shows that although the land monopoly was one of the founding features of the state agrarian space, the family production was present since the beginning of colonization in its constitution, as a support and complementary element to the colonization project. The current data show that family production still remains important, mainly in food production and in the absorption of employed labor in the agricultural sector in Paraíba. As for public policies, the analysis carried out signals the cooling, if not extinction, of a set of policies aimed at strengthening family farming.

Keywords: Family Farming; Regional Economy; Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

Embora a ordem fundiária instalada na Paraíba tenha sido estruturada com base no sistema de sesmarias através da concessão de grandes extensões de terra a quem provasse dispor de cabedal para a sua exploração, há registros da produção familiar desde o início da colonização portuguesa. Assim, as primeiras manifestações da agricultura familiar na Paraíba datam do começo da efetiva ocupação do território pelos portugueses a partir de 1585.¹ Ao longo da constituição do espaço agrário estadual, vários processos de implantação da agricultura familiar tiveram lugar, podendo ser destacados os seguintes:

- **Ocupação das terras marginais:** esta forma de exploração esteve ligada, inicialmente, aos chamados lavradores livres, que procuravam se estabelecer nas terras não apropriadas pelas grandes propriedades (engenhos e fazendas), isto é, em terras que não haviam sido objeto de doações sesmarias. Na descrição feita por Elias Herckman² sobre a província da Paraíba, é relatada a presença de pequenas posses que se dedicavam à produção de alimentos (principalmente da mandioca para produção da farinha) e à pecuária no litoral paraibano, como atividade complementar da plantation canavieira, que dominava o cenário social e econômico da época, e que se destinava também ao abastecimento dos núcleos populacionais que começavam a surgir³;
- **Cultivo de roças no interior das grandes propriedades, por trabalhadores livres e escravos:** a existência de roças não ocorria apenas nas terras intersticiais, mas era comum a sua prática no interior das grandes propriedades para assegurar a produção de lavouras alimentares tanto para a população branca pobre como para os escravos. De acordo com Spix e Martius (1938), uma parte das terras dos engenhos era destinada à produção de lavouras tanto por pessoas livres quanto por escravos. Vale lembrar que o plantio de mandioca nos engenhos foi objeto, inclusive, de regulamentação por parte da coroa portuguesa através de cartas régias (PINTO, 1977). Em relação à zona semiárida, a produção familiar no interior das grandes propriedades foi incrementada com a expansão algodoeira. Com efeito, o cultivo do algodão nas grandes propriedades foi sustentado graças às relações de trabalho de arrendamento e de parceria, mesmo antes da abolição da escravatura. Após a abolição, essas relações de trabalho foram reforçadas em todo o Nordeste, pois representavam a eliminação quase que completa de riscos para os latifundiários. Eles praticamente não entravam com recursos financeiros e tinham, por conta dos contratos de parceria e de arrendamento, o controle de toda a produção a ser comercializada (ANDRADE, 1973; MOREIRA; TARGINO, 1997; MOREIRA, 1982);
- **Produção de subsistência no interior das missões indígenas:** além do caráter religioso, as missões assumiram a função de educar os índios e de garantir o provimento de gêneros alimentícios seja para os seus membros seja para os núcleos populacionais que se formavam (MOREIRA, 2014). Nesse particular, as missões se tornaram também área de produção familiar, pois a cada família era destinado um pedaço de terra para o cultivo de provisões para si e o que sobrava podia vender ou gastar à sua vontade (BRITO, 2013; HANDELMANN, 1978);
- **Exploração da agricultura familiar no interior dos quilombos:** os quilombos surgiram como lócus da resistência dos escravos à intensa exploração a que estavam submetidos. Essas unidades de resistência não se restringiram ao período da escravidão. Mesmo após a abolição, essas comunidades permaneceram relativamente fechadas seja pelas dificuldades de acesso, seja por fatores socioculturais que asseguravam o casamento dentro da própria comunidade, por exemplo. Essas comunidades dedicavam-se à produção de lavouras alimentares para a autossubsistência, sendo o excedente comercializado na feira local. O caso da comunidade quilombola de Caiana dos Crioulos, situada no município de Alagoa Grande, ilustra essa dinâmica (SILVA, 2007);
- **Utilização dos brejos de altitude para produção de lavouras de subsistência:** a pequena produção não ficou restrita à Zona da Mata. Com a expansão da pecuária para os sertões nordestinos, ela também se fez presente, ocupando as áreas serranas mais propícias à produção das lavouras, como ressaltam Andrade (1972) e Melo (1975), como estratégia de ga-

rantir a alimentação da população nos períodos de estiagem. Mas é, sobretudo nos brejos do Agreste, que a pequena produção rural vai se expandir, explorando fundamentalmente a combinação agricultura alimentar-pecuária, principalmente nas áreas de exceção a exemplo dos brejos de altitude (MOREIRA; TARGINO, 1997; SEIXAS, 1985);

- **A transformação de escravos em posseiros ou moradores:** com a abolição da escravidão, houve novo impulso para a pequena produção rural, agora independente da relação de propriedade. As relações camponesas penetraram na grande propriedade sob a forma de moradia, de parceria e de arrendamento (MOREIRA, 1982). Essas relações de trabalho dominaram o espaço agrário paraibano, imprimindo um intenso processo de exploração da força de trabalho nos diversos sistemas de uso dos recursos conforme previra Joaquim Nabuco (2001). O processo de transformação de escravos em moradores foi amplamente registrado e analisado por Andrade (1973) e Melo (1958 e 1975). Assim, a produção camponesa penetrou no interior da grande propriedade e se tornou elemento fundamental para lucratividade do latifúndio, seja ele canavieiro ou pecuarista;
- **Criação de unidades produtivas familiares pela política agrária:** a luta pelo acesso à terra não é nova (TARGINO, 2002), tendo alcançado nas Ligas Camponesas sua maior expressão (LEMO, 2008; AZEVEDO, 1982). No entanto, a efetivação de uma política agrária só ocorreu recentemente e ainda de forma muito tímida para solucionar conflitos. Tanto é que na Paraíba, entre 1984 e 2016, foram implantados 313 Projetos de Assentamento, correspondendo a uma área de 294.099,08 hectares, que representam tão somente 9,4% dos estabelecimentos existentes em 2017 (INCRA/SIPRA, 2017).

Esse breve relato, mostra que além do processo de fragmentação da propriedade por herança, a produção familiar rural na Paraíba seguiu um longo processo de constituição e formação, assumindo ao longo do tempo diferentes formas e dinâmicas.

Levando em consideração a importância da agricultura familiar no processo de formação do espaço agrário paraibano e sua relevância na produção agropecuária estadual, o presente

trabalho tem como objetivo geral traçar o perfil atual da agricultura familiar⁴ paraibana com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017. Adicionalmente, o artigo busca levantar e discutir algumas perspectivas desse segmento produtivo no contexto da economia paraibana e do atual panorama da política econômica nacional.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução. Na segunda, apresentam-se aspectos metodológicos e teóricos do trabalho. Na terceira, estão discutidos panoramas da agricultura familiar paraibana de acordo com os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário de 2017, tendo como pano de fundo o quadro nacional, bem como são analisadas as principais limitações enfrentadas pela produção familiar e as ações governamentais e não governamentais presentes no Estado para seu fortalecimento. Na quarta, à busca de conclusão, são sumariadas as principais características desse segmento produtivo, bem como são elencados os principais avanços e as dificuldades encontradas pela agricultura familiar paraibana, assim como são expostas algumas considerações sobre as perspectivas desse segmento produtivo, tendo em vista o quadro político institucional resultante do impeachment da Presidente Dilma Roussef.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para analisar a evolução da agricultura familiar na Paraíba, foi feito um levantamento de informações junto a fontes históricas como relatos de viajantes, e contribuições já consideradas clássicas de geógrafos nordestinos que estudaram a temática como Manuel Correia de Andrade e Mário Lacerda de Melo. Para traçar o perfil atual foram utilizadas, fundamentalmente, as informações do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE. Os dados estatísticos foram trabalhados de acordo com as seguintes variáveis: estrutura fundiária, características dos produtores (idade, raça, sexo, escolaridade), formas de utilização do solo, composição da produção agropecuária (lavouras permanentes, lavouras temporárias, principais rebanhos), valor da produção agropecuária, composição da força de trabalho e base técnica da produção.

Os dados colhidos receberam tratamento da estatística descritiva e são apresentados sob a forma de tabelas, gráficos e mapas. Para a discussão das perspectivas da agricultura familiar paraiba-

na, considerou-se tanto o levantamento bibliográfico quanto pesquisas anteriores realizadas pelos autores deste trabalho e por outros pesquisadores.

Do ponto de vista teórico, o trabalho se fundamenta em duas vertentes: a) a primeira é atribuída a Alexander Chayanov, que defende a ideia de que a agricultura camponesa, embora esteja envolvida por uma economia de mercado, não é regida pela lei do lucro, mas sim pelo equilíbrio entre consumo e trabalho, não podendo ser explicada pelas teorias desenvolvidas para explicar a organização da produção capitalista. A lógica da organização camponesa pode explicar a persistência dessa forma de organização social (CHAYANOV, 1986); e b) a segunda diz respeito à escola da articulação francesa, que defende a tese de que o capital no seu processo de acumulação e valorização destrói, mas também cria e recria formas não capitalistas de produção (REY, 1973). No Brasil, essa perspectiva teórica é defendida por Francisco de Oliveira no seu trabalho seminal sobre a crítica da razão dualista (OLIVEIRA, 1976).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Produção familiar na Paraíba: uma visão geral

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, dos estabelecimentos rurais brasileiros, 76,8% enquadram-se no modelo de agricultura familiar. Este percentual é da ordem de 79,2% no Nordeste e de 76,9% na Paraíba. Quanto à área dos estabelecimentos, observa-se que os estabelecimentos familiares detêm uma participação bem inferior à do número dos estabelecimentos, denotando o perfil da concentração fundiária. Convém lembrar, contudo, que na Paraíba esse grupo de estabelecimentos tem um percentual da área bem superior seja à média nacional seja regional (Tabela 1). Apesar disso, é na Paraíba que se encontra a menor área média dos estabelecimentos familiares (11,5 ha, contra 14,1 no Nordeste e 20,8 no Brasil).

Tabela 1 – Brasil, Nordeste e Paraíba: Número dos estabelecimentos totais, não familiares e familiares – 2017

Especificação	Total	%	Não familiares	%	Familiares	%
	Estabelecimentos					
Brasil	5.073.324	100,0	1.175.916	23,2	3.897.408	76,8
Nordeste	2.322.719	100,0	483.873	20,8	1.838.846	79,2
Paraíba	163.218	100,0	37.729	23,1	125.489	76,9
Área (hectares)						
Brasil	351.289.816	100,0	270.398.732	77,0	80.891.084	23,0
Nordeste	70.893.865	100,0	44.968.122	63,4	25.925.743	36,6
Paraíba	3.424.540	100,0	1.983.326	57,9	1.441.215	42,1

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Em termos de número e de área dos estabelecimentos familiares, considerando os estados nordestinos, a Paraíba se situa à frente apenas do Rio Grande do Norte, de Alagoas e de Sergipe. Em relação à área média, os estabelecimentos familiares maranhenses detêm a maior (20 ha) e os alagoanos, a menor (6,7 ha); a dos paraibanos é superior à de Pernambuco (10,0 ha), de Sergipe (9,4 ha) e de Alagoas (6,7 ha). A área média dos estabelecimentos familiares (11,5 ha)

é aproximadamente 5 vezes menor do que a dos estabelecimentos não familiares (52,6 ha).

Ao se comparar os estabelecimentos familiares registrados em 2017 na Paraíba (125.489) com os recenseados em 2006 (148.069), tem-se uma retração da ordem de 15,2% no período. Isso ocorreu apesar da implantação de Projetos de Assentamento, da adoção de políticas de apoio à agricultura familiar e do processo de divisão hereditária. Este último fator é consi-

derado importante para explicar o crescimento dos pequenos estabelecimentos de acordo com Andrade (1973). Essa redução pode ser atribuída a um conjunto de fatores, dentre os quais podem ser destacados: mudança nas exigências de classificação do estabelecimento familiar introduzida pelo Decreto n. 9.064, principalmente em relação à renda do produtor⁵; o período continuado de seca que abrangeu os anos de 2012 a 2017 pode ter estimulado a busca de outras atividades fora do estabelecimento; o envelhecimento dos responsáveis pelo estabelecimento chefes de família e a saída dos filhos pode ter contribuído para a redução do número de estabelecimentos. Apesar da redução, a agricultura familiar continua desempenhando um papel relevante no contexto da economia estadual. A permanência da produção familiar na agricultura paraibana parece dar sustentação às hipóteses defendidas pela escola da articulação francesa (REY, 1973; LIPIETZ, 1978) sobre o processo de criação e recriação de modos ou formas pré-capitalistas de produção pelo capital.

A importância da agricultura familiar na Paraíba se faz presente tanto em termos de geração de receitas quanto de emprego no setor primário estadual. Em relação ao emprego, 73,4% das 424.116 pessoas ocupadas na agropecuária paraibana estavam absorvidas nos estabelecimentos familiares em 2017. Essas unidades produtivas respondiam por 44,5% das receitas dos estabelecimentos agropecuários estaduais (IBGE/SIDRA, 2019).

3.2 Características dos produtores

Os produtores familiares são predominantemente masculinos (76%), perfil similar ao dos não familiares (75%). Quanto ao nível de escolaridade, é bastante baixo. A metade dos produtores familiares não sabe ler e escrever e foi apenas alfabetizada (24,2% e 26,1%, respectivamente). Entre os produtores não familiares, a situação é um pouco melhor, mesmo assim, ainda é elevado, percentualmente, o número dos que se enquadram nessas duas categorias (12,2% e 16,0%, respectivamente) (IBGE/SIDRA, 2019).

Tabela 2 – Paraíba: distribuição percentual dos produtores segundo grupos de idade por tipo de agricultura e sexo (2017)

Grupos de idade	Não familiar			Familiar		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	37.729	30.020	7.574	125.489	95.363	30.126
< de 25 anos	3,1	2,2	6,5	1,6	1,4	2,4
25 a - de 35 anos	14,7	13,0	21,8	8,2	7,6	10,3
35 a - de 45 anos	26,5	25,9	29,5	15,8	15,7	16,0
45 a - de 55 anos	29,2	30,3	25,7	21,4	21,7	20,7
55 a - de 65 anos	16,9	18,8	9,6	22,7	22,9	21,9
65 a - de 75 anos	5,8	6,4	3,9	19,2	19,6	18,0
75 anos e mais	3,3	3,4	3,0	11,1	11,2	10,8
Não se aplica	0,4	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

5. Segundo Antônio Carlos Florido, gerente técnico do censo agropecuário de 2017, “Dez anos depois, a configuração dos produtores mudou. Aumentou muito o número de estabelecimentos em que o produtor está buscando trabalho fora, diminuiu a mão de obra da família e está diminuindo a média de pessoas ocupadas. O estabelecimento acaba não podendo ser classificado porque não atende aos critérios da lei” (NERY, 2019, p. 1).

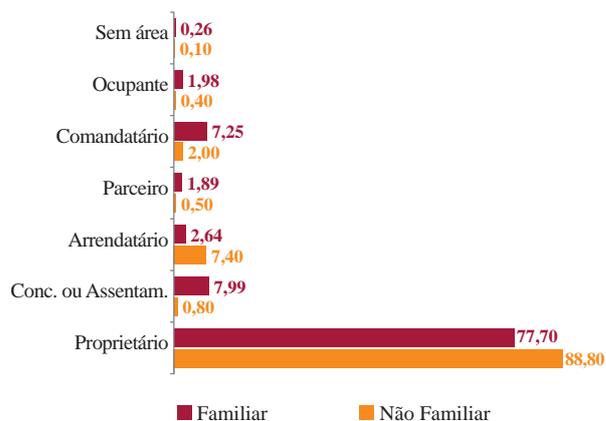
No tocante à faixa etária, os dados contidos na Tabela 2 evidenciam dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, o percentual de produtores com 55 anos e mais é maior entre

os produtores familiares (53%) do que entre os não familiares (26%), ou seja, é praticamente o dobro do percentual dos não familiares. Esses dados parecem indicar que os ganhos da aposentadoria não são suficientes para os produtores familiares cobrirem as necessidades das famílias, sendo obrigados a continuar trabalhando apesar da idade avançada. Em segundo lugar, o percentual de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos é maior do que o percentual de homens nas faixas etárias mais jovens (menores de 45 anos). Isto ocorre tanto nos estabelecimentos familiares quanto nos não familiares, podendo estar relacionado ao processo migratório que tem afetado a Paraíba (MORENO; MOREIRA; QUEIROZ, 2016) e às políticas públicas, particularmente, ao Pronaf Mulher.⁶

Os dados do IBGE/SIDRA (2019) apontam que os responsáveis pelos estabelecimentos são, predominantemente, os proprietários, sejam familiares ou não familiares (72,6% e 69,6%, respectivamente). A segunda categoria mais numerosa é a de comandatário⁷ nos dois tipos de agricultura (12% na familiar e 15,3% na não familiar). Essa informação confirma a afirmativa anterior da importância do processo de partilha hereditária para o aumento do número dos pequenos estabelecimentos familiares ou não.⁸ Em terceiro lugar, tem-se a categoria de assentados, responsável por 7,2% dos produtores familiares, evidenciando uma participação ainda modesta da política agrária no processo de consolidação da agricultura familiar.

Em relação ao valor da produção, há uma diferenciação significativa entre os produtores familiares e os não familiares, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Paraíba: Composição (%) do valor da produção dos estabelecimentos não familiares e familiares, segundo a condição dos produtores (2017)



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ao se comparar os dois tipos de agricultura, observa-se que os estabelecimentos familiares têm maior diversificação quanto à condição dos produtores, particularmente ao maior peso dos assentados e dos comandatários de um lado, e ao menor peso do valor da produção dos proprietários, de outro lado. Isto ressalta a importância da política agrária e do processo de partilha hereditária para esse tipo de estabelecimento. Já os produtores não familiares são majoritariamente proprietários (88,8%). Entre eles, destacam-se também os arrendatários (7,3%). A maior representatividade dessa categoria entre os produtores familiares pode ser associada à expansão da prática de arrendamento para o plantio da cana-de-açúcar (MOREIRA; FREIRE; TARGINO, 2008; FREIRE, 2018) e do abacaxi (TORRES, 2019).

3.3 Contingente de pessoas ocupadas

Em 2017, conforme o IBGE/SIDRA (2019), o setor agropecuário paraibano ocupava 424.116 pessoas. Destas, 97,4% tinham 14 anos ou mais. Vale dizer que apenas 2,6% eram trabalhadores infantis, evidenciando o acerto da adoção de políticas de combate ao trabalho infantil e a sua fiscalização pelo Ministério do Trabalho.

A maior parte do pessoal ocupado é absorvida pela agricultura familiar, isto é, 311.236 pessoas, equivalente a 73,4% do total das ocupações do setor primário estadual. Ao se considerar o indicador mão de obra/100 hectares, os estabelecimentos familiares ocupam 21,6 pessoas, en-

6. Apesar da reduzida participação do Pronaf Mulher no total dos recursos e dos contratos do Pronaf, ele tem sido importante para dar sustentação a algumas iniciativas, tais como: Cooperativa dos Floricultores do Estado da Paraíba (Cofep) no município de Pilões, Cooperativa de Produtoras de Renascença no município de São João do Tigre, produção de artesanato na comunidade dos Rufinos no município de Pombal etc.

7. O Censo de 2017 define o comodato como a situação em que “[...] cada um dos herdeiros estiver ocupando parte do terreno, até por falta de recursos para o inventário, cada uma destas partes será considerada como um estabelecimento, sendo a condição do produtor classificada como comodatário, e a área será registrada em terras em regime de comodato” (IBGE, 2017, p. 42).

8. Dos estabelecimentos não familiares classificados como comodatários, 95,1% têm menos de 50 hectares.

quanto os não familiares ocupam 5,7 pessoas. Isto denota a importância que a agricultura familiar deve ocupar em uma estratégia de criação de emprego, particularmente no momento atual de crise e debilitação do mercado de trabalho (KREIN; VÉRAS; FILGUEIRAS, 2019).

O trabalho infantil também é de pouca monta, repetindo o mesmo percentual do pessoal ocupado no setor agropecuário paraibano. Quanto à distribuição por sexo, tem-se que 69,2% são do sexo masculino. Percentual menor do que o registrado para o conjunto da agropecuária do Estado. Isto é, a agricultura familiar é mais aberta para o trabalho feminino do que a patronal, pois na produção familiar há a necessidade de ocupar o maior número de braços.

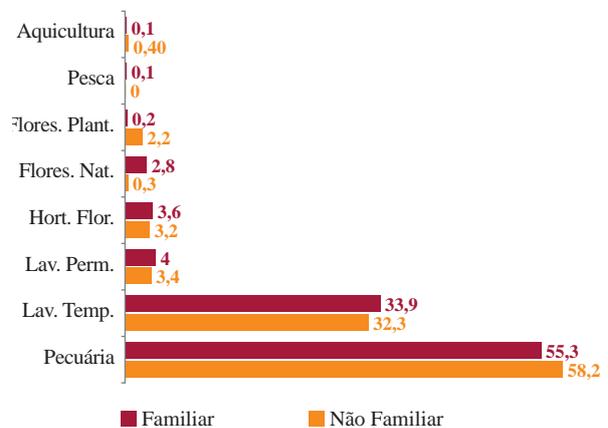
Do total das pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares, 87,9% possuem grau de parentesco com o responsável. Mais da metade desse pessoal (144.545 pessoas, equivalente a 52,8%) insere-se nos estabelecimentos com menos de 5 hectares, sendo que é nesse grupo de área que se encontra a maior participação de mulheres (37,5%). A concentração de mão de obra nos menores estratos de área é um dado inquietante, pois aponta para a insuficiência de produção e, consequentemente, para o agravamento da pobreza rural. Pesquisas anteriores mostram, de um lado, a articulação da produção familiar com a média e grande propriedade, enquanto fornecedora de mão de obra para os estabelecimentos capitalistas (PANTA; MOREIRA, 2018) e, de outro lado, como esses estabelecimentos tornam-se ponto de fixação das famílias cujos chefes encontram ocupação na construção civil em cidades de médio e grande portes, realizando uma migração pendular de curta distância (TARGINO, 1991).

3.4 Produção vegetal

O valor da produção vegetal paraibana, em 2017, montava a R\$ 1,03 bilhão. Desse total, 40,1% foram gerados pelos estabelecimentos familiares. Ao se comparar o valor da produção por hectare cultivado, tem-se que essa diferença é significativamente menor: R\$ 312,37 nos não familiares contra R\$ 287,89 nos familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Essa informação coloca em questão a assertiva difundida da superior eficiência econômica da grande propriedade.

Não se observam diferenças significativas entre os estabelecimentos familiares e os não familiares em relação à distribuição segundo os tipos de atividade declarados como principais (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Paraíba: Distribuição dos estabelecimentos por tipo e grupo de atividade em 2017



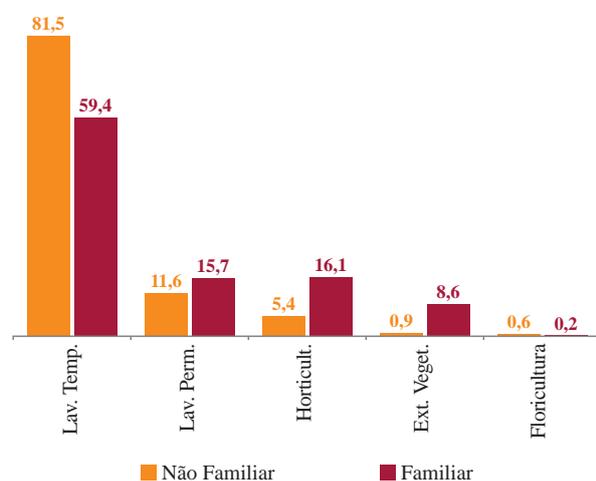
Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nos dois tipos, a orientação principal dos estabelecimentos está voltada primeiramente para a pecuária, seguida da produção de lavouras temporárias, de lavouras permanentes, de horticultura e fruticultura. Essas quatro atividades congregam 97,1% e 96,8% dos estabelecimentos não familiares e dos familiares, respectivamente. As diferenciações existentes estão relacionadas com: a) a exploração de florestas plantadas, que é praticamente inexistente nos estabelecimentos familiares e ocupa a quinta posição nos não familiares; b) nos familiares, as florestas naturais ocupam a quinta posição; e c) em números absolutos, a pesca é mais presente nos estabelecimentos familiares (149) do que nos não familiares (13).

Ao se analisar a composição do valor da produção vegetal segundo os tipos de agricultura, verificam-se diferenciações relevantes. Em primeiro lugar, constata-se uma diferença expressiva do peso das lavouras temporárias (81,5% nos estabelecimentos não familiares, contra 59,4% nos familiares). Como será visto adiante, essa diferença deve-se, fundamentalmente, à produção açucareira, que está restrita à grande propriedade e que se expandiu, nos anos recentes, aos assentamentos rurais cujas terras são arrendadas às usinas e destilarias (FREIRE, 2010).

Além das lavouras temporárias, os estabelecimentos não familiares despontam na produção de lavouras permanentes e na horticultura que respondem por 11,7% e 5,4%, respectivamente, do valor da produção vegetal desses estabelecimentos. Em segundo lugar, o valor da produção vegetal nos estabelecimentos familiares é melhor distribuído em relação ao conjunto das atividades. Isto é, não é encontrado o elevado grau de concentração em atividades, como ocorre nos latifúndios canavieiros. A horticultura e o extrativismo vegetal têm um peso bem superior nos estabelecimentos familiares (16,1% e 8,6%), em relação ao registrado nos não familiares (5,9% e 0,9%) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Paraíba: Composição (%) do valor da produção por tipo de agricultura segundo as atividades – 2017



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Tabela 3 – Paraíba: Valor da produção de lavouras temporárias (em mil reais) segundo grupos de área e por tipo de agricultura (2017)

Grupos de área	Total		Não familiares		Familiares	
	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%
De 0 a menos de 5 ha	104.745	13,9	15.073	3,0	89.672	36,4
De 5 a menos de 10 ha	66.419	8,8	6.402	1,3	60.017	24,3
De 10 a menos de 20 ha	55.613	7,4	9.146	1,8	46.467	18,8
De 20 a menos de 50 ha	46.649	6,2	11.932	2,4	34.717	14,1
De 50 a menos de 100 ha	26.330	3,5	15.969	3,2	10.361	4,2
de 100 a menos de 500 ha	96.488	12,8	91.756	18,2	4.732	1,9
De 500 a menos de 1.000 ha	49.399	6,6	49.399	9,8	-	0,0

A seguir, é feita a discussão do valor da produção em cada uma das atividades acima apresentadas, buscando realçar a diferenciação da produção familiar tanto produtiva (por grupos de área) quanto espacialmente, fazendo o contraponto da diferenciação em relação aos estabelecimentos não familiares no tocante ao grau de concentração em algumas atividades.

3.4.1 A produção de lavouras temporárias

O valor da produção de lavouras temporárias na Paraíba somava R\$ 751,2 milhões, sendo que 67,2% desse valor eram gerados nos estabelecimentos não familiares e 32,8% nos familiares. Como esperado, o Censo mostra uma diferença importante na geração desse valor segundo os grupos de área (Tabela 3).

Como mostrado na Tabela 3, nos estabelecimentos familiares o grupo modal do valor da produção é o de até 5 hectares, enquanto nos estabelecimentos não familiares essa classe situa-se no grupo de 2.500 hectares e mais. Interessante destacar que nos estabelecimentos familiares o valor da produção declina à medida que aumenta o tamanho da área, enquanto nos não familiares ocorre exatamente o inverso. Possível explicação para essa tendência pode estar, de um lado, na maior intensidade de utilização dos recursos nas unidades familiares, e, de outro lado, na presença mais significativa da principal lavoura do Estado (cana-de-açúcar) nas médias e grandes propriedades (Tabela 4).

Grupos de área	Total		Não familiares		Familiares	
	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%
De 1.000 a menos de 2.500 ha	94.378	12,6	94.378	18,7	-	0,0
De 2.500 ha e mais	210.131	28,0	210.131	41,6	-	0,0
Produtor sem área	1.058	0,1	449	0,1	610	0,2
Total	751.210	100,0	504.635	100,0	246.576	100,0

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, eram cultivados 16 tipos de lavouras temporárias nos estabelecimentos familiares. No entanto, apenas seis apresentavam um valor da produção mais significativo (abacaxi, mandioca, feijão, milho, palma forrageira e cana-de-açúcar), que respondiam por 89,6% do valor dessas

lavouras (Tabela 4). Nível de concentração ainda maior foi observado nos estabelecimentos não familiares, pois as lavouras temporárias representavam 94,6%, sendo que só a cana contribuía com 59,4%. Esse é apontado com um dos graves problemas do setor agropecuário estadual (TARGINO; CARVALHO; MARTINS, 2019).

Tabela 4 – Paraíba: Valor (em mil reais) da produção das lavouras temporárias, segundo as principais lavouras por tipo de agricultura – 2017

Especificação	Total		Não familiares		Familiares	
	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%
Total*	751.261	100,0	504.658	100,0	246.603	100,0
Abacaxi	82.582	11,0	29.103	5,8	53.479	21,7
Cana-de-açúcar	446.078	59,4	423.640	83,9	22.438	9,1
Feijão	42.883	5,7	8.067	1,6	34.816	14,1
Mandioca (aipim, macaxeira)	65.785	8,8	12.894	2,6	52.891	21,4
Milho em grão	38.833	5,2	8.135	1,6	30.698	12,4
Palma forrageira	34.528	4,6	7.723	1,5	26.805	10,9

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota (*) – Refere-se ao total das lavouras temporárias.

Outro problema observado no cultivo das lavouras temporárias é a concentração espacial: a mandioca e o abacaxi são cultivados em alguns municípios da Mata Paraibana e do Agreste; a

cana, na Mata Paraibana (Figura 1); a palma forrageira, na mesorregião da Borborema. Apenas o feijão e o milho estão difundidos em todo o Estado (IBGE/SIDRA, 2019).

Figura 1 - Paraíba: Valor da produção municipal do abacaxi por estabelecimentos familiares - 2017

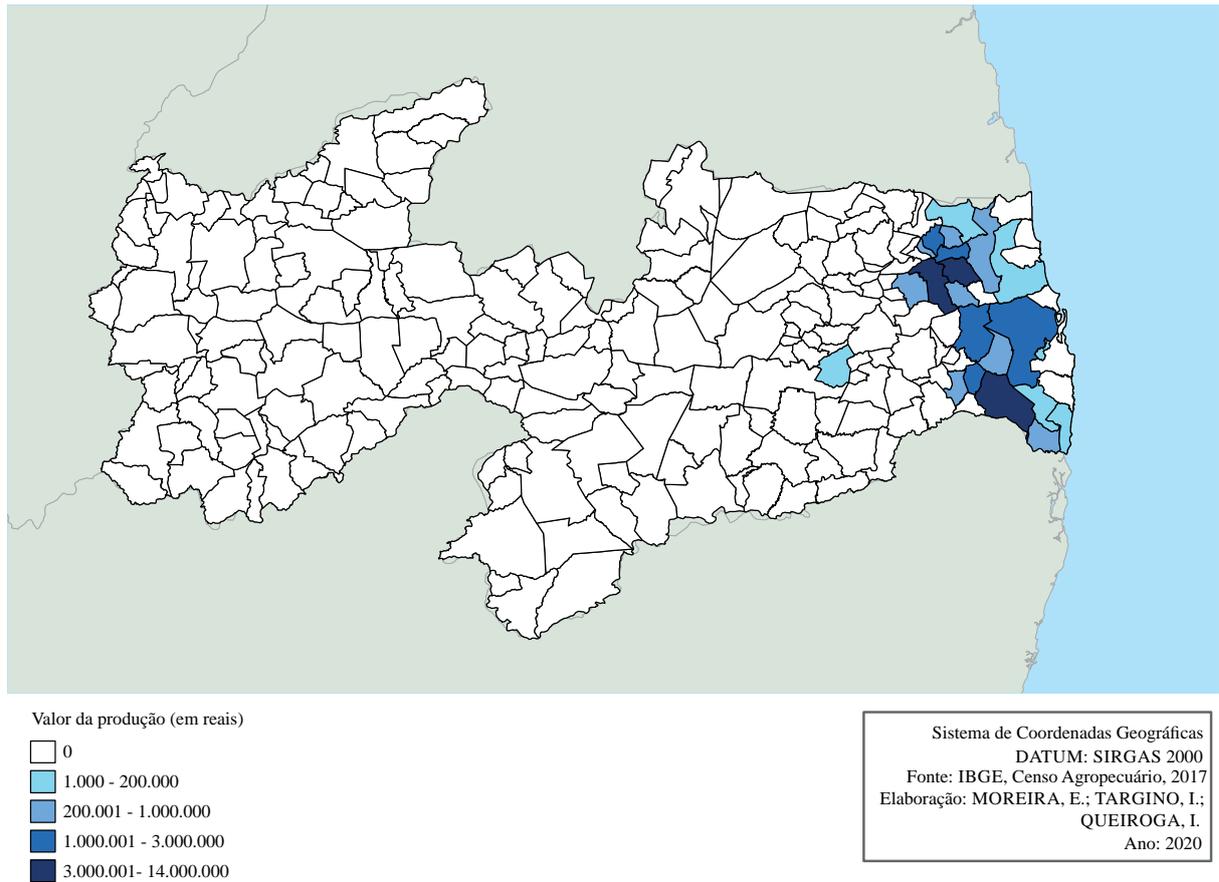


Figura 2 - Paraíba: Valor da produção municipal da mandioca por estabelecimentos familiares - 2017

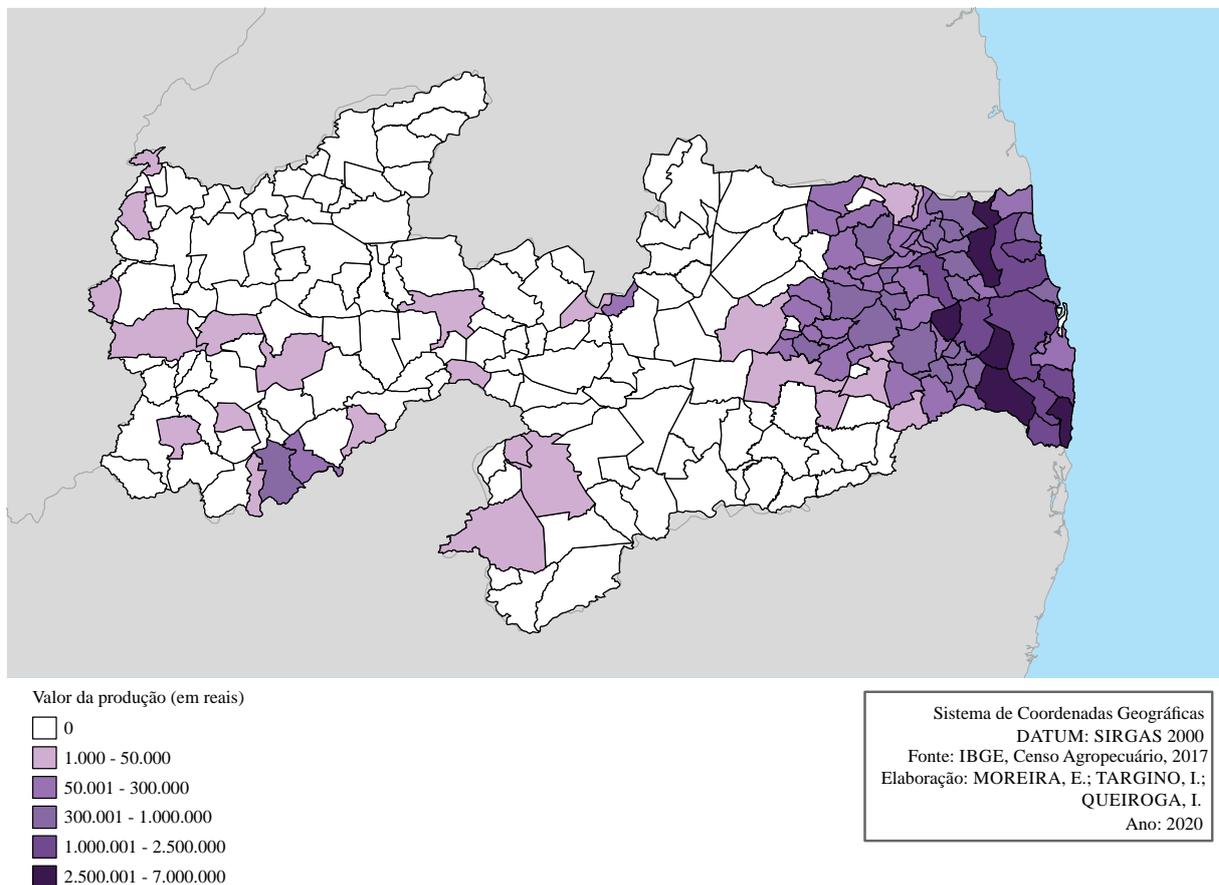
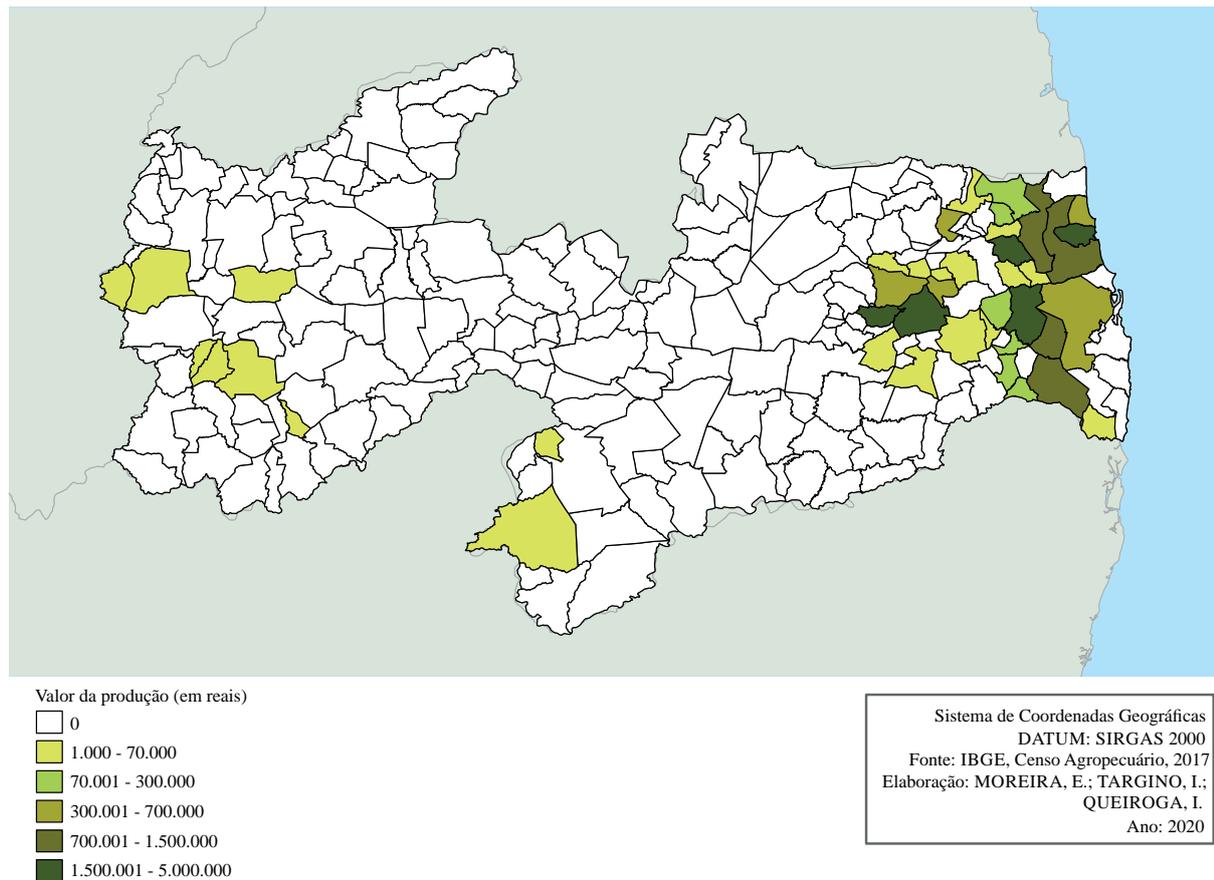


Figura 3 - Paraíba: Valor da produção municipal da cana-de-açúcar por estabelecimentos familiares - 2017



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Elaborado por Isadora Queiroga.

Um dado importante a ressaltar é que nas áreas mais secas do Estado (Sertão e Borborema) os produtores familiares restringem a sua produção praticamente ao feijão e ao milho, cultivados em nível de autoconsumo, o que evidencia a fragilidade desse tipo de agricultura nas áreas onde a semiaridez incide com maior intensidade. Já o GTDN (1967) alertava para as consequências da disseminação das lavouras alimentares no Semiárido, tornando a seca periódica muito mais um problema social do que econômico.

3.4.2 A produção de lavouras permanentes

As lavouras permanentes têm um pequeno peso no setor agropecuário paraibano. Com

efeito, o valor da produção dessas lavouras monta a R\$ 137,8 milhões, distribuídos em 52,7% nas unidades não familiares e em 47,2% nas familiares. O valor das lavouras permanentes constitui apenas 12,5% e 20,9% da produção dos estabelecimentos não familiares e familiares, respectivamente. Importa destacar que nas unidades de produção familiares esse valor é subnotificado, uma vez que o Censo só considera os estabelecimentos com mais de 50 pés plantados. Além de pequena, essa produção está concentrada em poucos produtos, nos dois tipos de atividade, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 – Paraíba: Valor (em mil reais) da produção das lavouras permanentes, segundo as principais lavouras por tipo de agricultura (2017)

Produtos	Total		Não familiar		Familiar	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	137.812	100,0	72.668	100,0	65.153	100,0

Produtos	Total		Não familiar		Familiar	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acerola	6.279	4,6	3.238	4,5	3.043	4,7
Banana	51.876	37,6	13.853	19,1	38.021	58,4
Coco-da-baía	40.329	29,3	35.540	48,9	4.785	7,3
Mamão	16.693	12,1	13.283	18,3	3.411	5,2
Maracujá	6.692	4,9	1.633	2,2	5.056	7,8
Subtotal	121.869	88,4	67.547	93,0	54.316	83,4

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Os cinco principais produtos da lavoura permanente constituem 93% dessas lavouras nas unidades não familiares, sendo o principal o coco-da-baía (48,9%), cuja produção está concentrada na microrregião de Sousa, no Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (Pivas). No caso das unidades familiares, o destaque é para a banana, que contribui com 58,4% do segmento. Aqui também se observa uma forte concentração espacial nas microrregiões do Brejo Paraibano e de Sousa.

Um aspecto importante é a recente expansão da fruticultura irrigada, ainda que com uma dimensão bem menor daquela verificada em Pernambuco (Vale do São Francisco) e no Rio Grande do Norte (Vale do Açu). Dentre elas, as principais são o mamão, o maracujá e a acerola. Nas médias e grandes propriedades, são empregados os métodos convencionais de irrigação, enquanto nas pequenas propriedades é comum o uso das tecnologias sociais (TARGINO; MOREIRA; ARAÚJO, 2014). Importa lembrar que a expansão da fruticultura na Paraíba é prejudicada pela escassez de água. Na última grande seca que atingiu o Estado (2012-2017), foi suspenso o uso de água para irrigação, prejudicando a atividade.

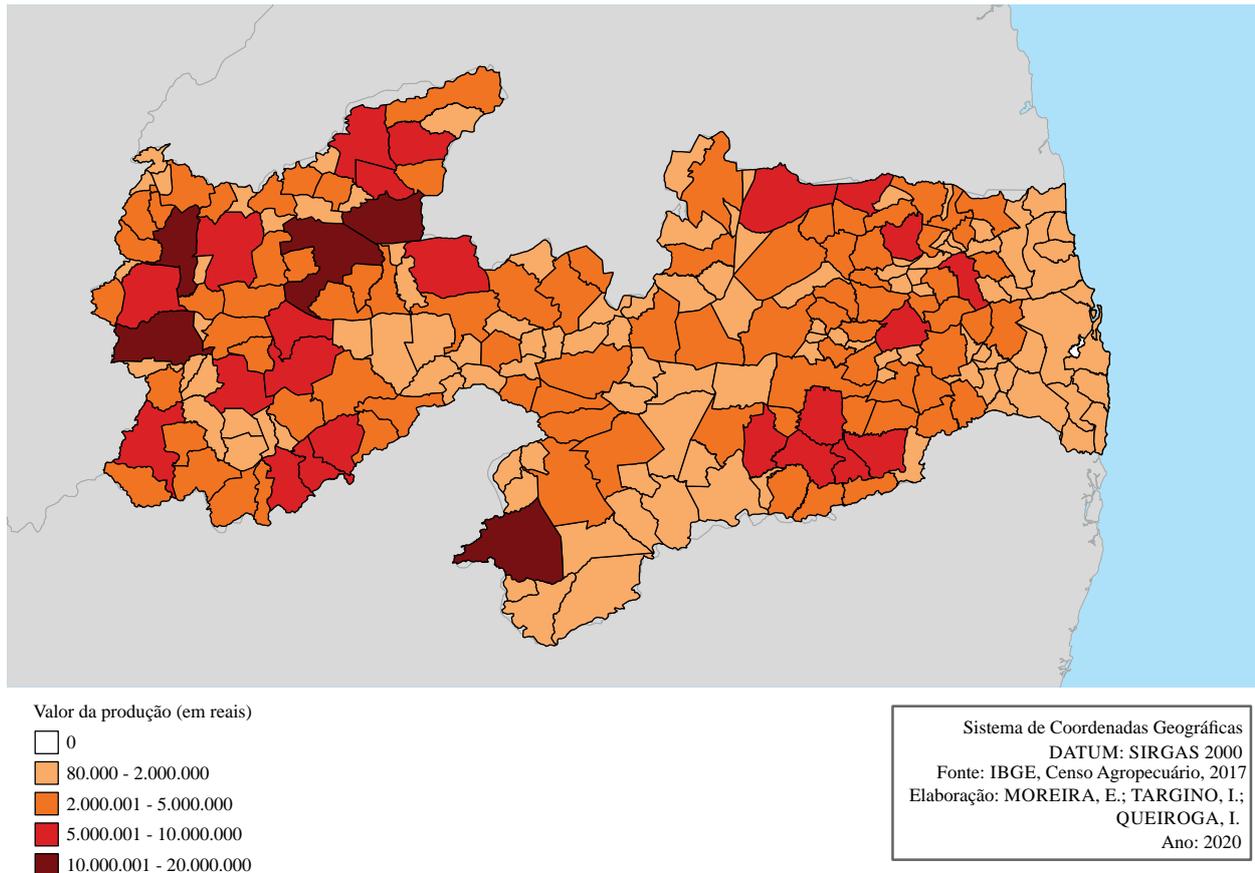
3.5 Produção animal: os principais rebanhos

O principal rebanho paraibano de grande porte é o bovino. A dinâmica desse rebanho apresenta dois aspectos preocupantes. De um

lado, o efetivo desse rebanho, desde a década de 1970, não tem ultrapassado o teto de 1,4 milhão de cabeças. Isto é, o efetivo do rebanho tem oscilado para baixo do teto ao longo dos últimos 50 anos. Quando ocorre uma seca, há uma redução do rebanho, que se recupera nos anos de bom inverno, mas sem conseguir ultrapassar o teto acima referido (TARGINO; CARVALHO; MARTINS, 2019). De outro lado, ainda prevalece um nível tecnológico baixo na pecuária paraibana (CLEMENTINO et al., 2015). De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, apenas 15,9% dos estabelecimentos recebem orientação técnica, 21% fazem controle de doenças e 20,3% fazem uso de suplementação alimentar. Quadro similar é registrado nos estabelecimentos familiares: 16,8% recebem orientação técnica, 21% realizam controle de doenças e 19,8% realizam suplementação alimentar (IBGE/SIDRA, 2019).

Em 2017, o efetivo bovino da Paraíba era de 1.050.612 cabeças. Comparando com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal, observa-se que já havia uma recuperação do nível do rebanho, pois durante o longo período de estiagem que afetou o Estado o efetivo do rebanho atingiu 967 mil cabeças em 2012. Do efetivo total do Estado, as unidades familiares respondem por 57%. Entre essas unidades, as situadas nos grupos de área com até 50 hectares congregam 74,7% do seu efetivo bovino (Figura 4).

Figura 4 – Paraíba: Distribuição espacial do rebanho bovino explorado em estabelecimentos familiares, segundo os municípios e o valor da produção (2017)



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

O peso significativo da pecuária bovina nos estabelecimentos familiares é explicado pelo fato de ser uma mercadoria facilmente vendável, constituindo-se em fonte de renda nos momentos de dificuldade financeira das unidades produtivas (IENO; BALMAT, 1998; TARGINO; MOREIRA; ARAÚJO, 2014). Mesmo entre os estabelecimentos não familiares, tem-se que 21,4% do seu rebanho estão no grupo de área inferior a 50 hectares. Quanto à distribuição espacial do rebanho nos estabelecimentos familiares, embora ele esteja disseminado em todo o Estado, verifica-se que existem algumas áreas de maior concentração (Figura 4).

Quanto à produção dos rebanhos de médio porte, destacam-se os caprinos e os ovinos criados, sobretudo, nos estabelecimentos familiares. Dos 546 mil caprinos registrados, 61,9% pertencem aos estabelecimentos familiares. Dois fatores contribuíram para um rápido

do crescimento desse rebanho: a) na década de 1990, o governo estadual adotou uma política de incentivo à caprinocultura estadual, com a introdução de novas raças, a intensificação da política de assistência técnica (GALVÃO et al., 2006) e a introdução de novo tipo de palma forrageira para combater a praga da cochonilha do carmim; e b) com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos – Leite, houve um forte incentivo para a expansão da caprinocultura sobretudo na mesorregião da Borborema (REGO, 2019; TARGINO; MOREIRA, 2008), uma vez que o Programa garantiu demanda para produto (sobretudo para o leite) e um preço competitivo. Além disso, o Programa incentivou a instalação de várias unidades de beneficiamento do leite no Cariri Paraibano (DUQUÉ, 2007). Como pode ser observado na Figura 5, a caprinocultura está fortemente concentrada na mesorregião da Borborema, cujas condições climáticas são bastante favoráveis a esse tipo de criação.

Figura 5 – Paraíba: Distribuição espacial do rebanho caprino explorado em estabelecimentos familiares segundo os municípios e o valor da produção (2017)

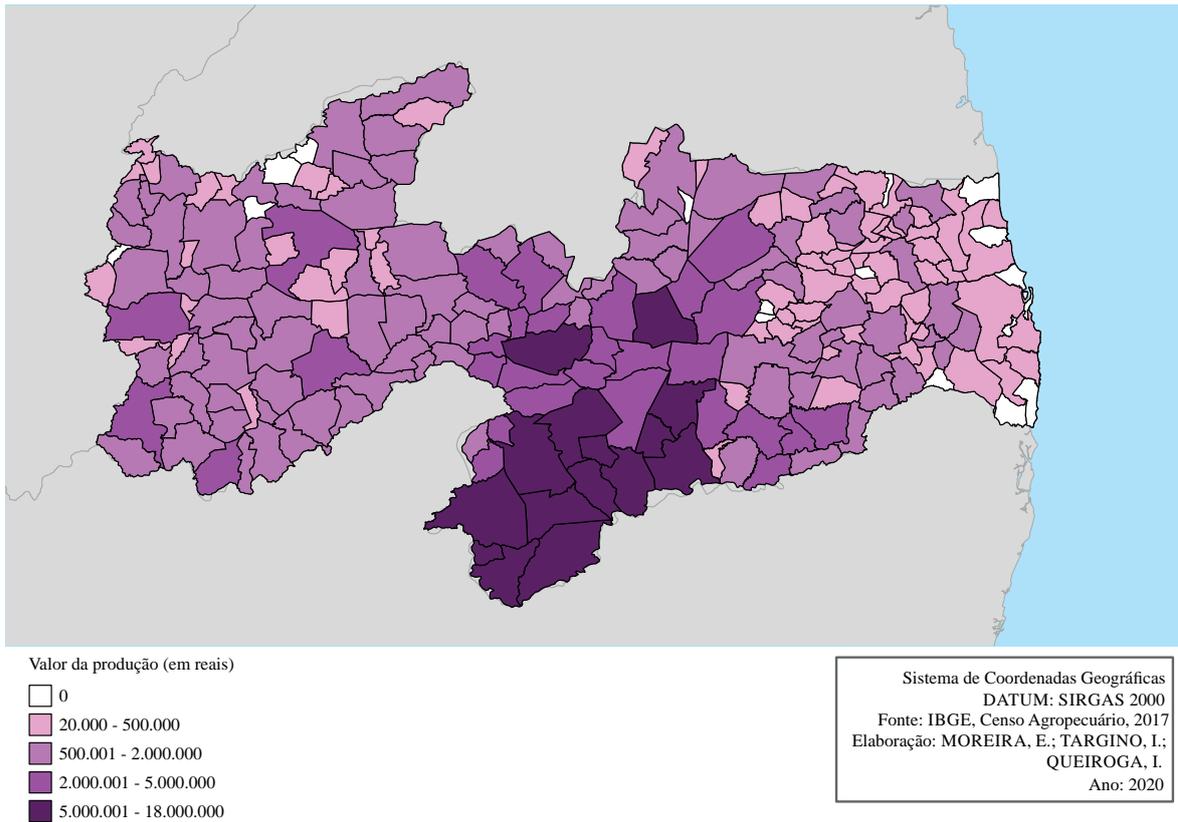
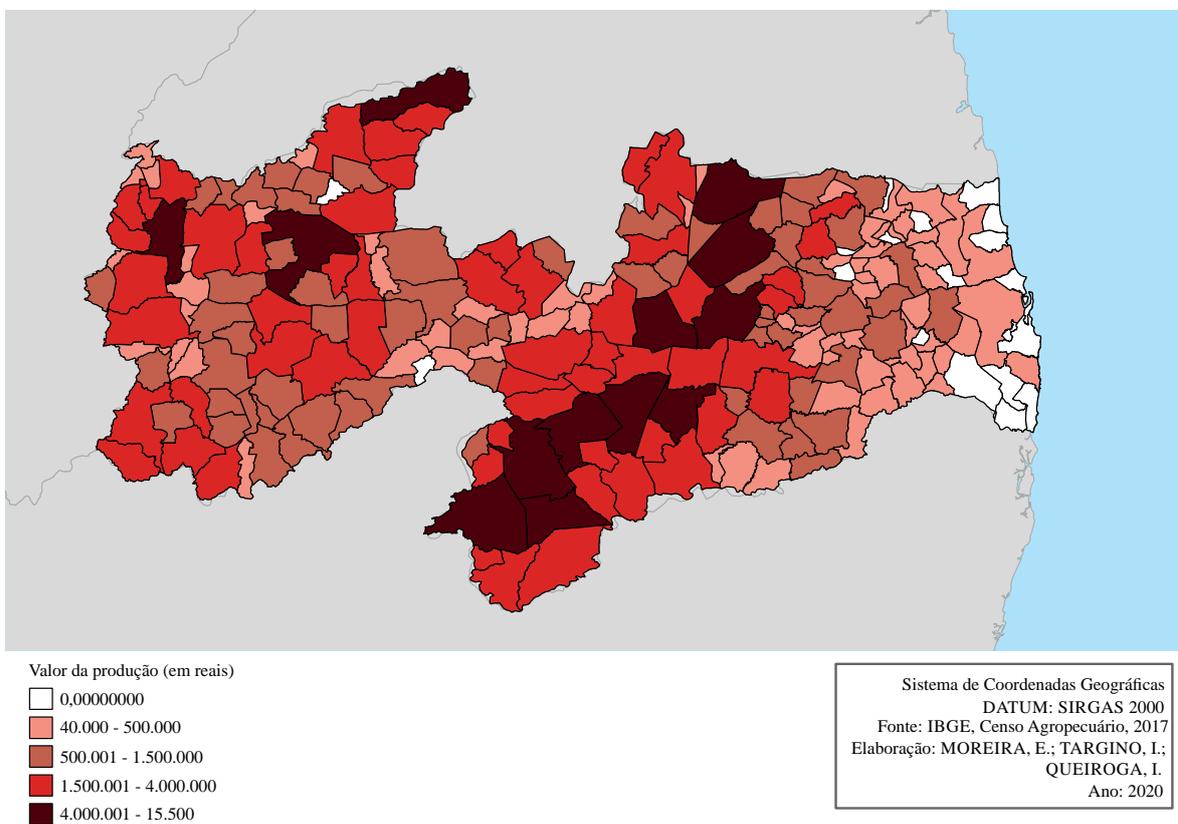


Figura 6 – Paraíba: Distribuição espacial do rebanho ovino explorado em estabelecimentos familiares segundo os municípios e o valor da produção (2017)



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Elaborado por Isadora Queiroga.

A ovinocultura também é explorada principalmente pelos produtores familiares. O rebanho atinge 506 mil cabeças, sendo que 307 mil pertencem às unidades familiares, o equivalente a 60,7% do rebanho estadual. Estudos realizados na Paraíba mostram que a criação de ovinos no Estado apresenta uma série de problemas que redundam em baixa produtividade da atividade. Entre esses problemas são apontados: manejo inadequado, falta de cuidados com a saúde do rebanho, baixa capacidade gerencial dos produtores e ausência de políticas públicas de sustentação desse criatório (LINS et al., 2018). A ovinocultura apresenta menor concentração espacial que a caprinocultura, estando bem difundida nas mesorregiões da Borborema, do Sertão Paraibano e do Agreste Paraibano (Figura 6).

Outro segmento da produção animal expressivo na Paraíba é a criação de galináceos. As unidades não familiares têm peso maior nesse segmento produtivo, responsável por 59,9% das 24,6 milhões de cabeças produzidas no Estado. As unidades familiares respondem por 40,1% da produção. A sua participação nas vendas é um pouco superior (43,2%) a do total produzido (IBGE/SIDRA, 2019).

O maior peso dos estabelecimentos não familiares na criação de galináceos na Paraíba é devido, fundamentalmente, à atuação da empresa Guaraves que controla tanto a produção quanto a comercialização (CORREIA, 2018). A produção de galináceos, historicamente, faz parte da combinação produtiva das unidades familiares, objetivando tanto o autoconsumo de carne e ovos como uma fonte suplementar de renda pela venda do excedente. Na atualidade, o Governo do Estado, Sebrae e algumas ONGs têm atuado no sentido de explorar o nicho da produção de galinhas caipiras e de capoeira (CORREIA, 2018).

A produção animal tem sido uma fonte de insumos para a agroindústria rural paraibana. Com efeito, segundo os dados do IBGE/SIDRA (2019), a agroindústria de queijo e requeijão e de carnes é responsável por R\$ 71,8 milhões, correspondentes a 78,7% do valor total da agroindústria rural existente nas unidades familiares (R\$ 91,3 milhões).

3.6 Base técnica da produção

Uma das faces da modernização do setor agropecuário brasileiro é o nível de sua mecanização. Na Paraíba, esse processo se deu de forma retardada e limitada em relação ao Brasil e foi influenciado pelos impactos do Proálcool e pelos incentivos fiscais concedidos. Além de retardado e limitado, ele incidiu, diferentemente, em termos de atividades, de tamanho dos estabelecimentos e de espaço, isto é, ele foi mais concentrado na atividade canavieira, nas grandes e médias propriedades e na mesorregião da Mata Paraibana (MOREIRA; TARGINO, 1997). Os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que essas características ainda permanecem. Por outro lado, tem-se que as práticas técnicas adotadas também são limitadas, como será visto a seguir.

3.6.1 Utilização de máquinas e implementos agrícolas

De acordo com os dados apresentados na Tabela 6, observa-se que o nível de mecanização da agropecuária paraibana é bastante baixo, o que representa uma continuidade do quadro observado desde os anos de 1980. Isto tanto em termos dos estabelecimentos não familiares quanto dos familiares.

Tabela 6 – Paraíba: Número de máquinas, implementos agrícolas e veículos existentes nos estabelecimentos agropecuários (Unidades) – 2017

Especificação	Total		Não Familiar		Familiar	
	Número	%	Número	%	Número	%
	Nº de estabelecimentos					
Trator	2.564	1,6	1.598	4,2	966	0,8
Semeadeiras	221	0,1	204	0,5	17	0,0

Especificação	Total		Não Familiar		Familiar	
	Número	%	Número	%	Número	%
Nº de estabelecimentos						
Colheitadeiras	63	0,0	58	0,2	5	0,0
Adubadeiras	133	0,1	123	0,3	10	0,0
Veículos	42.524	26,1	12.183	32,3	30.341	24,2
Caminhões	1.653	1,0	807	2,1	846	0,7
Utilitários	3.629	2,2	1.325	3,5	2.304	1,8
Automóveis	5.846	3,6	2.058	5,5	3.788	3,0
Motos	39.531	24,2	11.003	29,2	28.528	22,7
Nº de equipamentos						
Trator	3.562	2,2	2.531	6,7	1.031	0,8
Semeadeiras	254	0,2	237	0,6	17	0,0
Colheitadeiras	100	0,1	95	0,3	5	0,0
Adubadeiras	186	0,1	175	0,5	11	0,0
Veículos	54.316	33,3	16.995	45,0	37.321	29,7
Caminhões	2.178	1,3	1.288	3,4	890	0,7
Utilitários	3.887	2,4	1.470	3,9	2.417	1,9
Automóveis	6.254	3,8	2.340	6,2	3.914	3,1
Motos	41.997	25,7	11.897	31,5	30.100	24,0

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

O uso de trator ainda é muito reduzido por parte dos estabelecimentos agropecuários do Estado. Apenas 1,6% deles declararam possuir esse equipamento, sendo 4,2% dos não familiares e 0,8% dos familiares. Em relação à quantidade de tratores utilizados, o quantitativo também é pequeno (3.562), a maior parte pertencente aos estabelecimentos não familiares (2.531 ou 71% do total). Vale lembrar que a evolução do número desse equipamento é lenta no período mais recente. Após quase que quadruplicar entre 1970 e 1980 (822 e 3.190, nesses respectivos anos, o que equivale a um crescimento médio no período de 288%) sob o impacto do Proálcool, desde então o crescimento é baixo. Em praticamente 40 anos, o incremento foi de apenas 372 unidades.

Quanto aos itens semeadeiras, colheitadeiras e adubadeiras, embora o número seja também muito pequeno nos dois tipos de estabelecimentos, ainda são nos não familiares onde eles estão predominantemente concentrados.

O único item com maior expressividade é o de veículos, mais influenciado pelo uso de motos, o que não está efetivamente relacionado com o nível de produtividade das atividades desenvolvidas.

3.6.2 Práticas técnicas utilizadas

Assistência técnica é reconhecidamente um elemento importante para elevar a produtividade nos estabelecimentos familiares, sobretudo con-

siderando-se o baixo nível de escolaridade dos responsáveis por essas unidades. No entanto, o número de estabelecimentos familiares que tem acesso à assistência técnica é baixo: 21,1 mil unidades, correspondendo a 16,8%. Essa realidade não difere, substancialmente, dos estabelecimentos não familiares, pois apenas 18,9% declararam fazer uso de ajuda técnica (Tabela 7).

A assistência recebida é, predominantemente, de origem governamental (80,2%), o que ressalta a importância e o acerto da política de ATER adotada pelos governos federal, estadual e municipal até recentemente. A Tabela 7 sumaria as principais práticas de cultivo utilizadas pelos estabelecimentos não familiares e familiares na Paraíba.

Tabela 7 – Paraíba: Principais práticas de cultivo por tipo de atividade – 2017

Especificação	Total		Não Familiar		Familiar	
	Número	%	Número	%	Número	%
Estabelecimentos com orientação técnica	28.286	17,3	7.163	19,0	21.123	16,8
Cultivo convencional	57.129	35,0	12.542	33,2	44.587	35,5
Rotação de culturas	30.103	18,4	6.424	17,0	23.679	18,9
Pousio ou descanso de solos	35.434	21,7	7.669	20,3	27.765	22,1
Estabelecimentos com uso de adubação	59.273	36,3	13.987	37,1	45.286	36,1
Fez adubação química	7.479	4,6	1.656	4,4	5.823	4,6
Fez adubação orgânica	46.346	28,4	11.040	29,3	35.306	28,1
Aplicação de corretivo de solo	1.790	1,1	715	1,9	1.075	0,9
Estabelecimentos com uso de agrotóxico	52.232	32,0	10.623	28,2	41.609	33,2
Uso de agricultura orgânica	1.883	1,2	507	1,3	1.376	1,1
Estabelecimentos com uso de irrigação	19.228	11,8	4.834	12,8	14.394	11,5
Área irrigada	97514	2,8	77550	3,9	19964	1,4

Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

O baixo nível da assistência técnica é refletido nos tipos de prática agrícola empregados pelos estabelecimentos familiares: a) o cultivo convencional é praticado por 35,5%; b) apenas 18,9% fazem rotação de cultura e 22,1% praticam o pousio ou descanso de solos; c) pouco mais de um terço faz uso de adubação, predominantemente orgânica; d) é praticamente nula a prática de corretivo de solo; e) um terço das unidades faz uso de agrotóxicos; f) é diminuta a prática de agricultura orgânica; e g) o uso de irrigação é muito baixo, pois apenas 11,5% dos estabelecimentos a praticam e menor ainda é o percentual da área irrigada (1,4%). Esse padrão de práticas agrícolas repete-se, com pouca variação, nos estabelecimentos não familiares.

3.7 Perspectivas da agricultura familiar

Os estabelecimentos familiares paraibanos encontram uma série de dificuldades que obstaculizam o seu desenvolvimento. Dentre elas podem ser destacadas:

- **Limitações do quadro natural**, tais como: tipos de solo de baixa aptidão agrícola; baixa e irregular precipitação pluviométrica (NIMER, 1979), o que é agravado nos momentos de seca prolongada, como a que ocorreu na década de 2010, comprometendo até mesmo as iniciativas de produção irrigada. Grande parte dos solos da Paraíba apresenta limitações à atividade agrícola, principalmente na mesorregião da Borborema, onde além

de rasos e pedregosos apresentam manchas importantes de solos salinos (MOREIRA, 2000);

- **Perfil dos produtores familiares:** conforme visto anteriormente, os produtores familiares são, predominantemente, idosos e com baixo nível de escolaridade. Além disso, o êxodo rural e o assalariamento de parte da mão de obra familiar provocam restrições na disponibilidade da mão de obra por parte deste segmento produtivo (MORENO; TARGINO; QUEIROZ, 2016). O insuficiente nível de escolaridade é fator de restrição à adoção de técnicas produtivas mais diversificadas e eficientes;
- **Nível tecnológico:** de acordo com o discutido no item anterior, apesar de algumas inovações introduzidas por órgãos governamentais e por ONGs, o padrão tecnológico empregado pelos estabelecimentos familiares é insuficiente. Para superar essa deficiência, há uma intensificação da utilização de mão de obra tanto familiar, que ainda não migrou, quanto assalariada, de modo que o crescimento da produção decorre mais do emprego crescente do trabalho do que de outros fatores (TORRE, 2020; PANTA; MOREIRA, 2018);
- **Tamanho dos estabelecimentos:** o processo de minifundização em curso gera consequências importantes para a produtividade dos estabelecimentos familiares, sobretudo na porção semiárida do Estado (90,9% do território estadual), pois, segundo alguns estudos, o tamanho mínimo que garante a sobrevivência da família nessa porção do Estado é de 50 hectares (SILVA, 1980);
- **Comercialização da produção:** os canais de comercialização da produção familiar estão, sobretudo, sob controle de intermediários (PANTA; MOREIRA, 2018; FIGUEIREDO; TARGINO, 2019). Se de um lado os atravessadores representam um canal importante de escoamento da produção face à dispersão da mesma, por outro, implica em um mecanismo de extração do sobretabalho dos estabelecimentos familiares;
- **Diversificação da produção:** à exceção de algumas áreas da Zona da Mata e do Agreste, onde há presença das lavouras do abacaxi e da cana nos estabelecimentos familiares e da expansão da fruticultura em algumas áreas

bem delimitadas do Estado, há o predomínio das lavouras tradicionais, particularmente, na zona semiárida paraibana, fragilizando sobretudo o segmento no Estado.

Diante dessas dificuldades, foram estabelecidas e implantadas diversas políticas públicas que objetivavam dar suporte à agricultura familiar, bem como fortaleceram ações de Organizações não Governamentais com a mesma finalidade. Dentre as políticas podem ser lembradas: a) a política agrária que efetivou o assentamento de 14.655 famílias em 294.672,08 hectares até abril de 2016; b) disponibilidade do crédito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programa que pela primeira vez propiciou o acesso do produtor familiar ao crédito, principalmente nas modalidades custeio e investimento; c) políticas de criação de mercado institucional, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas ainda que tenham tido uma cobertura limitada, foram importantes para assegurar demanda e preço para os produtos da agricultura familiar, como já destacado anteriormente; d) política de fortalecimento da assistência técnica, seja através dos canais tradicionais a exemplo da Emater, seja através prestação de serviço de assistência técnica através de cooperativas.

Além das ações governamentais, a atuação de ONGs foi também importante no suporte à agricultura familiar. As mais destacadas na Paraíba foram a Articulação do Semiárido (ASA-PB), a Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA/PB), o Centro de Educação Popular e Formação Social (CE-PFS) e o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (Patac). Essas organizações têm desempenhado papel relevante na criação e difusão de tecnologias sociais, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e formas de convivência com a seca, a exemplo de: banco de sementes, cultivo agroflorestal, prática de agroecologia, cisternas de placa e cisternas calçadão, barragens subterrâneas, irrigação alternativa, tanques de pedra, biodigestor, insumos orgânicos etc. Além disso, as ONGs também têm atuado na difusão de formas organizativas e formação de lideranças comunitárias e no estímulo a

novas atividades, tais como beneficiamento de produtos, artesanato, turismo rural etc.

Esse conjunto de iniciativas tem sido fator que contribui para a permanência da agricultura familiar no contexto do setor agropecuário estadual, seja para a sua diversificação seja para melhor qualificá-la tendo em vista sua integração ao mercado.

A atual conjuntura econômica e política brasileira apresenta um quadro progressivo de incertezas para a sustentação da produção familiar no Brasil e, particularmente, na Paraíba tendo em vista as limitações do quadro natural e do contexto mercadológico estadual. São pontos de inquietação:

- a. O desmonte sistemático de algumas políticas (casos do PAA, da ATER e da Política Agrária). Os impactos já se fazem sentir no Estado conforme notícias nas mídias⁹ e levantamento de pesquisas recentes (CORREIA, 2020; FIGUEIREDO; TARGINO, 2019);
- b. Mudanças nas exigências para o encaminhamento do pedido de aposentadoria. Antes era exigida uma declaração do sindicato rural, atestando a condição de agricultor, agora o pedido deve ser feito diretamente no INSS, quando o solicitante deve preencher uma série de formulários e há aumento da documentação exigida (RG, CPF, Certidão de nascimento, título eleitoral e outros que comprovem a atividade rural, como comprovante de endereço rural, notas fiscais, fichas de atendimento do posto de saúde etc.). A mudança no procedimento, levou a um aumento do número de recusas do benefício e redução no número de aposentadorias concedidas (SIBAHI, 2020). Isso poderá afetar não apenas o padrão de vida das famílias rurais, mas também a sustentação da agricultura familiar, uma vez que parte da aposentadoria é utilizada para garantir a produção (DELGADO, 1997; KATO; TARGINO, 2009), e;
- c. Criminalização e perseguição dos movimentos sociais tendem a inibir a sua ação, que tem sido fundamental para a sustentação da luta por acesso à terra e por condições de permanência na terra por parte dos trabalhadores rurais (AMARAL; FIEDLER, 2018; MORAIS; MORAIS, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação histórica da agricultura familiar na Paraíba mostra que ela integra a organização do espaço agrário estadual desde o início da ocupação portuguesa. Embora exercendo, inicialmente, uma função subsidiária do projeto agroexportador baseado na plantation açucareira, ela foi se consolidando e se expandiu de acordo com as necessidades do capital que, ao longo do tempo, foi recriando-a de modo a favorecer a sua valorização e acumulação.

A reafirmação da importância da agricultura familiar, seja em termos de produção seja em termos de absorção de mão de obra, pode ser considerada como um dos principais resultados do Censo Agropecuário de 2017 no que tange à Paraíba. A permanência desse segmento no contexto do setor agropecuário estadual é resultado de uma conjugação de fatores com destaque para as políticas de suporte à agricultura familiar, a presença de organizações não governamentais que lhe dão suporte e o processo de partilha da terra por motivo de herança.

Além da permanência, os dados censitários e os resultados de algumas pesquisas de campo apontam para uma tendência de maior integração da agricultura familiar à dinâmica do mercado. Dentre essas mudanças, ressaltam-se: crescimento da fruticultura, aumento da agroindústria rural, exploração de novos nichos mercadológicos como turismo rural, atuação de organizações não governamentais e adoção de tecnologias sociais.

Não obstante sua permanência e os avanços acima mencionados, esse segmento produtivo apresenta alguns problemas, tais como: envelhecimento e baixo nível de escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos, fracionamento excessivo das unidades produtivas, padrão tecnológico insuficiente, concentração da produção de lavouras em poucos produtos, ca-

9. Conforme noticiado no G1: “Para se ter uma ideia, das 200 famílias que eram beneficiadas pelos programas no município (Remígio), apenas 62 foram inscritas este ano (2017). Os cortes nos recursos chegam perto dos 80%. As instituições não governamentais que acompanham a execução dos programas na Paraíba estão preocupadas com o impacto dos cortes. Com o programa, as famílias mudaram de vida porque muitas conseguiram equipar sua área de produção e sua própria casa, explica Diógenes Pereira, assessor técnico da ASPTA”.

nais de comercialização restritos, fragilidade da organização produtiva das unidades familiares localizadas no semiárido, centrada nas lavouras tradicionais (feijão e milho). Essas dificuldades tendem a se agravar, tendo em vista o desmonte das políticas de sustentação da agricultura familiar e de reestruturação agrária adotadas nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. J. do; FIEDLER, C. Z. A criminalização de movimentos sociais no Brasil contemporâneo: uma herança autoritária. In: MARTIN, M. L. et al. **Los nuevos desafíos del derecho ibero-americano**, v. 1, p. 319-331; 1ª Edição. Editora: La Casa del Abogado, 2018, Espanha.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. Brasiliense. 1973.
- AZEVEDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BRITO, V. **Missões na capitania da Paraíba**. Campina Grande: Cópias & Papéis, 2013.
- CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**. Manchester: Manchester University Press, 1986.
- CLEMENTINO, I. J. et al. Caracterização da pecuária bovina no Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 36, n. 1, jan./fev. 2015.
- CORREIA, A. P. S. **Impactos do programa de aquisição de alimentos na organização e sustentação do campesinato no Agreste Paraibano**. Tese (Tese em Geografia) – UFPB. João Pessoa, 2020.
- CORREIA, S. C. C. **Avicultura capitalista e campesinato no Agreste Paraibano**. Tese (Tese em Geografia) – UFPB. João Pessoa, 2018.
- DELGADO, G. **Previdência rural**: relatório de avaliação socioeconômica. Brasília: IPEA, Texto para discussão n. 477, 1997.
- DUQUÉ, G. **Programa de Aquisição de Alimentos PAA/Leite no Estado da Paraíba**. Campina Grande: UFCG/CNPQ, Relatório de pesquisa, 2007.
- FIGUEIREDO, N. R. M.; TARGINO, I. Estado, Políticas Públicas e Territórios Rurais. **Okara: geografia em debate** (UFPB), v. 13, n. 1, 2019.
- FREIRE, N. P. **Produção de cana-de-açúcar nos assentamentos da Zona da Mata paraibana**: monopolização do território e estratégia de reprodução camponesa. Recife: UFPE/PPGG, tese de doutorado, 2019.
- GALVÃO, P. F.; LIMA, D.; ALBUQUERQUE, A. C.; ATAÍDE, C. Desenvolvimento sustentável da caprinocultura no Cariri Paraibano. In: MOREIRA, E. **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006
- GARDNER, R. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. da USP, 1975.
- GLOBO RURAL. **Agricultores sofrem com a redução do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2017. Disponível em: <http://www.portalagronoticias.com.br/noticia/2311/agricultores-sofrem-com-a-reducao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967.
- HANDELMANN, H. **História do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.
- HERCKMAN, E. Descrição geral da capitania da Parahyba. In **Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba**, João Pessoa, UFPB, v. 2, n. 4, 1964.
- IBGE. **Manual do Recenseador**. 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf. Acesso em: 19 dez. 1919.

- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- IENO, G.; BALMAT, T. **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1998.
- INCRA/SIPRA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação.** Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.
- KATO, R.; TARGINO, I. Previdência social e pobreza na zona rural do Nordeste brasileiro. **Revista da ABET**, v. 8, 2009.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KOSTER, H. **Viagem ao Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.
- KREIN, J. D.; VÉRAS, R.; FILGUEIRAS, V. (Orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade.** Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.
- LEMOS, F. A. **Nordeste: o Vietnã que não houve.** Ligas camponesas e o golpe de 64. João Pessoa: Edições Linha d'Água, 2008.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LINS, J. G. G. et al. Perfil do ovinocultor no oeste do alto sertão paraibano. **Tecnologia e Ciência Agropecuária**, João Pessoa, vol. 12, n. 1, 2018.
- LIPIETZ, A. **Le capital et son espace.** Paris: François Maspero, 1978.
- MELO, M. L. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba.** Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia. 1958.
- _____. **O açúcar e o homem.** Recife: Fundaj, 1975.
- MORAES, W. S.; MORAES, L. S. C. Passagens. As máscaras do Estado repressor: A criminalização dos movimentos sociais no Brasil. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 8, no .1, janeiro-abril, 2016, p. 102-121.
- MOREIRA, E. **A natureza do espaço paraibano.** João Pessoa: UFPB/DGEOC, 2000.
- MOREIRA, I. T. **Les facteurs déterminants du processus migratoire au Nord-est du Brésil pendant la période 1950-1970.** Tese (Tese em Desenvolvimento Econômico e Social) - Université de Paris I. Paris. p. 366. 1982.
- _____. **O processo de povoamento da Paraíba.** João Pessoa: Departamento de Economia – UFPB, mimeo, 2014.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.
- MOREIRA, E. R. F.; FREIRE, N. P.; TARGINO, I. Trabalho assalariado na Zona Canavieira da Paraíba: Tendências atuais. **Revista da ABET (Impresso)**, v. VII, p. 136-151, 2008.
- MORENO, V.; MOREIRA, I. T.; QUEIROZ, S. Fluxos migratórios paraibanos: síntese dos últimos 40 anos. **Okara: Geografia em Debate (UFPB)**, v. 10, p. 133-150, 2016
- NABUCO, J. O Abolicionismo. In: MOTTA, L. D. (org.). **Interpretação do Brasil: um banquete nos trópicos.** São Paulo: Senac, 2001.
- NERY, C. Em onze anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho. IBGE - **Agência de Notícias.** 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho>. Acesso em: 30 mar. de 2020.
- NIMER, E. **Pluviometria e recursos hídricos de Pernambuco e Paraíba.** Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- OLIVEIRA, F. Economia brasileira: crítica à razão dualista. **Seleções Cebrap 1.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

- PANTA, R. L. S.; MOREIRA, I. T. O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos Assentamentos da Reforma Agrária em Sapé (PB). **Revista Nera** (Unesp), v. 21, p. 90-115, 2018.
- PINTO, F. P. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1977.
- RÊGO, E. E. **A tecnificação do território no Cariri Paraibano associada às políticas de estímulo à (re)pecuarização e a prática do cooperativismo agropecuário**. Tese de doutorado. João Pessoa: UFPB/PPGG, 2019.
- REY, J. P. P. **Les alliances de classes**. Paris: François Maspero, 1973.
- SEIXAS, W. N. **Viagem através da província da Paraíba**. João Pessoa: Ed. União, 1985.
- SIBAHI, P. Governo nega aposentadoria a 260 mil trabalhadores rurais em 2019, recorde da década. **Carta Capital**, 31 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/g-ahadores-rurais-em-2019-recorde-da-decada/overno-nega-aposentadoria-a-260-mil-trab>. Acesso em: 30 mar. de 2020.
- SILVA, J. A. N. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. **Saúde e Sociedade**, v.16, n.2, São Paulo, p. 11-124, May/Aug. 2007.
- SILVA, S. R. **Efeitos dos investimentos sobre o emprego de mão-de-obra no Nordeste semi-árido brasileiro por ocasião das secas**. Viçosa: UFV, Dissertação de mestrado. 1980.
- SOUZA, J. R. M. **Resistência e recriação camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Lagoa Seca**. João Pessoa: UFPB/PPGG, Dissertação (Mestrado em Geografia), 2015.
- SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. F. P. V. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.
- TARGINO, I. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. **Raízes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 21, p. 148-160, 2002.
- _____. **Processo de trabalho e mortalidade infantil**. João Pessoa: UFPB/GESTAR, Relatório de pesquisa encaminhado ao CNPQ, 1991.
- TARGINO, I.; CARVALHO, R. G.; MARTINS, W. F. Desempenho da economia paraibana no início do século XXI. **BNB Conjuntura Econômica**, v. 60, p. 1-26, 2019.
- TARGINO, I.; MOREIRA, E. R. F.; ARAÚJO, N. M. U. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 2000. **Okara: Geografia em Debate** (UFPB), v. 8, p. 271-293, 2014.
- TORRES, E. N. **Espaço agrário e trabalho assalariado no campo nordestino: uma análise do caso da Paraíba**. Tese (Tese em Geografia) - UFPB. João Pessoa. p, 324, 2020.

AGRICULTURA FAMILIAR EM PERNAMBUCO: O QUE DIZ O CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Family Farming in Pernambuco: highlights from the 2017 Agricultural Census

Yony Sampaio

Engenheiro Agrônomo. Pós-Doutorado em Economia pela University of Oxford(1976), University of Illinois - System(1996) e Université Pierre Mendés France - Grenoble (2009). Prof. Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE). Av. dos Economistas s/n., Cidade Universitária. CEP: 50670-901. Recife, Pernambuco, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. sampayony@yahoo.com.br

Tales Vital

Engenheiro Agrônomo. Pós-Doutor em Economia pela Université Paris 1- Panthéon-Sorbonne (1997) e pela Université Pierre Mendés France - Grenoble (2008). Prof. Titular do Departamento de Economia da Univesidade Federal Rural de Pernambuco (DECON-UFRPE), Av. Dom Manoel de Medeiros s/n. Campus Dois Irmãos. CEP: 52171-900. Recife, PE - Brasil. talesvital@hotmail.com.

Resumo: A agricultura familiar tem peso substancial no número de estabelecimentos, na produção e na ocupação da mão de obra. Nos últimos 25 anos, o segmento vem sendo objeto de inúmeras políticas de apoio. A análise das características da agricultura familiar, no Estado de Pernambuco em 2017, é o objetivo deste trabalho. Notável é a convergência em produtividade, apontando aproximações entre o agronegócio e a agricultura familiar. Provavelmente deve-se, como indicado em outros dados, à melhoria do nível tecnológico e à maior integração ao mercado. Em Pernambuco, a agricultura familiar tem elevada participação na produção de leite e crescente na de ovos, assim como boa expressão na produção caprina. Nas culturas, mantém-se expressiva a produção de banana e castanha de caju. A elevada participação em diversas culturas temporárias é, antes, expressão de resiliência que de pujança. Estes resultados refletem o acerto das políticas públicas adotadas e a necessidade de ter continuidade, tanto para o fortalecimento como para a facilitação dos ajustes necessários.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Censo Agropecuário; Pernambuco.

Abstract: Family farming present expressive participation in the number of farms, in production and labor use. Along the last 25 years it has been the objective of several policies. An analysis of characteristics of family farming in Pernambuco in 2017 is the purpose of this paper. Notable is a convergence in productivity among agribusiness and family farming. Probably this is due as indicated by other data to technological improvements and a higher integration to the market. In Pernambuco, family farming presents high participation in milk production and is increasing egg production and is also important in goat production. In relation to cultures are important in banana and cashew nuts production. A high participation in several temporary cultures is more an expression of resilience than of strength. These results show the action of adopted policies and a necessity of its continuity both to strength family farming and also to ease necessary adjustments.

Keywords: Family Farming; Agricultural Census; Pernambuco.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem peso substancial no número de estabelecimentos agropecuários no Brasil e em todas suas regiões, assim como expressiva participação na produção e na ocupação da mão de obra. Nos últimos 25 anos, tem recebido apoio intensivo do governo visando elevar sua produtividade e inserção nos mercados de insumos e produtos. Linhas de crédito específicas propiciaram uma inédita ampliação no acesso ao crédito institucional. Estas ações de governo foram complementadas com uma clara definição de agricultura familiar que delimitasse os limites da abrangência e os beneficiários dos diversos instrumentos adotados. Vários estudos analisaram características e a evolução dessa agricultura familiar (FAO /INCRA, 2000; GUANZIROLI; SABATTO; VIDAL, 2011).

Com a divulgação do novo Censo Agropecuário 2017 é possível desenvolver análises comparativas, tanto em relação ao Censo anterior, embora com ressalvas, como entre regiões e estados de uma mesma região. Em feliz iniciativa, foi proposta, por alguns pesquisadores e o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), vinculado ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a realização de estudos de análise comparativa por estado do Nordeste.

O objetivo geral deste trabalho, em consonância ao exposto, é analisar, crítica e comparativamente, as mudanças ocorridas nas características e no desempenho da agricultura familiar em Pernambuco e, ao mesmo tempo, contrastar com o ocorrido no Nordeste e no Brasil. Com isso, busca-se oferecer uma melhor compreensão das suas necessidades e oportunidades, bem como oferecer sugestões para a melhoria da política de apoio ao segmento no Estado.

Após esta introdução, segue-se breve digressão sobre o referencial teórico e, na terceira seção, a metodologia. A parte central contém os resultados e sua discussão, dividida em seis subseções. A seguir, trata-se, ainda que de forma sucinta, das perspectivas da agricultura familiar em Pernambuco e no Nordeste à luz de esperadas mudanças na agropecuária e na economia brasileira, com impactos destacados sobre o meio ambiente no médio prazo. Por fim, aportam-se as conclusões finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O marco na análise da questão da agricultura familiar no Brasil é o trabalho (FAO/Incrá, 2000), que estabeleceu a agricultura familiar compreendendo os estabelecimentos que apresentassem simultaneamente as seguintes condições: (1) a administração da unidade ser exercida pelo produtor; (2) o trabalho familiar ser superior ao trabalho contratado, e; (3) a área da unidade não ser superior a 15 módulos fiscais. Esta definição rompeu com o conceito anterior que confundia área do estabelecimento com suas características, que diferem em função de muitas variáveis, entre as quais, as condições edafoclimáticas e a natureza da atividade e as condições sociais de produção.

A rigor, a definição adotada no trabalho FAO/Incrá diverge no conceito como aplicado em economias desenvolvidas, pois estas adotam apenas as condições (1) e (2), já que em economias com acesso a tecnologias modernas, muitas unidades, de fato a maioria na Europa ocidental e nos Estados Unidos, são geridas e operadas por uma família, apenas com pequena ajuda externa, mas pelo fato de contarem com mecanização podem apresentar áreas maiores.

A lei n. 11.326, de 2006, redefiniu agricultura familiar de modo ainda mais restritivo, ao exigir as seguintes condições: (1) não deter área maior do que quatro módulos fiscais; (2) utilizar predominantemente mão de obra familiar; (3) a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e (4) o estabelecimento ser dirigido pelo agricultor ou sua família.

Esta lei propõe uma definição com claros propósitos de política de apoio à agricultura familiar e, como tal, apresenta um viés explícito em favor das unidades familiares menores. Dado o propósito, o viés é justificável, mas não pode ser aplicada para caracterização da agricultura familiar como conceito geral. Outra condição, a referente à renda, incorpora elemento de precisão ao excluir chácaras e condomínios rurais. Mas deixou margem à inclusão de unidades rurais de residência antes que de produção, como será arguido com detalhes a seguir.

Como conceito amplo, a agricultura familiar é limitada apenas a dois requisitos além, é ób-

vio, de ser uma unidade de produção agrícola: (1) a mão de obra é predominantemente familiar; e (2) a gestão do negócio é familiar (GASSON et al., 1988). Arelada à política de apoio, com oferecimento de vantagens econômicas, cabe limitar o universo acima àquelas unidades que apresentem deficiências que resultem em uma renda mais baixa e precisem de condições como crédito a juro mais baixo, acesso privilegiado e em condições mais favoráveis a insumos e tecnologias mais produtivas, dificuldade de comercialização da produção em condições competitivas, entre outras. O que se argumenta é que o propósito da definição pode requerer restrições, mas a caracterização deve partir do conceito amplo, sob pena de mascarar uma realidade e até prejudicar o apoio pensado para a agricultura familiar.

Caso seja adotada uma restrição de área, independente dessa unidade atender todos os demais requisitos, ficará excluída uma agricultura familiar que talvez tenha melhor desempenho produtivo e monetário. No exterior, destaca-se, não existe tal condição. Já no Brasil, a agricultura familiar que se modernize, adote insumos e tecnologias modernas, integre-se ao mercado e, conseqüentemente, possa gerir áreas maiores e elevar o valor da produção, é excluída. Além de ocultar parcela importante da agricultura familiar, introduz viés para baixo no desempenho da agricultura familiar ao restringir apenas àquelas com áreas menores que o limite e, possivelmente, com valor de produção médio e baixo. O retrato apresentado claramente é enviesado para pior.

Do outro lado do espectro, caso não sejam observadas outras rendas (transferências, aposentadorias etc.), inclui como agricultura familiar unidades que não têm como objetivo principal a produção agropecuária. Daí a definição no exterior especificar que deve ser “um negócio agrícola”. Ou seja, a renda principal da família pode vir de outras atividades (excluído, claro, rendas da indústria e do comércio).

No Nordeste, de um modo geral, tem sido destacado que o campo vem progressivamente sendo esvaziado, permanecendo pessoas idosas e do sexo feminino (GOMES, 2001). A literatura tem apontado, igualmente, que a aposentadoria rural e as transferências de renda do setor

público vêm tendo papel fundamental em reter essa população no campo (MAGALHÃES, 2016; AQUINO; NASCIMENTO, 2019). Vários aspectos positivos decorrem dessa política. Por exemplo, a manutenção de uma renda mínima atenua os problemas decorrentes das secas, cuja antiga dramaticidade estava relacionada às drásticas quedas de renda (SEN, 1981; SAMPAIO, 2007; AQUINO; NASCIMENTO, 2019). Também, diminui a migração rural-urbana e atenua a pressão pela ampliação de serviços urbanos, muito deficientes, principalmente nas regiões Nordeste e Norte. Mas implica na manutenção de unidades rurais que se caracterizam mais como residência que como unidades produtivas. A renda pode advir predominantemente de outras fontes e não da agropecuária. A agropecuária praticada por parcela desses produtores é subsidiária, mais uma forma de ocupação e geração de produtos para consumo próprio, que com grande imprecisão, agricultura de subsistência, um termo enganoso para unidades nas quais esta produção apenas complementa a renda e o consumo, este último em boa parte procedente de compras.

Assim, boa parte da chamada agricultura familiar engrossa apenas a quantidade de unidades de baixa produção, geralmente identificadas como sem sustentabilidade. No entanto, o objetivo das mesmas parece ser mais residencial, que produtivo e, como tal, faz pouco sentido falar em sustentabilidade. Qual a sustentabilidade dinâmica de unidades desse tipo lideradas por pessoas idosas, quando os jovens já se deslocaram para outras atividades?

Há várias implicações decorrentes da inclusão dessas unidades residenciais não produtivas. Primeiro, magnifica um problema real, iludindo os planejadores. Segundo, tira o foco das unidades efetivamente produtivas, nas quais agricultores familiares dedicados à produção não conseguem se modernizar, se integrar ao mercado e obter uma renda mínima aceitável. Neste último caso, deve-se investigar se a insuficiência decorre da dimensão da área, ser inferior à desejável ou de falta de acesso a crédito, ao mercado de insumos ou, ainda, de deficiências de formação técnica que permitam realizar inovações nas suas unidades.

Para focar na agricultura familiar de fato, explorando suas características, pontos fortes e fracos, carências e necessidades, é necessário avançar ainda um pouco mais no conceito de agricultura familiar. Tem sido um longo caminho desde o marco referencial de 2000 (FAO/INCRA), mas é preciso distinguir o conceito de agricultura familiar, mais universal, de conceituações mais restritivas e voltadas exclusivamente à definição da política pública.

Em 2017, o conceito foi novamente alterado, com finalidades de política econômica, para incluir famílias no extrativismo, pescadores, indígenas e quilombolas. Não cabe maior discussão, uma vez que as famílias que se dedicam à agricultura já estariam devidamente incluídas. A ampliação pretende apenas beneficiar grupos sociais, de certa forma, distintos, com atividades precárias e muitas vezes com renda baixa e irregular.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada é analítico-comparativa, ou seja, são analisados dados do último Censo 2017, buscando-se obter um quadro da agricultura familiar em Pernambuco. Os dados, em si, permitem uma caracterização da agricultura familiar em diversos aspectos ligados aos produtores e aos estabelecimentos. A análise crítica pressupõe conhecimento das regiões e da produção econômica nas quais esta agricultura se insere. A comparação permite contrastar a situação em Pernambuco com a do Nordeste como um todo e com o Brasil. Embora, com ressalvas, dada a mudança na definição da agricultura familiar de 2017, a qual possivelmente introduz pequenas alterações, compara-se também com a situação apresentada no Censo 2006, que adotou conceitos e metodologia quase idênticos.

O Censo Agropecuário de 2017 apresenta dados detalhados sobre a agricultura familiar. Um grande ganho em relação aos censos do milênio passado em que se precisava construir conceitos a partir dos dados primários e com tabulações especiais. No entanto, tem-se a limitação do conceito adotado pelo IBGE (2019) que seguiu a lei n. 11.326, de 2006, especificando que a “renda da atividade agrícola deve compor, no mínimo, metade da renda familiar”. Para efeitos

comparativos, não há maiores problemas, já que os últimos censos adotaram critérios idênticos.

Estas constatações correspondem precisamente ao que foi destacado no marco conceitual, decorrente da definição que exige que pelo menos metade da renda deva provir da atividade agrícola. Ficam excluídos estabelecimentos que melhor se caracterizam como residenciais. Em reforço, e ainda em acordo com o discutido no marco conceitual, mesmo entre os estabelecimentos que atendem os critérios, há envelhecimento dos chefes e saída dos jovens para outras atividades. Isto enseja prever que a tendência futura é de continuidade da redução do número de estabelecimentos e ainda maior do pessoal ocupado na agricultura familiar, mesmo que com pequena redução da área.

Por outro, o critério de pequeno porte (até quatro módulos fiscais) deve estar excluindo a agricultura familiar mais produtiva, principalmente a voltada para atividades em que se constata ganho de escala e, possivelmente, a que mais adota tecnologias modernas. O critério, como apontado no marco conceitual, empobrece o quadro da agricultura familiar, excluindo talvez as unidades mais dinâmicas. No entanto, para comprovação, seriam necessárias tabulações especiais, o que está além do escopo deste trabalho, que se limitará a apresentar o perfil da agricultura familiar a partir da definição oficial adotada no último censo.

Neste trabalho será utilizado, exclusivamente, o Censo Agropecuário de 2017, não se adiantando qualquer comparação com o Censo anterior, principalmente no que se refere à variação no número de estabelecimentos, na área e no pessoal ocupado, objeto de informe do IBGE, abaixo citado (IBGE, 2019), no que se refere ao País como um todo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Informe do IBGE (2019), analisando o Censo Agropecuário de 2017, constata diminuição do número de estabelecimentos (-9,5%), queda da área (-0,5%) e redução ainda maior do pessoal ocupado (-17,6%). Neste mesmo informe do IBGE é dito que tem aumentado “[...] o número de estabelecimentos em que o produtor está buscando trabalho fora, diminui a mão de obra

familiar e está diminuindo a média de pessoas ocupadas”. Também, constata “[...] envelhecimento dos chefes de família, ao mesmo tempo em que os filhos optam por outras atividades fora do domicílio agrícola”. Os números mostram que a queda maior é a do pessoal ocupado (busca outras atividades) e depois do número de estabelecimentos; a redução de área é mínima.

Apesar da importância dos números mencionados, neste trabalho não se procede a qualquer comparação com censos anteriores, pelo que as constatações acima para o Brasil, são colocadas apenas como marco referencial indicativo, não se prosseguindo com análise semelhante para o Nordeste e Pernambuco. Como indicado na metodologia, o estudo apresenta exclusivamente um retrato para o ano de 2017.

4.1 Características dos produtores e dos estabelecimentos

O Nordeste, desde sempre, apresenta um percentual de estabelecimentos da agricultura familiar ligeiramente superior ao do Brasil. Há várias releituras sobre esse aspecto, todas resultantes de um fato estilizado da teoria do desenvolvimento econômico (KUZNETZ, 1966): quanto mais desenvolvida uma região ou país,

menor a participação da agricultura. Como há predomínio de estabelecimentos familiares na agricultura, em todo o mundo, deve ocorrer ligeira queda no número de estabelecimentos familiares com o crescimento econômico.

Visto por outro prisma, a agricultura primitivamente foi o repositório da maior parte da população rural e na medida em que ocorre migração rural-urbana tanto o número como a participação das unidades familiares devem cair. Afinal, das unidades de menor tamanho, predominantemente familiares, se originam os migrantes (SAMPAIO; SAMPAIO, 2020). Em algumas áreas do Nordeste a população rural total tem diminuído, embora menos que em outras áreas do País, o que enseja também queda no número de estabelecimentos familiares.

Em Pernambuco, o percentual de estabelecimentos familiares, em 2017, é maior que no Nordeste e essa Região permanece com percentual maior que o do Brasil (Tabela 1). Mas Pernambuco apresenta uma situação bastante distinta em relação ao Nordeste. Comportamento semelhante ocorre em relação à área ocupada pela agricultura familiar e também em relação ao valor da produção nesses estabelecimentos, onde Pernambuco tem uma contribuição mais expressiva se comparado à região nordestina e ao País.

Tabela 1 – Principais variáveis da agricultura familiar no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco – 2017

Variável	Unidade	Brasil	Nordeste	Pernambuco
Estabelecimento agropecuário	Nº	5.073.324	2.322.719	281.688
Estabelecimento agricultura familiar	Nº	3.897.408	1.838.846	232.611
Estabelecimento agricultura familiar (participação)	%	76,82	79,17	82,58
Área do estabelecimento agropecuário	Ha	351.289.816	70.893.865	4.471.219
Área do estabelecimento agricultura familiar	Ha	80.891.084	25925743	2.321.555
Área do estabelecimento agricultura familiar (participação)	%	23,03	36,57	51,92
Valor da produção do estabelecimento agropecuário	Mil R\$	465.105.945	53.552.958	5.645.644
Valor da produção do estabelecimento agricultura familiar	Mil R\$	106.489.052	15.878.992	2.104.941
Valor produção do estabelecimento agricultura familiar (participação)	%	22,89	29,65	37,28

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Esses dados, em conjunto, mostram que a agricultura familiar ganha robustez. E há que lembrar que devido ao viés dos dados, a agricultura familiar total é responsável por um percentual ainda maior do valor da produção agrícola. Ou seja, a queda do percentual de valor nos estabelecimentos familiares, que poderia ser interpretada como avanço da agricultura não familiar, não é estritamente verdadeira, porque a agricultura familiar de maior dimensão de área e possivelmente com valor de produção mais elevada, pelo conceito adotado, passa a ser contabilizada junto com o agronegócio. Resultado este interessante, pois, como ocorre em vários países desenvolvidos, a agricultura familiar passa a não se diferenciar pelo nível de mecanização, de tecnificação, de produtividade e de integração ao mercado.

Como apontado acima, Pernambuco apresenta uma situação reversa, ou seja, os estabelecimentos familiares remanescentes têm sua produtividade, medida em R\$/ha, elevada quase ao nível da do Brasil e bem acima da do Nordeste (Tabela 2). Nesse Estado, possivelmente a elevação da produtividade é decorrente da melhoria do acesso da agricultura familiar a novas tecnologias geradas pela pesquisa aplicada e de expansão nos últimos anos, do financiamento oficial dessa agricultura.

Tabela 2 – Produtividade da agricultura familiar e não familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Local	Tipo de Agricultura	Produtividade por hectare em R\$
	Total	1.323,99
Brasil	Não familiar	1.326,25
	Agricultura familiar	1.316,45
	Total	755,40
Nordeste	Não familiar	837,79
	Agricultura familiar	612,48
	Total	1.262,66
Pernambuco	Não familiar	1.647,09
	Agricultura familiar	906,69

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Outro resultado notável, exposto na tabela em foco, mostra já essa convergência. No Brasil, em 2017, quase não há distinção de produtividade entre a agricultura familiar e a não familiar. Em Pernambuco há divergência, inclusive com elevado aumento da produtividade da agricultura não familiar.

Podem ser aventadas várias explicações, desde a expansão da agricultura irrigada no Sertão até a melhoria de produtividade pelo mesmo motivo, em áreas da Mata e do Agreste. Os dados, no entanto, não permitem avançar explicações mais profundas.

Em síntese, o fato da agricultura familiar apresentar maior produtividade por área foi fartamente analisado no passado, não sendo objeto de análise neste trabalho (ver, por exemplo, GRIFFIN, 1979). Notável é a convergência, indicativa de uma maior homogeneidade no campo, onde o tipo de estabelecimento é mais função da atividade desenvolvida, todas com boa base tecnológica e integradas ao mercado.

4.2 Contingente de pessoas ocupadas

Os aspectos já observados, especialmente a elevação da produtividade, têm sua continuidade na drástica redução do pessoal ocupado na agricultura familiar (IBGE, 2019).

Há várias leituras, todas coerentemente concordantes:

- **Primeiro**, a própria definição de agricultura familiar utilizada pelo IBGE, que exclui unidades residenciais rurais nas quais a renda é predominantemente obtida em outras atividades. A pluriatividade é fenômeno já bastante analisado e caracterizado (AQUINO; NASCIMENTO, 2019). Aliada às transferências, faz com que o número de estabelecimentos diminua e, conseqüentemente, caia a mão de obra ocupada;
- **Segundo**, a elevação da produtividade em geral se dá com redução do pessoal ocupado. Esta é uma tendência geral, um dos fatos estilizados do desenvolvimento econômico, como já destacado. Terceiro, a não consideração dos estabelecimentos familiares de maior dimensão é outro fator para redução do pessoal ocupado. Tudo somado, a tendência é de redução progres-

siva do percentual do pessoal ocupado em estabelecimentos familiares.

De qualquer modo, a Tabela 3 mostra que o segmento familiar ainda ocupa mais de 10 milhões de pessoas no Brasil. A situação em Pernambuco, neste aspecto, é semelhante à do Nordeste como um todo, apresentando percentuais, no entanto, um pouco mais elevados que no Brasil, o que está em acordo com o seu menor nível tecnológico e de produtividade. Em 2017, mais de 578 mil pessoas estavam ocupadas nos estabelecimentos familiares pernambucanos.

Tabela 3 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Local	Pessoal ocupado na agricultura familiar	
	Número	(%)
Brasil	10.115.559	66,97
Nordeste	4.708.670	73,84
Pernambuco	578.860	74,23

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Outra tendência geral, em relação à condição do produtor, é a elevação do percentual dos proprietários e a redução dos ocupantes e produtores sem área (Tabela 4). É interessante destacar estes dados, que requerem melhor análise, com tabulações especiais, mas que parecem indicar o acerto das políticas de reforma agrária, assentamento e regularização fundiária.

Tabela 4 – Pessoal ocupado por estabelecimento da agricultura familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco segundo a condição do produtor em relação à terra – 2017

Condição dos produtores em relação à terra	Agricultura familiar por condição do produtor		
	Brasil	Nordeste	Pernambuco
Proprietários (%)	82,15	79,57	82,99
Assentados (%)	6,04	6,1	4,56
Arrendatários (%)	2,65	2,35	1,52

Condição dos produtores em relação à terra	Agricultura familiar por condição do produtor		
	Brasil	Nordeste	Pernambuco
Parceiros (%)	2,09	2,45	2,31
Comandatários (%)	4,31	6,06	5,86
Ocupantes (%)	2,27	2,78	2,42
Produtor sem área (%)	0,49	0,69	0,34
Total relativo (%)	100,00	100,00	100,00
Total absoluto (pessoas)	10.115.559	4.708.670	578.860

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Era comum, no Nordeste, na agricultura familiar, a divisão das terras por herança, embora a utilização dessas terras ficasse restrita a poucos herdeiros, os demais deslocando-se para outras áreas ou atividades urbanas. A regularização dá maior transparência a esta situação e facilita acertos familiares.

4.3 Lavouras permanentes e temporárias

Na análise da participação da agricultura familiar nas lavouras, há que destacar duas premissas iniciais:

- **Primeiro**, o Censo Agropecuário separa a produção das lavouras permanentes em mais e menos de 50 pés, mas as informações só estão completas para os estabelecimentos com mais de 50 pés. Guanziroli et al. (2011, p. 111) observam que em sendo a produção nos estabelecimentos com menos de 50 pés, de modo geral, menor que 1% da produção total, ainda que seja elevado o número de estabelecimentos com produção em menos de 50 pés, só é considerada para análise a produção nos estabelecimentos, totais e familiares, com mais de 50 pés. Para tornar comparáveis as análises, adotou-se o mesmo critério;
- **Segundo**, o Censo considera um elevado número de culturas, incluindo várias com expressão apenas regional e outras pelo seu potencial. De modo geral, nas análises comparativas são escolhidas apenas aquelas que têm contribuição mais expressiva para o valor da produção, critério de escolha usualmente adotado. Mas, no caso deste trabalho, resol-

veu-se adotar as mesmas culturas – permanentes e temporárias – escolhidas por Guanziroli et al. (2011). Algumas têm pouca expressão em Pernambuco, como, por exemplo, laranja (entre as permanentes) e fumo e soja (entre as temporárias). Mas, para efeito de análise comparativa, com a Região, é importante manter o mesmo conjunto de culturas.

Considerando as lavouras permanentes de forma agregada, a partir da área ocupada com essas lavouras na agricultura familiar em relação ao total da área dessas lavouras nos estabelecimentos (Tabela 5), registra-se em termos relativos, maior expressão em Pernambuco e no Nordeste e menor no País.

Tabela 5 – Percentagem da área de lavoura permanente nos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Área	Lavouras Permanentes		
	BR	NE	PE
Área total nos estabelecimentos (ha)	7.755.817	2.022.953	142.437
Área nos estabelecimentos da agricultura familiar (ha)	3.069.573	945.518	79.334
%	39,58	46,74	55,70

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A produção da agricultura familiar em relação às culturas permanentes em Pernambuco contrasta fortemente com a situação no Nordeste e no Brasil (Tabela 6). Das cinco culturas selecionadas, apenas na produção de uva no Nordeste e em Pernambuco a participação da agricultura familiar é restrita. Nas outras quatro, a agricultura familiar em Pernambuco é responsável por bem mais que 50% da produção total. Na produção da banana, para o Brasil, Nordeste e Pernambuco, a agricultura familiar responde por mais de 48% em ordem crescente país, região e estado. No entanto, essa participação é menor tanto no Brasil quanto no Nordeste, em relação a Pernambuco. A participação da produção, sem que se eleve a participação no número de estabelecimentos produtores, é outra demonstração da elevação de produtividade já destacada em ou-

tros indicadores. Mas há que destacar a elevada participação da agricultura familiar na produção total no Nordeste e em Pernambuco.

A produção de laranjas, no País, é dominada pelo agronegócio, produtor e exportador de suco. A participação da agricultura familiar é pequena e vem caindo. No Nordeste, a maior parte da laranja produzida é para consumo direto e nesta produção a agricultura familiar tem mais expressão, embora se observe em termos relativos, acentuada queda motivada pela expansão do agronegócio. Em Pernambuco, a cultura da laranja tem pouca expressão, contudo, a agricultura familiar mantém-se responsável por cerca de 74% da produção total no Estado.

Na produção de uvas, a situação é inversa. A produção do Nordeste e de Pernambuco deve-se, predominantemente, a empresas estabelecidas em áreas irrigadas. A participação da agricultura familiar é pequena, embora com ligeiro crescimento, devido às técnicas de produção percolarem para as unidades familiares em perímetros irrigados. No Brasil, a participação da agricultura familiar é bem mais expressiva por força da produção das áreas de colônias no Sul do País. A uva é a única cultura permanente que tem sua produção aumentada no Nordeste e em Pernambuco, devido ao polo de irrigação do Vale do São Francisco.

Tabela 6 – Produção de lavouras permanentes da Agricultura familiar em relação a produção total de lavouras permanentes da agropecuária no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Lavouras permanentes	Produção agricultura familiar/ Produção Total (%)		
	BR	NE	PE
Banana	48,53	51,04	70,51
Laranja	6,97	44,03	73,89
Uva	30,92	10,16	10,67
Café	34,84	18,98	91,30
Castanha de Caju	62,59	62,49	77,36

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

O cultivo do café ganha impulso em Pernambuco na agricultura familiar voltada para a produ-

ção de cafés finos, de elevado valor. Em consequência, a situação em Pernambuco é contrastante com a do Nordeste e do Brasil. No Nordeste, a participação da agricultura familiar é a menor e vem caindo. No Brasil, mantém-se, com pouca alteração. Mas no Nordeste a participação da agricultura familiar mais que dobra, embora o volume total produzido tenha se reduzido muito em 2017.

A produção de castanha de caju sempre teve expressiva participação da agricultura familiar. Mas, como nas outras culturas – exceto uva – vem ocorrendo acentuada queda da produção devido à ocorrência de secas na Região (MAGALHÃES, 2016). Tem-se de considerar que também 2017 foi ano atípico no Nordeste pelas secas. A irregularidade das chuvas teria afetado negativamente a produção de sequeiro, reduzindo bastante a produção.

Observa-se esta redução na produção de banana, laranja, café e castanha de caju. A única cultura que não teve sua produção reduzida, ao contrário, houve expansão, foi a uva, produzida com irrigação. Esta alteração serve para relativizar um pouco os resultados observados, mas destaca certa particularidade em Pernambuco, no mínimo uma maior resiliência às secas.

Analisando a área de lavouras temporárias da agricultura familiar em relação à área total dessas lavouras (Tabela 7), registra-se pouca expressão desse percentual no Brasil e no Nordeste e expressão moderada em Pernambuco, refletindo, talvez, uma maior atenção de assistência técnica no Estado a esse tipo de agricultura.

Tabela 7 – Percentagem da área de lavoura temporária nos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Local	Área de lavoura temporária		
	BR	NE	PE
Total de área nos estabelecimentos	55.642.059	8.773.634	682.513
Área nos estabelecimentos da agricultura familiar	9.427.542	2.738.860	331.637
Área nos estabelecimentos da agricultura familiar/Total de área nos estabelecimentos (%)	16,94	31,22	48,59

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Para um conjunto significativo de lavouras temporárias, registra-se pouca participação da agricultura familiar nas culturas de cana-de-açúcar e soja, para o Brasil, Nordeste e Pernambuco; das culturas de algodão herbáceo e milho no Brasil e Nordeste, e das culturas de feijão e arroz no Brasil (Tabela 8). O fumo, embora expressivo na agricultura familiar do País e da Região, não tem registro no Estado. Em Pernambuco, a participação da agricultura familiar é, de modo geral, muito mais expressiva que no Nordeste e no Brasil. Isto se deve, no entanto, em parte, à pequena expressão da produção pernambucana no País, com exceção da cana-de-açúcar, na qual a agricultura familiar tem pouca expressão. Ou seja, no País, nas culturas em que predomina o agronegócio, a participação da agricultura familiar decresce e, em algumas, é pouco expressiva.

Tabela 8 – Produção de lavouras temporárias da agricultura familiar em relação a produção total de lavouras temporárias da agropecuária do Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Lavouras Temporárias	Produção Agricultura Familiar / Produção Total (%)		
	BR	NE	PE
Algodão Herbáceo	0,00	0,16	89,65
Arroz	10,92	61,64	76,84
Cana-de-Açúcar	1,93	5,11	7,79
Cebola	58,26	48,60	68,81
Feijão (de corda)	11,63	59,04	83,83
Fumo	93,59	49,65	-----
Mandioca	69,56	80,37	87,24
Milho	12,45	12,69	79,07
Soja	9,27	0,14	-----

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na produção de grãos, observa-se ganhos de escala, o que favorece a produção em grandes áreas. Por isso, nota-se, no Brasil, pequena participação da agricultura familiar na soja e elevada queda nessa participação, na produção

de milho, de feijão e de arroz. A participação na produção de cana-de-açúcar e de algodão é também muito pequena. Mas como Pernambuco não dispõe de condições edafoclimáticas adequadas para a produção agrícola, notadamente no semiárido, ainda notando-se o efeito da seca em 2017, a presença da agricultura familiar em muito maior expressão, antes que demonstração de pujança, mostra mais a sua resiliência.

A participação de Pernambuco na produção de algodão, de arroz, de cebola, de feijão, de mandioca e de milho, além de bastante expressiva, é superior àquela observada no Nordeste e no Brasil. O exemplo do algodão ilustra bem as explicações aportadas. No Brasil e no Nordeste, é produzido em áreas de cerrado, pelo agronegócio, enquanto em Pernambuco predomina a agricultura familiar, resquício das condições de produção prevalentes no passado, quando o Nordeste semiárido era o grande produtor nacional.

No Nordeste e em Pernambuco, a agricultura familiar tem expressiva participação na produção de arroz, embora essa tenha caído um pouco, possivelmente devido às condições climáticas. A produção de cana-de-açúcar cai em todos os três espaços geográficos, com Pernambuco tendo expressão um pouco maior que o Nordeste e o Brasil. Registra-se também redução na produção de cebola, mas esta é uma atividade em que a agricultura familiar é bastante expressiva, sendo mais em Pernambuco, tradicional produtor, que no Nordeste e no Brasil. A produção de feijão era de grande predomínio da agricultura familiar, mas perde expressão no Brasil, assim como apresenta acentuada redução no Nordeste, mas apenas discreta em Pernambuco; mantém-se no Nordeste e em Pernambuco muito expressiva nos respectivos totais. Pernambuco não tem expressão na produção de fumo. No Nordeste, a agricultura familiar, apesar de apresentar queda de participação, ainda se mantém responsável por cerca de 50% da produção de fumo. A produção de soja em Pernambuco não tem expressão no País. A situação da produção de milho assemelha-se à do feijão: grande queda na participação no País e no Nordeste, já que a produção se desloca para o cerrado; pequena queda em Pernambuco, Estado no qual a agricultura familiar mantém elevada participação na produção total.

Na produção de mandioca, a exemplo do que ocorre com a cebola, há queda da participação da agricultura familiar. Mas essas duas culturas são as únicas, acompanhadas um pouco pela produção de fumo, nas quais a agricultura familiar é predominante. Apesar da ligeira queda na participação da agricultura familiar na produção de mandioca, esta é maior em Pernambuco que no Nordeste e no Brasil, mantendo o padrão.

No geral, talvez devido às restrições climáticas, observa-se redução na participação da agricultura familiar em todas as culturas. Apenas na produção de mandioca e de cebola, a agricultura familiar apresenta expressiva participação. Em Pernambuco, o quadro é bem distinto. A agricultura familiar é bastante expressiva na produção de algodão, arroz, cebola, feijão, mandioca e milho. No entanto, como a participação de Pernambuco é muito pouco expressiva no País em relação à maioria dessas culturas, entende-se que a posição do Estado mostra mais a resiliência da agricultura familiar que uma competitividade comparativa. Possivelmente, a tendência seja de queda gradativa nessa participação, na medida que outras ocupações mais rentáveis surjam com a retomada do crescimento da economia.

4.4 Rebanhos e produção

A participação da agricultura familiar na pecuária total é bastante expressiva no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco, embora a soma heterogênea de rebanhos faça pouco sentido. Pernambuco vem apresentando crescimento, de sua pecuária familiar bem superior ao ocorrido no Nordeste e em contraste com o que ocorre no Brasil, aumenta a expressão tanto em relação ao Nordeste quanto ao Brasil (IBGE/SIDRA, 2019).

Detalhando por tipo de rebanho da agricultura familiar, em Pernambuco o crescimento ocorre em taxa superior em aves – galinhas, galos, frangas, frangos e pintinhos, depois bovinos, caprinos e ovinos. Esta produção é especializada por região do Estado, ou seja, aves no Agreste e na Mata, bovinos no Agreste e no Sertão e caprinos e ovinos no Sertão. Tem havido crescimento dos rebanhos em todas as regiões do Estado. No Nordeste, por ordem decrescente, os principais rebanhos da agricultura familiar são suínos, caprinos, ovinos, muares e equinos e, no Brasil, caprinos, ovinos e suínos (Tabela 9).

Tabela 9 – Percentagem do número de cabeças por tipo de rebanho da agricultura familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Rebanhos na Agricultura familiar		Brasil	Nordeste	Pernambuco
	%	31,03	47,84	62,62
Bovinos	Total nos estabelecimentos	172.719.164	21.684.276	1.284.796
	Agricultura familiar	53.607.594	10.372.945	804.615
	%	28,00	37,12	7,60
Bubalinos	Total nos estabelecimentos	950.173	83.635	5.239
	Agricultura familiar	266.034	31.042	398
	%	46,74	59,59	66,71
Equinos	Total nos estabelecimentos	4.236.062	981.214	81.922
	Agricultura familiar	1.980.001	584.701	54.653
	%	8,30	27,84	23,17
Asininos	Total nos estabelecimentos	4.541.833	1.172.854	114.523
	Agricultura familiar	376.874	326.569	26.546
	%	45,13	64,82	74,88
Muares	Total nos estabelecimentos	615.498	258.090	18.364
	Agricultura familiar	277.804	167.294	13.751
	%	70,16	71,75	72,72
Caprinos	Total nos estabelecimentos	8.260.607	7.667.319	1.415.953
	Agricultura familiar	5.796.067	5.501.571	1.029.761
	%	56,95	70,04	71,82
Ovinos	Total nos estabelecimentos	13.789.345	9.037.800	1.133.305
	Agricultura familiar	7.853.184	6.329.841	813.956
	%	51,43	75,52	75,00
Suínos	Total nos estabelecimentos	39.346.192	4.004.615	260.934
	Agricultura familiar	20.237.925	3.024.240	195.642
	%	45,52	35,69	32,44
Aves (*)	Total nos estabelecimentos	1.362.253.509	141.444.917	34.312.788
	Agricultura familiar	620.066.215	50.486.280	11.130.720

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Galinhas, galos, frangas, frangos e pintinhos

O observado em Pernambuco contrasta com o que ocorreu no Nordeste como um todo. O aumento no número de aves, mesmo na agricultura familiar, é maior em Pernambuco, tanto em relação ao Brasil quanto ao Nordeste. Mas o rebanho bovino só aumenta significativamente em Pernambuco. O maior crescimento de caprinos ocorre não só em Pernambuco, mas também no Brasil e no Nordeste. O rebanho de ovinos também aumenta, mas o Nordeste apresenta expansão um pouco superior à de Pernambuco.

O Agreste pernambucano é hoje grande produtor de ovos, mercado no qual a inserção da agricultura familiar é relativamente fácil. A produção de caprinos e ovinos sempre foi predominante na agricultura familiar. Mas o crescimento expressivo do rebanho bovino, apenas ocorre em Pernambuco, deve corresponder à recuperação da pecuária leiteira do Agreste, em boa medida estimulada pelo Programa do Leite.

Tabela 10 – Percentagem de estabelecimentos e da quantidade produzida de leite de vaca pela agricultura familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Local	Leite		
	BR	NE	PE
Total estabelecimentos - produtores (n°)	1.176.295	354.257	37.643
Estabelecimentos - produtores da Agricultura familiar (n°)	955.160	293.499	32.641
%	81,20	82,85	86,71
Total produzido em estabelecimentos (toneladas)	30.156.279	3.253.116	520.990
Produzido pela Agricultura familiar (toneladas)	19.350.75	1.975.527	325.603
%	64,17	60,73	62,50

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A pecuária leiteira sempre foi atividade da pequena agricultura, predominantemente familiar, devido a requerer trabalho diário ao longo de todo o ano e se prestar à produção em pequenas áreas e com reduzido rebanho. Constata-se que a maioria

dos estabelecimentos da agricultura familiar, seja no Brasil, no Nordeste ou em Pernambuco, produz leite (Tabela 10). Em Pernambuco, o percentual é um pouco superior ao do Nordeste e do Brasil.

Em relação à quantidade de leite produzida, vem aumentando, particularmente em Pernambuco, onde o incremento no percentual de produção de leite de responsabilidade da agricultura familiar é notável, mostrando, de um lado, elevação de produtividade e, de outro, confirmando que a importante bacia leiteira do Agreste pernambucano depende, em boa medida, da agricultura familiar. A bacia leiteira funciona como um sistema integrado, no qual a produção da agricultura familiar é coletada duas vezes ao dia, em linha preestabelecida, que o transporta para as unidades de resfriamento e processamento.

Também em relação a ovos, a maioria dos estabelecimentos familiares tem participação (Tabela 11). Mas esta produção é predominantemente para consumo próprio ou mercados locais. A sua participação na produção total é pouco expressiva.

Tabela 11 – Percentagem de estabelecimentos e da quantidade produzida de ovos de galinha pela agricultura familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Local	Ovos		
	BR	NE	PE
Total estabelecimentos - produtores (n°)	2.237.461	1.067.599	105.110
Estabelecimentos - produtores da Agricultura familiar (n°)	1.792.523	864.757	88.271
%	80,11	81,00	84,00
Total produzido em estabelecimentos (ton)	4.672.363	686.945	213.355
Produzido pela Agricultura familiar (ton)	578.850	115.216	31.047
%	12,39	16,77	14,55

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se que, em Pernambuco, está situado um grande polo de produção de ovos, localizando-se no Agreste o quarto município em volu-

me de produção do País. A produção de ovos, modernamente, é uma linha de produção, um pacote tecnológico com grandes ganhos de escala. Dessa forma, a produção familiar, além de pouco expressiva, deve assim continuar.

4.5 Adoção de tecnologias

A expectativa, decorrente da elevação da produtividade, seria a de melhoria da tecnologia, compreendendo desde o uso de mecanização, de energia e de outras práticas agrícolas até a expansão da agricultura irrigada. Os dados do Censo Agropecuário 2017, no entanto, não são muito elucidativos em relação a esta questão. Registra o emprego de nove práticas: plantio em nível, rotação de culturas, pousio ou descanso de solos, proteção ou conservação de encostas, recuperação de mata ciliar, reflorestamento ou proteção de nascentes, estabilização de voçorocas, manejo florestal e outras práticas (definição que é genérica).

Tomando a adoção dessas práticas agrícolas melhoradas, principalmente no sentido de adequação ao meio ambiente e conservação dos recursos, mais de 50% desses estabelecimentos em todo o País as adotam (Tabela 12). Também, não há maior diferença entre Brasil, Nordeste e Pernambuco. Como se trata de um conjunto de práticas, é possível haver diferenças em práticas individuais, não destacadas quando tomado o conjunto.

Tabela 12 – Percentagem de estabelecimentos da agricultura familiar com práticas agrícolas no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Estabelecimentos da agricultura familiar		%		
		BR	NE	PE
Total	Nº	3.897.408	1.838.846	232.611
	%	100,00	100,00	100,00
I. Com práticas agrícolas (*)		56,68	57,87	55,38
II. Sem práticas agrícolas		43,32	42,13	44,62

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) As 9 práticas listadas pelo censo agropecuário de 2017.

Esses dados são puramente quantitativos, não se prestando para uma análise qualitativa mais refinada. Assim, não se pode excluir mudanças significativas em qualidade, mas não é possível uma verificação.

Outro dado interessante diz respeito ao acesso à energia elétrica que, em todo o País e suas regiões, apresenta avanço notável em relação ao século anterior. Mas neste século, a maioria dos estabelecimentos, totais ou da agricultura familiar, tem acesso à energia elétrica e inclusive com poucas diferenças entre Pernambuco, Nordeste e Brasil (Tabela 13). Pernambuco, que apresentava na década passada uma situação bem superior, vê o Nordeste e o Brasil se equipararem, embora mantenha ainda discreta vantagem. E, por relevante, destaca-se que não há diferença significativa entre o total de estabelecimentos com energia elétrica e os da agricultura familiar – mesmo lembrando do elevado número da agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos.

Tabela 13 – Percentagem de estabelecimentos agropecuários e da agricultura familiar com energia elétrica no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Energia Elétrica	Estabelecimentos agropecuários com energia elétrica/Total estabelecimentos agropecuários	Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar com energia elétrica/Total de estabelecimentos agropecuários com energia elétrica
Brasil	83,12	82,92
Nordeste	78,92	79,13
Pernambuco	87,66	87,79

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Este elevado acesso à energia mostra que não há restrições, neste aspecto, à adoção de equipamentos que necessitem de energia. No entanto, a maioria das práticas melhoradas de manejo não depende de energia.

A assistência técnica é baixa, porém bem mais elevada no Brasil como um todo que no Nordeste, tendo ainda menor expressão em Pernambuco (Tabela 14). A literatura não tem dado maior destaque a este aspecto, seja pela preca-

riedade da assistência técnica ou pela dificuldade de avaliar seus reais impactos para elevação da produtividade. Não se confunda, no entanto, assistência técnica com geração de tecnologia.

A disponibilidade de novas tecnologias tem sido fundamental para o avanço da agropecuária brasileira, mas a diversidade de mídias torna o acesso bem mais fácil e talvez não tão dependente dos serviços oficiais de assistência técnica quanto no passado. A revolução mundial no acesso à informação, a penetração da TV em todo o interior do País, há décadas, e da telefonia celular, nos últimos 20 anos, facilitou o acesso digital direto a conteúdos os mais diversos.

Tabela 14 – Percentagem de estabelecimentos da agricultura familiar com assistência técnica no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Local	Estabelecimentos da agricultura familiar com assistência técnica (*)/ Total estabelecimentos da agricultura familiar (%)
Brasil	18,17
Nordeste	7,33
Pernambuco	6,02

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Ocasionalmente + Regularmente.

Outro aspecto controverso da tecnologia é a mecanização. Há prós e contras devido à possibilidade de uso inadequado e possíveis impactos negativos sobre o ambiente. A mecanização é fator importante para o ganho de produtividade e, uma proxy dessa mecanização poder ser tratada pelo número de estabelecimentos com tratores em relação ao total e também pelo número absoluto de tratores, nesses estabelecimentos, diferenciados entre os de agricultura familiar e não familiar.

A dotação de tratores é baixa na agricultura do País, atinge só 28,10% do total de estabelecimentos, no Nordeste apenas 5,76% e em Pernambuco 5,34%. É extremamente baixa para o conjunto da agricultura familiar, sendo decrescente entre País, Região e Estado (Tabela 15). Mesmo na agricultura não familiar a dotação de tratores é também baixa e decrescente, entre

Brasil, Nordeste e Pernambuco. Significa não apenas que o campo ainda é pouco mecanizado, mas que Nordeste e Pernambuco o são ainda mais.

Tabela 15 – Percentagem de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar com tratores e percentagem de tratores nessas agriculturas em relação ao total nos estabelecimentos no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Local	Tratores		
	BR	NE	PE
Estabelecimentos da agricultura familiar com tratores/Total de estabelecimentos da agricultura familiar (%)	7,67	1,06	0,73
Estabelecimentos da agricultura não familiar com tratores/Total de estabelecimentos da agricultura não familiar (%)	20,53	4,70	4,61
Estabelecimentos da agricultura familiar com tratores/Total de estabelecimentos com tratores (%)	60,78	44,80	49,43
Número de tratores na agricultura familiar/Total do número de tratores na agricultura (%)	44,68	31,77	38,24
Número de tratores na agricultura não familiar/Total do número de tratores na agricultura (%)	55,32	68,23	61,76

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Dado importante de registrar, possivelmente como resultado da política oficial de financiamento que vem sendo adotada, é o relativo ao número absoluto de estabelecimentos com tratores, no Brasil. Isso porque a maioria desses estabelecimentos é da agricultura familiar, invertendo essa posição para agricultura não familiar no Nordeste e em Pernambuco (Tabela 15). Quanto ao número de tratores, tem crescido muito a disponibilidade na agricultura familiar, sendo mais expressivo no País e no Estado do que na Região. O Nordeste deve puxar o Brasil para baixo e Pernambuco elevar a média do Nordeste. Dada a diversidade das condições de Pernambuco e do tipo de exploração, há as que dependem mais e as que não dependem de mecanização. Novamente, os dados, na ausência de tabulações especiais, são insuficientes para

traçar um quadro mais nítido das condições da agricultura familiar pernambucana.

A irrigação é uma técnica de cultivo que vem se expandindo na agricultura brasileira. Atinge no País 20,35% dos estabelecimentos agropecuários, no Nordeste, 21,24% e em Pernambuco 30,01 %, possivelmente devido à fruticultura irrigada (Tabela 16)

Tabela 16 – Percentagem de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar com irrigação em relação ao total de estabelecimentos agropecuários irrigados no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Local	Irrigação		
	BR	NE	PE
Estab. da Agr. familiar com irrigação/ Total de estab. da agr. familiar (%)	9,66	9,81	13,46
Estab. da agr. não familiar irrigados/Total de estab. da agr. não familiar (%)	10,69	11,43	16,55
Estab. da agr. familiar com irrigação/Total de estab. da agropecuária irrigados (%)	74,96	75,72	79,39

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na agricultura familiar, a irrigação está um pouco abaixo de 10% para estabelecimentos no Brasil e no Nordeste, e um pouco acima em Pernambuco. Na agricultura não familiar esse percentual está um pouco acima de 10%, para o País e a Região e no Estado, fica próximo de 17%. Em termos numéricos, do total de estabelecimentos com irrigação, tem mais da agricultura familiar do que da não familiar. Os dados mostram em torno de 75% no Brasil e Nordeste e próximo de 80% em Pernambuco, possivelmente esse ser outro fator explicativo de melhoria da produtividade da agricultura familiar.

Contudo, esses dados dos estabelecimentos com irrigação são pouco claros. Como são agregados todos os tipos de irrigação e não é destacada a área irrigada, esses dados pouco dizem. Considerados todos os tipos, alguma irrigação complementar, com métodos tradicionais, pode ser praticada em pequenas áreas em épocas do ano com disponibilidade de água. A produção de culturas irrigadas, no entanto, deve ser prati-

cada por número bem menor de estabelecimentos, no total e na agricultura familiar.

4.5 Acesso a recursos financeiros

No passado, a agricultura familiar pouco tinha acesso ao crédito oficial. Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a diversificação de linhas de crédito voltadas para a agricultura familiar, esse financiamento melhorou bastante, embora ainda tenha abrangência restrita (Tabela 17). Chega a pouco mais de 15%, 12% e 11% desses estabelecimentos de agricultura familiar no Brasil, Nordeste e Pernambuco, respectivamente. Contudo, em termos do número total de estabelecimentos que foram atendidos com crédito, esse número é mais expressivo na agricultura familiar do que da não familiar, e crescente entre País, Região e Estado (Tabela 17), embora o valor do financiamento, em geral, seja bem menor.

Tabela 17 – Percentagem de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares que receberam financiamento no Brasil, Nordeste e Pernambuco – 2017

Local	Financiamento		
	BR	NE	PE
Estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento/Total de estabelecimentos da agricultura familiar (%)	15,43	12,63	11,54
Estabelecimentos da agricultura não familiar com financiamento/Total de estabelecimentos da agricultura não familiar (%)	15,59	10,86	9,73
Estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento/Total de estabelecimentos da agropecuária com financiamento (%)	76,63	81,54	84,89

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Provavelmente, esses recursos destinados a investimento, custeio da produção e comercialização dos produtos, têm ajudado o crescimento para mercado dessa agricultura. Esse financiamento da agricultura familiar é quase exclusivamente do Pronaf e em ordem crescen-

te Brasil, Nordeste e Pernambuco (Tabelas 17 e 18). Em número de estabelecimentos financiados, a agricultura familiar com o PRONAF dominou os financiamentos da agropecuária nos três planos. Contudo, em termos de abrangência esse financiamento atinge ainda muito poucos estabelecimentos da agricultura familiar e em ordem decrescente, entre País, Região e Estado.

Tabela 18 – Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar que recebeu financiamento via PRONAF no Brasil, Nordeste e Pernambuco –2017

Local	Financiamento Pronaf		
	BR	NE	PE
Estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento Pronaf (B+V)/ Total de estabelecimentos da agricultura familiar (%)	15,10	12,61	11,52
Estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento Pronaf (B+V)/ Total de estabelecimentos da agricultura com financiamento (%)	74,99	81,42	84,75

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Adição dos estabelecimentos com Pronaf B e Pronaf V-renda variável.

Portanto, os dados do Censo são claros. Não existem mais impedimentos estruturais, mantida a atual política de crédito agrícola voltada para a agricultura familiar, para o acesso ao crédito. Há, no geral da agropecuária brasileira e na agricultura familiar, problemas de inadimplência, não tratados neste trabalho, decorrentes de causas múltiplas ligadas tanto à rentabilidade do setor como à percepção dos beneficiários quanto aos múltiplos programas de subsídios ao setor produtivo. Aparentemente, há necessidade de nova formulação do papel do governo na economia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, na análise dos dados do Censo Agropecuário 2017 transparece um quadro que confirma o previsto com o desenvolvimento econômico. Decresce a população rural, as unidades familiares produtivas e as residenciais, com produção quase exclusiva para autosubsistência.

Assim, cresce a agricultura familiar mais capitalizada, melhor aparelhada tecnologicamente e com maior inserção no mercado. Na medida em que a agricultura familiar amplia a dimensão da área explorada e eleva a produção e a produtividade, a mesma passa a ser excluída da definição “legal”, no Brasil, de agricultura familiar, mas permanece obviamente como agricultura familiar no sentido lato.

Essa passagem requer, de um lado, a manutenção da política atual de apoio à agricultura familiar e de capacitação de jovens para ingressarem no mercado de trabalho não agrícola. Os resultados do Censo 2017 mostram o acerto da política adotada desde a década 1990.

Por outro lado, do ponto de vista do meio ambiente, principalmente no semiárido, a redução da pressão antrópica, resultante da redução da população rural, da redução do número dos estabelecimentos familiares e da área agrícola, tem como consequência a ampliação da área recuperada com vegetação nativa e a recuperação da biodiversidade (SAMPAIO et al., 2017; 2020). Este é um resultado notável, tanto pela recuperação da cobertura vegetal nativa, principalmente no bioma caatinga, quanto pelo retorno e expansão da fauna nativa que em muitas áreas estava praticamente extinta.

Observa-se também queda no número de estabelecimentos, mas aumento na participação da área e principalmente, ainda que com ligeira queda, na participação no valor da produção. Em Pernambuco, esse acréscimo na área de produção contrasta com o observado no Nordeste e no Brasil. Notável é a convergência em produtividade, apontando aproximações entre o agrogócio e a agricultura familiar. Provavelmente deve-se, como indicado em outros dados, à melhoria do nível tecnológico e à maior integração ao mercado.

A agricultura familiar mantém sua majoritária participação na ocupação da mão de obra, a qual é predominantemente do proprietário e seus familiares. Como apontado nas perspectivas, deve continuar apresentando queda, na medida em que melhore a capacitação dos jovens e se amplie o mercado de trabalho urbano.

Registra-se crescimento em Pernambuco, dos rebanhos bovino (em grande contraste com o Nordeste e o Brasil), caprino, ovino e o núme-

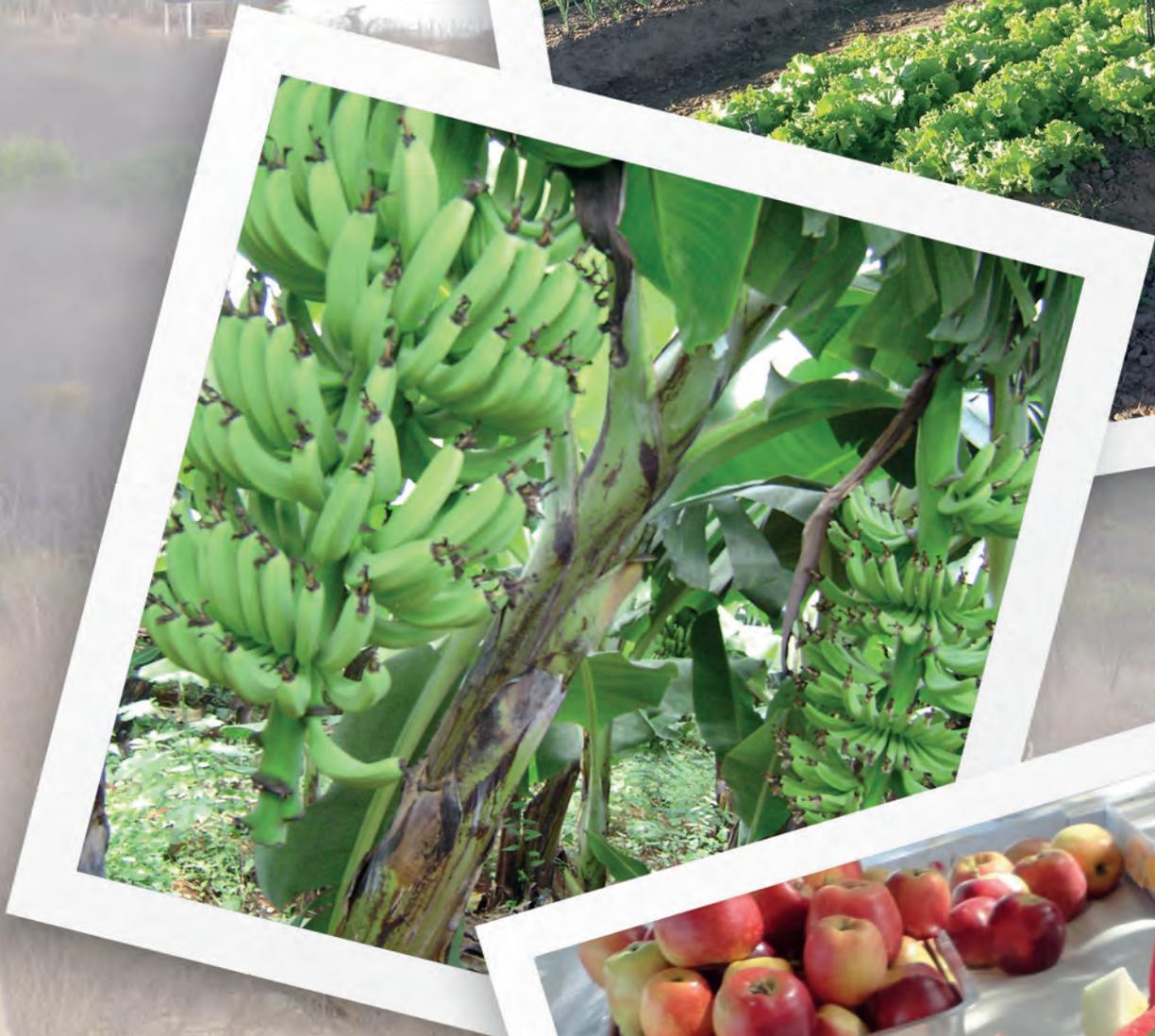
ro de aves. A agricultura familiar tem elevada participação na produção de leite e crescente na de ovos, assim como boa expressão na produção caprina. Nas culturas, mantém-se expressiva na produção de bananas e castanha de caju. A elevada participação em diversas culturas temporárias é, antes, expressão de resiliência que de pujança.

O acesso ao crédito institucional, principalmente com o Pronaf, mesmo que ainda com pouca abrangência, deixou de ser fator de estrangulamento como no passado, quando esse acesso praticamente inexistia. A análise da efetividade desse crédito em transformar a agropecuária e elevar a produtividade, tem sido objetivo de vários estudos. Não obstante, acredita-se que mereça mais análises.

Estes resultados refletem o acerto das políticas adotadas e a necessidade de sua continuidade, tanto para o fortalecimento como para a facilitação dos ajustes necessários.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. **A grande seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil (2011-2015)**, 57º Congresso da SOBER, UESC, 2019.
- FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000. (Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA).
- GASSON, R. et al. The farm as a family business: a review. **Journal of Agricultural Economics**, Oxford, v. 39, n.1, p. 1-43, Jan. 1988.
- GOMES, G.M. **Velhas secas em novos sertões**, Brasília: IPEA, 2001.
- GRIFFIN, K. **The political economy of agrarian change**, London, the Macmillan Press, 1979.
- GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A.; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2020.
- KUZNETZ, S. **Modern economic growth: Rate, Structure and Spread**. New Haven: Yale University Press, 1966.
- MAGALHÃES, A. R. Vida e seca no Brasil. In: NYS, E.; ENGLE, N.L.; MAGALHÃES, A.R. (Orgs.) **Secas no Brasil: política e gestão proativas**. Brasília, CGEE/Banco Mundial, 2016, p. 19-35.
- SAMPAIO, E. V. S. B; Menezes, R. C; SAMPAIO, Y. S. B., FREITAS, A. D. S. Sustainable Agriculture Uses in the Caatinga. In: SILVA, J. M. C.; LEAL, I. R.; TABARELLI, M. Caatinga. **The largest tropical dry forest region in South America**, Cam. Springer, 2017, 413-426.
- SAMPAIO, E. V. S. B; SAMPAIO, Y. S. B.; MENESES, R. C.; FREITAS, A. D. S. **Uso e ocupação das terras semiáridas: um resgate histórico e perspectivas de longo prazo**, in press, 2020, 22 pg.
- SAMPAIO, Y. **As secas: mudança nos impactos e análise dos impactos da seca 1998-1999**. Recife: Editora Printer, 2007.
- SEN, A. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford, UK: Clarendon Press, 1981.



AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ALAGOAS: UM OLHAR A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Rural development and alagoan family agriculture: a view from the information of the 2017 Agricultural Census

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa

Economista. Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Campus Sertão. Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão. Rua Prefeito Adeildo Nepomuceno Marques, 472, Monumento. CEP: 57500-000, Santana do Ipanema, AL – Brasil. luciano.barbosa@santana.ufal.br

Tatiana Frey Biehl Brandão

Contadora. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Doutoranda em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (FEAGRI/UNICAMP). Professora Assistente II da UFAL, Campus Sertão. tatianafbbrandao@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta o perfil socioeconômico da agricultura familiar alagoana, a partir das informações constantes do Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observando algumas questões que envolvem a atual dinâmica de desenvolvimento pensada para o rural brasileiro. O trabalho foi construído a partir de informações quantitativas e fez uma análise exploratória acerca do cenário da agricultura familiar no Estado de Alagoas, correlacionando com referenciais teóricos sobre desenvolvimento rural. As informações quantitativas foram obtidas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra). Chegou-se à conclusão de que a agricultura familiar alagoana passa por um processo de reorganização produtiva e que dialoga com problemáticas que envolvem as discussões e ações inerentes ao processo de desenvolvimento rural que vem ocorrendo no Brasil pós-anos 2000. Grande parte disso, advém do enfraquecimento do setor produtivo canavieiro alagoano, que tem demandado dos atores produtivos novos rumos para o desenvolvimento rural e para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Diversificação Produtiva; Desenvolvimento Rural; Alagoas.

Abstract: This article aims to analyze the socioeconomic profile of family farming in Alagoas, based on information from the 2017 Census of Agriculture, of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), observing some issues that involve the current development dynamics thought for the Brazilian rural. The work was built from quantitative information and seeks to make an exploratory analysis about the family farming scenario in the state of Alagoas, correlating with theoretical references on rural development. Quantitative information was obtained through the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA), based on data from the 2017 Census of Agriculture. It was concluded that family farming in Alagoas is undergoing a process of productive reorganization and that it dialogues with problems that involve the discussions and actions inherent to the rural development process that has been taking place in Brazil after the 2000s. A large part of this, comes from the weakening of the sugar cane production sector in Alagoas, which has been demanding new directions for rural development and socioeconomic reproduction of family farming.

Keywords: Family farming; Productive Diversification; Rural Development; Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

O rural se apresenta como um dos pilares identitários do Estado de Alagoas até os dias atuais. Difícil discutir Alagoas, em suas diversas dimensões (social, política, cultural, econômica, ecológica e espacial), sem debater o papel que o rural e os sistemas produtivos agropecuários exercem sobre as políticas governamentais, a dinâmica social e econômica deste Estado. Em Alagoas, desde o período da Colonização do Brasil, a cultura canavieira já detinha importante papel para o desenvolvimento socioeconômico estadual, seja na produção em larga escala de cana-de-açúcar e/ou na produção em escala de açúcar pelos engenhos locais (LIRA, 2007; DIÉGUES JÚNIOR, 2006).

Ainda, segundo Diegues Junior (2006), o Estado alagoano, desde sua formação como território independente de Pernambuco (1817), tem na agricultura sua base econômica, principalmente, a monocultura da cana-de-açúcar. Além disso, em sua obra, afirma que costumes sociais e culturais alagoanos, economia, povoamento, crenças, posições políticas, dentre outros fatores, estão arraigadas na monocultura canavieira.

Já no século XX, Alagoas se destacava na produção de algodão, milho, feijão, carne bovina, leite de vaca, dentre outras atividades agrícolas e produtos da pecuária, além da cultura da cana-de-açúcar. Entretanto, apesar da diversidade de culturas agropecuárias e de atividades produtivas existentes no rural alagoano, a cultura canavieira exercia influência e poder sobre atores e instituições que elaboravam e executavam as agendas de desenvolvimento sobre o território alagoano. Além disso, novos atores foram se inserindo neste cenário, ou sendo ressignificados, como os agricultores familiares, os quais eram percebidos pelos planejadores do desenvolvimento rural, agrário e agrícola como entraves ao processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Infelizmente, tal percepção ainda é vista atualmente, porém foi amenizada, principalmente, pós-políticas públicas e de dinamização dos pequenos agricultores, adotadas nos anos 2000, que geraram mais oportunidades produtivas e inseriram vários agricultores familiares no sistema comercial. Isso aconteceu, basicamente, a partir dos mercados institucionais, com políticas agrícolas e de desenvolvimento rural condu-

zidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o incentivo à melhoria dos níveis de segurança alimentar local (BARBOSA, 2013).

Este contexto fortaleceu a agricultura familiar alagoana. Porém, muito aquém do que é necessário para potencializar e gerar um ambiente favorável a um desenvolvimento rural sustentável no Estado, inclusive na perspectiva de proporcionar maior inclusão e dinamização da agricultura familiar, uma vez que esse grupo social (ou agente econômico) se apresenta de forma muito heterogênea, no que concerne à cultura, perfil produtivo, perfil dos estabelecimentos agropecuários, poder e aporte econômico, estado de conservação ecológico dos agroecossistemas de seus estabelecimentos agropecuários e dos territórios onde estão inseridos, acesso a políticas públicas, lógica reprodutiva etc. Neste artigo, a heterogeneidade dos agricultores familiares alagoanos é explicitada na análise do seu perfil socioeconômico com uso de dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise é articulada com algumas questões que envolvem a atual dinâmica de desenvolvimento pensada para o rural brasileiro.

Para a construção do texto, realizou-se uma análise exploratória acerca do cenário da agricultura familiar no Estado de Alagoas com o uso de informações quantitativas, correlacionando com referenciais teóricos sobre desenvolvimento rural brasileiro. No que se refere às questões teóricas sobre desenvolvimento rural brasileiro, foi realizada uma revisão de literatura, tendo como base textos científicos produzidos sobre o tema.

Em relação às informações quantitativas, foram coletados e sistematizados dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), tendo como base analítica o Censo Agropecuário de 2017. No que se refere à agricultura familiar, esta pode ser conceituada a partir da Lei n. 11.326 de 2006 e do Decreto n. 9.064 de 2017, o qual considera como agricultores familiares: os produtores rurais que utilizam majoritariamente a mão de obra familiar em seus estabelecimentos rurais, além de seguir as seguintes condições:

Art. 3º A UFPA e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;

II - Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;

III - Auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e

IV - Ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2017).

Para a execução do objetivo proposto, este artigo foi dividido em oito seções, contando esta Introdução. Sendo assim, as seções que serão desenvolvidas no transcorrer deste trabalho são: (2) Desenvolvimento rural e a agricultura familiar brasileira; (3) Caracterizando a agricultura familiar em Alagoas; (4) Cenário produtivo da agricultura familiar; (5) Meio ambiente e agricultura familiar; (6) Pessoal ocupado na agricultura familiar; (7) Movimentação financeira e renda dos estabelecimentos agrícolas familiares; e (8) Considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Discutir e pensar o desenvolvimento para o ambiente rural, na atualidade, consiste em vislumbrar a elaboração e execução de agendas e estratégias que vão muito além do que o fomento às práticas produtivas de cunho agrícola, mesmo sendo a agricultura a principal atividade produtiva desse ambiente.

O rural demanda um processo de desenvolvimento que, não só busque, mas efetive a geração de melhores condições de vida e que preserve/conserva os ecossistemas aí existentes. Contudo, esta demanda passa pela construção de um processo de desenvolvimento rural que contemple a diversidade de identidades culturais, sistemas socioprodutivos e de coevolução com os ecossistemas existentes nos territórios rurais. Por outro lado, tal demanda fundamenta-se em um processo de desenvolvimento rural que incentive e fomente a diversidade de atividades produtivas socioeconômicas, seja de

cunho agrícola ou não agrícola, estando estas atreladas a diversos setores da economia.

Esta nova realidade, na qual emergiu um novo rural brasileiro, propicia a criação de condições favoráveis para que os agricultores familiares possam permanecer no campo, desenvolvendo ou não atividades voltadas à produção agropecuária, mas de forma a contemplar os modos e projetos de vida adotados e vislumbrados pelas famílias rurais. Além disso, esta nova realidade se expressa por meio dos modos de vida e da organização dos sistemas socioprodutivos que são fruto da diversidade de identidades culturais e das dinâmicas ecossistêmicas existentes no território e que podem potencializar ou limitar o transbordamento de modelos exógenos de desenvolvimento rural na dinâmica territorial.

Neste contexto, Feijó (2011, p. 6) explica que atualmente o desenvolvimento rural é um conceito que abrange “[...] mais do que o apoio à produção agropecuária, hoje se pensa em como valorizar um dado território viabilizando nele um conjunto variado de atividades econômicas e não apenas as produções agrícola e pecuária”. Já Carneiro (2009) considera a agricultura como apenas mais uma das ocupações existentes no ambiente rural, uma vez que está havendo nesse ambiente uma expansão de práticas econômicas que combinam atividades agrícolas com outras atividades socioeconômicas (atividades não-agrícolas).

Porém, o sistema produtivo no ambiente rural está estruturado de uma forma bastante desigual. Os produtores de maiores porte e aporte financeiro são os que controlam o capital disponível para o fomento do setor agropecuário e a obtenção das terras férteis, além de seus estabelecimentos rurais estarem próximos a locais que detêm a melhor infraestrutura. Desta forma, estão sendo privilegiados em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos (ALTIERI, 2004); diga-se de passagem, que esta é a situação da maioria dos agricultores brasileiros, principalmente, na região Nordeste.

Neste sentido, os agricultores familiares com menor aporte econômico possuem, em geral, uma dependência de recursos financeiros para desenvolver suas atividades produtivas que, por sua vez, demandam muito dinheiro. Além disso, a forma desigual de inserção comercial e desenvolvimento do sistema produtivo acabam por excluir

ou marginalizar os agricultores familiares pouco capitalizados (TEDESCO; VIEIRA, 2006).

Mesmo ultrapassando tais barreiras e alcançando esses mercados, os agricultores mais descapitalizados acabam gerando impactos ambientais nos seus agroecossistemas. Tais impactos, na maioria das vezes, não são considerados externalidades ou não são internalizados, para evitar perda de competitividade perante os concorrentes, devido à tendência em se elevar os preços dos produtos em relação aos dos demais produtores.

Deste modo, Hespanhol (2008, p. 86) argumenta que “[...] a agricultura familiar tem cada vez menos espaço para participar da produção de commodities agrícolas, tendo melhor alternativa a diversificação produtiva [...]”. Sendo assim, observa-se que os produtores de menor porte e reduzido aporte financeiro estão recorrendo ao desenvolvimento de sistemas produtivos mais diversificados; organizando ou se inserindo em circuitos comerciais alternativos e mais condizentes com suas singularidades. Circuito estes que buscam propiciar, além de redução dos custos comerciais e maior interação entre os produtores e consumidores, a melhoria nos níveis de segurança alimentar locais (mercados de proximidade e institucionais) e de renda dos agricultores familiares.

Associada ao cenário apresentado, vem emergindo nas últimas três décadas no rural brasileiro, uma realidade socioeconômica alicerçada no processo de acumulação flexível. Assim, segundo Etges (2001, p. 139), há de se levar em conta que “[...] discutir desenvolvimento rural no contexto de regime de acumulação flexível, nos leva a considerar a diversidade, a não padronização e a valorização da diferença como elementos potenciais para geração de desenvolvimento futuro”.

Sendo assim, pensar a agricultura familiar brasileira a partir da acumulação flexível se constitui em um processo de mudança paradigmática acerca das formas de se encarar e inserir novas práticas produtivas, modos de inserção e alocação da força de trabalho das famílias rurais, de desenvolvimento e inserção em circuitos comerciais diferenciados, de obtenção de múltiplas rendas (inclusive de forma monetizada ou não) etc. Deste modo, o processo de acumulação flexível abre espaço para se elaborar e concretizar formas de se planejar e efetivar o desenvolvimento no ambiente rural divergente do propos-

to pelo sistema de acumulação intensiva. Neste contexto, Alentejano (2001, p. 157), aborda que:

[...] a diversificação das formas de organização na agricultura, com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, que envolve, inclusive, o recurso a outras atividades, seja o assalariamento urbano, seja a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural. O fundamental é perceber que essas múltiplas estratégias representam o caminho, às vezes único, para assegurar a reprodução da unidade familiar agrícola, quer porque a renda dita complementar é essencial, quer porque a especialização na atividade agrícola não aparece como opção desejável para os descendentes.

Diante deste contexto de novos paradigmas de fomento e efetivação de agendas de desenvolvimento rural no Brasil, torna-se importante refletir sobre como a agricultura familiar se posiciona frente a este ambiente em emergência. Isto decorre do fato de que é notório que a agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada (heterogênea), incluindo desde famílias que estão em condições de extrema pobreza, sobrevivendo da exploração de seus minifúndios até produtores altamente capitalizados que estão inseridos nos sistemas agroindustriais nacionais e internacionais. Tal heterogeneidade é derivada de alguns fatores, tais como: (i) a própria formação dos grupos ao longo da história; (ii) as diversas heranças culturais; (iii) as experiências profissional e de vida particular dos agricultores; e (iv) o diferenciado acesso dos agricultores aos recursos naturais e à capacitação técnica. Além disso, essa heterogeneidade pode estar associada: (i) à inserção dos grupos de agricultores em paisagens agrárias muito diferentes; (ii) ao acesso diferenciado aos mercados (seja ele nacional e/ou internacional); e (iii) à inserção socioeconômica dos agricultores resultante tanto das condições particulares dos vários grupos como das oportunidades criadas pela dinâmica da economia, pelas políticas públicas, etc (BUAINAIN et al., 2005; GUANZIROLI et al., 2001).

Dito isto, as seções seguintes buscam entender como a agricultura familiar alagoana vem sendo influenciada e dialoga com o quadro descrito nesta seção e como isso se reflete no processo de desenvolvimento rural para o Estado de Alagoas. Para esta análise, serão usados como referência os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE,

pois o Censo se apresenta como um quadro-cenário do que vem ocorrendo no rural brasileiro, incluindo aí, o que ocorre em Alagoas.

3 CARACTERIZANDO A AGRICULTURA FAMILIAR EM ALAGOAS

Para entender a dinâmica da agricultura familiar alagoana e como ela reflete no processo de desenvolvimento rural do Estado é necessário compreender, primeiro, o perfil tanto dos agricultores como dos estabelecimentos agropecuários ali existentes.

Neste sentido, o ambiente rural de Alagoas passa por um processo de transformação que se intensificou a partir dos anos 2000. Inicialmente, sobre a reorganização produtiva do rural, passando recentemente pela reorganização econômica do Estado. Contudo, nesse processo, a agropecuária e, principalmente, a agricultura familiar, ainda se apresentam como elementos essenciais ao processo de desenvolvimento socioeconômico estadual.

Assim, de uma área de 2.776.766 hectares, Alagoas possui 66,80% do território coberto por áreas componentes de ambientes rurais, sendo que os estabelecimentos agropecuários ocupam 1.636.712 hectares (58,94% da extensão territorial do Estado); as terras indígenas ocupam 25.218 hectares (0,91% da extensão territorial do Estado); e as unidades de conservação ocupam 193.030 hectares (6,95% da extensão territorial do Estado) (IBGE, 2019). Ou seja, numa perspectiva de gestão espacial, o ambiente rural deve ser visto e incluído nos debates e propostas de desenvolvimento, seja no âmbito do desenvolvimento de sistemas produtivos (agrícola ou não) ou da reorganização das formas como são ocupadas as terras, por exemplo, ao se discutir projetos de expansão da área urbana.

Por outro lado, está havendo um processo de reorganização produtiva agropecuária em Alagoas, na qual áreas utilizadas na produção de cana-de-açúcar pertencentes à agricultura não familiar, estão sendo destinadas a outras culturas agrícolas (predominantemente as não alimentícias) ou ficando em estado de ociosidade. Esta área poderia ser redistribuída para os agricultores familiares, associada a uma agenda de incentivo produtivo, atrelado a um processo de desenvolvimento rural, que vislumbrasse as potencialidades deste segmento produtivo e das novas oportunidades socioeconômicas propiciadas por este novo ambiente sociocultural e econômico no qual está inserido o rural do século XXI.

Este contexto de má distribuição da terra vem sendo debatido por diversos pesquisadores que estudam o rural alagoano, a exemplo de Lira (2007) e Veras (2011). O último autor apontou, inclusive, que a concentração de terra se elevou de um índice de 0,858 para 0,871 no período de 1985 a 2006. Infelizmente, ainda se verifica uma concentração substancial de terra em poucos estabelecimentos, uma vez que, em 2017, 83,59% dos estabelecimentos agropecuários alagoanos detinham apenas 33,67% das terras agrícolas do Estado (Tabela 1).

Desta forma, com as possibilidades que vêm sendo proporcionadas para a agricultura familiar brasileira nos últimos anos, Alagoas poderia ter realizado uma correção na forma como estão distribuídas as terras agropecuárias, gerando um ambiente favorável a um maior desenvolvimento no ambiente rural. Até porque a agricultura familiar se constitui em um grupo importante para o rural alagoano, haja vista que dos 98.542 estabelecimentos agropecuários, 82.369 são caracterizados como familiares (83,59% do total), frente aos 16.173 caracterizados como não familiares (16,41% do total).

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Alagoas – 2017

Variáveis	Agricultura (total)		Agricultura familiar		Agricultura	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Não familiar	%
Estabelecimentos Agropecuários	98.542	100,00	82.369	83,59	16.173	16,41
Área dos Estabelecimentos Agropecuários (Hectares)	1.636.712	100,00	551.034	33,67	1.085.678	66,33

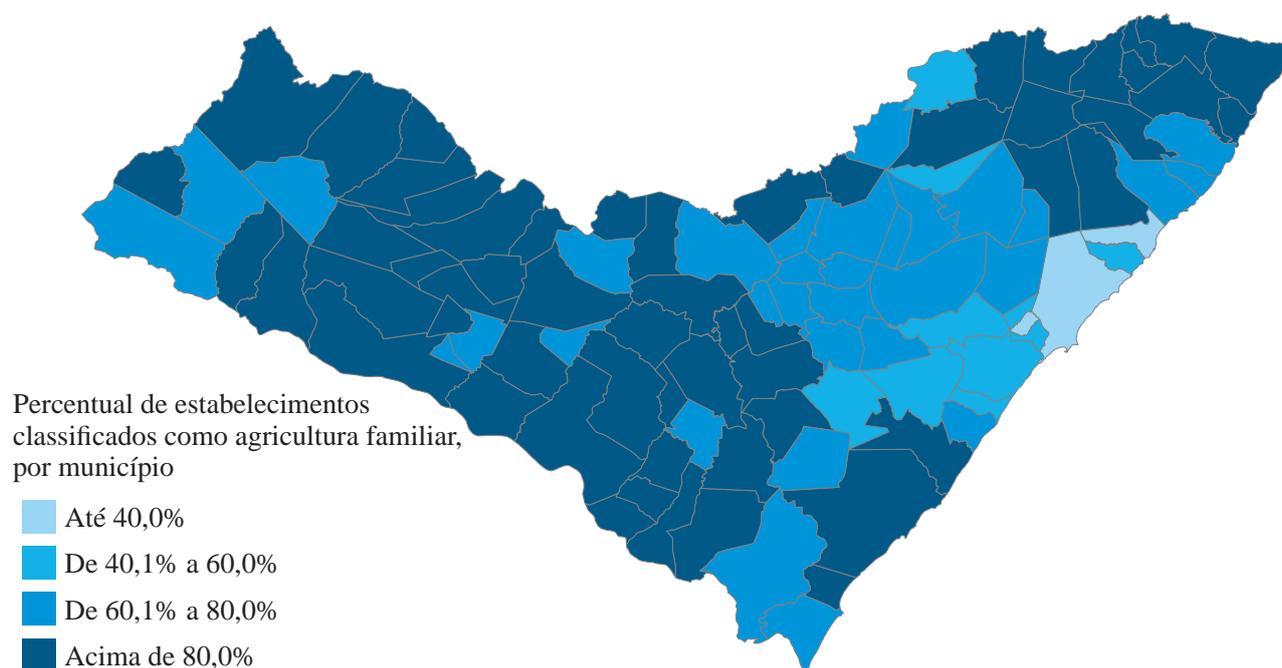
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Este cenário dificulta o desenvolvimento dos estabelecimentos agropecuários familiares que, como se observa em todo o Brasil, detêm pequenas extensões de terra, na maioria das vezes consideradas minifúndios, mas que possuem potencialidades que poderiam ser mais bem aproveitadas caso houvesse uma agenda de incentivos mais alinhadas as suas singularidades. No caso de Alagoas, ainda, conforme se verifica na Figura 1, há predominância de estabelecimentos agropecuários

familiares nas Mesorregiões do Agreste e do Sertão Alagoano.

Estas são regiões que possuem restrições edafoclimáticas e necessitam de aparato tecnológico, extensão e assistência técnica e incentivo governamental, condizentes com os modos e projetos de vida das famílias rurais destas localidades. Inclusive, nos últimos 10 anos, têm sido afetadas por secas sucessivas com impactos negativos sobre a produção agrícola e a criação de animais, principalmente, a bovinocultura leiteira.

Figura 1 – Percentual de estabelecimentos caracterizados como de agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos, por municípios em Alagoas (2017)



Fonte: IBGE (2019, p. 101), adaptado pelos autores.

Em relação às áreas dos estabelecimentos agropecuários, este se constitui em um problema ao desenvolvimento da agricultura familiar alagoana, pois 30,13% deles detêm área de até um hectare. Se for elevado o ponto de corte até cinco hectares, o contingente se amplia para 67,54%, e, se ampliado até 10 hectares, alcançará 83,56% das explorações familiares (Tabela 2).

Tais números sinalizam um cenário que pode inviabilizar agendas que busquem o desenvolvimento, mas não contemplem as particularidades

agrárias do rural em Alagoas. Além do que, com este quantitativo de área ocupado por unidades familiares, fica difícil pensar em um desenvolvimento agrícola atrelado a modelos produtivos demandantes de escala de produção para o segmento. Assim, a diversificação produtiva agropecuária, bem como, o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, inclusive de forma associada, poderia proporcionar uma melhoria das condições socioeconômicas deste grupo de agricultores.

Tabela 2 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Alagoas por grupos de área total (2017)

Grupo de área total	Agricultura (total)		Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Mais de 0 < 0,1 ha	709	0,72	542	0,66	167	1,03
De 0,1 < 0,2 ha	1.653	1,68	1.353	1,64	300	1,85
De 0,2 < 0,5 ha	8.908	9,04	7.453	9,05	1.455	9,00
De 0,5 < 1 ha	18.142	18,41	15.470	18,78	2.672	16,52
De 1 < 2 ha	16.018	16,25	13.800	16,75	2.218	13,71
De 2 < 3 ha	6.784	6,88	5.820	7,07	964	5,96
De 3 < 4 ha	7.888	8,00	6.829	8,29	1.059	6,55
De 4 < 5 ha	4.977	5,05	4.366	5,30	611	3,78
De 5 < 10 ha	15.087	15,31	13.192	16,02	1.895	11,72
De 10 < 20 ha	8.252	8,37	7.099	8,62	1.153	7,13
De 20 < 50 ha	5.276	5,35	4.302	5,22	974	6,02
De 50 < 100 ha	1.933	1,96	1.167	1,42	766	4,74
De 100 < 200 ha	1.067	1,08	362	0,44	705	4,36
De 200 < 500 ha	718	0,73	49	0,06	669	4,14
De 500 < 1.000 ha	220	0,22	-	-	220	1,36
De 1.000 < 2.500 ha	105	0,11	-	-	105	0,65
De 2.500 < 10.000 ha	40	0,04	-	-	40	0,25
De 10.000 ha e mais	9	0,01	-	-	9	0,06
Produtor sem área	756	0,77	565	0,69	191	1,18
Total	98.542	100,00	82.369	100,00	16.173	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No que se refere ao sexo do produtor, 76,53% (75.416) dos estabelecimentos agropecuários alagoanos são chefiados por homens. Entre os estabelecimentos familiares, 24,59% (22.946) são chefiados por mulheres, enquanto nos não familiares as mulheres chefiam 16,65% (2.693) dos estabelecimentos agropecuários. Cabe salientar, que analisando apenas o universo de estabelecimentos agropecuários com produtor do sexo feminino, observa-se que 88,26% dos estabelecimentos são caracterizados como familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Este quantitativo,

apesar de pequeno é muito importante para um Estado fortemente patriarcalista no meio rural, principalmente, no contexto das Regiões do Agreste e do Semiárido Alagoano.

Outra informação extraída do Censo Agropecuário 2017 é que 74,98% das pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários em Alagoas residem no estabelecimento. No que se refere à agricultura familiar, 77,25% dos produtores residem em suas unidades de produção. Vale salientar aqui, que houve melhora na infraestrutura dos municípios interioranos de

Alagoas, seja na perspectiva de acesso à energia elétrica, água e internet, principalmente. Por exemplo, observa-se que 80,28% do total de estabelecimentos alagoanos detinham energia por ocasião da realização do último Censo. Deste quantitativo 80,45% dos estabelecimentos agropecuários familiares detinham energia elétrica, frente a 79,42% dos não familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Interessante observar que o contingente percentual é bem próximo, mas que levadas em conta as diferenças nos acessos a infraestrutura, serviços e poder econômico entre estas duas categorias sociais, se aponta uma tendência de melhoria nas condições socioprodutivas dos estabelecimentos agropecuários familiares alagoanos.

Já quanto à condição do produtor em relação às terras, percebe-se que há predominância de estabelecimentos agropecuários dos quais o agricultor é o proprietário. Por exemplo, 78,62% dos estabelecimentos da agricultura familiar apresentam-se nessa condição. No entanto, existem situações que podem dificultar o acesso a crédito ou a participação em políticas públicas de incentivo à agropecuária. Esse é o caso dos agricultores familiares que estão na condição de ocupante (2,84% dos estabelecimentos agropecuários), pois sem a documentação necessária, esses agricultores não poderão acessar políticas públicas, seja de produção, escoamento ou de crédito rural (Tabela 3).

Tabela 3 – Condição dos produtores em relação às terras no Estado de Alagoas (2017)

Condição do produtor em relação às terras	Agricultura (total)				Agricultura familiar				Agricultura não familiar			
	Estabelecimento agropecuário		Área dos Estabelecimentos agropecuários		Estabelecimento agropecuário		Área dos Estabelecimentos agropecuários		Estabelecimento agropecuário		Área dos Estabelecimentos agropecuários	
	Número absoluto	%	Hectares	%	Número absoluto	%	Hectares	%	Número absoluto	%	Hectares	%
Proprietário(a)	77.182	78,32	1.510.635	92,30	64.761	78,62		88,32	12.421	76,80	1.023.940	94,31
Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	4.790	4,86	29.605	1,81	4.306	5,23	25.632	4,65	484	2,99	3.972	0,37
Arrendatário(a)	2.591	2,63	38.496	2,35	2.149	2,61	5.467	0,99	442	2,73	33.029	3,04
Parceiro(a)	3.241	3,29	19.372	1,18	2.603	3,16	9.855	1,79	638	3,94	9.517	0,88
Comandatário(a)	7.048	7,15	27.338	1,67	5.643	6,85	18.073	3,28	1.405	8,69	9.265	0,85
Ocupante	2.934	2,98	11.267	0,69	2.342	2,84	5.311	0,96	592	3,66	5.956	0,55
Produtor sem área	756	0,77	-	-	565	0,69	-	-	191	1,18	-	-

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Neste sentido, os agricultores familiares que já possuem estabelecimentos agropecuários com pequena extensão de terras, se veem em uma situação de relação precária, no que concerne à propriedade da terra (assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área). Por sua vez “Esse fenômeno se traduz em dificuldades adi-

cionais junto ao sistema financeiro para acessar crédito agrícola ou obter assistência da rede institucional de orientação técnica e extensão rural” (ALAGOAS, 2016, p. 19). Logo, dificultando o desenvolvimento produtivo (agrícola e não-agrícola) e socioeconômico dos estabelecimentos familiares e gerando um entrave ao processo de desenvolvimento rural.

Apesar das questões levantadas, a partir do quadro apresentado para a agricultura familiar, apenas 9,22% dos estabelecimentos caracterizados como familiares são associados a alguma cooperativa e/ou entidade de classe. Observa-se que a principal forma de associação dos agricultores familiares é a participação em entidade de classe/sindicatos, 22,85% dos estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019).

Essa forma de associação é extremamente importante, pois fortalece o grupo, porém não exclui a necessidade de desenvolver o capital social a ponto das formas associativas, também, contemplarem os processos de produção e escoamento da produção via Associação e/ou Cooperativa, pois as áreas produtivas, em sua maioria, são consideradas pequenas para a produção agropecuária. Neste caso, essas instituições poderiam alavancar a inserção comercial via associação para escoamento da produção em quantidade, ou via acesso a mercados diferenciados com elevados custos de transa-

ção, como mercado orgânico e de procedência de origem (BARBOSA, 2007, 2013). Mas não apenas no sentido restrito da produção agrícola, pois formas associativas de gestão de sistemas produtivos poderiam ser utilizadas para o desenvolvimento de atividades não agrícolas, como o turismo rural ou a agroindustrialização, podendo aproveitar o *know how* adotado na política para o turismo já praticado no Estado.

Outro ponto negativo consiste na prestação de orientação técnica aos agricultores familiares (Tabela 4). Um quadro alarmante foi observado, uma vez que dos 82.369 estabelecimentos familiares, apenas 5,07% recebem orientação técnica. Mas esse não é um panorama notado unicamente na agricultura familiar. No cômputo geral, dos 98.542 estabelecimentos agropecuários alagoanos, apenas 6,18% recebem orientação técnica. Já em relação aos estabelecimentos agropecuários não familiares, 11,80% recebem orientação técnica.

Tabela 4 – Número de produtores atendidos e origem da orientação técnica recebida pelos estabelecimentos agropecuários de Alagoas – 2017

Origem da orientação técnica recebida	Agricultura (total)		Agricultura familiar		Agricultura não familiar	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Recebe	6.085	6,18	4.177	5,07	1.908	11,80
Governo (federal, estadual ou municipal)	2.619	2,66	2.105	2,56	514	3,18
Própria ou do próprio produtor	1.989	2,02	909	1,10	1.080	6,68
Cooperativas	1.009	1,02	803	0,97	206	1,27
Empresas integradoras	112	0,11	76	0,09	36	0,22
Empresas privadas de planejamento	73	0,07	30	0,04	43	0,27
Organização não-governamental (ONG)	43	0,04	27	0,03	16	0,10
Sistema S	49	0,05	32	0,04	17	0,11
Outra	484	0,49	346	0,42	138	0,85
Não recebe	92.457	93,82	78.192	94,93	14.265	88,20
Total de Estabelecimentos Agropecuários	98.542	100,00	82.369	100,00	16.173	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Tal fato compromete o desenvolvimento socioeconômico dos estabelecimentos agrope-

cuários alagoanos, principalmente os familiares, seja para o desenvolvimento de atividades

produtivas agrícolas ou não-agrícolas. Nesse ambiente precário de prestação de orientação técnica à agricultura familiar, verificou-se que 6,78% que fazem uso de adubação recebem orientação técnica. Não é diferente do quantitativo de estabelecimento familiares que informaram fazer uso de adubação orgânica e que recebem orientação técnica (7,90%). Preocupante, ainda, é observar que em um contexto de discussão sobre alimentação saudável e segura, e de contaminação de alimentos por insumos químicos acima do permitido, apenas 6,23% dos estabelecimentos familiares que fazem uso de agrotóxico tenham afirmado receber orientação técnica (IBGE/SIDRA, 2019).

Já no caso dos estabelecimentos familiares que possuem acesso a sistema de irrigação, apenas 12,34% recebem orientação técnica para a sua utilização. Este é outro caso que preocupa, pois o mau uso dos sistemas de irrigação (usar água em excesso na produção agrícola) pode gerar problemas no solo, desde a erosão à salinização, com consequências mais graves em estabelecimentos situados no semiárido, onde há severa restrição desse recurso natural.

Porém, o quadro citado não é verificado apenas em estabelecimentos familiares. Na agricultura não familiar, o contingente de estabelecimentos que recebem orientações técnicas para o uso dos insumos mencionados não chega a 20%, em todos os casos de uso, exceto no caso da irrigação, em que 30,60% afirmam receber orientação técnica.

Portanto, a agricultura familiar alagoana é submetida a diversos fatores limitantes, ao tempo que devido ao seu perfil heterogêneo, pode-se vislumbrar possibilidades, caminhos para a superação dos problemas aqui apresentados. Entretanto, cabe às instituições governamentais disponibilizarem instrumentos, por meio de políticas públicas, para que os agricultores familiares potencializem seus sistemas de produção agrícola e não-agrícola a partir de suas singularidades e de seus modos e projetos de vida.

Neste contexto, na próxima seção será apresentado e debatido o cenário produtivo emergente do perfil, aqui exposto, acerca da agricultura familiar alagoana.

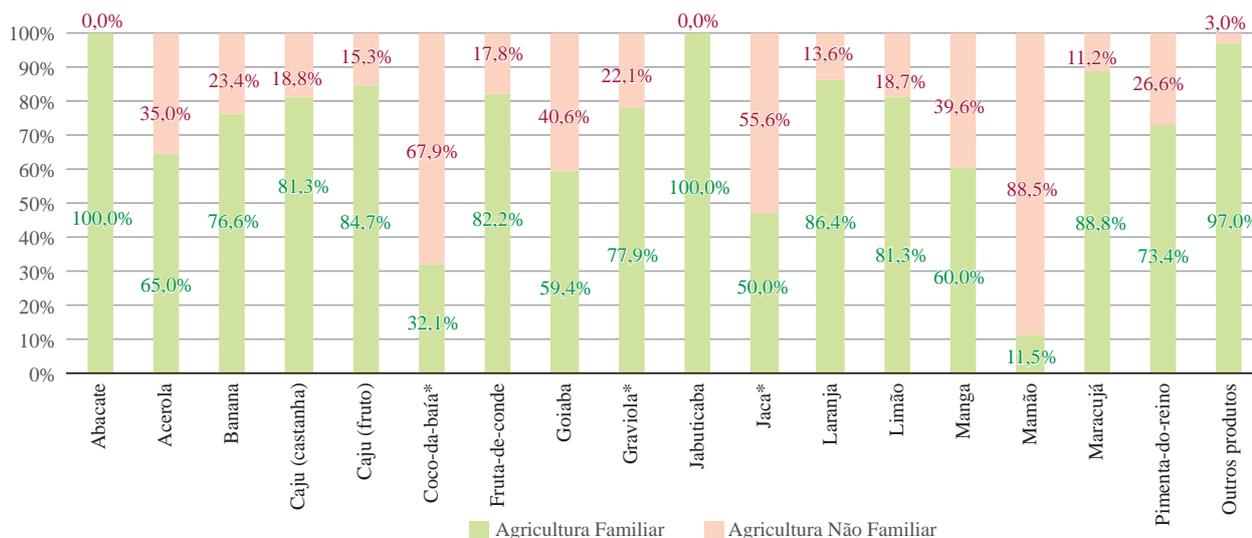
4 CENÁRIO PRODUTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Tendo em consideração tanto as limitantes como o perfil heterogêneo dos estabelecimentos agropecuários familiares, assim como, as especificidades edafoclimática de cada Mesorregião do Estado de Alagoas, é possível vislumbrar o cenário e o potencial produtivo bem diverso que existe em Alagoas. Assim, não é de se estranhar a diversidade de atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas sendo desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários familiares alagoanos. Todavia, o cenário encontrado não é o ideal, pois o estágio de desenvolvimento não é satisfatório.

Por outro lado, há um cenário produtivo importante para a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, frente à possibilidade de inserção produtiva e comercial em diversos mercados, seja de cunho agropecuário e/ou não-agrícola (que, geralmente, remunera melhor os agricultores). Neste cenário, há espaço para que a família organize estratégias que permitam a participação dos membros da família (alocação da mão de obra familiar) em diversas fases do sistema produtivo (da produção à comercialização) ou no desenvolvimento de outras atividades produtivas não-agrícola, como turismo rural.

Neste sentido, observando o Gráfico 1 a seguir, verifica-se a importância da participação da agricultura familiar na produção das lavouras permanentes. Isto é notório ao se analisar que dos 18 itens apresentados no Gráfico, 15 têm acima de 50% de sua produção oriunda da agricultura familiar, destacando-se o abacate e a graviola (100% da produção), além do maracujá (88,8% da produção).

Gráfico 1 – Participação da agricultura familiar e não familiar na quantidade de toneladas produzidas pelas principais lavouras permanentes de Alagoas, 2017 (Em %)



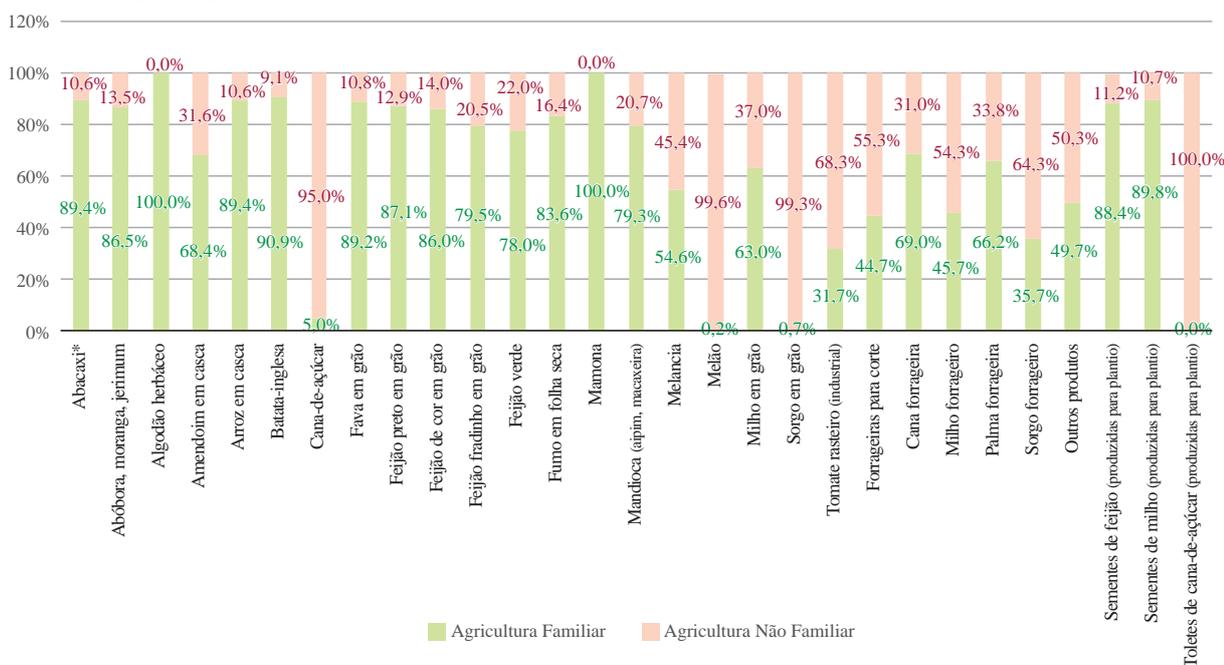
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: * quantidade em mil frutos.

Nas lavouras temporárias, bem como nas permanentes, a agricultura familiar se sobressai com importante participação na produção. Veja-se que, dos 29 itens apresentados no Gráfico 2, 20 têm na agricultura familiar o seu principal produtor. Ênfase deve ser dada às produções de algodão herbáceo e mamona (100% da pro-

dução), batata-inglesa (90,9% da produção), sementes de milho para plantio (89,8% da produção), abacaxi e arroz em casca (89,4% da produção). Nota-se ainda, que a agricultura familiar produz cana-de-açúcar que utiliza na sua produção artesanal de cachaça e rapadura, bem como fornece às usinas sucoenergéticas.

Gráfico 2 – Participação da agricultura familiar e não familiar na quantidade de toneladas produzidas pelas principais lavouras temporárias de Alagoas, 2017 (Em %)



Fonte: Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

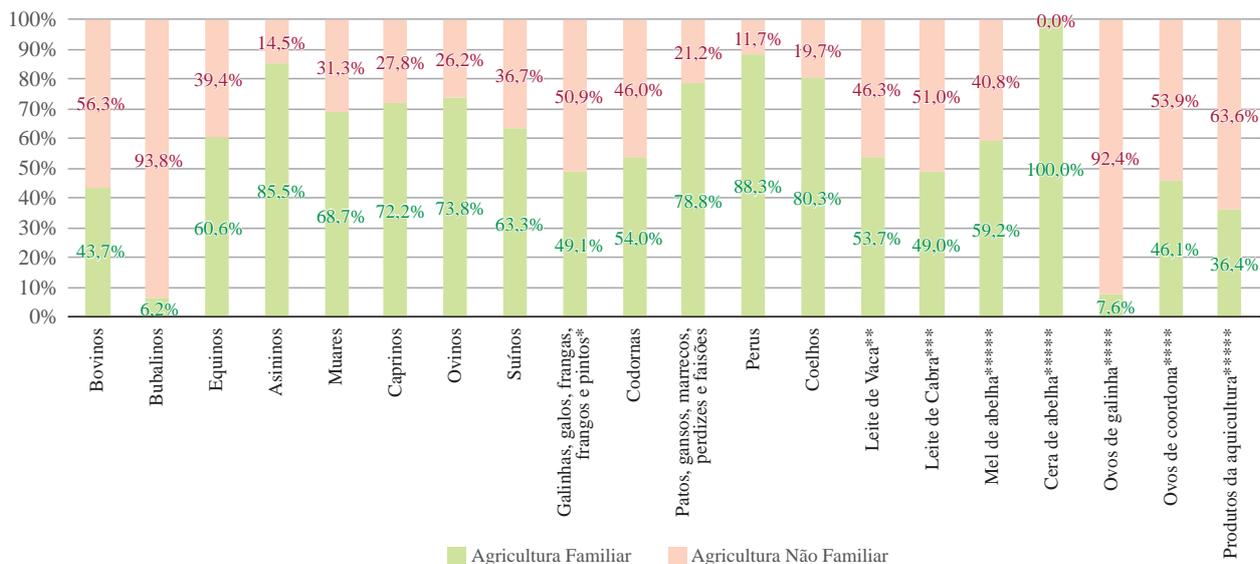
Nota: * quantidade em mil frutos.

No mesmo Gráfico, verifica-se que a agricultura familiar é responsável pela produção de grande parte dos alimentos destinados ao mercado interno de Alagoas, tais como: feijões, arroz, batata-inglesa etc. Diante dos números, é possível afirmar a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar local, devido ao seu potencial de abastecimento alimentar.

Além da produção agrícola, a pecuária se destaca no Estado de Alagoas, com importan-

te participação da agricultura familiar (Gráfico 3). Dos 20 rebanhos e produtos pecuários apresentados, 13 têm na agricultura familiar a sua principal origem. Dentre os produtos, pode ser dada ênfase à criação de perus (88,3% da produção) e de coelhos (80,3% da produção), assim como ao beneficiamento da cera (100% da produção) e do mel de abelha (59,2% da produção) e à produção de leite de vaca (53,7% da produção).

Gráfico 3 – Participação da agricultura familiar e não familiar nos rebanhos e principais produtos da pecuária de Alagoas – 2017 (Em %)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Notas: * quantidade em mil cabeças; ** quantidade produzida de leite (Mil litros); *** quantidade vendida de leite (Mil litros); **** quantidade produzida de ovos (Mil dúzias); ***** quantidade vendida em toneladas.

A agricultura familiar desenvolve, também, produtos da agroindústria rural (Tabela 5). Destacam-se, em termos de número de estabelecimentos agropecuários (em percentual) as produções agroindustriais de: carne tratada (de sol, salgas), representando 100% dos estabelecimentos deste segmento (4 estabelecimentos familiares); fumo em rolo ou corda, represen-

tando 88,4% dos estabelecimentos deste segmento (4.855 estabelecimentos familiares); e farinha de mandioca, representando 88,3% dos estabelecimentos deste segmento (3.575 estabelecimentos familiares). Ressalte-se que, dos 14 principais produtos agroindustriais rurais alagoanos, 11 têm na agricultura familiar o seu principal produtor.

Tabela 5 – Principais produtos da agroindústria rural da agricultura familiar e não familiar em Alagoas (2017)

Produtos da agroindústria rural	Estabelecimentos agropecuários familiares (N), produção (toneladas) e valor produção (R\$ mil)											
	Agricultura familiar						Agricultura não familiar					
	N		Toneladas		R\$ Mil		N		Toneladas		R\$ Mil	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aguardente de cana*	4	57,1	25	27,5	249	16,7	3	42,9	66	72,5	1.245	83,3
Doces e geleias	95	84,8	16	84,2	154	79,4	17	15,2	3	15,8	40	20,6

Produtos da agroindústria rural	Estabelecimentos agropecuários familiares (N), produção (toneladas) e valor produção (R\$ mil)											
	Agricultura familiar						Agricultura não familiar					
	N		Toneladas		R\$ Mil		N		Toneladas		R\$ Mil	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Farinha de mandioca	3.575	88,3	4.353	83,7	10.640	83,5	472	11,7	850	16,3	2.100	16,5
Fubá de milho	10	71,4	24	72,7	122	92,4	4	28,6	9	27,3	10	7,6
Fumo em rolo ou corda	4.855	88,4	4.912	82,8	28.327	82,5	639	11,6	1.021	17,2	5.995	17,5
Pães, bolos e biscoitos	37	74	63	90	238	78	13	26	7	10	67	22
Polpa de frutas	26	68,4	23	4,8	139	7,2	12	31,6	457	95,2	1.786	92,8
Queijo e requeijão	198	82,5	1.029	87,1	12.064	84,7	42	17,5	153	12,9	2.180	15,3
Carne de bovinos (verde)	14	56	95	51,9	1.147	49,5	11	44	88	48,1	1.172	50,5
Carne de suínos (verde)	52	86,7	42	89,4	485	88,2	8	13,3	5	10,6	65	11,8
Carne de outros animais (verde)	30	83,3	29	93,5	401	92,4	6	16,7	2	6,5	33	7,6
Carne tratada (de sol, salgada)	4	100	4	100	72	100	0	0	0	0	0	0
Outros produtos	73	71,6	178	1,4	2.663	16,3	29	28,4	12.264	98,6	13.668	83,7
Goma ou tapioca	119	72,1	350	89,7	1.194	87,7	46	27,9	40	10,3	168	12,3

Fonte: Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: * quantidade em mil litro.

Cabe mencionar, que com maior incentivo governamental poderia haver expansão ou desenvolvimento de algumas atividades agroindustriais que produziriam importantes retornos socioeconômicos à agricultura familiar, principalmente, aquela localizada no Semiárido Alagoano. Por exemplo, o município de Arapiraca encontra-se no Semiárido Alagoano, sendo considerado um dos principais produtores de fumo em rolo ou corda. Este segmento obteve um valor de produção para a agricultura familiar na cifra de R\$ 28.327 milhões. Outro segmento importante é o da produção de queijo e requeijão, cujos principais municípios produtores localizam-se no Semiárido Alagoano (Bacia Leiteira) e que obteve um valor de produção para a agricultura familiar na cifra de R\$ 12.064 milhões.

Associados à produção agropecuária citada nesta seção, a produção agropecuária orgânica e o meio ambiente são elementos importantes para a agricultura familiar alagoana. Deste modo, a próxima seção apresenta e debate aspectos ligados a estes elementos.

5 AGROPECUÁRIA ORGÂNICA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE

A questão ambiental é um fator importante para o desenvolvimento produtivo e socioeconômico do rural, conforme discutido na segunda seção deste artigo. Em Alagoas, a questão ambiental apresenta-se, recentemente, como uma dimensão necessária ao desenvolvimento das atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas, assim como, para o desenvolvimento rural. Todavia, esta visão não é compartilhada ou seguida por todos os agricultores, inclusive os familiares.

Por exemplo, Carvalho (2009) expõe que a produção canavieira poluiu os rios da Zona Canavieira e que o complexo lagunar degradou os solos, desmatou sistematicamente e poluiu a atmosfera, devido às queimadas que ainda são realizadas. Para se ter ideia, existem apenas 2% de Mata Atlântica preservados em Alagoas. Inclusive, Diegues Junior (2006) expõe que já no século XVIII a expansão agrícola, junto à construção de navios, da demanda por infraestrutura habitacional e dos estabelecimentos agropecuários, dos engenhos e do consumo de lenha, estava propiciando rápida degradação das matas e florestas alagoanas.

Associado a este contexto, Veras (2011) explica que a agricultura praticamente dizimou as matas naturais em Alagoas, desde o Bioma Caatinga à Mata Atlântica. Para este autor, os agricultores familiares tiveram uma boa parcela de responsabilidade nesse processo, pois devastaram a cobertura vegetal natural com o objetivo de expandir sua área de cultivo ou para vender e consumir a madeira, buscando sua sobrevivência.

As informações do Censo Agropecuário 2017, de alguma forma, corroboram essas afirmações. Apesar de 77,01% dos estabelecimentos familiares (63.433 estabelecimentos) contarem com algum tipo de recursos hídricos, ainda há um viés tendendo a não proteção das matas, importantes para a manutenção desses recursos hídricos. Assim, dos estabelecimentos familiares que possuem algum tipo de recursos hídricos, apenas 4.649 (7,33%) têm nascentes protegidas por matas, enquanto 7.091 (11,18%) possuem nascentes sem a proteção de matas. Já 8.005 estabelecimentos (12,62%) detêm rios ou riachos que são protegidos por matas. Por outro lado, 13.414 estabelecimentos (21,15%) detêm rios e riachos que não são protegidos por matas (IBGE/SIDRA, 2019).

Ressalta-se que atualmente as atividades de proteção/conservação dos recursos hídricos no rural podem (na verdade devem) ser remuneradas, pois representam um serviço ambiental prestado pelo agricultor. Inclusive, no Brasil, existem diversas experiências de remuneração desses serviços ambientais, sejam pagos por instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

Além disso, dos 82.369 estabelecimentos agropecuários familiares, 5.717 (6,94%) possuem matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, correspondendo a 23.618 hectares. Outros 1.222 estabelecimentos familiares (1,48%) possuem matas e/ou florestas naturais, totalizando 5.161 hectares. Observou-se, ainda, que 351 estabelecimentos familiares (0,43%) detêm florestas plantadas, cuja área corresponde a 607 hectares. Ainda, foi observado que a agricultura familiar, disponibiliza: (i) 5.220 hectares para a proteção e/ou conservação de encostas; (ii) 4.049 hectares são utilizados para a recuperação de mata ciliar; (iii) 6.004 hectares são utilizados para re-

florestamento para proteção de nascentes; (iv) 2.459 hectares são utilizados para manejo florestal (IBGE/SIDRA, 2019).

Assim, em Alagoas falta mais incentivo, seja decorrente de cobrança dos consumidores ou, principalmente, de políticas de fomento por parte dos gestores públicos para que a agricultura familiar preserve os recursos naturais (BARBOSA, 2007). Este incentivo e fomento poderiam possibilitar um reposicionamento de alguns agricultores em mercados mais lucrativos, como o orgânico, ou recebendo novas rendas ligadas a serviços ambientais, como poderia melhorar a qualidade de vida da população local por meio da manutenção da paisagem e dos recursos naturais locais (rios, lagos, matas e florestas) e conservação da fauna. Isto poderia representar uma redução de demanda por insumos produtivos devido a possíveis melhorias no equilíbrio ecossistêmico (ALTIERI, 2004, BARBOSA, 2013).

Neste contexto, verificou-se que 3.137 estabelecimentos familiares (3,83%) desenvolvem sistemas agroflorestais (área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais), totalizando 19.365 hectares. Observou-se, também, o desenvolvimento da agricultura e/ou pecuária orgânica pelos estabelecimentos familiares, contudo, ainda em um percentual muito baixo. Neste sentido, foram observados que 3,35% dos estabelecimentos familiares manejam seus sistemas produtivos seguindo a premissa da agricultura e/ou pecuária orgânica. São apenas 2.762 estabelecimentos, um contingente muito baixo frente ao potencial que detém o Estado (IBGE/SIDRA, 2019).

Este manejo ocorre da seguinte forma nos estabelecimentos familiares alagoanos: produção vegetal – desenvolvido em 74,51% dos estabelecimentos (ou em 2.058 estabelecimentos); produção animal – manejado em 10,57% dos estabelecimentos (ou em 292 estabelecimentos); e produção vegetal e animal – desenvolvido em 14,92% dos estabelecimentos (ou em 412 estabelecimentos) (IBGE/SIDRA, 2019).

Quanto à faixa etária do agricultor que pratica a agricultura e/ou pecuária orgânica na unidade familiar, observou-se que na maioria dos estabelecimentos familiares (1.870 estabelecimentos, ou 67,71%) o agricultor tem acima

de 45 anos de idade. Por outro lado, em apenas 75 estabelecimentos familiares (2,72%), o agricultor está na faixa idade inferior a 25 anos. Deste modo, foi verificado que: (i) 300 estabelecimentos familiares (10,86%) o agricultor tem idade entre 25 a menos de 35 anos; (ii) 517 estabelecimentos familiares (18,72%) o agricultor tem idade entre 35 a menos de 45 anos; (iii) 662 estabelecimentos familiares (23,97%) o agricultor tem idade entre 45 a menos de 55 anos; (iv) 608 estabelecimentos familiares (22,01%) o agricultor possui idade entre 55 a menos de 65 anos; (v) 420 estabelecimentos familiares (15,21%) o agricultor possui idade entre 65 a menos de 75 anos; e (vi) 180 estabelecimentos familiares (6,52%) o agricultor possui idade acima de 75 anos (IBGE/SIDRA, 2019).

Pode ser notado que a prática da organocultura é desenvolvida, em sua maioria, por agricultores mais velhos. Isso, por sua vez, pode dificultar o desenvolvimento desse sistema produtivo a longo prazo, caso não haja sucessão familiar nos estabelecimentos agropecuários.

Nota-se, portanto, que ainda há um longo caminho a ser percorrido pela agricultura familiar em Alagoas para tornar-se sustentável, tanto ecologicamente quanto economicamente, uma vez que as degradações ambientais incidem diretamente sobre a viabilidade produtiva e econômica dos estabelecimentos agropecuários. Contudo, o quadro observado não está restrito apenas à agricultura familiar; a não familiar, da mesma forma, não apresenta níveis de proteção e conservação ambiental que a elevem à condição de sustentável. Desta forma, é necessário que as instituições, seja pública, privada ou do terceiro setor, atuem com mais ênfase, incentivem e fomentem uma mudança paradigmática da agricultura alagoana, rumo a uma situação de sustentabilidade. Principalmente porque, conforme Barbosa (2013), a sustentabilidade pode significar novas oportunidades econômicas para os agricultores familiares e para a economia local, como tem sido observado em outras localidades no Brasil, uma vez que novos mercados são abertos, tais como: ecoturismo, turismo rural, serviços ambientais, agroenergia e energias renováveis, dentre outras.

Em conjunto com a discussão sobre a produção agropecuária e sobre as questões ambientais,

a ocupação da mão de obra constitui-se em um fator importante para a análise e desenvolvimento dos estabelecimentos agropecuários alagoanos. Assim, a próxima seção apresenta e debate aspectos ligados à ocupação da mão de obra.

6 PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A ocupação da mão de obra nos estabelecimentos agropecuários alagoanos é um fator importante de análise, principalmente, no que se refere à agricultura familiar. Isto se deve ao fato de que a forma de ocupação da mão de obra nesse segmento poderá interferir diretamente na continuidade do estabelecimento rural, seja devido à transição hereditária ou à forma de gestão que será adotado pelo sucessor do negócio rural.

Neste sentido, a observação das características de gênero nos estabelecimentos é importante. Veja-se que os dados do último Censo (Tabela 6) mostram que das 326.913 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, 243.434 pessoas são do sexo masculino (74,5% da mão de obra ocupada) e 83.479 pessoas são do sexo feminino (25,5% da mão de obra ocupada). Em relação ao Censo Agropecuário 2006, houve pequena redução da participação das mulheres (2,4%) no contingente de pessoas ocupadas nesses estabelecimentos.

Essa redução pode ser derivada de uma maior participação das mulheres em ocupação fora do estabelecimento agropecuário, desde sua alocação no mercado de trabalho urbano formal e informal ao desenvolvimento de outras atividades produtivas interligadas à produção agropecuária, como a agroindustrialização ou comercialização dos produtos, assim como, desenvolvendo atividades não-agrícolas. Também pode ser uma consequência de importantes programas sociais como o Bolsa Família, que gera incremento na renda familiar, permitindo um reposicionamento da mão de obra feminina para outras alocações, produtivas ou não. Assim, torna-se importante a realização de estudos para detectar, quais foram os motivos que levaram a esta pequena redução da participação das mulheres no contingente de pessoal ocupado em atividades agropecuária nos estabelecimentos.

Tabela 6 – Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com menos de 14 anos e com mais de 14 anos, por sexo, em Alagoas (2017)

Tipo de pessoal ocupado	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (número de pessoas)								
	Agricultura (total)			Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	326.913	243.434	83.479	227.115	156.423	70.692	99.798	87.011	12.787
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (com 14 anos e mais)	318.191	238.238	79.953	219.832	152.196	67.636	98.359	86.042	12.317
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (com menos de 14 anos)	8.722	5.196	3.526	7.283	4.227	3.056	1.439	969	470

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Outro fato observado, foi que do pessoal ocupado em atividades agropecuárias nos estabelecimentos, 8.722 pessoas detinham menos de 14 anos de idade (2,7% da mão de obra ocupada). Veras (2011) explica que a inserção de mão de obra infantojuvenil não é recente nas atividades laborais na agropecuária alagoana. Para o autor, esta ocupação é realizada desde tempos remotos na produção da vida material, apresentando-se como uma forma de ‘contribuição’ ao núcleo familiar. Todavia, comparando a situação atual com a apresentada por Veras, nota-se expressiva redução da utilização da mão de obra de pessoas com idade abaixo dos 14 anos nas atividades agropecuárias. Veras (2011) expõe que no Censo Agropecuário 2006, 21.992 pessoas com menos de 14 anos exerciam atividades agropecuárias nos estabelecimentos rurais alagoanos, sendo que 91,8% destas pessoas exerciam suas atividades em estabelecimentos familiares, uma redução de 152,1% em 11 anos.

No caso da agricultura familiar, verifica-se na Tabela 7, que 227.115 pessoas estão ocupadas em atividades agropecuária nos estabelecimentos (69,5% da mão de obra ocupada). Assim, nota-se que a agricultura familiar continua ocupando a maior parcela da mão de obra que desenvolve atividades agropecuárias em estabelecimentos rurais. Deste contingente, 156.423 pessoas são do sexo masculino (68,9% da mão

de obra ocupada) e 70.692 do sexo feminino (31,1% da mão de obra ocupada).

Foi observado, também, que a maior parte do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários possui laço de parentesco com o produtor. São 225.604 pessoas com esta característica, ou seja, 69% das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias nos estabelecimentos alagoanos. Além disso, verifica-se que a maior quantidade de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários que possui laço de parentesco com o produtor encontra-se na agricultura familiar. São 193.739 pessoas com esta característica, ou seja, 85,9% das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias nos estabelecimentos (Tabela 7).

No âmbito da agricultura familiar, o maior contingente de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários possui laço de parentesco com o produtor, são 193.739 pessoas ocupadas com esta característica (ou 85,3% da mão de obra ocupada). Nada de novo no contexto da agricultura familiar. Por outro lado, no que se refere ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor, predomina na agricultura familiar alagoana a utilização de mão de obra temporária. Foram 28.586 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias nos estabelecimentos com esta característica, ou seja, 85,6% das pessoas ocupadas (Tabela 7).

Tabela 7 – Pessoal ocupado em atividades agropecuárias, por tipo de pessoal ocupado e sexo, em Alagoas (2017)

Tipo de pessoal ocupado	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (número de pessoas)								
	Agricultura (total)			Agricultura familiar			Agricultura não familiar		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	326.913	243.434	83.479	227.115	156.423	70.692	99.798	87.011	12.787
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor	225.604	147.186	78.418	193.739	125.161	68.578	31.865	22.025	9.840
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor	101.309	96.248	5.061	33.376	31.262	2.114	67.933	64.986	2.947
Permanentes	34.992	32.297	2.695	4.285	3.277	1.008	30.707	29.020	1.687
Temporários	61.815	59.761	2.054	28.586	27.524	1.062	33.229	32.237	992
Parceiros	4.502	4.190	312	505	461	44	3.997	3.729	268

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Assim, verifica-se uma mudança no cenário de pessoal ocupado em atividades agropecuárias nos estabelecimentos alagoanos, ao tempo que se observa a continuidade da importância que a agricultura familiar detém para a ocupação da mão de obra no ambiente rural, no que se refere ao desenvolvimento de atividades agropecuárias. Todavia, percebe-se que a agricultura familiar ainda detém espaço para absorção de mão de obra, seja no desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas ou não-agrícolas. Ou seja, há um espaço para expansão na geração de emprego e renda no rural alagoano, principalmente, na agricultura familiar.

Em relação à geração de renda, e sobre a movimentação financeira dos estabelecimentos agropecuários alagoanos, é feita uma discussão na próxima seção.

7 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E RENDA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS FAMILIARES

A presente seção aborda aspectos financeiros e de renda da agricultura familiar alagoana. Em relação ao Valor Total da Produção (VTP), nota-se que os 79.410 estabelecimentos familiares alagoanos (84% dos estabelecimentos) produzem um VTP de R\$ 705.523 milhões, representando 27,5% do VTP da agropecuária alagoana. Obtém, ainda, um VTP médio de R\$ 8,88 mil, uma diferença expressiva quando comparada ao VTP médio da agricultura não familiar, R\$ 123,28 mil (Tabela 8).

Tabela 8 – Participação dos agricultores familiares e não familiares no Valor Total da Produção (VTP) da agropecuária em Alagoas (2017)

Tipo de agricultura	Estabelecimentos agropecuários com produção	%	Valor Total da Produção (VTP) (Mil Reais)	%	VTP Médio (Mil Reais)
Familiar	79.410	84,0	705.523	27,5	8,88
Não Familiar	15.103	16,0	1.861.897	72,5	123,28
Total	94.513	100,0	2.567.420	100,0	27,16

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ocorre que, como observado acima, é preciso incentivar e fomentar mais a agricultura familiar, não na perspectiva de um incremento extraordinário do seu VTP, que seria muito bom, mas para que mais agricultores familiares possam contribuir para o incremento do VTP, sem esquecer de fortalecer os que já vêm contribuindo. Para isto, se fazem necessários mais investimentos em orientação técnica, em incentivo à inserção mercadológica, principalmente,

em mercados de proximidade e nos mercados institucionais que contribuem bastante para melhorar os níveis de segurança alimentar.

Relativamente ao financiamento, a distribuição quanto à finalidade é apresentada na Tabela 9. Nota-se que os investimentos são a principal finalidade do crédito obtido pela agricultura familiar alagoana (73,32% dos estabelecimentos); outros 27,59% contraem financiamento para custeio.

Tabela 9 – Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento por finalidade do financiamento em Alagoas (2017)

Finalidade do financiamento	Tipologia de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento					
	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Número absoluto	%	Número absoluto	%	Número absoluto	%
Investimento	8.772	73,53	1.336	74,72	7.436	73,32
Custeio	3.338	27,98	540	30,20	2.798	27,59
Comercialização	322	2,70	56	3,13	266	2,62
Manutenção do estabelecimento	1.933	16,20	258	14,43	1.675	16,52
Total de Estabelecimentos Agropecuários	11.930	-	1.788	-	10.142	-

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No entanto, observa-se que ainda é limitado o acesso ao crédito rural no Estado. Apenas 11.930, dos 98.542 estabelecimentos agropecuários alagoanos obtiveram financiamento, ou seja, 12,11% do total de estabelecimentos. Por outro lado, 86.612 estabelecimentos agropecuários alagoanos não obtiveram financiamento, ou seja, 87,89% do total de estabelecimentos. No caso dos estabelecimentos familiares, predomina a situação de não obtenção de financiamento, uma vez que 72.227 estabelecimentos familiares estão nessa situação, ou seja, 87,69% dos estabelecimentos desta categoria não obtiveram financiamento. Contudo, a agricultura não familiar também detém a mesma característica, pois 14.385 estabelecimentos não familiares não obtiveram financiamento, representando 88,94% dos estabelecimentos desta categoria (IBGE/SIDRA, 2019).

Este cenário não se restringe ao período atual. No Censo Agropecuário 2006, segundo a Se-

cretaria de Planejamento de Alagoas (ALAGOAS, 2016, p. 25)

[...] mesmo os produtos diversificados e a rede de atendimento estabelecida dos mecanismos mais conhecidos, como o Pronaf, Agroamigo ou os sistemas cooperativos implantados em vários municípios, ainda são insuficientes para atender ao conjunto de produtores rurais de Alagoas.

Isto gera um entrave para o desenvolvimento rural do Estado, pois constitui-se numa barreira à expansão e melhoria dos sistemas produtivos agrícolas e não-agrícolas.

Assim, o pouco acesso ao sistema financeiro para fomentar as atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas pode se apresentar como uma lógica incompatível com o atual ambiente econômico, principalmente, para os agricultores familiares que vislumbram seus estabelecimentos enquanto empreendimento agrícola familiar que, de acordo com a Secretaria de Pla-

nejamento Estadual, têm “[...] necessidade de crédito para suas atividades regulares (custeio, investimento, comercialização, manutenção da unidade). Os motivos apresentados revelam as dificuldades reais dos produtores rurais, como também a ausência de um forte e diversificado sistema financeiro para atender a essa demanda” (ALAGOAS, 2016, p. 24).

Em relação às receitas obtidas nos estabelecimentos familiares, somaram a cifra de R\$ 599.543 milhões, o equivalente a 29,24% do valor das receitas totais dos estabelecimentos agropecuários alagoanos (em torno de R\$ 2,05 bilhões). Ainda no que concerne as estas receitas obtidas pela a agricultura familiar, o retorno é proveniente de três grupos de receitas: produção dos estabelecimentos; outras receitas dos estabelecimentos; e outras receitas do produtor (IBGE/SIDRA, 2019).

Os estabelecimentos familiares obtiveram uma receita proveniente de sua produção no valor de R\$ 570.572 milhões. Importante mencionar que a receita proveniente dos produtos da agroindústria produzidos nos estabelecimentos familiares representou apenas 6,10% do valor obtido (ou seja, uma receita de R\$ 34.783 milhões) (IBGE/SIDRA, 2019). Assim, se faz necessário pensar em mais fomento e incentivo deste tipo de atividade produtiva que agrega valor ao produto e tende a gerar um retorno econômico maior para os estabelecimentos rurais.

O grupo “Outras receitas dos estabelecimentos” foi responsável pela geração de R\$ 28.975 milhões de receitas nos estabelecimentos familiares. Aqui cabe destacar dois tipos de receitas componentes deste grupo: a proveniente do Serviço de turismo rural e a da Atividade de artesanato, tecelagem etc. Elas renderam aos estabelecimentos rurais um retorno financeiro no valor de R\$ 103 mil (0,36% do valor total obtido neste grupo pelos estabelecimentos familiares) e R\$ 318 mil (1,1% do valor total obtido neste grupo pelos estabelecimentos familiares), respectivamente (IBGE/SIDRA, 2019). Novamente, cabe salientar, que estas são atividades importantes para incrementar renda nos estabelecimentos rurais e que vêm se expandido no rural alagoano, principalmente, nos últimos 10 anos, com o somatório de políticas públicas dos entes governamentais para a dinamização

do turismo nas regiões interioranas/rurais de Alagoas e do fomento ao artesanato (incentivo à economia criativa).

No que se refere ao grupo “Outras receitas do produtor”, vale destacar os valores advindos do Recebimento de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais) para a agricultura familiar. Apesar de ter gerado R\$ 433 mil (representado 0,07% do valor total obtido neste grupo pelos estabelecimentos familiares) ele tem uma importância para a conservação ambiental em Alagoas, além de ser uma ferramenta de indução/incentivo à conservação/preservação ambiental nos estabelecimentos familiares (IBGE/SIDRA, 2019).

Todavia, a maior receita obtida nesse grupo foi a proveniente de Recursos de aposentadorias ou pensões, R\$ 506.784 milhões, representando 82,19% do valor total obtido neste grupo pelos estabelecimentos familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Esses recursos são os maiores valores (receitas) obtidos pelos estabelecimentos rurais familiares entre os observados, apontando que há grande dependência de recursos provenientes de aposentadorias e pensões, em detrimento dos recursos provenientes de renda produtiva.

Diante do contexto apresentado, apesar do serviço de turismo rural; da atividade de artesanato, tecelagem, etc.; e do recebimento de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais) não figurarem entre as principais receitas obtidas, apontam que o Estado de Alagoas detém potencial para desenvolver esses segmentos, principalmente, no contexto da agricultura familiar, como observado em outras Unidades da Federação que vêm utilizando estes segmentos como novas estratégias de fomento ao desenvolvimento rural.

Associado à análise das rendas obtidas com as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários familiares, observa-se que para 25.847 estabelecimentos (31,4% dos estabelecimentos) a renda obtida com as atividades desenvolvidas internamente é maior que as outras rendas (Tabela 10). Já para 41.284 estabelecimentos familiares (50,12%), o destino principal da produção agropecuária é o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor. Além disso, 41.085 estabelecimentos familiares (49,88%) têm como destino principal da produção

agropecuária nos estabelecimentos a comercialização da produção (inclusive troca ou escambo).

Interessante observar que 50,12% dos estabelecimentos agropecuários familiares detêm como destino principal a produção agropecuária para o autoconsumo do núcleo familiar dos agricultores e de seus parentes. Esse fato é importante quando se pensa em segurança alimentar. Além disso, representa entrada financeira via contabilização de

renda não monetária. Contudo, devem ser fomentadas iniciativas de inserção dos agricultores familiares no sistema comercial, seja nos mercados de proximidade ou nos mercados institucionais, ou em formas alternativas de comercialização, pois isto tende a gerar incremento financeiro e pode proporcionar maior autonomia para os agricultores, principalmente, quando associado à prática do autoconsumo.

Tabela 10 – Relação Renda obtida com as atividades desenvolvidas e Finalidade principal da produção agropecuária nos estabelecimentos agropecuários familiares em Alagoas (2017)

Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento agropecuário	Finalidade principal da produção agropecuária do estabelecimento					
	Agricultura (total)			Agricultura familiar		
	Total	Consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor	Comercialização da produção (inclusive troca ou escambo)	Total	Consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor	Comercialização da produção (inclusive troca ou escambo)
Maior que as outras rendas obtidas pelo produtor - sim	29.581	8.392	21.189	25.847	7.521	18.326
Maior que as outras rendas obtidas pelo produtor - não	68.781	39.599	29.182	56.522	33.763	22.759
Total de Estabelecimentos Agropecuários	98.542	47.991	50.551	82.369	41.284	41.085

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Por fim, uma análise interessante sobre a renda obtida pelos estabelecimentos familiares refere-se à relação entre renda obtida com as atividades desenvolvidas com a finalidade principal da produção agropecuária no estabelecimento familiar. Ao analisar a Tabela 10 percebe-se que a renda das atividades agropecuárias desenvolvidas em 40,99% dos estabelecimentos familiares é menor que as outras rendas obtidas, porém com destino principal voltado ao consumo próprio e de pessoas com laços de parentesco com o produtor. Assim, é possível notar que esses estabelecimentos familiares organizam suas estratégias reprodutivas associando o recebimento de renda via obtenção de receitas monetárias e não monetárias.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto exposto, a partir da abordagem teórica e das informações obtidas do

Censo Agropecuário 2017 sobre o Estado de Alagoas, é possível vislumbrar que há no rural alagoano elementos que podem conduzir a agricultura familiar a novos horizontes socioprodutivos e socioeconômicos.

Como visto, a agricultura familiar apresenta uma importância significativa na produção agrícola, na pecuária e na produção agroindustrial rural, bem como, no desenvolvimento de outras atividades produtivas. Também, gera um significativo Valor Total da Produção, bem como, é responsável por gerar ocupação e renda.

Entretanto, observou-se que a agricultura familiar está aquém de seu potencial produtivo em Alagoas, muito disso, podendo ser derivado do pouco acesso a assistência técnica e financiamentos. Talvez, isto seja decorrente da lógica reprodutiva, hoje vigorante no ambiente rural e para a agricultura familiar alagoana, a qual vislumbra apenas recursos necessários para atuar

em sistemas agroalimentares localizados, sendo que tal lógica, ainda ocorre de maneira muito incipiente e falha. Todavia, foram observadas fragilidades quanto a incentivos e fomentos governamentais para a situação dos agricultores familiares que almejam acessar outra lógica reprodutiva: extrapolar os limites dos sistemas agroalimentares locais.

Isto por sua vez, reflete, também, sobre os recursos naturais existentes nos estabelecimentos familiares que sofrem pressão e impactos negativos, pois são degradados para que possam suprir as necessidades produtivas dos agricultores familiares. Isto, por sua vez, pode estar impactando os níveis de produção e renda dos agricultores familiares devido aos desequilíbrios gerados sobre os agroecossistemas, ao tempo que poderiam constituir-se em recursos para o desenvolvimento de novas atividades produtivas, ou remuneratórias, como o turismo rural ou a prestação de serviços ambientais.

Portanto, a partir das informações do Censo Agropecuário 2017, apresentadas e debatidas neste artigo, conclui-se que a agricultura familiar alagoana detém grande importância para a economia do Estado de Alagoas. Contudo, faltam investimentos e incentivos para que os agricultores acessem ou ampliem sua participação nos novos mercados que emergiram no ambiente rural brasileiro nos últimos 20 anos. Esta participação não se refere, apenas, à ampliação comercial ou produtiva para ser alocada em cadeias produtivas dinâmicas ou circuitos comerciais longos, mas que se efetive na implantação e no fortalecimento de sistemas produtivos localizados, desde mercados de proximidade, passando pelos mercados institucionais e alcançando o desenvolvimento de atrativos turísticos locais, principalmente, em regiões atualmente marginalizadas como o Semiárido Alagoano.

REFERÊNCIAS

- ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre a agricultura familiar em Alagoas**. Maceió: Seplag, 2016.
- ALENTEJANO, P. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 149-178.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BARBOSA, L. C. B. G. **A comercialização de produtos orgânicos como alternativa para a geração de sustentabilidade aos agricultores familiares**. 260f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, 2007.
- _____. **A pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. 292 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BATALHA, M. O.; LAGO DA SILVA, A. Gerenciamento de sistemas agroindustriais. In. BATALHA, Mário Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 23-63.
- BRASIL. **Decreto nº 9.064**, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 05 mai. 2020.
- BUAINAIN, A. M. et. al. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In. SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p. 13-41.

CARVALHO, C. P. O. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2019.

CARNEIRO, M J. Pluriatividade da agricultura familiar no Brasil: uma reflexão crítica. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 167-188).

DIÉGUES JÚNIOR, M. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana-de-açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: Edufal, 2006.

ETGES, V. E. O espaço rural no contexto da acumulação flexível. In. _____. **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001, p. 131-139.

FEIJÓ, R. L. C. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 81-94.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acessado em: 15 jan. 2020.

LIRA, F. J. **A formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

TEDESCO, J. C.; VIEIRA, G. Z. Velhas práticas, novas linguagens em horizontes mercantis. In. TEDESCO, J. C. (org). **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre; EST, 2006, p. 17-31.

VERAS, E. C. Agricultura familiar em Alagoas: elementos para discussão. In VERAS, E. C.; AMARAL, M. V. B. (orgs.). **Capital x trabalho no campo: questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenergético**. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 85-112.

AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SERGIPE: UMA LEITURA A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Family agriculture in the state de Sergipe: a reading form the data of the 2017 agricultural census

José Eloízio da Costa

Geógrafo. Doutor em Geografia Agrária (UNESP-Rio Claro/SP). Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Av. Marechal Rondon, s/n Bloco Departamental II, Jardim Rosa Elze. CEP: 49100-000, São Cristóvão, SE – Brasil. eloizio.npgeo@gmail.com

Diana Mendonça de Carvalho

Geógrafa. Doutora em Geografia Agrária (UFS). Professora da Educação Básica na rede municipal de Itabaiana-SE. Secretaria Municipal de Educação do Município de Itabaiana. R. Quintino Bocaiúva, 845, Serrano. CEP: 49100-000, Itabaiana, SE – Brasil. dianamendoncadecarvalho@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente artigo é realizar uma leitura geográfica da importância e das características socioeconômicas da agricultura familiar no Estado de Sergipe segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, do IBGE. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à análise de indicadores e variáveis da mencionada pesquisa. Em linhas gerais, o trabalho destaca: 1) o domínio da agricultura familiar no número de estabelecimentos agropecuários sergipanos; 2) o perfil desses atores, como sendo de maioria parda, proprietários de pequenos lotes, idosos e gestores de suas unidades; 3) a baixa escolaridade; 4) a fragilidade do apoio da ATER; 5) o insignificante nível da organização; e 6) o baixo percentual de contratação de crédito. Apesar dos limites apresentados, o segmento familiar destaca-se na produção de algumas lavouras temporárias e na pecuária, especialmente na produção de leite. Também se nota um maior dinamismo fruto da proliferação de veículos no campo, a exemplo do uso da motocicleta como meio de transporte dominante. Em síntese, a agricultura familiar sergipana apresenta problemas estruturais, carecendo de políticas públicas de apoio à sua base produtiva e bem espacializadas, no sentido de contemplar o segmento em todo o território estadual.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Censo Agropecuário 2017; Políticas Públicas; Sergipe.

Abstract: The purpose of this article is to perform a geographic reading of the importance and socioeconomic characteristics of family farming in the State of Sergipe according to data from the 2017 IBGE Agricultural Census. For that, bibliographic research and the analysis of indicators and variables of the mentioned research were used. In general, the work highlights: 1- the domain in the number of agricultural establishments sergipanos; 2-the profile of these actors, as of brown majority, owners of small plots, aged and managers of their units; 3-low schooling; 4- the fragility of ATER's support; 5-the insignificant level of the organization; and 6- the low percentage of hiring labor. Despite the limits presented, the family segment stands out in the production of some temporary crops and in livestock, especially in milk production. There is also a greater dynamism due to the proliferation of vehicles in the countryside, such as the use of motorcycles as the dominant means of transport. In summary, Sergipe family farming presents structural problems, lacking public policies to support its productive base and well spatialized, in order to contemplate the segment throughout the state.

Keywords: Family Farming; Agricultural Census 2017; Public Policy; Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

Unidade político-administrativa de menor extensão territorial no Brasil, o Estado de Sergipe tem suas particularidades econômicas e culturais. Esse apresenta singularidades de natureza política, as quais seguem o mesmo padrão histórico do Nordeste, mesmo apresentando mudanças nas últimas décadas. Diante disto, ressalta-se os aspectos econômicos, sabendo que os traços culturais seguem uma lógica de resistência, reflexo do processo de ocupação política e econômica. Fato observado nas danças, nos rituais religiosos e no uso de indumentárias que remontam ao período colonial e imperial do “Sergipe del Rey” (VARGAS, 2014), ou ainda na importância da alimentação, cujo cardápio é reproduzido no meio rural e urbano sergipano, inclusive em rituais religiosos (MENEZES, 2014).

Em linhas gerais, a economia sergipana sempre foi uma das mais fragilizadas no território nordestino. Grosso modo, a formação econômica estadual se deu a partir dos ciclos econômicos, tendo por base a agricultura, a pecuária extensiva e a cultura algodoeira, desenvolvidas na região do semiárido. Além disso, apresenta resquícios industriais de baixo nível tecnológico, como a presença da indústria têxtil, e mais importante, a tradicional exploração da cultura canavieira na região da Zona da Mata, atividade mais dinâmica da então província sergipana (PASSOS SUBRINHO, 1985). Mais adiante (segunda metade do século XX) é que o Estado passa a se destacar no desenvolvimento da indústria extrativista mineral e de exploração e produção de petróleo, que em seu auge (décadas de 80 e 90 do século XX), representaria mais de 40% do PIB estadual.

Nas primeiras décadas do século XXI, Sergipe ainda tem na agropecuária uma das atividades econômicas mais tradicionais, representando 6,5% do seu Valor Adicionado Bruto (VAB), percentual menor que o registrado no Nordeste e similar ao nacional. Por outro lado, o segmento da indústria de transformação é semelhante ao VAB do Nordeste e menor que a média brasileira, excetuando-se as indústrias extrativas e os serviços industriais de utilidade pública, que ampliam em termos de perspectiva o reposicionamento estratégico, com a consolidação do complexo industrial-portuário, a partir da instalação de indústria

termoelétrica, configurando a especialização econômica estadual (LACERDA, 2019). Agrega-se o setor de serviços que representou pouco mais de 60% do PIB estadual (menor que o do Nordeste e o do Brasil), destacando-se atividades administrativas, defesa, saúde, educação pública e seguridade social. As atividades imobiliárias também se destacam, face a expansão desse segmento, refletido a importância da indústria da construção civil (LACERDA, 2012; 2019).

Partindo desse contexto geral, o objetivo do presente artigo é realizar uma leitura geográfica da importância e das características socioeconômicas da agricultura familiar (AF) no campo sergipano segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, do IBGE. Para tanto, analisam-se aspectos dos estabelecimentos agropecuários, levando em consideração indicadores como número, área, condição do produtor etc. Além disso, se buscará verificar fatores relativos à melhoria das condições de trabalho e de vida dos produtores do segmento, como a expansão do uso de meios de transporte a exemplo das motocicletas e outros bens representativos da “modernidade”.

Algumas razões justificam a importância de se trabalhar esse tema. A primeira delas relaciona-se com a importância que o segmento agropecuário representa no Estado. Apesar da sua menor participação no PIB, ele ainda é permeado pela tradição no que se refere à presença significativa de residentes rurais de base familiar. A segunda razão está pautada nas mudanças processadas na organização da atividade agropecuária estadual nas duas últimas décadas, tanto em função da diminuição quantitativa das unidades produtivas familiares e não familiares, quanto pelos efeitos das políticas de crédito voltadas aos AFs, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Aos aspectos mencionados, agrega-se a questão relacionada à modernização da agricultura, segmentada em duas vertentes: a do agronegócio, representada pela ascensão impressionante da cultura do milho na última década com fortes ganhos de produtividade e da inserção da AF nesse processo (OLIVEIRA, 2019); e a da frágil modernização da atividade leiteira, desenvolvida em sua maioria pelos pequenos produtores.

A estrutura do texto está organizada em seções interconectadas entre si. Em síntese, distribuem-

-se os dados compilados da seguinte forma: 1) número de estabelecimentos e área; 2) perfil dos chefes dos estabelecimentos; 3) pessoal ocupado; e, 4) acesso a meios de transporte e tecnologias. Em seguida, são analisados os dados referentes à produção realizada nos estabelecimentos agropecuários familiares sergipanos, nas lavouras temporárias e permanentes, além da pecuária, destacando a relevância dessa atividade para a economia rural do Estado, particularmente o avanço da produção de leite de vaca. Finalmente, é apresentado um panorama de acesso ao crédito e das receitas obtidas, naturalmente destacando o Pronaf como uma política pública de crédito consolidada no Estado de Sergipe, apesar de alguns fatores que ainda bloqueiam sua expansão.

2 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECEMENTOS E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SERGIPE

Um aspecto interessante do Censo Agropecuário de 2017 se refere à tipologia dos estabelecimentos agropecuários, ao classificar os agricultores como familiares (AFs) ou não familiares. Seguindo essa tipologia, a Tabela 1 mostra a relevância da AF em Sergipe. De fato, em 2017 foram recenseados 93.275 estabelecimentos agropecuários no campo sergipano. Desse total, a maioria era do segmento familiar (72.060 ou 77,3%), embora detivessem menos da metade da área agrícola (46,6%). Já os produtores não familiares ou patronais, eram representados por 22,7% dos estabelecimentos, mas ocupavam a maior parte das terras (53,4%).

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários de Sergipe por tipo de produtor (2017)

Tipos	Estabelecimentos		Área (em hectares)	
	Número	%	Número	%
Familiar	72.060	77,3	680.515	46,6
Não Familiar	21.215	22,7	780.346	53,4
Total	93.275	100,0	1.460.861	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Do ponto de vista da estrutura fundiária, mediu-se pelo índice de Gini o grau de concentração dos estabelecimentos agropecuários sergipanos em relação aos demais estados nordestinos. Na Tabela 2 observam-se esses indicadores. O índice calculado para o Estado de Sergipe acompanhou os demais estados nordestinos, observando-se forte concentração fundiária, mesmo que entre os censos de 2006 e 2017 tenha havido diminuição relativa, porém considerada irrelevante. Por outro lado, para o Brasil, o indicador revela ampliação da concentração fundiária.

Tabela 2 – Índice de Gini da estrutura fundiária dos estados do Nordeste e do Brasil (2006/2017)

Estados	2006	2017
Maranhão	0,866	0,875
Piauí	0,856	0,85
Ceará	0,862	0,844
Rio G. do Norte	0,824	0,784
Paraíba	0,821	0,808
Pernambuco	0,825	0,797
Alagoas	0,871	0,855
Sergipe	0,822	0,805
Bahia	0,839	0,846
Brasil	0,856	0,86

Fonte: Gasques (2018).

Nota: O Índice de Gini varia de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, maior a concentração.

No que se refere à condição de produtor, 86,3% dos AFs pertencem à categoria de proprietários. Isso pode ser explicado pela longa tradição destas unidades, mesmo que o Censo mostre um novo quadro, face ao refinamento metodológico, como a categoria de concessionário ou assentado, aguardando titulação, que representou 5% do número de estabelecimentos em Sergipe (IBGE/SIDRA, 2019). Tal processo é resultado do significativo número de assentamentos da Reforma Agrária no Estado, somando 217 projetos, cuja concentração é maior nos

municípios localizados no semiárido, território com forte atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (CARVALHO; COSTA, 2019).

Ainda em relação à questão da terra, observa-se maior concentração em estabelecimentos de menor tamanho de área, situados nas faixas de 0 a 5 ha, representando 61,1% em relação ao total, como apresentado na Tabela 3. Esse aspecto é interessante, mas também preocupante, podendo ser explicado pelas mudanças na organização dessas unidades produtivas familiares: o tamanho exíguo poderia ser um vetor de abandono das atividades nos estabelecimentos de AFs, por serem economicamente inviáveis e certamente não atraírem como “empreendimento familiar” os filhos. Ou seja, a condição de proprietário não serviria como indutor de estabilidade no desenvolvimento rural, uma vez que o caráter patrimonialista não alteraria o quadro da possível diminuição em termos quantitativos dos AFs sergipanos nos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos familiares de Sergipe por grupos de área total (2017)

Grupos de área	Número de estabelecimentos	% em relação ao total
De 0 a menos de 5 ha	44.009	61,1
De 5 a menos de 50 ha	25.347	35,1
De 50 a menos de 100 ha	1722	2,4
De 100 a menos de 200 ha	551	0,8
De 200 a menos de 500 ha	92	0,1
De 500 a menos de 1.000 ha	1	0
De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-
De 10.000 ha e mais	-	-
Produtor sem área	338	0,5
Total	72.060	100

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Alguns aspectos referentes às técnicas e práticas agropecuárias adotadas nos estabele-

cimentos dos AFs também se somam aos limites anteriores. Por exemplo, o uso de adubação poderia ser melhor apresentado, na medida em que 38,2% dos estabelecimentos de AFs sequer utilizam essa técnica, o que evidencia fragilidade no processo de produção e no uso da terra de forma mais efetiva, visando ampliar os níveis de produtividade. E naqueles onde a adubação é efetivada, os estabelecimentos processam essa técnica com uso da adubação química, presentes em pouco mais de um terço das unidades familiares. Por outro lado, o uso da adubação orgânica é ainda baixo entre os estabelecimentos dos AFs, superando ligeiramente 10% (IBGE/SIDRA, 2019).

Na linha da conservação do solo, no contexto das práticas agrícolas, o quadro é desanimador, visto que tais práticas não são comuns entre os AFs, devido ao seu desconhecimento (ou indiferença) em relação ao processo. Dentre as práticas de conservação observadas, destacam-se a rotação de cultura (presentes em 15,4% dos estabelecimentos agropecuários), bem como a prática do pousio ou descanso de solos (em 21,6% dos estabelecimentos), técnicas tradicionais decorrentes da experiência acumulada e não necessariamente assimiladas pelo acesso à orientação ou assistência técnica. Por outro lado, as práticas mais aperfeiçoadas de preservação e recuperação dos solos nas áreas de AF, tais como a proteção de encostas (presente em apenas 590 estabelecimentos), recuperação da mata ciliar (195), reflorestamento para proteção de nascentes (118), estabilização de voçorocas (54) e manejo florestal (171) são inexpressivas, talvez em função do reduzido tamanho das unidades agrícolas, que inviabiliza essas práticas ou pela ausência quase que absoluta da ATER nesses estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019)

No que tange ao uso de defensivos agrícolas, observa-se que tal prática não é universal nos estabelecimentos da AF sergipanos, conforme os dados apresentados pelo Censo Agropecuário em questão. De fato, do universo de produtores da categoria somente 29,2% deles fazem uso regular de agrotóxicos, portanto, pequena parcela, mas que empareda determinadas versões de “envenenamento” dos estabelecimentos agropecuários familiares. E a questão não estaria apenas entre os estabelecimentos da AF, mas também naqueles considerados como não

familiares (apenas 6,3% desses estabelecimentos utilizaram agrotóxicos, em relação ao total), conforme IBGE/SIDRA (2019). Na mesma linha, relaciona-se ao insignificante uso da agricultura orgânica entre os estabelecimentos, tanto familiares como não familiares. Isso porque apenas 980 desses estabelecimentos entre os AFs e 225 entre os não familiares cultivam produtos orgânicos, mostrando sua reduzida importância, sendo que entre os AFs, isso representou inexpressivos 1,3% em relação ao total dos estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019).

Sobre as características dos produtores, um importante indicador são as chamadas relações de parentesco entre os AFs, no que se refere à finalidade principal da produção. Dentre os estabelecimentos nos quais ocorre essa relação de parentesco, 13,9% destinam a produção ao consumo próprio, enquanto que 86,1% a comercializam. Esses indicadores consolidam um processo já observado em Sergipe, ou seja, a estratégia dos AFs de desenvolverem atividades agropecuárias com o objetivo de comercialização dos produtos, mesmo submetendo-se a problemas decorrentes do processo de intermediação e da fragilidade de cooperativas e outras entidades. Estes dois fatores limitam o maior alcance dos produtos gerados pelos AFs sergipanos.

3 PERFIL DOS CHEFES DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

No que diz respeito aos chefes das unidades familiares, um primeiro indicador relaciona-se com um padrão tradicional observado no Nordeste em relação ao local de residência: em sua maioria os AFs (60,9%) residem nos estabelecimentos (Tabela 4). Por outro lado, observa-se a combinação entre a residência rural dominada pelos mais velhos e os seus descendentes, onde uma parcela certamente não mais deseja a continuidade desse sistema de produção com base na gestão familiar. Essa questão pode ser melhor compreendida quando esses agricultores familiares são segmentados por grupos de área, por mostrar mais um indicador relevante: os residentes nos estabelecimentos são justamente aqueles que se enquadram nos menores grupos de área (até 5 ha) e, portanto, apesar de serem em sua maioria proprietários dos estabeleci-

mentos, o tamanho reduzido das propriedades opera como “indicador negativo”, necessitando de uma abordagem mais empírica para confirmar tal afirmação.

Tabela 4 – Local de residência dos agricultores familiares de Sergipe por grupos de área total (2017)

Grupos de área (Em ha)	Estabelecimentos (Quantidade)	%	Em outro local	%
De 0 a menos de 1	13.834	31,7	5.927	20,9
De 1 a menos de 2	6.548	15,0	3.742	13,2
De 2 a menos de 5	8.103	18,5	5.855	20,6
De 5 a menos de 10	5.635	12,9	4.499	15,9
De 10 a menos de 20 ha	4.946	11,3	3.576	12,6
De 20 a menos de 50 ha	3.575	8,2	3.116	11,0
De 50 a menos de 100 ha	736	1,7	986	3,5
Acima de 100	234	0,5	410	1,4
Produtor sem área	76	0,2	262	0,9
Total	43.687	100,0	28.373	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Quando aos grupos de idade dos responsáveis pelos 72.060 estabelecimentos da AF enquadrados pelo Censo Agropecuário de 2017 em Sergipe, 51,3% estão sob a gestão de produtores(as) com idade acima de 55 anos (Tabela 5). Tal contexto, constitui-se uma tendência de ampliação da faixa etária dos mais velhos para os próximos anos, na medida em que 46,7% dos estabelecimentos estão sob a gestão de AFs enquadrados nos grupos de idade acima de 25 e menos de 55 anos de idade. Isso configura nitidamente a tendência de envelhecimento dos gestores das unidades familiares. Simultaneamente, pode-se pensar que tal envelhecimento seja também consequência da abdicação dos jovens de assumir o comando de tais estabelecimentos, preferindo buscar alternativas de trabalho, na medida em que apenas 2% dos estabelecimentos estão sob a gestão de AFs menores de 25 anos. E, cer-

tamente, a continuidade em atividades de baixo rendimento não seria a opção mais viável em curto e médio prazo.

Considera-se, também, que parte expressiva dos jovens AFs com idade inferior a 25 anos pode já estar atuando em atividades não agrícolas, visto que tais atividades, como mostram alguns estudos, podem gerar renda superior à da extraída na unidade da AF (ALVES; VALENTE JUNIOR; BRAINER, 2006; CARNEIRO, 2008). Da mesma forma, grande número de filhos dos AFs já se desvinculou por completo das atividades produtivas do campo como fonte principal da renda. Assim, os dados possibilitam essa leitura um tanto preocupante em relação ao futuro da AF em Sergipe, necessitando evidentemente de estudos mais detalhados para entender esse complexo quadro sociodemográfico.

Tabela 5 – Distribuição dos agricultores familiares de Sergipe por grupo de Idade (2017)

Grupos de idades	Número absoluto	% em relação ao total
Menor de 25 anos	1.466	2
De 25 a menos de 35 anos	5.845	8,1
De 35 a menos de 45 anos	11.953	16,6
De 45 a menos de 55 anos	15.784	22
De 55 a menos de 65 anos	16.475	22,8
De 65 a menos de 75 anos	13.558	18,8
De 75 anos e mais	6.979	9,7
Total	72.060	100

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Já no que tange ao nível de escolaridade dos AFs sergipanos como um indicador que, certamente, pode ser inferido em praticamente todos os estados nordestinos, tem-se uma simples constatação: a baixa escolaridade, como evidencia a Tabela 6. Com efeito, os dados confirmam a continuidade da tragédia educacional rural, observada em quatro classes “negativas” (nunca frequentou escola, classe de alfabetização, antigo primário e regular do ensino do primeiro grau) que somaram conjuntamente 82,7%

entre os chefes dos estabelecimentos familiares, demonstrando que efetivamente ainda há muito o que fazer e a questão certamente impacta entre os descendentes.

Tabela 6 – Nível de escolaridade dos agricultores familiares do Estado de Sergipe (2017)

Escolaridade	Estabelecimentos	
	Número	%
Nunca frequentou escola	18.491	25,7
Classe de alfabetização - CA	15.567	21,6
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	1.169	1,6
Antigo primário (elementar)	9.780	13,6
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	2.652	3,7
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	15.778	21,9
EJA e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	167	0,2
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	243	0,3
Regular de ensino médio ou 2º grau	6.225	8,6
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	477	0,7
EJA e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	101	0,1
Superior - graduação	1.384	1,9
Mestrado ou doutorado	26	0,0
Total	72.060	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ainda no que concerne às características dos AFs, alguns indicadores praticamente confirmam o esperado. Um deles se relaciona com o sexo do produtor, sendo evidente o domínio dos homens na gestão das propriedades, representando 75,8%. Ressalte-se que não se deve desprezar os 24,2% de mulheres como gestoras das unidades produtivas, pois, apesar de serem minoria, em termos absolutos elas têm importância entre os estabelecimentos agropecuários (quase 18 mil na categoria de AFs, ou seja, um em cada quatro estabelecimentos agropecuários está sob a gestão de uma mulher). Por sua vez, em relação à cor e raça do produtor, entre os

AFs sergipanos, predomina a cor parda, representando pouco mais de 60% do total, seguida da cor branca e da preta, com 26,7% e 10,5%, respectivamente, dos produtores (IBGE/SIDRA, 2019).

Outro traço marcante dos AFs estudados é o limitado acesso à assistência técnica, problema que se arrasta por décadas e com tendência de agravar o quadro no futuro próximo. Inicialmente, destaca-se a ATER pública, que se apresenta inexpressiva e de baixa eficiência no que se refere ao apoio às unidades familiares, alcançando somente 6% delas, de acordo com o Censo Agropecuário 2017. Somando-se o apoio estatal com o de outras instituições/entidades, as ações de ATER em Sergipe alcançam meros 8% dos estabelecimentos familiares, concentrando-se em estabelecimentos com área de 5 a 49 hectares (IBGE/SIDRA, 2019).

Da mesma forma que o aspecto anterior, também se nota um baixo nível de organização coletiva entre os produtores familiares, reproduzindo o trágico quadro nordestino em função do reduzido interesse em se filiar ou associar a entidades ou ainda estar envolvido em movimentos sociais organizados. Nesse sentido, os dados revelam que insignificante 1,6% desta categoria é sócio das cooperativas, 6,3% estão ligados aos movimentos dos produtores e 5,9% pertencem a associações de moradores. O destaque, naturalmente, está nas filiações aos sindicatos dos trabalhadores rurais, mas ainda assim de pouco alcance, representando apenas 23% do universo de agricultores recenseados (IBGE/SIDRA, 2019).

4 PESSOAL OCUPADO

Em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos dos AFs em Sergipe, os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram um quadro que certamente é observado também nas demais unidades político-administrativas do Nordeste: existem variações, tanto entre os próprios AFs quanto entre os contratados diretamente, tanto temporal como permanentemente. Para ilustrar esse argumento, a Tabela 7 apresenta o contingente de pessoal ocupado por estabelecimentos agropecuários em valores absolutos. Nela, se observa o predomínio de mão de obra ocupada

nas unidades familiares de produção (171.239 ou 73,1% do total), demonstrando sua importância como segmento do meio rural sergipano. Por outro lado, o setor patronal responde por 26,9% das 234.161 pessoas que estavam ocupadas nos estabelecimentos agropecuários em 2017.

Tabela 7 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do Estado de Sergipe (2017)

Tipo de Agricultura	Pessoal ocupado	
	Número	Em %
Familiar	171.239	73,1
Não Familiar	62.922	26,9
Total	234.161	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ainda detalhando o pessoal ocupado nos estabelecimentos dos AFs, constata-se que em sua essência são “realmente familiares”, na medida em que todos os estabelecimentos operam com atores que possuem laços de parentesco. A exceção é 17,8% do total das unidades familiares recenseadas, onde predominam relações de trabalho fora do vínculo de parentesco, situação explicada não pela presença de pessoal ocupado de forma permanente, mas principalmente pela contabilização de pessoal que executa tarefas em contratos temporários (IBGE/SIDRA, 2019).

No total geral do pessoal ocupado no Estado de Sergipe, aumentou de 6,8% em relação ao censo anterior e que aparentemente desmonta determinada versão do esvaziamento demográfico rural. Entretanto, em relação ao pessoal ocupado com laço de parentesco nos estabelecimentos dos AFs, o quadro é diferente: houve diminuição substancial nessas unidades familiares (menos 35,2%), acompanhando a redução do número de estabelecimentos agropecuários (menos 20,2%).

Comparativamente ao Censo 2006, os dados aqui analisados mostram alta do trabalho temporário entre os AFs em Sergipe, expandido em 62%, processo relacionado com a diminuição dos AFs que possuem laços de parentesco e me-

nor número de estabelecimentos. A ampliação do trabalho temporário relaciona-se também com o processo de envelhecimento dos AFs e concretamente com a necessidade de contratação dessa categoria de trabalhador rural. Isso se soma à redução da participação dos filhos nessas atividades e que, certamente, mudará o quadro demográfico rural sergipano nos próximos anos e décadas.

Um segundo aspecto revelado na comparação entre ambos os censos, diz respeito aos “sem laço de parentesco”. A queda acentuada da mão de obra (-40,7%), reforça a concepção de que o trabalho familiar no estabelecimento está atenuando, ao lado do afastamento de atores sem qualquer vínculo familiar (IBGE/SIDRA, 2019). Infelizmente, os dados evidenciam um quadro preocupante de perda da importância social da AF no estado de Sergipe, mesmo que ainda apresente um contingente de pessoal ocupado superior ao daquele observado no Censo de 2006 entre os estabelecimentos familiares e não familiares.

Essa queda em importância pode estar relacionada também com a irrelevância do papel da intermediação no processo de contratação de pessoal na AF, visto que 81,1% não realizaram esse acordo de vontades, até pela diminuição quantitativa de atores sociais-trabalhadores e de estabelecimentos. Mas naqueles estabelecimentos nos quais o intermediador atuou, 53% das contratações executadas se voltaram à atividade pecuária e 31,8% à lavoura temporária. Importante observar que a lavoura permanente não é tão relevante como atividade recrutadora de pessoal para a agricultura, por exemplo, porque só se contrata no período de colheitas (IBGE/SIDRA, 2019).

Analisando a questão do pessoal ocupado, sem levar em consideração o papel da intermediação, mas o número de estabelecimentos, o trabalho em unidades familiares esteve concentrado nas atividades da pecuária bovina e na criação de outros animais (51,6%), ao passo que 27,7% desses estabelecimentos contaram com pessoal ocupado no desenvolvimento das lavouras temporárias. Esse quadro é reproduzido também pelo número do pessoal que opera nessas unidades familiares, sendo a pecuária a que concentra mais trabalhadores (52,1% do

total do pessoal ocupado), seguida das lavouras temporárias com 28,5% em relação ao total (IBGE/SIDRA, 2019).

Na perspectiva dos dias trabalhados anualmente, por número de estabelecimentos, 91,8% das unidades familiares operam com pessoal ocupado por 180 dias ou mais, evidenciado pelo domínio do trabalho familiar e da participação relativa dos estabelecimentos que operam com contratos abaixo de 90 dias: são trabalhos temporários (presentes em 33,5% desses estabelecimentos). Em número de pessoal ocupado, os dias trabalhados de 180 dias ou mais representou 66,5% do contingente e 26,2% em trabalhos executados em menos de 90 dias, em nada alterando a prevalência familiar como meio de realização do trabalho nos estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019).

Por conseguinte, o que se observa em termos de pessoal ocupado é o declínio dos AFs sergipanos, embora o segmento ainda gere ocupações produtivas para mais de 170 mil pessoas. Esse declínio ocorre devido às questões de natureza não apenas econômicas, mas em função da percepção dos descendentes desses agricultores que não mais a enxergam como atividade eficaz de geração de trabalho e renda (LOPES et al., 2007). Daí o uso de novas estratégias de sobrevivência fortalecidas, por exemplo, pela oferta e capilaridade da educação básica e superior facilmente acessível e da possibilidade de viver em outro “mundo do trabalho”, necessariamente não agrícola, diferente do tradicional trabalho rural familiar. Apesar desse quadro já em processo, paradoxalmente não existe interesse no desfazimento patrimonial da unidade familiar que permanece sob a gestão dos genitores, cada vez mais idosos.

5 ACESSO A MEIOS DE TRANSPORTE E TECNOLOGIAS

Os meios de transporte e a inserção de tecnologias no processo de produção nas unidades dos AFs sergipanos têm sido caracterizados por um quadro de mudanças parciais, a exemplo da adubação química, ainda inexpressiva, e do inexistente apoio da ATER. Entretanto, novos dados devem ser inseridos para entender os chamados “processos de modernização e inovação

tecnológica”. Ainda assim, essa inserção é limitada, com pouco alcance nos estabelecimentos familiares.

Nesse contexto, destacam-se aqui alguns indicadores relevantes associados ao acesso a motocicletas, automóveis, tratores e implementos agrícolas. Isso indica mudanças nas últimas décadas no que se refere aos meios de transportes utilizados pelos AFs, particularmente para uso individual. O transporte com uso de animais, principalmente equinos, praticamente desapareceu em Sergipe, sendo substituído, em sua maioria pelas motocicletas, que se tornou um meio de transporte importante entre os agricultores familiares do Estado. Essa mudança é mostrada nos dados do Censo Agropecuário 2017. Entretanto, apesar desse quadro, apenas 20,6% dos estabelecimentos de AFs contam com a presença das motocicletas. Ou seja, entre aqueles estabelecimentos com veículos (caminhões, automóveis, utilitários e motocicletas), esse veículo individual motorizado de baixo consumo de combustível representou 71,2% do total (IBGE/SIDRA, 2019). Tais dados revelam, portanto, que a presença das motocicletas entre os AFs ainda tem um longo caminho a percorrer, apesar da evolução observada.

Outro aspecto interessante em relação ao uso da motocicleta no meio rural, é que esse meio de transporte funciona também como alternativa para ampliar a renda familiar. Um exemplo é a presença dos chamados “moto-taxistas”, comuns em algumas cidades do interior de Sergipe. No caso da cidade de Itabaiana, localizada na região do agreste estadual, Carvalho e Costa (2012) identificaram agricultores, ou ex-agricultores com vínculos no meio rural, que utilizam a motocicleta como meio de transporte próprio, mas também como transporte de passageiros. Conforme os autores, os trabalhadores do serviço de moto-táxi não abandonaram a vida rural. Na verdade, eles optam por cultivar a terra no inverno e no verão complementam a renda exercendo a atividade de moto-taxista.

Quanto aos demais meios de transporte (automóveis, caminhões e veículos utilitários), os números por unidade são inexpressivos nos estabelecimentos familiares sergipanos, apesar de mais numerosos em relação aos estabelecimentos não familiares, a exceção dos caminhões

(Tabela 8). Os dados sinalizam, de certa forma, a importância da AF no Estado em relação aos diversos usos dos meios de transporte.

Tabela 8 – Número de automóveis, caminhões e utilitários nos estabelecimentos agropecuários Familiares e Não Familiares de Sergipe (2017)

Veículos	Número de veículos	
	Familiares	Não familiares
Automóveis	1.484	922
Caminhões	378	566
Utilitários	989	723

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No que se refere a tratores e implementos agrícolas, a importância da AF sergipana é determinante. Os estabelecimentos classificados como da AF agregam 53,8% do total dos estabelecimentos com tratores no Estado. Outro aspecto interessante relaciona-se com a frota de tratores existentes nos estabelecimentos da AF, quando, presumidamente ela estaria concentrada em unidades não familiares. Efetivamente, esse fenômeno existe em Sergipe, mas o número de tratores presentes das unidades da AF representa 44,4% do número total desse tipo de máquina existente no campo, sendo, portanto, importante na participação da frota estadual. Em termos práticos, a presença de um trator em uma unidade produtiva familiar representa dois fenômenos comuns em Sergipe, podendo ser estendido a outros estados do Nordeste: a possibilidade da locação para outros agricultores familiares, socializando o produto e servindo como renda extra ao proprietário do bem móvel; e o uso comum entre os AFs, podendo ser gerenciado por entidades cooperativas ou sob a responsabilidade das prefeituras municipais.

No mesmo sentido, observa-se a existência de semeadeiras/plantadeiras e colheitadeiras entre os AFs, mas com participação insignificante, com pouco alcance, tanto em número de estabelecimentos, como também na frota estadual. Nessa linha, a frota das semeadeiras/plantadeiras nos estabelecimentos da AF soma apenas 615 unidades, e em termos de colheita-

deiras, com 258 unidades. Números inexpressivos considerando que existem no Estado mais de 70 mil estabelecimentos considerados como de AF (IBGE/SIDRA, 2019).

6 PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

6.1 Pecuária

A atividade pecuária nos estabelecimentos familiares em Sergipe integra um processo socioeconômico de “longa duração”. Ainda que as unidades de produção sejam relativamente pequenas, a pecuária tem grande relevância na constituição da renda familiar desses agricultores. E os números do Censo Agropecuário 2017 reforçam a assertiva. Destacam-se as criações de bovinos, ovinos, caprinos e o desenvolvimento da avicultura.

Na Tabela 9 se observa a relevância das cinco criações majoritariamente presentes nos estabelecimentos, bem como o seu papel estratégico na consolidação dos pequenos agricultores. A exceção dos ovinos e caprinos, as criações nos estabelecimentos familiares superam 80% do total das criações do Estado, inferindo que a pecuária ainda permanece como atividade central no desenvolvimento da unidade de produção familiar sergipana.

Tabela 9 – Participação da agricultura familiar nos principais rebanhos da pecuária sergipana (2017)

Criações	Estabelecimentos		
	Total	Familiares	%
Bovinos	41.993	33.682	80,2
Caprinos	1.816	1.410	77,6
Ovinos	10.723	8.390	78,2
Suínos	7.065	5.879	83,2
Galinhas, galos, frangos e pintos	35.787	28.950	80,9

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se que a alta participação do gado bovino nos estabelecimentos familiares pode ser

explicada pelo aspecto tradicional no uso do rebanho como ativo. A criação de bovinos se concentra em estabelecimentos que agregam área na faixa de 5 a 50 ha, que, pelos padrões das unidades dos AFs em Sergipe, podem ser enquadradas como “médios estabelecimentos”. Nessa classe, o rebanho bovino representa 59,3% em número de cabeças e 56,1% em número dos estabelecimentos agropecuários enquadrados como de AFs (IBGE/SIDRA, 2019).

Outro aspecto interessante da atividade criatória sergipana relaciona-se ao seu desenvolvimento no território do semiárido estadual, com a presença dominante dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos, não apenas pelo aspecto de criações tipicamente tradicionais, mas da introdução de mecanismos que podem ser considerados como “modernos”. Porém, os problemas associados à escassez hídrica continuam sendo determinantes na área estudada. Conforme esclarece Rocha (2017, p. 182): “[...] a disponibilidade e os usos da água no Estado de Sergipe, particularmente na Região Semiárida, continuam a ser uma questão crucial no que concerne ao desenvolvimento dessa localidade”. Para tentar conviver com as adversidades do meio ambiente e melhorar o desempenho dos rebanhos, tem crescido o uso da palma forrageira como principal fonte de alimentos para os animais, bem como a inserção da inseminação artificial como uma das técnicas mais difundidas na região.

Importante relatar que as cinco atividades pecuárias destacadas na Tabela 9, além de tradicionais entre os AFs, são as mais relevantes no Estado, mesmo com problemas de natureza produtiva, devido ao baixo nível tecnológico do processo de produção. Além disso, a criação de bovinos emerge como componente simbólico entre os produtores familiares de todas as faixas de tamanho, na medida em que se articula não apenas para “criar e vender” para matadouros locais, mas também para o autoconsumo, como é o caso do leite, que, nos últimos anos, tem tido sua produção ampliada face à constituição de duas cadeias produtivas.

A primeira cadeia produtiva relaciona-se com as chamadas “fabriquetas de queijo” pulverizadas às dezenas no território do sertão sergipano e que imprime um processo tradicional de articulação com os produtores de leite de base familiar. Nos anos mais recentes, contu-

do, tem mudado esse padrão face às exigências sanitárias e a inserção de componentes tecnológicos no processo de produção, aumentando, de certa forma, a produtividade dessas unidades de fabricação artesanal do queijo e derivados. É evidente que a relação é assimétrica em detrimento dos pequenos produtores de leite cru.

Já a segunda cadeia produtiva tem como base a integração com grandes unidades beneficiadoras/processadoras instaladas no Estado, onde praticamente dominam o pequeno mercado interno, porém priorizando a exportação inter-regional dos produtos derivados do leite. A conhecida desorganização social dos produtores (não há uma cooperativa de pequenos produtores de leite no Estado) e a força econômico-financeira dessas empresas, observada na constituição assimétrica dos preços, praticamente subordina individualmente os pequenos produtores familiares no fornecimento da matéria-prima.

Como perspectiva, auferese que a economia rural sergipana para os próximos anos tem na pecuária o segmento mais importante, que, ao lado do agronegócio do milho, forma a estrutura econômica do meio rural do Estado. Da mesma forma, pode-se particularizar a questão do leite de vaca como a principal estratégia, pela forte capilaridade nos mercados locais, servindo como principal indutor na melhoria das condições de vida dos AFs sergipanos, sendo de maior impacto nos residentes do território do sertão¹.

Diante do exposto, fica evidente o avanço e a importância da pecuária bovina estadual e o papel econômico que exerce para várias unidades familiares de produção, pela agregação de renda, apesar dos problemas mencionados. Ademais, essa produção abre outras perspectivas regionais em Sergipe, como a polarização de municípios produtores, comercializadores e distribuidores do leite em diversas escalas mercantis e espaciais.

6.2 Lavouras

A referência às lavouras entre os agricultores familiares de Sergipe ganha importância na di-

versificação produtiva, mesmo com pouco destaque quando comparadas à atividade da pecuária tradicional familiar. A análise dos produtos agrícolas que geraram maior efeito no meio rural em Sergipe, parte da prévia observação do que foi produzido nos últimos anos, face à ascensão de especificidades no interregno entre os censos agropecuários do IBGE, como a Grande Seca de 2012 a 2017 (ROCHA, 2017). Essa combinação permitiu a classificação dessas culturas na nomenclatura conhecida, ou seja, lavouras temporárias e permanentes. Em número de estabelecimentos agropecuários, o Censo Agropecuário 2017 revela que 90% desenvolveram atividades relacionadas às lavouras temporárias e dessas, 73,2% são da AF. Para verificar o peso do segmento, na Tabela 10 estão representadas, em termos absolutos, as quantidades produzidas de boa parte das lavouras temporárias cultivadas em Sergipe, fazendo comparação entre os estabelecimentos da AF e da Não AF, bem como do percentual do que foi cultivado nas unidades familiares em relação ao total. Foram escolhidas onze lavouras e, destas, seis tiveram participação acima de 80% nas unidades familiares, e dez com mais de 50% em quantidade produzida. Como esperado, a cana-de-açúcar teve maior participação nas unidades não familiares, sendo insignificante a participação nas unidades familiares nessa cultura típica de grandes unidades de produção.

Quanto ao valor da produção das lavouras temporárias, a agricultura familiar se destaca, sendo responsável por 50,7% do total. No entanto, registra diminuição relativa de 42,9% no valor da venda, processo explicado pela menor capacidade desses agricultores estabelecerem preços para venda (IBGE/SIDRA, 2019). Ainda assim, essa participação é significativa em um segmento em que o domínio das unidades não familiares presumidamente é determinante.

No que tange às lavouras permanentes, considerando nos dados do Censo 2017 (IBGE/SIDRA, 2019) apenas as plantações com 50 pés ou mais, destacam-se como as mais importantes e tradicionais no Estado, as seguintes: acerola, caju (fruto), coco-da-baía, laranja e maracujá. Entre elas, os estabelecimentos dos AFs representam 74% dentre aqueles que cultivam acerola, 64% dos que produzem o fruto do caju, 71,6% dos que agricultam o tradicional coco-

1 Ordenamento Territorial estabelecida pelo Governo do Estado de Sergipe em meados da primeira década dos anos 2000, para fins de planejamento. Para maiores detalhes, ver: <https://infonet.com.br/noticias/economia/governo-divide-o-estado-em-oito-areas-para-estabelecer-planejamento/>. Acesso em 03/04/2020.

-da-baía, 75,7% e 75,3% dos estabelecimentos que cultivam laranja e maracujá, respectivamente. Quanto à área colhida das lavouras permanentes e em relação ao total cultivado,

os estabelecimentos da AF representam 43,0%, mas se destacam basicamente em três culturas: acerola (70,0%), laranja (48,8%) e maracujá (67,3%).

Tabela 10 – Quantidade produzida (em toneladas e mil frutos) pelas lavouras temporárias de Sergipe entre os estabelecimentos familiares e não familiares e participação (%) dos AFs em relação ao total

Lavouras temporárias	Quantidade Produzida (em ton. mil frutos), por tipologia		Participação dos AFs em relação ao total produzido (em %)
	Agricultores Familiares	Agricultores Não Familiares	
Abacaxi	6.246	850	88,0
Abóbora	2.618	1.983	59,9
Amendoim em casca	1.162	232	83,6
Arroz em casca	23.824	2.669	89,9
Cana-de-açúcar	73.283	1.721.462	4,1
Feijão em cor	2.452	478	83,7
Feijão verde	887	153	85,3
Mandioca	66.202	16.501	80,0
Milho em grão	83.438	74.143	52,9
Milho forrageiro	595.035	361.604	62,2
Palma forrageira	276.644	102.171	73,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na mesma direção, relaciona-se a quantidade produzida e o valor vendido de algumas das lavouras permanentes, observando simetrias desses dois indicadores na medida em que os AFs apresentam a mesma participação em relação ao total. Como observado, a acerola representa em torno de 70% na quantidade produzida e no valor vendido, a laranja 39% e o maracujá 74%. Quanto ao coco-da-baía, a lavoura sempre teve pouca importância entre os AFs, fato explicado por ser uma cultura que requer maiores áreas plantadas, além de estar em rápida decadência em Sergipe. Em síntese, os dados do Censo Agropecuário 2017 atestam que em relação às lavouras permanentes cultivadas nas unidades familiares, existe produtividade, mas as unidades produtivas não se dedicam apenas a esse segmento, optando assim, por maior diversificação frente à geração de renda.

7 ACESSO A CRÉDITO E RECEITAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Quanto à movimentação financeira, os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam um aspecto também preocupante, sugerindo que a boa difusão da política de crédito voltada para a AF em Sergipe, na verdade, é uma quimera. É inconcebível que uma política consolidada como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ainda não tenha capilaridade universal no Estado². Talvez não se tenha, pelas estatísticas apresentadas, a real dimensão da importância dessa política, na medida em que os dados produzidos foram co-

2 Uma das principais contribuições para entender a realidade do Pronaf em Sergipe, é a de Carvalho (2018), em seu livro intitulado *Trajatória do Pronaf em Sergipe: desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais, ao trabalhar numa abordagem geográfica, a espacialização dessa política de crédito.*

letados dentro do período de referência de 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017. Portanto, um ano completo, cujos dados rebaitem nas operações de crédito, levando em consideração a proporção em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários.

No período de realização do Censo Agropecuário 2017, foram detectados pouco mais de oito mil estabelecimentos agropecuários que realizaram operações de crédito, representando insignificantes 11,4% do total dos estabelecimentos de AF em Sergipe. Entretanto, o dado compreendeu esse período de referência de 12 meses. Mesmo assim, os valores são irrisórios, colocando uma questão central para a realidade sergipana: ainda não se tem a universalização do financiamento para a AF, ou seja, a sua capilaridade ainda precisa ser ampliada. Isso pode ser explicado por fatores que transcendem os dados em tela, como por exemplo, a fragilidade da simetria de informações ou da persistência da inadimplência tradicional. Porém, o mais grave relaciona-se ao financiamento do Grupo B do Pronaf, que representou inexpressivos 7,7% dos estabelecimentos da AF como um todo.

Retomando a análise a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017, dos 72.060 estabelecimentos da AF que realizaram operações de crédito, a finalidade do financiamento dominante concentrou-se em investimentos, com 67% entre os tomadores de crédito, seguido dos financiamentos de custeio (42%). A comercialização, como esperado, esteve presente em insignificantes 2,6% entre os estabelecimentos da AF em Sergipe (IBGE/SIDRA, 2019). No que se refere ao Pronaf B, que abrange os AFs com renda até R\$ 20 mil, os investimentos representaram apenas 47% e o custeio 25,3% em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários da AF, mostrando também a reduzida capilaridade dessa política de crédito no Estado. Quanto ao Pronaf Variável, que inclui os AFs com renda acima de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil, os dados demonstram também suas limitações, com apenas 19,7% concentrados nos investimentos e 16,5% no segmento custeio.

Assim, em relação ao tipo de produção e seus respectivos valores – animal e vegetal – o financiamento da AF, de forma particular, do Pronaf B, como esperado, ficou concentrado

no segmento animal. Na AF em geral, o financiamento na criação animal representou 61,4% e no segmento do Pronaf do grupo B, 54,1%. Quanto ao Pronaf Variável, o quadro permanece como as demais modalidades de financiamento, com 64% do montante voltado à atividade criatória animal.

Finalmente, cabe destacar as receitas obtidas pelos AFs, pelos pronafianos do Grupo B e do Variável. Nas três categorias, as receitas auferidas foram realizadas diretamente na produção desses estabelecimentos, excluindo aquelas geradas por outras formas de receita: 95,1% entre os AFs, 93,4% entre pronafianos do Grupo B e 95,9% entre os do Variável. Em relação às despesas, a AF, pelo tipo, destacou-se na compra de rações e suplementos; custos com combustíveis, adubos e corretivos; e a aquisição de animais, este último um fenômeno comum entre os AFs em Sergipe. Na classe de AF enquadrado no Pronaf Grupo B, as despesas estão concentradas na compra de rações e suplementos, além de combustíveis e lubrificantes, salários pagos e “naturalmente” na aquisição de animais, mas que não seria o tipo de despesa efetivamente dominante (IBGE/SIDRA, 2019).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto em tela esboça, sucintamente, alguns elementos relevantes do quadro da agricultura familiar em Sergipe a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. Os resultados apresentam um cenário preocupante, na medida em que está havendo diminuição do número de estabelecimentos agropecuários e de sua área de produção. Tal fato reflete uma perda na produção. Contudo, os dados demonstram ampliação e diversificação, mesmo quando há intenção à especialização produtiva, como na porção sertaneja do Estado, com a produção do leite de vaca e do cultivo da palma forrageira, voltada à produção pecuária e, por conseguinte, à indústria de laticínios.

Quanto à modernização, as características evidenciadas nos dados censitários da Agricultura Familiar revelam um processo que ainda não foi alcançado. O trabalho realizado pelos AFs é impactado pelos seguintes aspectos: práticas tradicionais de produção, velhos pro-

blemas de comercialização de seus produtos e baixo nível de organização, representado pelo insignificante número de produtores associados a cooperativas (0,22%). Apesar de alguns indicadores integrarem a esperada “modernização da AF”, podemos facilmente identificar o AF sergipano como tradicional, ao tempo que enfrenta indicadores vinculados à baixa produtividade e pouca renda na base familiar, dependente de fontes financeiras não agrícolas. Desse modo, essas seriam as principais vulnerabilidades socioeconômicas dos AFs.

Nesse contexto, o desenvolvimento de uma proposta mais focada em estratégias de modernização da agricultura familiar em Sergipe seria uma alternativa de curto e médio prazos visando à superação dos gargalos observados a partir dos dados do Censo de 2017. Tal proposta priorizaria aspectos relacionados ao processo de comercialização, à inovação tecnológica e à organização, com intuito de fortalecer as institucionalidades vinculadas à agricultura familiar, como sindicatos, associações de base rural e, principalmente, as cooperativas articuladas, a exemplo das práticas da economia solidária.

A maior capilaridade da política de crédito, tão necessária, poderia concretizar-se por meio do uso, por exemplo, de mecanismos articulados pelas relações de proximidade, como é o caso da metodologia do Agroamigo, executada pelo Banco do Nordeste do Brasil, a principal tecnologia financeira, com resultados importantes, mas que precisa ser ampliada, e mais importante, oferecer regularidade nas operações de crédito destinadas aos AFs sergipanos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. O.; VALENTE JUNIOR, A.S.; BRAINER, M. S. de C. P. **Pluriatividade no espaço rural do polo Baixo Jaguaribe**, Ceará. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006 (Série Documentos do Etene, 11).
- BNB. Caderno Gerencial Pronaf 2017. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/%20165130/5283983/RelatorioGerencialPRONAF_2017.pdf/9be18416-236a-35b7-6ec1-227c8d2151ca. Acesso em: 10 mai. 2020.
- BRITO, V. de A. **Efeitos socioeconômicos do agroamigo**: uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar no estado de Sergipe. São Cristóvão/SE: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal de Sergipe. 2017. (Tese de Doutorado).
- CARNEIRO, W. M. A. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008 (Série Documentos do Etene, 22).
- CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. da. **A geografia (des)conhecida de Itabaiana/SE**. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe. 2012.
- CARVALHO, D. M. de. **Trajatórias do Pronaf em Sergipe**: desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe. 2018.
- CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. da. O espaço rural sergipano: políticas públicas, desenvolvimento e agricultura familiar. In: CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. da; MENDES, M. A. **Aspectos do mundo rural e do desenvolvimento rural no Nordeste**. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2019.
- GASQUES, J. G. **O que revelam os dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre o Nordeste**. (Aula Magna do XIII SOBER NORDESTE, Juazeiro/BA), 2018.
- GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste**: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro. MDA/MPOG, 2009.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em 31/03/2020.

LACERDA, R. **Economia Sergipana Contemporânea.** São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2012.

LACERDA, R. Sergipe no Século XXI: expansão, crise e reposicionamento da estratégia de desenvolvimento econômico. **BNB Conjuntura Econômica - Edição Especial 2019.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_23.pdf/7a681278-df3c-2ae2-3899-207a22e94b31>. Acesso em: 08 maio 2020.

LOPES, E. S. et. al. **Impactos do Pronaf B nos Municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe:** Para além da dimensão econômica. 2007. (Relatório de pesquisa).

MENEZES, S. S. M. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Revista Ateliê Geográfico.** Goiânia/GO, v. 8, n. 2, 2014. p. 274-289. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ateliê/issue/view/1448>. Acesso em: 08 maio 2020.

OLIVEIRA, E. R. S. S. **Expansão da produção do milho no estado de Sergipe e sua interface com a agricultura familiar.** São Cristóvão: PPGEO/Universidade Federal de Sergipe. (Tese de Doutorado). 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11439>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PASSOS SUBRINHO, J. M. **História econômica de Sergipe (1850-1930).** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1985.

ROCHA, A. F. Panorama da seca no Estado de Sergipe: Impactos e ações de enfrentamento. **Parcerias Estratégicas.** Brasília, v. 22, n. 44, p. 181-200, Jan-Jun, 2017.

VARGAS, M. A. M. Festas patrimônios: os ciclos juninos e natalino. **Revista Ateliê Geográfico.** Goiânia/GO, v. 8, n. 2, p. 252-273. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ateliê/issue/view/1448>. Acesso em: 08 maio 2020.



AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Family Farming in Bahia: a data analysis of Agricultural Census 2017

Edna Maria da Silva

Economista, doutora em Economia, professora da UFBA, endereço postal: Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia, UFBA. ednasilv@ufba.br

Livia Liberato de Matos Reis

Graduada em Relações Internacionais, doutora em Geografia, integrante do Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial, UFBA. livialiberato@gmail.com

Vitor de Athayde Couto

Economista, doutor em Economia, professor da UFBA, endereço postal: Faculdade de Economia, UFBA. vitor@ufba.br

Resumo: Neste artigo analisam-se alguns dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, referentes à agricultura familiar no Estado da Bahia. Fazem-se comparações com o Brasil e a Região Nordeste. Como apoio, utilizam-se dados qualitativos complementares, inclusive primários. Pretende-se verificar a atual situação da agricultura familiar baiana, destacando-se: um resumo histórico e aspectos da sua estrutura fundiária, pessoal ocupado, número de estabelecimentos, principais lavouras, produção animal, acesso a financiamento e orientação técnica. Em todos esses aspectos observa-se que permanece a desigualdade histórica da agricultura familiar baiana em relação aos valores médios nacionais. Os resultados para Bahia e Nordeste, espaços onde se concentram os agricultores familiares mais precários (Grupo B do Pronaf), são similares. Em contrapartida, diferenciam-se os resultados em relação ao Brasil. A distribuição desigual do acesso a financiamentos apresenta o mesmo comportamento dos indicadores referentes ao valor da produção. Diante desse desafio, propõe-se valorizar mais a política de ATER como meio para atingir o principal objetivo do Pronaf, que é fortalecer a agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Agricultura Não Familiar; Desigualdades; Pronaf.

Abstract: This article analyzes some data from Census of Agricultural IBGE 2017, referring to family farming in the State of Bahia. Comparisons are made in relation to Brazil and the Northeast region. As support, complementary and primary information are used. It is intended to verify the nowadays situation of Bahia's family farming, highlighting: a historical summary land tenure, population, employed persons, farming numbers, main crops, animal production, financing and technical guidance. In these aspects, it is observed that remains historical inequality of family farming in relation to the national average values. The results for Bahia and the Northeast, where the most precarious Pronafians (Group B Pronaf) are concentrated, are similar. In counterpart results are different in relation to Brazil. The unequal distribution of financing access shows the same behavior as the indicators of value of production. Facing that challenge, it proposes to strengthen the politics of ATER in order to attempt Pronaf program's main target, improving family farming.

Keywords: Family Farming; Non-Family Farming; Inequalities; Pronaf.

1 INTRODUÇÃO

Analisando a economia baiana contemporânea, Pessoti e Pessoti (2019) afirmam que, no período compreendido entre 1985 e 2016, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual vem perdendo dinamismo, quando comparado com o da região Nordeste e do Brasil. “A análise da série de dados, no decurso desses mais de 30 anos revela que a economia baiana apresentou perda na participação tanto na economia nordestina (de 39,7% do PIB em 1985 para 28,8% em 2016) como na economia nacional (5,4% em 1985 para 4,1% em 2016)” (PESSOTI; PESSOTI, 2019, p. 389). A significativa mudança na composição da renda estadual deu lugar a um movimento “em favor do setor de serviços, que se consolidou como principal atividade da economia baiana” (PESSOTI; PESSOTI, 2019, p. 404).

No caso específico do setor agrícola, a queda do dinamismo foi agravada por um ciclo de seca que durou sete anos. “A seca recente que afetou a Bahia e o Nordeste teve início em 2012 e se intensificou desde então, sendo considerada a mais severa em várias décadas” (PESSOTI; PESSOTI, 2019, p. 391). É nesse cenário que se analisa a agricultura familiar estadual.

Sousa e Crestana (2006) delinham a agricultura familiar como um fator essencial em qualquer política de segurança alimentar, especialmente porque a sua produção é majoritariamente provedora do mercado interno de alimentos e de matérias-primas.

A agricultura familiar é também vital na ocupação e emprego das populações rurais e na produção de alimentos, inclusive para o autoconsumo das famílias. Costuma-se enfatizar mais suas funções de caráter social do que as econômicas, considerando-se sua menor incorporação tecnológica e produtividade mais baixa. Porém, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, contribui significativamente para a geração de riqueza na economia, não só do setor agropecuário, mas do próprio País (GUILHOTTO et al., 2009; GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Apesar do aumento populacional na Bahia entre 1985 e 2017, observa-se um movimento demográfico de redução do número de agricul-

tores familiares. Esse movimento acompanha uma tendência nacional de queda da taxa de crescimento populacional, agravada pelo êxodo rural (BARROS, 2006). Políticas públicas predominantemente urbano-industriais, em detrimento do mundo rural (falta de orientação e assistência técnica, fechamento de escolas rurais etc.), explicam parcialmente essa tendência. Ademais, existe um forte apelo cultural, considerando que a modernidade produtiva está associada às inovações tecnológicas e organizacionais que demandam menos trabalhadores por área ocupada, visando ao uso intensivo de insumos modernos de origem industrial, aplicação de “pacotes tecnológicos” prontos etc.

Nesse cenário, na falta de um diagnóstico atualizado sobre o tema, o presente artigo tem por objetivo analisar a situação socioeconômica da agricultura familiar baiana, com base nos seguintes indicadores: número de estabelecimentos, pessoal ocupado, quantidade produzida, vendas, acesso a financiamentos e orientação técnica. Para isso, utilizam-se os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, divulgados em outubro de 2019.

O trabalho argumenta que em todos os aspectos analisados observa-se uma estabilidade dos indicadores que revelam a desigualdade histórica da agricultura familiar baiana em relação aos valores médios nacionais (COUTO, 2014). São similares os resultados observados para a Bahia e região Nordeste, onde se concentram os agricultores familiares mais precários que têm acesso ao crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sobretudo o Grupo B. Em contrapartida, diferenciam-se os resultados em relação ao Brasil.

A estrutura do texto está dividida em cinco partes, incluindo esta introdução. Na segunda parte, faz-se um resumo da evolução histórica (1970-2017) e uma contextualização da realidade estadual baiana, com base no número de estabelecimentos rurais, e evolução da área dos estabelecimentos. Quanto aos dados de pessoal ocupado nos estabelecimentos, a análise é comparativa entre as escalas (Bahia, Nordeste e Brasil). Na terceira parte, apresentam-se os procedimentos metodológicos. A quarta parte está subdividida em cinco seções. Na seção 4.1 analisam-se, por tipologia (agricultores familia-

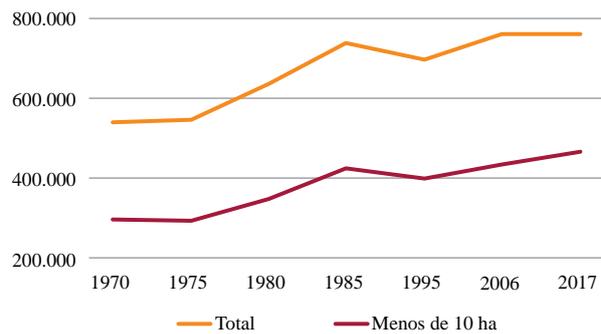
res, e agricultores não familiares), número de estabelecimentos, área, e pessoal ocupado nos estabelecimentos; na seção 4.2 analisam-se os agricultores familiares, não familiares e valor da produção; na seção 4.3 apresentam-se as principais lavouras e analisa-se a produção animal em termos de efetivos e vendas. Na seção 4.4 analisam-se os estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamentos; e, na 4.5, trata-se da orientação técnica. Na quinta parte (Considerações Finais), faz-se uma síntese dos resultados e uma crítica em relação ao desmantelamento das políticas nacional e estaduais de ATER.

2 ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS RURAIS NA BAHIA

O Estado da Bahia ocupa uma área de 564.733 km², que representa 6,6% da área total do Brasil (8.515.767 km²). Convém mencionar que boa parte do território baiano está inserida no semiárido brasileiro, cujas condições climáticas restringem a produção agrícola, com significativa influência nos desdobramentos dos aspectos sociais e econômicos no campo (PESSOTI; PESSOTI, 2019). O semiárido baiano ocupa 79% do território do Estado e representa “39,5% de todo o Semiárido Brasileiro” (PESSOTI; PESSOTI, 2019, p. 385). No ranking das 27 unidades da federação, a Bahia detém a quinta posição em extensão territorial. É o quarto estado mais populoso, com 14.016.906 habitantes, distribuídos em 417 municípios. Dentre esses municípios, 240 ou 57,5% têm menos de 20 mil habitantes (IBGE, 2010).

Em 2017, foram identificados 762.848 estabelecimentos rurais no território baiano, que representam 15% do total de 5.073.324 estabelecimentos nacionais (IBGE/SIDRA, 2019). Conforme o Gráfico 1, o número de estabelecimentos rurais teve crescimento bastante pronunciado (40,1%) no período analisado. De 541.566 estabelecimentos na década de 1970, houve um aumento para 762.848 em 2017. Nesse ano, os estabelecimentos com área inferior a 10 ha representavam 18,3% dos estabelecimentos nacionais e 61,2% do total no estado, todavia, detêm apenas cerca de 5% dos 28.020.859 ha ocupados, o que revela significativa assimetria ou desigualdade na estrutura de posse e uso da terra (IBGE/SIDRA, 2019).

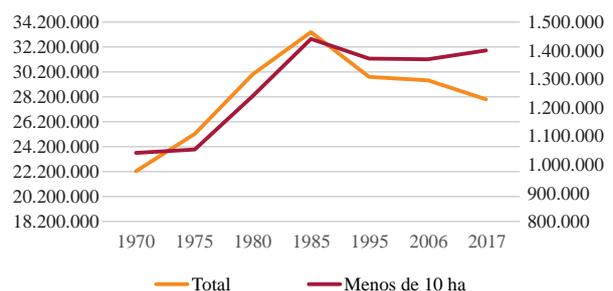
Gráfico 1 – Evolução do número de estabelecimentos rurais: Bahia, 1970-2017



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1970 a 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No Gráfico 2, pode-se observar a evolução da área dos estabelecimentos totais e daqueles com menos de 10 ha. Quando se analisa a evolução da área total, observa-se crescimento expressivo de 50,18% entre os anos 1970 e 1985, com expansão na área, de 22.260.826 ha para 33.431.402 ha. Após esse período, há decréscimo da área para 28.020.859 ha em 2017, ou seja, em relação a 1985 houve queda de 16,18%. Todavia, ao se analisar a evolução da área considerando os dados de 1970 e 2017, observa-se que a expansão da área representa 25,87%. Pode-se visualizar graficamente a evolução da área em estabelecimentos que ocupam até 10 ha. Entre os anos 1970 e 2017, a expansão foi de 34,42%, e, após 1985, a redução é de 2,85%.

Gráfico 2 – Evolução da área (ha) dos estabelecimentos agropecuários: Bahia, 1970-2017



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1970 a 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Historicamente já se tem observado, nas escalas nacional e estadual, um fenômeno de expansão da fronteira agrícola, particularmente nos Cerrados, onde domina a cadeia produtiva da soja e outros grãos. Nos Cerrados baianos, segundo depoimentos obtidos em pesquisa de campo reali-

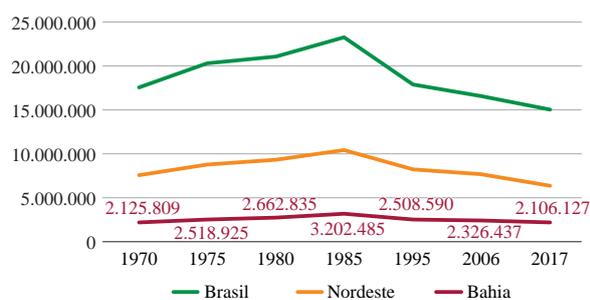
zada em 2019 (SILVA, 2020), observa-se também um processo de fusões e aquisições de empresas e de propriedades rurais. Em contraposição, a área média dos menores estabelecimentos (onde se concentra a agricultura familiar baiana) continua experimentando um processo inverso, de fracionamento das propriedades.

Nas entrevistas com técnicos que executam serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), tanto pública quanto privada (chamada de editais), são muito frequentes os relatos de ocorrência de fracionamentos das pequenas propriedades rurais. Isso se deve a casamentos dos filhos, além dos casos de terras cedidas (comodato), e inventários não concluídos. Nesses casos, muitas ocupações são autodeclaradas como “terras cedidas” (geralmente por alguém da família), “posses” ou “propriedades”, a depender do entendimento do agricultor (SILVA, 2020).

A condição precária de posse e uso de terras, sem geolocalização nem documentação conclusa, dificulta a execução dos serviços de ATER, a formulação do planejamento e a definição da tipologia dos agricultores. No limite, dificulta também a negociação de contratos de financiamento, compra e venda da produção, sobretudo nos mercados institucionais, a exemplo de vendas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No Gráfico 3, observa-se que o número de pessoas ocupadas na agropecuária do Estado da Bahia cresceu de 50,64% entre os anos 1970 e 1985, e decresceu 34,23% no período compreendido entre 1985 e 2017. Em 2017 (IBGE/SIDRA, 2019), 2.106.127 pessoas encontravam-se ocupadas nos estabelecimentos rurais. Quando se comparam os dados de 1970 com 2017, observa-se uma taxa de decréscimo de 0,92%.

Gráfico 3 – Evolução do pessoal ocupado: Bahia, Nordeste e Brasil, 1970-2017



Fonte: IBGE Censo Agropecuário 1970 a 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

É nesse contexto assimétrico de uma estrutura agrária e ocupacional que se pretende analisar a agricultura familiar baiana, em suas múltiplas manifestações. Na seção dedicada à Metodologia, logo a seguir, começa-se por definir o conceito de agricultura familiar e os seus diferentes segmentos classificados segundo a tipologia do Pronaf.

3 METODOLOGIA

O conceito de agricultura familiar, definido pela Lei n. 11.326, de 24/07/2006, e regulamentado pelo Decreto n. 9.064, de 31/05/2017, serve de referência para o Censo Agropecuário 2017 do IBGE. Daí decorre a quase totalidade dos dados utilizados neste artigo. Além do Censo Agropecuário, outros dados têm referência específica, anotada em cada caso – Censo Demográfico IBGE 2010, e informações obtidas em pesquisa de campo (SILVA, 2020).

Para fins legais considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e atende simultaneamente a quatro requisitos (BRASIL, 2006): a) não possuir área superior a quatro módulos fiscais; b) fazer uso predominantemente da mão de obra da família; c) o rendimento familiar deve ser originado predominantemente na unidade de produção familiar; d) a gestão da unidade produtiva deve ser desenvolvida pela família. O Decreto n. 9.064/2017, que regula a referida lei, determina que deve ser utilizada, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo de produção e geração de rendimentos; e também que, no mínimo, metade do rendimento familiar deve ser auferido das atividades desenvolvidas no estabelecimento (BRASIL, 2017).

Como observado por Aquino et al. (2018), aqueles que não se enquadram nos referidos critérios foram denominados de agricultores não familiares. Esses critérios, que expressam relações sociais de produção, associados às normas operacionais do crédito rural definidas para o público beneficiário do Pronaf, são adotados pelo IBGE e possibilitam a construção de uma tipologia específica para os agricultores familiares.

Aqui se adota a tipologia do IBGE: Agricultura familiar e Agricultura não familiar ou patronal. A agricultura familiar, que se enquadra em alguma categoria do Pronaf, pode ser subdividida em agricultura familiar Grupo B (Pronaf B, com renda bruta anual até R\$ 20 mil), agricultura familiar Grupo V (Pronaf V, com renda bruta anual de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil) e agricultura familiar não Pronaf (com renda bruta anual acima de R\$ 360 mil). Entretanto, cabe uma observação. Ao se excluírem os agricultores familiares de um conjunto-universo, não implica, por exclusão, serem patronais os restantes. A rigor, o conceito de patronal supõe propriedade individual e privada. Todavia, existem coletividades representadas por territórios (indígenas, quilombolas, outras comunidades tradicionais), faxinais, fundos de pasto etc. Muitos desses territórios, onde sobrevivem agricultores familiares, são também beneficiários do Pronaf. Para simplificar, apresenta-se a análise conforme a tipologia disponibilizada pelo IBGE.

Os agricultores que se enquadram no grupo familiar não Pronaf (pouco numerosos em relação aos totais), embora tenham os pré-requisitos para serem considerados agricultores familiares, ainda não são beneficiários do Programa. Os agricultores do tipo não familiar ou patronal são aqueles que não se enquadram nos critérios definidos por lei em nenhuma categoria de agricultor familiar do Pronaf.¹

Com referência à agricultura familiar, não se podem fazer comparações entre os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, devido a alterações na metodologia do IBGE, inclusive conceituais. Diante disso, analisam-se os dados de 2017 de maneira estática, ou seja, faz-se um “retrato” da realidade (situação) com indicadores agrupados em três escalas territoriais (Brasil, Nordeste e Bahia). Essa análise encontra-se no próximo item, onde são apresentados e analisados os principais resultados obtidos por

¹ De acordo com Del Grossi (2019), para a realização do Censo Agropecuário 2017 adotaram-se os critérios do Manual de Crédito Rural definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), vigentes em 30 de setembro de 2017, que estabelecem os requisitos para ser considerado beneficiário do Pronaf. Dentre os requisitos do Pronaf para acessar as linhas de crédito exige-se que os agricultores comprovem seu enquadramento através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa. A renda bruta familiar não pode exceder R\$ 360.000,00. Especificamente para os beneficiários do Grupo B do Pronaf a renda bruta familiar anual não pode ser superior a R\$ 20.000,00.

meio da tabulação dos dados do Censo Agropecuário 2017.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Número de estabelecimentos, área e pessoal ocupado

No Brasil, a agricultura familiar abrange 3.897.408 estabelecimentos, que representam 76,82% do total dos estabelecimentos. Essa superioridade de mais de $\frac{3}{4}$ do número de estabelecimentos da agricultura familiar verifica-se em todas as macrorregiões brasileiras. Conforme a Tabela 1, o Nordeste concentra a maior parte dos estabelecimentos não familiares e familiares, dentre as macrorregiões. A agricultura familiar no Nordeste representa 79,17% do total dos estabelecimentos da Região e 34,65% do total dos estabelecimentos brasileiros.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agrícolas: Brasil e regiões (2017)

Brasil grande Região	Tipologia		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Brasil	5.073.324	1.175.916	3.897.408
Norte	580.613	100.038	480.575
Nordeste	2.322.719	483.873	1.838.846
Sudeste	969.415	280.470	688.945
Sul	853.314	187.547	665.767
Centro-Oeste	347.263	123.988	223.275

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Assim, como em relação ao Brasil, a Bahia é o estado com o maior número de estabelecimentos não familiares e também familiares na Região Nordeste. Em 2017, foram recenseados 593.411 estabelecimentos familiares no estado. Eles representam 77,80% dos 762.848 estabelecimentos baianos e 25,55% dos nordestinos, que totalizam 2.322.719 estabelecimentos (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agrícolas: estados da Região Nordeste (2017)

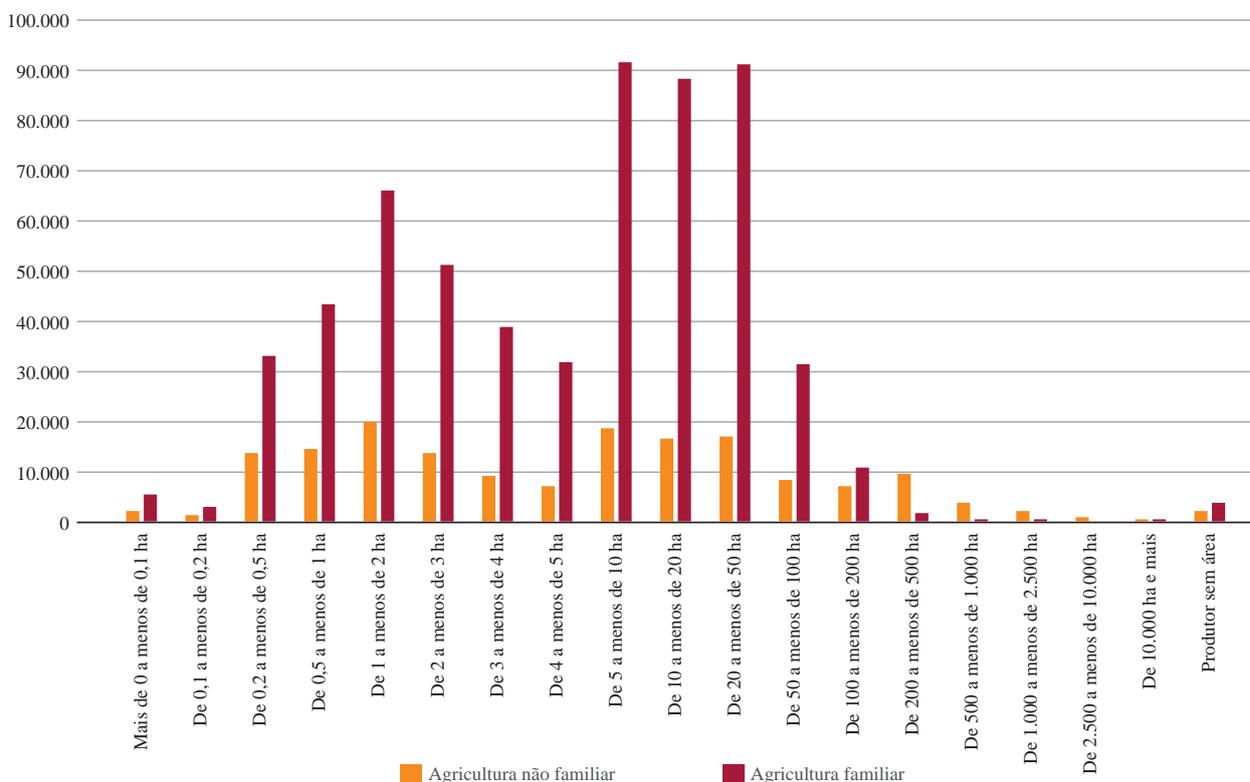
Estados do Nordeste	Tipologia		
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Maranhão	219.765	32.647	187.118
Piauí	245.601	48.355	197.246
Ceará	394.330	96.468	297.862
Rio Grande do Norte	63.452	12.772	50.680
Paraíba	163.218	37.729	125.489
Pernambuco	281.688	49.077	232.611
Alagoas	98.542	16.173	82.369
Sergipe	93.275	21.215	72.060
Bahia	762.848	169.437	593.411

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Bahia, 762.848 estabelecimentos ocupam uma área total de 28.020.859 ha. Para se ter uma ideia do nível de concentração fundiária, 466.685 estabelecimentos, que representam 61,18% do total de estabelecimentos com áreas menores que 10 ha, totalizam 1.401.333 ha. Em porcentagens, 61,18% ocupam aproximadamente 5% da área total. Ampliando-se o estrato para até 20 ha, têm-se 571.913 com área total de 2.826.664 ha. Em porcentagens, 74,97% ocupam apenas 10,09% da área total (IBGE/SIDRA, 2019).

No Gráfico 4, visualiza-se também a distribuição dos estabelecimentos familiares e não familiares, por área. Os estabelecimentos categorizados como agricultura familiar ocupam pequenas áreas. No cômputo geral, 5.593 estabelecimentos familiares ocupam menos de 0,1 ha, cada um. Observa-se que 59,52% dos estabelecimentos da agricultura familiar (454.059) ocupam menos de 20 ha. Por outro lado, apenas 0,23% dos estabelecimentos da agricultura familiar (1.819) ocupam o intervalo 200 ha a menos de 500 ha.

Gráfico 4 – Número de estabelecimentos rurais por área, agricultura familiar e não familiar: Bahia (2017)



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ainda em relação à distribuição dos ativos fundiários, vale destacar que 593.411 estabelecimentos familiares baianos ocupam 9.009.143 ha ou 32,20% da área total dos estabelecimentos, que é

de 28.020.859 ha. A agricultura não familiar, por sua vez, ocupa 19.011.716 ha, que representam 67,80% da área total, com apenas 169.437 estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019). O elevado

número de estabelecimentos familiares, associado a diferentes formas de posse e uso da terra, implica diferentes agriculturas. Ao gerar um cenário de grande diversidade de sistemas de produção, essas diferentes agriculturas estão na origem da formação de uma estrutura social rural complexa, constituída por diferentes frações de classes sociais.

Embora ocupe uma pequena área, a agricultura familiar no Brasil responde por cerca de 23% do valor total da produção nos estabelecimentos rurais. Na Bahia, a agricultura familiar responde por 24,60% do valor total da produção estadual. Quanto à condição do agricultor em relação à posse e uso da terra, identificam-se 673.909 estabelecimentos de proprietários, 20.215 de concessionários ou assentados aguardando titulação, 4.576 de arrendatários, 11.167 de parceiros, 36.620 de comandatários, 10.335 de ocupantes, e 6.026 classificados como produtores sem área. Dentre os proprietários, encontram-se 145.168 estabelecimentos de tipo não familiar e 528.741 familiar. Com relação aos arrendatários, 1.347 estabelecimentos são de agricultor não familiar e 3.229 são de agricultor familiar (IBGE/SIDRA, 2019).

Outro indicador relevante que deve ser observado na agricultura familiar baiana é o número de pessoas ocupadas. Nos 761.101 estabelecimentos que geram ocupação, 592.560 (77,85%) integram a agricultura familiar. Destes, 527.927 estão no Grupo B. Enquanto a agricultura familiar ocupa 1.522.926 pessoas, que representam 72,31% do total de pessoas ocupadas (2.106.127), a agricultura não familiar responde por apenas 583.201 pessoas. Dentre o total de pessoas ocupadas (1.522.926) nos estabelecimentos da agricultura familiar, 1.313.677 (86,30%) encontram-se ocupados na

categoria mais carente de infraestrutura e serviços (Grupo B). Nessa mesma categoria, o pessoal ocupado distribui-se entre 848.618 homens (64,60%) e 465.059 mulheres (35,40%). A participação das mulheres ocupadas na atividade agrícola é menor (24,70%) na categoria Grupo V, o que demonstra que elas estão concentradas na categoria mais fragilizada da agricultura familiar classificada no Grupo B do Pronaf (IBGE/SIDRA, 2019).

Os dados analisados evidenciam a importância da agricultura familiar baiana e também nordestina no que se refere à ocupação da mão de obra, inclusive feminina. Destaca-se também a sua contribuição no abastecimento do mercado interno e no autoconsumo das famílias. Essa contribuição pode ser melhor observada na seção seguinte, em que se analisa o valor da produção de acordo com a tipologia dos agricultores familiares e não familiares.

4.2 Agricultores Familiares, Não Familiares e Valor da Produção

Os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE revelam, para as três escalas de análise (Brasil, Nordeste e Bahia), uma forte concentração de agricultores familiares do Grupo B. Em números absolutos tem-se, respectivamente, 2.732.790, 1.640.708, e 528.755 estabelecimentos familiares nessa categoria (Tabela 3). Por exemplo, pode-se verificar que os agricultores do Grupo B representam algo em torno de 70,00% na Região Nordeste e na Bahia. Isso significa maior fragilidade patrimonial e financeira desses agricultores, se comparados com os de outras regiões, dado que, para o Brasil em geral, essa participação cai para 53,87%.

Tabela 3 – Estabelecimentos agropecuários segmentados pela tipologia (un): Brasil, Nordeste e Bahia (2017)

Tipos de Agricultores	Brasil		Nordeste		Bahia	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não familiar	1.175.916	23,18	483.873	20,83	169.437	22,21
Familiar Grupo B	2.732.790	53,87	1.640.708	70,64	528.755	69,31
Familiar Grupo V	1.138.885	22,45	196.509	8,46	64.113	8,40
Familiar não Pronaf	25.733	0,51	1.629	0,07	543	0,07
Total	5.073.324	100,00	2.322.719	100,00	762.848	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Essa diferença é compensada por uma maior participação nacional dos agricultores familiares do Grupo V, que é de 22,45%, contra 8,46% e 8,40% para a Região Nordeste e Bahia, respectivamente. Observe-se que os valores para o Estado da Bahia são próximos da média nordestina. Isso é devido ao que se pode chamar de nivelamento pela pobreza, como também pela elevada representatividade dos agricultores baianos do Grupo B em relação à Região Nordeste, que é de 1/3 aproximadamente, ou 32,23%. Chama a atenção o fato de os agricultores familiares não Pronaf terem uma participação residual em relação ao total, nas três escalas de análise, ou seja, 0,51%, para o Brasil, e 0,07% para Nordeste e Bahia.

Comparando-se as categorias B e V, observa-se, na Bahia, que os agricultores familiares do Grupo B representam 32,23% dos estabelecimentos nordestinos, e 19,30% dos nacionais. Os agricultores familiares do Grupo V representam 32,60% em relação ao Nordeste, e apenas 5,60% em relação ao Brasil. Eis aqui mais um importante indicador da desigualdade.

A Tabela 4 apresenta o valor da produção (milhões R\$) para os tipos agricultor não familiar, agricultor familiar Grupo B, agricultor familiar Grupo V e agricultor familiar não Pronaf, nas escalas Brasil, Nordeste e Bahia. No que se refere ao valor da produção por categorias, observa-se que a agricultura não familiar ou patronal concentra elevada participação na Bahia (75,43%), no Nordeste (70,34%) e no Brasil (77,10%).

Essa mesma tabela demonstra os seguintes resultados para a Bahia: 1) Embora possua o maior número de agricultores familiares no Grupo B (69,31%), a sua participação no valor da produção estadual é de apenas 9,15%. 2) A agricultura não familiar detém 22,21% dos estabelecimentos e contribui com $\frac{3}{4}$ ou 75,40% do valor da produção. Os dados (estabelecimentos e valor) apresentados para os agricultores do Grupo B aproximam-se da média dos estados nordestinos, mas se distanciam significativamente dos indicadores médios nacionais, como é de se esperar.

Tabela 4 – Valor da Produção (milhões de reais): Brasil, Nordeste e Bahia (2017)

Tipos de Agricultores	Brasil		Nordeste		Bahia	
	VP	%	VP	%	VP	%
Não familiar	358.617	77,10	37.674	70,34	15.874	75,43
Familiar Grupo B	13.013	2,80	5.982	11,17	1.925	9,15
Familiar Grupo V	74.058	15,92	8.577	16,02	2.832	13,46
Familiar não Pronaf	19.418	4,18	1.321	2,47	413	1,96
Total	465.106	100,00	53.554	100,00	21.044	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

As informações destacadas indicam uma grande assimetria entre o número de estabelecimentos e o valor da produção, nas três escalas de análise (Brasil, Nordeste e Bahia). Quando se comparam as categorias da agricultura familiar Grupo B com agricultura não familiar, a relação é visivelmente inversa: muitos estabelecimentos com pouco valor da produção, e poucos estabelecimentos com grande valor da produção, respectivamente.

Embora exista um só modelo agrícola no Brasil, cabe interpretá-lo de um ponto de vista dialético em que coabitam várias contradições como constatado acima. Esse desenvolvimento desigual dificilmente pode ser compreendido em uma análise setorial – ou exclusivamente agrícola. Há que se observar a desigualdade inerente a toda economia, na qual a agricultura familiar continua desempenhando o papel histórico de fornecedora de mão de obra barata. Esta se reproduz quase independentemente do mercado, inclusive, através do autoconsumo

das famílias. O fato de não serem famílias assalariadas sugere uma espécie de acumulação primitiva em pleno capitalismo contemporâneo. A grande concentração de agricultores familiares do Grupo B, tanto na Bahia, quanto em toda a região Nordeste, revela a permanência de uma divisão inter-regional do trabalho no Brasil, ainda que parcial. Não sendo o desenvolvimento desigual objeto deste artigo, analisa-se agora a participação dos segmentos na produção agropecuária estadual.

4.3 Participação da agricultura familiar na produção agropecuária baiana

No que se refere à quantidade produzida em toneladas para as lavouras temporárias (arroz,

feijão, milho, algodão e soja) e permanentes (manga), nos estabelecimentos agropecuários que possuem a partir de 50 pés, os dados da Tabela 5 mostram a relevante contribuição da agricultura familiar nas plantações que são destinadas ao consumo humano no mercado interno. Pode-se destacar a produção de arroz em casca, que representa 69,71%, e a produção de feijão, que representa 40,24% da produção baiana. A produção de manga apresenta um total de 250.706 toneladas, sendo que a agricultura familiar representa 30,88% e a agricultura não familiar representa 60,11%. Para as culturas comerciais de milho, algodão e soja, identifica-se significativa participação dos estabelecimentos patronais, que representam 93,47%, 99,89% e 99,94% da produção, respectivamente.

Tabela 5 – Quantidade produzida das principais lavouras alimentares e comerciais (toneladas): Bahia (2017)

Principais lavouras	Não Familiar		Familiar		Total
	Qtde	%	Qtde	%	
Arroz	209	30,29	481	69,71	690
Feijão*	79.521	59,76	53.533	40,24	133.054
Milho	2.033.430	93,47	142.168	6,53	2.175.597
Algodão	903.254	99,89	1.016	0,11	904.270
Manga	137.272	60,11	77.434	30,89	250.706
Soja	4.951.390	99,94	3.023	0,06	4.954.412

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: * Feijão preto, de cor, fradinho e verde.

Nos estabelecimentos com pecuária, os principais rebanhos são bovinos, equinos, suínos, ovinos, caprinos, asininos e muares. Esses rebanhos concentram-se em mais de 75% do total de estabelecimentos da agricultura familiar. Exceção se faz aos bubalinos, que ocupam menos de 30% dos estabelecimentos familiares, por serem animais exigentes em mananciais abundantes de água – o que requer maiores áreas, e, com raras exceções, fora do semiárido baiano. No grupo aves, os galináceos da agricultura familiar são muito representativos, encontrando-se presentes em mais de 4/5 do total de estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Tabela 6, percebe-se que os bovinos estão distribuídos em um total de 297.894 estabelecimentos. Mais de 4/5 desses estabelecimentos (235.599 ou 79,10%) são representados pela agricultura familiar, sendo que 1/5 (62.295 ou 20,90%) são do tipo não familiar. Todavia, se for observado o efetivo do rebanho por estabelecimento, a agricultura familiar detém um número médio de cabeças que representa 42,50% dos animais, ou seja, tem participação menor do que a agricultura não familiar. Os equinos foram identificados em 148.599 estabelecimentos, sendo que 111.802 ou 75,24% são representados pela agricultura familiar e 36.797 ou

24,76% são representados pela agricultura não familiar.

Os caprinos encontram-se em 71.473 estabelecimentos, sendo que 57.337 (80,22%) são do tipo familiar e apenas 14.136 (19,78%) são estabelecimentos do tipo não familiar. Ao se analisar o número de cabeças por estabelecimento, a agricultura familiar também apresenta um quantitativo elevado em relação à agricultura não familiar. Na Bahia, 73,78% dos caprinos estão concentrados em estabelecimentos da agricultura familiar. Embora se produzam caprinos em 57.337 estabelecimentos da agricultura familiar, em apenas 29.399 estabelecimentos (51,27%) foram registradas vendas. Isso se deve, em parte, ao autoconsumo das famílias.

Tabela 6 – Número de estabelecimentos com pecuária: Bahia (2017)

Estabelecimentos com pecuária	Não Familiar		Familiar		Total
	Qtde	%	Qtde	%	
Bovinos	62.295	20,91	235.599	79,09	297.894
Equinos	36.797	24,76	111.802	75,24	148.599
Caprinos	14.136	19,79	57.337	80,21	71.473
Ovinos	26.421	21,76	95.007	78,24	121.428
Suínos	27.493	18,53	120.849	81,47	148.342
Galináceos*	79.863	19,42	331.400	80,58	411.263

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: *Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos.

Os ovinos são produzidos em 121.428 estabelecimentos, sendo que 95.007 (78,24%) são da agricultura familiar e apenas 26.421 ou 21,76% são do tipo não familiar (Tabela 6). Ao se analisar o número de cabeças por estabelecimento, a agricultura familiar também revela um quantitativo elevado em relação à agricultura não familiar, com 71,96% dos animais concentrados em estabelecimentos da categoria agricultura familiar. Embora se pratiquem sistemas de criação de ovinos em 95.007 estabelecimentos da agricultura familiar, apenas 51.906 (54,63%) estabelecimentos realizaram vendas. Entre as famílias produtoras de ovinos, o autoconsumo também é significativo, por se tratar de rebanhos deslançados, tipo carne.

Os suínos encontram-se em 148.342 estabelecimentos, sendo 120.849, que representam 81,47%, do tipo familiar. Os demais estabelecimentos, 27.493 (18,53%), são do tipo não familiar. Calculando-se o número médio de cabeças por estabelecimento, verifica-se que a agricultura familiar também participa com um quantitativo elevado em relação à agricultura não familiar. Na Bahia, 71,11% dos animais estão na categoria agricultura familiar. Embora 120.849 estabelecimentos familiares baianos criem suínos, 58.374 (quase metade) venderam animais. Isso representa 81,44% do total de 71.677 estabelecimentos baianos que venderam suínos. A venda de suínos da agricultura familiar representa 57,62% das vendas totais na Bahia.

Observa-se também uma expressiva participação dos rebanhos caprinos, ovinos e suínos em termos de faturamento. Nos estabelecimentos da agricultura familiar, os principais rebanhos são caprinos, com 71,8% do valor das vendas; ovinos, com 70,3%; e suínos, com 53,3% do faturamento (IBGE/SIDRA, 2019).

Os galináceos (galinhas, galos, frangos e pintos) encontram-se distribuídos em um total de 411.263 estabelecimentos. Cerca de 4/5 desses estabelecimentos (331.400 ou 80,58%) são do tipo familiar, enquanto apenas 1/5 (79.863 ou 19,42%) são do tipo não familiar (Tabela 6). Quanto ao número de estabelecimentos da agricultura familiar que realizam vendas, em relação ao total de estabelecimentos, a Bahia, a Região Nordeste e o Brasil apresentam participações semelhantes, em torno de 80%. Todavia, ao se analisar a quantidade média de unidades vendidas, por estabelecimento, o percentual de estabelecimentos que realizam vendas na agricultura familiar é inferior ao da agricultura não familiar. Na Bahia, embora 331.400 estabelecimentos da agricultura familiar criem galináceos, apenas 81.129 (24,48%) realizam vendas.

Os dados aqui analisados mostram a relevância da agricultura familiar, tanto na produção de lavouras quanto na criação de animais que, mesmo em uma conjuntura adversa, responde por significativa parcela da produção, sobretudo para o mercado interno. A depender do nível de integração dos agricultores ao mercado, importa também conhecer qual é a participação dos estabelecimentos que obtiveram

financiamentos. É o que se faz na sequência, detalhando-se os tipos de agricultores não familiares e familiares, estes, conforme os grupos B, V e não Pronaf.

4.4 Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamentos

As Tabelas 7, 8 e 9 apresentam, respectivamente, para as escalas Brasil, Nordeste e Bahia: o número de estabelecimentos que obtiveram financiamento; a participação percentual de estabelecimentos com e sem financiamento em relação ao total de cada tipo de agricultor (não familiar, familiar Grupo B, familiar Grupo V, familiar não Pronaf); e a participação percentual de estabelecimentos com financiamento e Valor da Produção.

Os dados da Tabela 7 revelam a mesma assimetria espacial inter-regional. Como é de se esperar, a exemplo de outros indicadores analisados, os resultados, em porcentagens, para a Bahia e o Nordeste, se assemelham. Quando

esses espaços (estadual e macrorregional) são comparados ao Brasil, é significativa a participação, no âmbito nacional, dos beneficiários que, em princípio, gozam de limites superiores de renda e teto de financiamento (Grupo V).

Em 2017, como foi visto na Seção 3, para serem enquadrados no Grupo B, os agricultores familiares não podem ter renda bruta familiar anual superior a R\$ 20.000,00. Os agricultores do Grupo V (agricultores familiares com renda variável, cujos estabelecimentos são mais bem estruturados) têm renda bruta familiar anual de R\$ 20.000,00 a R\$ 360.000,00. Esses produtores recebem um tratamento diferenciado no âmbito do Pronaf. No caso do crédito de custeio, por exemplo, o limite de financiamento é de até R\$ 2.500,00 para cada família no Grupo B, e de até R\$ 250.000,00 no Grupo V. Esse significativo distanciamento nos valores financiados, de até 100 vezes maior para uma determinada categoria, torna no mínimo discutível o objetivo original do programa, de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Tabela 7 – Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento: Brasil, Nordeste e Bahia (2017)

Tipos de agricultores	Brasil		Nordeste		Bahia	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não familiar	183.347	23,37	52.572	18,47	17.171	18,89
Familiar Grupo B	289.418	36,89	195.898	68,80	62.704	68,97
Familiar Grupo V	298.945	38,10	35.940	12,62	10.931	12,02
Familiar não Pronaf	12.828	1,64	318	0,11	107	0,12
Total	784.538	100,00	284.728	100,00	90.913	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Como se pode observar na Tabela 8, os valores percentuais representam a participação de cada tipo de agricultor, nas três escalas, considerando se obteve ou não financiamento. Os valores agregados são semelhantes para as escalas Bahia e Nordeste, enquanto se diferenciam dos resultados em relação ao Brasil. Analisando-se a participação dos estabelecimentos classificados por tipo de agricultor, com e sem financiamento

em relação ao total de cada tipo, constata-se que os agricultores melhor estruturados (não familiar, familiar Grupo V, e não Pronaf) concentram maior percentual de estabelecimentos com financiamento. Essa constatação sugere que existe uma relação direta entre os estabelecimentos mais estruturados, portanto, com maiores níveis de rendimento anual, e o acesso ao crédito (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Tabela 8 – Percentual de estabelecimentos com e sem financiamento em relação ao total de cada tipo: Brasil, Nordeste e Bahia (2017)

Tipos de agricultores	Brasil		Nordeste		Bahia	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Não familiar	17,25	82,75	11,66	88,34	11,30	88,70
Familiar Grupo B	11,46	88,54	12,57	87,43	12,86	87,14
Familiar Grupo V	26,29	73,71	18,31	81,69	17,07	82,93
Familiar não Pronaf	49,92	50,08	19,55	80,45	19,74	80,26

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Tabela 9, os dados referentes ao tipo de agricultor Familiar não Pronaf com acesso ao financiamento (Sim) atraem a atenção quando se comparam as três escalas. Enquanto, no Brasil, esse tipo concentra metade do número de estabelecimentos, tanto no Nordeste quanto na Bahia a sua participação é de apenas um quinto.

Além disso, destaca-se também a superação do tipo Familiar Grupo B pelo tipo Familiar Grupo V, quando se analisa o percentual de estabelecimentos com financiamento e percentual

da produção. Portanto, a simples comparação dos grupos Pronaf B e Pronaf V, com referência à obtenção de financiamentos, já sugere uma distribuição desigual, intrarregional e intracategorias dos recursos financeiros. Essa mesma distribuição reflete comportamento similar com relação à tipologia e ao valor da produção.

Na escala nacional, o grupo Pronaf V supera, em aproximadamente oito pontos percentuais, a participação entre os que receberam financiamento (% Sim), quando comparado com o mesmo grupo, nas escalas Nordeste e Bahia.

Tabela 9 – Percentual de estabelecimentos com financiamento e % Valor da Produção: Brasil, Nordeste e Bahia (2017)

Tipos de agricultores	Brasil		Nordeste		Bahia	
	Sim	VP	Sim	VP	Sim	VP
Não familiar	17,25	77,10	11,66	70,35	11,30	75,43
Familiar Grupo B	11,46	2,80	12,57	11,17	12,86	9,15
Familiar Grupo V	26,29	15,92	18,31	16,02	17,07	13,46
Familiar não Pronaf	49,92	4,17	19,55	2,47	19,74	1,96

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Como foi visto, o limite máximo dos valores financiados para o grupo Pronaf V é significativamente superior ao limite máximo dos financiamentos de apoio ao grupo Pronaf B. Portanto, se o grupo Pronaf V se encontra mais concentrado no Centro-Sul, esta macrorregião acaba atraindo valores médios de financiamento bem maiores. Assim, a forte concentração da agricultura familiar no Nordeste e Bahia não tem correspondência em

termos de política agrária-agrícola à representação numérica desses agricultores. “[...] os últimos dez anos mostraram um aumento da desigualdade inter-regional” (COUTO; DUFUMIER; REIS, 2013, p. 25; COUTO, 2014). Pode-se concluir que o Programa, que deveria ser de equidade e apoio a toda a agricultura familiar nacional, acaba contribuindo, pela via do crédito, para o aumento das desigualdades sociais e regionais no Brasil.

Essa desigualdade remete para outra questão: como corrigir os impactos decorrentes de uma política de crédito, sem impor as tradicionais restrições das políticas de quotas regionais? Uma das hipóteses considera que a via da orientação técnica recebida pelos agricultores, desde que bem formulada e executada, pode estimular os agricultores a reestruturar os seus respectivos sistemas de produção, com base em inovações de base sustentável.

4.5 Orientação Técnica Recebida

Para avançar na discussão mencionada ao final do tópico anterior, na Tabela 10 encontra-se o número de estabelecimentos beneficiados com o serviço de orientação técnica, por categoria de agricultor, e em relação ao total de estabelecimentos que foram objeto desse serviço. Observa-se que, na escala nacional, a categoria familiar Grupo V possui a maior participação entre os beneficiários, com 43,11%. Nessa categoria, a Região Nordeste e a Bahia apresentam uma participação bem inferior, de 16,22% e 16,98%, respectivamente. A categoria familiar Grupo B possui a menor representação em escala nacional (24,17%) e para o Nordeste e Bahia apresenta 54,20% e 50,15%, respectivamente. Os agricultores não familiares possuem representação relativamente próxima nas escalas nacional, regional e estadual, 30,93%; 29,34% e 32,59%, respectivamente.

Analisando-se, nas três escalas, o número total de estabelecimentos que obtiveram orientação técnica em relação ao total geral de estabelecimentos, observa-se que são 20,21% para o Brasil contra 8,21% para o Nordeste e 7,68% para a Bahia (IBGE/SIDRA, 2019). Em síntese, tanto no Nordeste quanto na Bahia o acesso à orientação/assistência técnica é expressivamente menor que na escala nacional.

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Tabela 10 – Número de estabelecimentos com orientação técnica: Brasil, Nordeste e Bahia (2017)

Tipos de agricultores	Brasil		Nordeste		Bahia	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não familiar	317.125	30,93	55.975	29,34	19.084	32,59
Familiar Grupo B	247.870	24,17	103.424	54,20	29.367	50,15
Familiar Grupo V	442.095	43,11	30.943	16,22	9.942	16,98
Familiar não Pronaf	18.353	1,79	462	0,24	163	0,28
Total	1.025.443	100,00	190.804	100,00	58.556	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Conforme a Tabela 11, quando se considera a participação dos estabelecimentos com e sem orientação técnica em relação ao total de cada tipo, os estabelecimentos beneficiados, na escala nacional, têm uma participação bem maior do que os estabelecimentos nordestinos e baianos.

Em relação ao número total de estabelecimentos não familiares, 27% foram orientados, no Brasil, 11,57% no Nordeste, e 11,26% na Bahia. No que se refere ao número total de estabelecimentos familiares no Grupo V que rece-

bem orientação técnica, 38,80% foram orientados, no Brasil, 15,75% no Nordeste, e 15,50% na Bahia.

Quanto aos grupos que constituem a categoria familiar (Grupo B, Grupo V e familiar não Pronaf), de forma agregada, verifica-se que os estabelecimentos beneficiados, em escala nacional (708.318), representam 18,17% dos estabelecimentos familiares (3.897.408). No Nordeste e Bahia, a participação é bem menor, de 7,33% e 6,61%, respectivamente.

Tabela 11 – Participação (%) dos estabelecimentos com e sem orientação técnica em relação ao total de cada tipo: Brasil, Nordeste e Bahia (2017)

Tipos de Agricultores	Brasil		Nordeste		Bahia	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Não familiar	27,0	73,0	11,57	88,43	11,26	88,74
Familiar Grupo B	9,10	90,90	6,30	93,70	5,55	94,45
Familiar Grupo V	38,80	61,20	15,75	84,25	15,50	84,50
Familiar não Pronaf	71,30	28,70	28,36	71,64	30,00	70,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Comparando-se o número de estabelecimentos que receberam ATER com o total de estabelecimentos por categoria de agricultor, os dados mostram que os estabelecimentos do Grupo B (famílias mais carentes) apresentam a menor participação nas três escalas espaciais (Brasil, Nordeste e Bahia). Observa-se que na Bahia, com 2.732.790 estabelecimentos categorizados no Grupo B, apenas 247.870 ou 5,55% dos estabelecimentos familiares foram beneficiados com o serviço de ATER.

Qual a razão dessa maior participação da agricultura não familiar, se a política de ATER pública, institucionalizada em 2010, deveria privilegiar a agricultura familiar? Resultados de recente pesquisa de campo, realizada na Bahia, no segundo semestre de 2019 pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar da UFBA, sugerem pelo menos duas respostas. A primeira pode ser resumida nesta passagem do relatório da pesquisa de campo:

[...] o serviço de ATER na Bahia está restrito ao desenho de uma política focal, limitada no tempo e espaço por contratos. Embora apresente um caráter crítico, democrático e participativo, coerente com os princípios da PNATER, a política estadual é limitada pelo orçamento público (SILVA, 2020, p. 342).

A segunda está relacionada à ATER não pública. Tanto no Brasil quanto na Bahia, observa-se uma expansão da fronteira de soja e outros grãos, particularmente nos Cerrados (Brasil Central e Oeste Baiano). Os estabelecimentos que integram o complexo produtivo de grãos e outras atividades, inclusive as irrigadas, recebem orientação técnica diretamente das em-

presas privadas que dominam as respectivas cadeias produtivas. São oligopólios, nacionais e internacionais, interessados tanto na venda de insumos, na aquisição e processamento industrial da produção, quanto nos financiamentos mediante contratos de fidelização.

Logo, a ATER figura como um dos principais instrumentos para superar esses entraves. E, também, para que se atinjam, na Bahia, os objetivos do Pronaf – objetivos comprometidos com o desenvolvimento sustentável, desde a origem do Programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram analisados alguns dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, referentes à agricultura familiar no Estado da Bahia. Utilizaram-se, direta e indiretamente, indicadores como: pessoal ocupado, estrutura fundiária (posse e uso dos estabelecimentos rurais), tipologia dos agricultores, valor da produção agrícola, vendas de produtos animais, financiamento e orientação técnica.

Em síntese, o trabalho mostra que a atual situação da agricultura familiar baiana:

- 1) Apresenta indicadores próximos dos valores médios que também caracterizam a realidade da Região Nordeste;
- 2) Esses mesmos indicadores, tanto estaduais quanto regionais, permanecem inalterados, apesar das políticas de fortalecimento (ATER, Pronaf, PNAE...);
- 3) Na Bahia, as mulheres ocupadas nos estabelecimentos estão concentradas na ca-

tegoria mais frágil da agricultura familiar (Grupo B do Pronaf);

- 4) Permanece significativa a desigualdade na estrutura de posse e uso da terra;
- 5) É importante a contribuição da agricultura familiar na produção, no autoconsumo das famílias, e no abastecimento do mercado. Os agricultores familiares do Grupo B (69,20% dos estabelecimentos) participam com 9,10% do valor da produção, enquanto os não familiares (21,60% dos estabelecimentos) participam com 75,40%;
- 6) As vendas de produtos animais apresentam a mesma desigualdade constatada para o valor da produção agrícola em geral;
- 7) Nos estabelecimentos dos agricultores familiares baianos, os principais rebanhos são: caprinos, com 73,78% do número de cabeças sobre o total; ovinos, com 71,96%; suínos, com 71,11%; e representam, respectivamente, 71,80%; 70,30%; e 53,30% do valor das vendas;
- 8) A participação nos financiamentos segue aproximadamente a mesma distribuição dos indicadores da tipologia e valor da produção;
- 9) Na escala nacional, os estabelecimentos que receberam orientação técnica têm uma participação bem maior do que os baianos: 20,21% para o Brasil contra 7,68% para a Bahia;
- 10) Tanto no Brasil quanto na Bahia, os agricultores não familiares receberam mais orientação técnica do que os agricultores familiares. Foram 26,97% de estabelecimentos orientados, no Brasil, e 11,26%, na Bahia.

As três últimas constatações remetem para a seguinte questão: o que explica essa maior participação da agricultura não familiar, se a política de ATER pública, em tese, definiu como prioridade a agricultura familiar? Seria a presença (e a consequente orientação técnica direta) de oligopólios nas principais cadeias produtivas do chamado agronegócio? Essas e outras questões requerem novas pesquisas para que se adequem melhor as políticas públicas.

Talvez essa questão encerre o maior desafio para qualquer política de fortalecimento da agricultura familiar. Por quê? Sabe-se, e a história, com suas incontáveis avaliações, já deixou bem claro que não adianta induzir o agricultor familiar ao financiamento (e consequente endividamento) sem a indispensável orientação técnica. Em decorrência do desmantelamento das políticas nacional e estaduais de ATER, as perspectivas não parecem otimistas, a menos que se fortaleçam as suas instituições. Esse fortalecimento deve ser tanto da infraestrutura pública direta, quanto indireta, ou seja, gestão de convênios e também contratos junto a empresas privadas e organizações sociais.²

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural [online]**. v. 56, n. 1, p.123-142, 2018.
- BARROS, G. S. C. **Agricultura familiar**. Piracicaba: Cepea/ Esalq/USP, 2006. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_9.doc. Acesso em: 06 fev. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- BRASIL. **Decreto no 9.064**, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

2 Mais detalhes podem ser encontrados em Couto (2013; 2014) e Silva (2020).

COUTO, V. A.; DUFUMIER, M.; REIS, L. L. M. **Agronegócio e agricultura familiares: crítica do discurso único para dois brasis**. Salvador: UFBA, 2013.

COUTO, V. A. Agriculturas e agricultores familiares. **Bahia & Análise de Dados**, Salvador/BA, v. 24, n. 2, p. 247-257, abr./jun. 2014.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando à inclusão de variável no banco de dados do censo**. Brasília, abr. 2019, p.1-25. Disponível em: [https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf). Acesso em: 05 abr. 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 481-516, abr./jun. 2008.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados**. 2009. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995/1996**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 06 dez. 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao#agricultura-familiar>. Acesso em: 15 dez. 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2006: Agricultura familiar**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario-2006>. Acesso em: 06 dez. 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE/SIDRA, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 15 dez. 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais>. Acesso em: 13 dez. 2017.

PESSOTI, F. C. C. L.; PESSOTI, G. C. Panorama econômico da Bahia no século XXI. **BNB Conjuntura Econômica**. Fortaleza, p. 385-408, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_24.pdf/648d12c9-650c-4cf0-effb-d13f21da463d. Acesso em: 12 mai. 2020.

SILVA, E. M. **Estado, assistência técnica e extensão rural e o caso da Peater na Bahia (2015-2018)**. Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE). Tese de Doutorado (versão provisória, números de páginas podem ser alterados). Salvador: UFBA, 2020.

SOUSA, I. S. F.; CRESTANA, S. Introdução. In: SOUSA, I. S. F. de (Ed.). **Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. p. 11-23.